Maurice Vaisse

# AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DESDE 1945

A guerra fria • A criação do Estado de Israel
O Plano Marshall • O nascimento da NATO
A Guerra da Coreia • A descolonização
A construção europeia • A Ásia e a América Latina
Guerras no Vietname e Próximo Oriente
A queda do Muro de Berlim

Biblioteca 70
HISTÓRIA

edições 70

Título original:
*Les Relations Internationales depuis 1945*



Tradução: Rosa Carreira

Capa de Madalena Duarte

Depósito Legal n.º 182812/02

ISBN (desta edição): 972-44-1137-0
ISBN (da 1ª edição): 972-44-0953-8



EDIÇÕES 70, LDA.
Rua Luciano Cordeiro, 123 - 2.º Esq.º – 1069-157 LISBOA / Portugal
Telef.: 213 190 240
Fax: 213 190 249
E-mail: edi.70@mail.telepac.pt

www.edicoes70.pt



Maurice Vaisse

# AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DESDE 1945

A guerra fria • A criação do Estado de Israel
O Plano Marshall • O nascimento da NATO
A Guerra da Coreia • A descolonização
A construção europeia • A Ásia e a América Latina
A queda do Muro de Berlim

# INTRODUÇÃO

As relações internacionais são um tema vastíssimo. Seria um erro restringi-las às relações entre Estados pois abrangem toda a espécie de actividades humanas: os fluxos migratórios, entre eles o turismo, as relações culturais e as actividades económicas.Também devem ser tidas em conta as correntes transnacionais, nomeadamente as religiosas.

As relações internacionais sofreram grandes alterações a seguir a 1945 devido à mundialização das trocas e das comunicações. Hoje em dia viajamos com muito mais facilidade e também muito mais rapidamente. Num minuto sabemos o que se passa do outro lado do mundo. Em suma, vivemos na era da «aldeia planetária».

Não é possível abordar na globalidade um tema tão vasto como este. Temos que fazer opções. A nossa opção foi dar prioridade aos aspectos políticos — os actores desta hitória são os Estados e as organizações governamentais.

Mas mesmo depois de pormos de lado todos os outros aspectos o tema continua a ser demasiado vasto e por isso ordenámos cronologicamente os acontecimentos, esperando tornar o texto mais claro: 1945-1955, 1955-1962, 1962-1973, 1973-1985, depois de 1985. A cada um destes períodos corresponde um tema principal: nascimento e confronto de um mundo bipolarizado; coexistência pacífica; desanuviamento; nova guerra fria; novo desanuviamento. Ao longo do trabalho explicamos e justificamos as datas e os temas escolhidos. Mas diga-se desde já que as datas não devem ser encaradas como definitivas. São meras referências, porque quando se abordam acontecimentos tão recentes como estes torna-se extremamente difícil distinguir o que é provisório do que é definitivo. Um bom exemplo do que acabamos de dizer é a discussão, que continua ainda hoje, acerca do fim da «Guerra Fria»: 1953, com a morte de Estaline? 1955, com a coexistência pacífica? 1962, com a crise de Cuba? ou 1989, o ano de todos os milagres no Leste? Um outro bom exemplo é a política de desanuviamento que,

como é sabido, não acabou em 1973, muito pelo contrário, atingiu o auge em 1975, com a Conferência de Helsínquia. No entanto, desde 1973 que o mundo já não vive num clima de desanuviamento...

Uma última observação àcerca dos marcos cronológicos: eles não são válidos para o mundo inteiro. E isto é qualquer coisa que não podemos esquecer. Com a entrada dos mundos extra-europeus nas relações internacionais, até então domínio exclusivo das nações europeias, a «lógica» dos ciclos altera-se.

Mas é a heterogeneidade deste período que o torna tão característico e tão específico na história da humanidade. Desde o século XVI que a Europa dominava o mundo e o «descobria», impondo-lhe as suas línguas, as suas religiões e os seus costumes. Este fenómeno culminou no vasto movimento de colonização do século XIX. Em 1939 o Ocidente ainda detinha o poder sobre o mundo, embora o declínio deste poder se pudesse vislumbrar desde o fim da Grande Guerra.

Hoje em dia os grandes problemas do planeta já não se confundem com os da Europa. E mesmo que não queiramos atribuir um peso determinante ao critério demográfico, há alguns números que nos obrigam a reflectir: entre 1950 e 1986 a população mundial duplicou, passando de 2,5 biliões de seres humanos para 5 biliões e a população da Europa passou de 500 para 770 milhões de habitantes. Isto significa que o peso da Europa na população mundial diminuiu drasticamente. Actualmente a Ásia tem à volta de 3 biliões de habitantes, tendo a China mais de um bilião, a Índia 840 milhões, o Paquistão e o Bangladesh 150 e o Japão 128 milhões. Assim, o mundo europeu perdeu o seu poder nas relações internacionais passando estas a ser cada vez mais determinadas pelos mundos extra-europeus.

# 1

# NASCIMENTO E CONFRONTO DE UM MUNDO BIPOLARIZADO (1945-1955)

O mundo que emerge da Segunda Guerra Mundial é profundamente diferente do mundo que existia antes da guerra. Este período é um período de viragem na história da humanidade e, mais ainda, na história das relações internacionais. É o começo da era das superpotências. O poder desloca-se do Velho Mundo para os mundos extra-europeus. A mudança começou a delinear-se com a Grande Guerra. A Segunda Guerra «Mundial» começou por ser uma guerra europeia. Arruinada, devastada, a Europa não tem condições para continuar a desempenhar o papel que até então desempenhava. Os Estados que disputam a primazia da Europa e do mundo — o Reino Unido, a França, a Alemanha e a Itália — não mais voltarão a ser potências, independentemente de ganharem ou de perderem a guerra. Os novos Grandes, os verdadeiros vencedores, são os Estados Unidos da América do Norte e a Rússia Soviética. Em 1945 a sua supremacia está bem patente nas forças que têm espalhadas pelo globo. Os Americanos estão por todo o lado, na Europa e na Ásia; os Russos na Europa Oriental e no Extremo Oriente. Para um grande número de habitantes do planeta, Americanos e Russos tornam-se o modelo a seguir.

A deslocação dos pólos da vida internacional provocou, como é óbvio, grandes mudanças, mas sobretudo alterou a própria natureza das relações de força. As grandes potências europeias eram Estados médios, tanto pela população como pela superfície e pelos recursos. As novas potências são gigantes. É preciso lembrar que a expansão colonial tinha permitido a vários países europeus serem não só potências mundiais mas também Estados mais ricos e mais populosos. Com a guerra a Europa perdeu o seu prestígio junto dos povos coloniais, o que favoreceu a implantação dos movimentos de emancipação que começavam a aparecer.

À actuação da Europa sucede um directório dos «Três Grandes», Americanos, Ingleses e Russos, que consolidam o seu entendimento a

partir de 1943 e vão decidir o destino do mundo do pós-guerra nas conferências de Ialta e Potsdam. Mas mal acaba a guerra as alianças dão lugar à desconfiança e a uma confrontação brutal. Com o fim da guerra surge um mundo bipolarizado e não um mundo unido.

## A paz falhada (1945-1947)

Depois de seis anos de guerra, os Aliados querem perpetuar a solidariedade entre as «Nações Unidas», regularizar as questões decorrentes do conflito e garantir a paz no mundo, através da criação de um organismo internacional. Mas o nascimento de uma nova hierarquia mundial não significa por si só o regresso à paz, porque se é verdade que a aliança americano-soviética permite algumas decisões comuns, não é menos verdade que dentro em breve o que vai imperar é a desconfiança.

### *Uma nova organização mundial*

Procurou-se criar um organismo, aproveitando a experiência da Sociedade das Nações (SDN) que tinha falhado a sua missão no período entre as guerras. Na carta do Atlântico (14 de Agosto de 1941) o presidente americano, F.D. Roosevelt, tinha esboçado os princípios fundamentais de uma nova ordem internacional. No dia 1 de Janeiro de 1942 uma vintena de dirigentes, entre eles Churchill e Roosevelt, assinaram em Washington uma declaração nos termos da qual as «Nações Unidas» se comprometem a criar, logo que termine a guerra contra o Eixo, um sistema de paz e de segurança. Na conferência de Moscovo (19-30 de Outubro de 1943) os representantes da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, da China e da URSS, proclamam a necessidade de criar logo que possível «uma organização geral baseada no princípio de uma igual soberania de todos os Estados pacíficos». Na conferência de Teerão (8 de Novembro-2 de Dezembro de 1943) os Três Grandes — Churchill, Roosevelt e Estaline — chegam a acordo sobre a necessidade da criação deste organismo, o que acontecerá na conferência de Dumbarton Oaks (Setembro-Outubro de 1944).

Quatro meses mais tarde, na conferência de Ialta (4-11 de Fevereiro de 1945) Churchill, Roosevelt e Estaline resolvem algumas questões delicadas, entre elas a da representação da URSS. Esta, aproveitando-se do caso do Império Britânico com os seus *dominions* (Canadá, Austrália, etc.), em que cada um dos Estados é membro de pleno direito, apesar de constituirem uma entidade única, reinvindica para si tantos lugares na nova organização quantas as Repúblicas que a constituem, isto é 15 lugares. Fica com 3: um para a Federação, outro para a Ucrânia e outro para a Bielorússia (ou Rússia Branca). Os Três Grandes decidem ainda realizar uma conferência constitutiva da Organização das Nações Unidas em Abril-Junho de 1945, em São Francisco.



#### *A criação da ONU*

• *A ONU é definitivamente criada pela carta de S. Francisco, ratificada a 26 de Junho de 1945* por cinquenta Estados. Nesta carta está expresso o objectivo dos seus criadores: criar uma organização eficaz, realmente representativa e dotada de largas competências.

Em Ialta, os Três Grandes introduziram no projecto as alterações que consideraram necessárias para garantir a continuação do seu poder. A Sociedade das Nações estava paralizada pelo princípio da unanimidade. A nova organização deverá ser dirigida por um directório de grandes potências, membros permanentes do Conselho de Segurança que dispõem de direito de veto. Este directório é constituído pelos Estados Unidos, pela URSS, pelo Reino Unido, pela China e pela França. A Assembleia Geral é a encarnação da Democracia à escala mundial, limitada pelo exercício do poder dos membros permanentes a não ser que estejam solidários ou que cheguem a acordo.

#### *Paralisia da ONU*

A Frente dos Três Grandes desfaz-se rapidamente, o que paraliza o funcionamento da ONU. A 29 de Janeiro de 1946 a Grã-Bretanha e os Estados Unidos apoiam uma queixa apresentada ao Conselho de Segurança, pelo governo iraniano, contra a Rússia que, contrariando todos os compromissos assumidos, continua a ocupar o Azerbaijão iraniano

• *Na Comissão da Energia Atómica da ONU,* criada a 14 de Janeiro de 1946, os Estados Unidos apresentam o plano Baruch. Este plano propõe que se conceda a um organismo internacional autoridade sobre o desenvolvimento atómico e a propriedade das minas de urânio e ainda que organize um controlo eficaz que seja precursor da proibição do fabrico de bombas. Os soviéticos rejeitam o projecto e defendem a interdição do uso da energia atómica para fins militares e a destruição das bombas existentes. Esta atmosfera pesada é agravada pela espionagem que cria um clima de grande desconfiança mútua.

## Quadro 1

### A organização interna da ONU

*O Conselho de Segurança*

Para além dos cinco membros permanentes tem membros não permanentes, eleitos por dois anos: em 1946 tem 11 membros permanentes e a partir de 1966 passa a ter 15. Tem como principal objectivo manter a paz e a segurança. Tem poderes para tomar resoluções que impõem obrigações aos Estados. Pode também tomar medidas mais ou menos constrangentes, as «decisões», desde que aprovadas por maioria.

*A Assembleia Geral*

Composta por delegados de todos os Estados membros (em Janeiro de 1946 a ONU tem 51 membros), elege os membros não permanentes do Conselho de Segurança e admite os novos membros. É dotada de largas competências mas só pode agir através de «recomendações» que têm de ser aprovadas por dois terços dos membros presentes e com direito a voto. Sob proposta do Conselho de Segurança nomeia o Secretário-Geral (o secretariado é o órgão administrativo das Nações Unidas) que tem um papel de coordenação, podendo nalguns casos ter também um papel polítco importante. Com o acordo de Americanos e soviéticos o Norueguês Trygve Lie foi o primeiro Secretário-Geral eleito.

Há outros organismos das Nações Unidas com competências definidas, como o Conselho da Tutela para a administração dos territórios coloniais, o Conselho Económico e Social e o Tribunal Internacional de Justiça, com assento em Haia.

Há ainda várias instituições especializadas ligadas à ONU, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

*Os secretários-gerais da ONU*

2 de Fevereiro de 1946-10 de Novembro de 1952: Trygve LIE (Norueguês).

31 de Março de 1953-18 de Setembro de 1961: Dag HAMMARSKJOLD (Sueco).

3 de Novembro de 1961-31 de Dezembro de 1971: Sithu U THANT (Birmanês).

1 de Janeiro de 1972-31 de Dezembro de 1981: Kurt WALDHEIM (Austríaco).

1 de Janeiro de 1982 a 31 de Dezembro de 1991: Javier PEREZ DE CUELLAR (Peruano).

1 de Janeiro de 1992 a 31 de Dezembro de 1996: Butros BUTTROS-GHALI (Egípcio).

Desde 1 de Janeiro de 1997: Kofi ANNAN (Ganês).

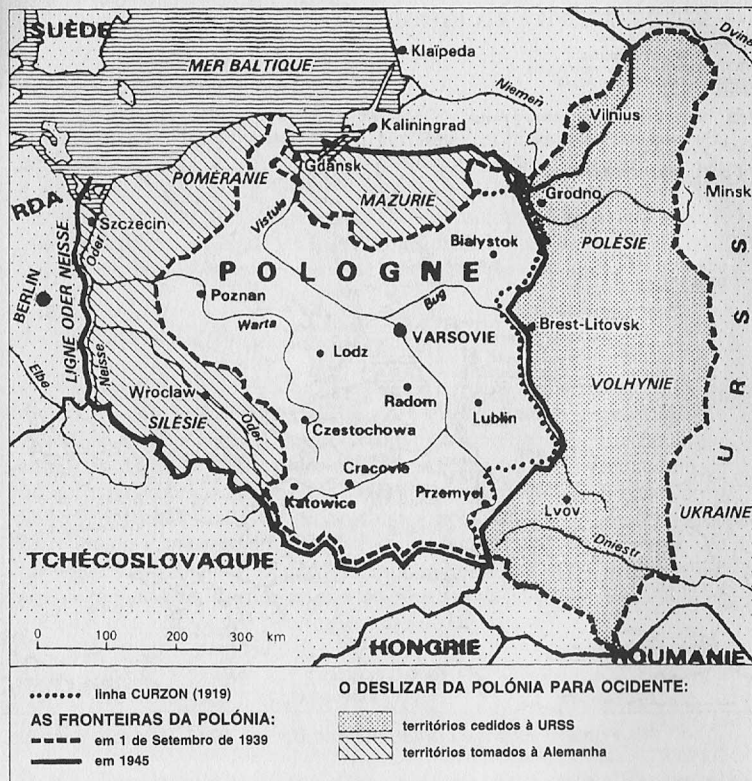
## A EUROPA EM 1947

Fonte: *L'Histoire contemporaine depuis 1945*. R. Aron, Larouse.

### *A conferência de Ialta (4-11 de Fevereiro de 1945)*

Churchill, Roosevelt e Estaline reuniram-se nesta conferência e, mesmo sem a guerra ter ainda acabado, resolveram o problema da ocupação da Alemanha e do governo da Polónia.

• *A Alemanha* seria ocupada pelos exércitos das três grandes potências que dividiriam entre si uma zona de ocupação, delimitada segundo o que calcularam vir a ser o avanço das tropas aliadas em território alemão. Os soviéticos receberiam o Mecklemburgo, a Pomerânia, o Brandeburgo, o Sax-Anhalt, a Turíngia e os territórios situados mais a leste. Os britânicos ocupariam o nordeste da Alemanha, incluindo o Rur; os Americanos ocupariam o sul. Berlim seria uma ilhota à parte, um enclave na zona de ocupação soviética. Estaline aceitou que a França fosse potência ocupante com o mesmo estatuto dos Três Grandes e que fizesse parte da Comissão de Controlo Interaliada, usufruindo dos mesmos direitos que os outros, mas pôs como condição que a zona de ocupação francesa fosse subtraída às zonas inglesa e americana.

## A POLÓNIA DE 1939 A 1945

Fonte: *Le Monde*.

• *A Polónia* seria administrada por um governo de unidade nacional, saído do Comité de Lublin, pró-soviético, alargado a alguns membros do Comité de Londres, pró-ocidental. Foi também criada uma comissão de indemnizações de guerra para estabelecer o montante que os alemães deveriam pagar às suas vítimas. E adoptou-se uma «Declaração sobre a Europa Libertada», onde estava previsto que se realizassem em todos os países europeus libertados, eleições abertas a todos os partidos democráticos. Estes deveriam ser controlados por representantes das três grandes potências.

Em Ialta ainda se vive num clima de calma. Mas nos meses seguintes abundam os sinais de desagregação.

Primeiro são os soviéticos que controlam a Roménia, colocando no poder um governo inteiramente comunista (27 de Fevereiro de 1945); depois, a seguir aos ataques contra os redutos da resistência



nazi, surge a tensão entre as chefias militares dos aliados — as tropas americanas têm uma grande vontade de avançar sobre Berlim, depois de atravessarem o Reno, a 23 de Março. Queriam ser os primeiros a chegar.

No entanto, o comando americano deixa aos soviéticos os louros da ocupação da capital do *Reich* e deixa-os também libertar a Checoslováquia. Mas são os Americanos quem aceita a rendição das tropas alemãs do ocidente e a rendição da Itália, comandada pelo general Kesserling (Abril de 1945) e, mais importante, a rendição geral, a 7 de Maio de 1945, assinada em Reims, no posto de comando do general Eisenhower, pelo marechal Keitel, na presença de um general soviético. Apesar disso, Estaline exige que o marechal Keitel assine de novo a rendição incondicional da Alemanha, em nome do novo chefe de Estado alemão, o alemão Donitz, em Berlim, a 19 de Maio no posto de comando do marechal Jukov.

### *A conferência de Potsdam (17 de Julho-2 de Agosto de 1945)*

Apenas seis meses depois da conferência de Ialta, os três vencedores do Eixo reunem-se em Potsdam, numa conferência. Mas entretanto o mundo mudou muito. Roosevelt morreu a 12 de Abril. E com ele morreu a ideia de manter a grande aliança. O seu sucessor, H. Truman vai ser muito mais desconfiado em relação à União Soviética. A rendição da Alemanha e o êxito da primeira bomba atómica alteram os dados da situação. Truman já não tem tanta necessidade do auxílio de Estaline para combater o Japão. Quanto a Churchill, presente na abertura da cimeira, é substituído — depois das eleições inglesas ganhas pelos trabalhistas — por Clement Attlee, o novo primeiro-ministro. Antes que a assinatura de um tratado de paz consagre definitivamente o novo mapa político da Europa oriental, Estaline propõe profundas alterações. A URSS consegue que a região da Prússia oriental seja separada da Alemanha: a parte norte, à volta da cidade de Konigsberg — rebaptizada Kalinningrad — é anexada pela URSS e a parte leste é restituída à Polónia.

O território da Polónia foi o que sofreu mais alterações. Como fronteira oriental, a URSS impõe a «Linha Curzon» (do nome de *Lord* Curzon, secretário do *Foreign Office* que tinha negociado, em 1919, as fronteiras da «nova Polónia») que coloca na órbita de Moscovo todos os territórios ucranianos e bielorussos. A ocidente, a URSS consegue que a Polónia fique a administrar todos os territórios alemães situados a leste do rio Neisse ocidental, ou seja a Pomerânia e a Silésia. Os ocidentais, que tinham proposto um traçado mais «ocidental» da fronteira, aceitam provisoriamente — até à conclusão do tratado de paz — a linha Oder-Neisse. Mas os soviéticos fazem tudo para que esta situação se torne definitiva. A 17 de Agosto assinam com a Polónia um

acordo sobre a delimitação das fronteiras. Num ápice, a superfície da Polónia passa de 388 000 $Km^2$ para 310 000 $Km^2$. Mais de dois milhões de alemães são expulsos dos territórios anexados. Dois milhões de polacos são expulsos dos territórios cedidos à URSS.

Para a elaboração dos tratados de paz, os Três Grandes criam um organismo chamado Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, composto por representantes das cinco grandes potências que tem direito de veto na ONU. O Conselho reune-se várias vezes: em Abril de 1946, em Paris; em Novembro-Dezembro de 1946, em Nova Iorque; em Março-Abril de 1947, em Moscovo e, por último, em Dezembro de 1947, em Londres. Mas não chega a nenhuma conclusão definitiva.

### *Os tratados de paz*

A conferência de Paris permite aos vencedores assinar tratados de paz com os cinco satélites da Alemanha (Itália, Roménia, Bulgária, Hungria e Finlândia).

• *Em relação a Itália* há duas questões particularmente delicadas: que fazer com as colónias italianas (Líbia, Eritreia, Somália)? A União Soviética reivindica a tutela da Tripolitana. O Reino Unido propõe que lhe seja concedida a independência. Por fim decidem adiar a decisão. Trieste, disputada pelos Jugoslavos, apoiados pelos soviéticos, e pelos Italianos, apoiados pelos anglo-saxões, foi objecto de um longo debate diplomático. O tratado de Paris cria o território livre de Trieste, sob tutela da ONU. Mas esta solução revela-se inviável. Franceses, Ingleses e Americanos propõem, em Março de 1948, que o território livre de Trieste volte a pertencer à Itália. Soviéticos e Jugoslavos recusam. E mantém-se o *statuo quo*.

• *A Roménia* perde a Bessarábia e a Bucóvia do Norte para a URSS, recupera a Transilvânia da Hungria e fica a dispor unicamente de uma estreita faixa marítima para o Mar do Norte. A Bulgária não sofre modificações territoriais. Para a Hungria, as cláusulas são muito mais duras: regressa às fronteiras de 1920. Perde a Transilvânia para a Roménia, a União Soviética anexa a Ruténia subcarpática e a Checoslováquia fica com o sul da Eslováquia, expulsando os habitantes húngaros. A Finlândia tem de ceder 43 700 $Km^2$ aos soviéticos, que lhe exigem pesadas indemnizações. Os tratados de paz com a Alemanha, a Austria e o Japão parecem bem mais difíceis de conseguir.

• *A Alemanha* é objecto de um debate contínuo e contraditório. A tutela da Alemanha, tal como foi concebida em Junho de 1945, é comum às quatro potências e implica a existência de uma autoridade suprema, o Conselho de Controlo, formado por quatro comandantes em chefe. Tem assento em Berlim e divide-se em quatro sectores. Mas é uma autoridade interaliada de governo, a *Kommandantura*, subordinada ao Conselho de Controlo, quem assegura a administração da cidade. A tutela comum pressupõe, como é óbvio, que haja entendimento quanto à política a seguir. Mas se isto é possível em relação ao objectivo final — erradicar o nacional-socialismo e garantir a vitória da democracia na Alemanha — já o mesmo não se pode dizer quanto ao resto, onde o desacordo é total.



Comecemos pela questão do território que os Aliados tencionam não só ocupar mas também dividir e desmembrar. A 9 de Maio de 1945 Estaline abandona o projecto de desmembramento da Alemanha, obrigando os anglo-americanos a segui-lo nesta atitude. Enquanto os britânicos e os Americanos pretendem reinserir a Alemanha no conjunto das nações fazendo a unificação económica das respectivas zonas — a entrada em vigor das duas zonas data de 1947 — os Franceses, seguindo a política do general De Gaulle, recusam toda e qualquer ideia de unificação, enquanto não virem satisfeitas as suas exigências. Exigem o controlo do Sarre e a internacionalização do Rur. Decide-se que a desmontagem de fábricas substituirá parte das reparações industriais. O princípio das reparações tinha ficado estabelecido na conferência de Ialta. A França exige a aplicação estrita das indemnizações, especialmente no que diz respeito ao carvão do Rur. Entretanto os soviéticos antecipam-se amplamente nas suas zonas de ocupação. Como resposta ao regime de tipo marxista que os soviéticos implementam nas suas zonas (nacionalizações, laicização do regime escolar e reforma agrária radical), as três potências ocidentais incentivam a criação de instituições políticas e económicas nas suas zonas de ocupação. A impotência instala-se aos poucos na organização quadripartida, quer a nível do Conselho de Controlo quer a nível da *Kommandantura*. De 20 de Novembro de 1945 a 1 de Outubro de 1946, o tribunal interaliado de Nuremberga, criado para julgar os criminosos de guerra nazis, pronuncia as suas sentenças (12 condenações à morte, 7 condenações a prisão). Mas este é o último acto conjunto dos Aliados em relação à Alemanha. Com efeito, no período do pós-guerra, a Alemanha torna-se um joguete nas relações internacionais.

### *As primeiras fricções*

Desapareceu a confiança entre os Aliados, em suma. A vontade que Estaline tem de construir uma barreira protectora à volta da URSS é por demais evidente. Quem paga a factura é a Polónia, onde a influência soviética se sobrepõe sistematicamente à influência ocidental. Esta questão está na origem das primeiras fricções graves entre Moscovo, por um lado, e Washington e Londres, por outro. São tempos de endurecimento para ambos os lados. Quando a 5 de Março de 1946 Winston Churchill, que já não é primeiro-ministro, refere no seu dis-

curso de Fulton (Missouri) «a cortina de ferro que, de Stettin no Báltico, a Trieste, no Adriático, caiu sobre o nosso continente» está claramente a falar do perigo que ameaça o mundo: a tirania soviética. Quando acrescenta estar convicto de que a Rússia não quer a guerra, mas sim os frutos da guerra e estar também convicto de que a Rússia pretende estender ao máximo o seu poder e a sua doutrina, está a fazer um apelo à vigilância e ao fortalecimento das nações ocidentais. Por sua vez, o embaixador americano em Moscovo, George Kennan, diz claramente num relatório que a primeira prioridade da diplomacia americana em relação à União Soviética deve ser «conter, com muita paciência, isolamento e vigilância as suas tendências expansionistas».

O que é que é melhor? Fazer concessões aos soviéticos ou, pelo contrário, impedi-los de irem mais longe? Acabou por vencer a última hipótese. O espírito de Riga, capital da Letónia — a tendência dos diplomatas russos, como Charles Bohlen e George Kennan que aprenderam russo nos países bálticos e são partidários do isolamento — sobrepõe-se ao espírito de Ialta, que era de conciliação.

A demissão do secretário de Estado James Byrnes, favorável à continuação das negociações com os soviéticos, simboliza esta mudança de atitude. Sucede-lhe o general Marshall, antigo comandante em chefe das tropas americanas na China, nomeado a 9 de Janeiro de 1947. Assim, apenas alguns meses depois do fim da guerra, os vencedores estão desunidos e falharam redondamente na concretização do objectivo que se tinham proposto: construir um mundo novo. E a Europa não é o único terreno de confronto.

## O REGRESSO DA PAZ AO MÉDIO E AO EXTREMO ORIENTE

### *O Médio Oriente*

A paz regressa ao Médio Oriente exactamente no momento em que eclode o Panarabismo — em Março de 1945 é criada no Cairo a Liga Árabe — e se inicia, num clima de grande rivalidade, a descolonização dos territórios que estão sob a alçada dos Franceses e dos britânicos. O pós-guerra acaba com a esperança que Franceses e Ingleses tinham de continuar com a sua influência no Médio Oriente. Do lado francês o general De Gaulle quer ao mesmo tempo dar a independência à Síria e ao Líbano — territórios do antigo império otomano que tinham sido confiados à França pela Sociedade das Nações em 1919 — e obter garantias para os interesses económicos, culturais e estratégicos da França na região. Os incidentes ocorridos em Maio de 1945, acabaram com os britânicos a intervir e a obrigar os Franceses ao cessar-fogo. Obviamente que se agravou a tensão entre os dois países, com a França a suspeitar de que a Grã-Bretanha se pretendia aproveitar do seu enfraquecimento para a excluir do Médio Oriente. Por fim, no Verão de 1946, as tropas francesas e britânicas retiram-se.



- *O Egipto,* por sua vez, espera conseguir da Inglaterra a revisão do tratado de 1936 (que lhe tinha concedido independência total, excepto na política estrangeira), a retirada das tropas britânicas da zona do Canal do Suez e a integração do Sudão anglo-egípcio no Estado egípcio. As negociações, que começaram em 1946, acabam num impasse. Situação semelhante ocorre entre a Inglaterra e o Iraque, cujo governo decide renunciar ao tratado assinado em Janeiro de 1948 que concedia vantagens estratégicas à Grã-Bretanha. Decididamente, o único aliado com que a Grã-Bretanha pode contar é o emir Abdallah da Transjordânia que, no tratado de aliança válido por vinte e cinco anos, assinado em Março de 1946, aceita a permanência das tropas britânicas.
- *No Irão*, ocupado durante a guerra pelos britânicos e pelos soviéticos, a evacuação das tropas estrangeiras levanta grandes dificuldades. Na origem destas dificuldades estão os interesses petrolíferos. Ingleses e Americanos retiram as tropas mas os soviéticos mantêm as suas e encorajam os movimentos autonomistas do Azerbaijão e do Curdistão. Vive-se um clima de grande tensão mas o governo iraniano, que conta com o apoio dos Ingleses e dos Americanos, consegue dominar os movimentos centrífugos e desembaraçar-se dos soviéticos.
- *A Turquia*, que declarou *in extremis* guerra à Alemanha, é fortemente pressionada pelos soviéticos, que pretendendem a rectificação de fronteiras da Anatólia e a revisão dos acordos de Montreux (1936) sobre a navegação no Mar Negro e sobre a defesa dos estreitos. Pretendem também que a Turquia dê uma «orientação mais amigável» à sua política. Truman não perde tempo a responder a estas exigências de Estaline, tornadas públicas a 7 de Agosto de 1946, e envia forças navais para a região.
- *Na Grécia*, que está sob controlo militar inglês, as rivalidades nascidas da guerra e da ocupação degeneram numa autêntica guerra civil que rebenta na Macedónia, onde jugoslavos e Búlgaros encorajam os movimentos separatistas. Os britânicos também se vêem obrigados a recorrer à força para restaurar a monarquia, embora o papel do rei seja temporariamente relegado para segundo plano. A chegada do Exército Vermelho aos Estados vizinhos, a implantação de regimes comunistas nas fronteiras norte da Grécia e o agravamento da «guerra fria» criam todas as condições para uma guerra cruel e implacável. Os britânicos sentem-se ameaçados no Mediterrâneo e no Médio Oriente, onde a sua influência e a sua autoridade são contestadas e são obrigados a retirar. Este é um dos primeiros sinais do declínio da influência europeia no mundo.

### *Extremo Oriente*

A 15 de Agosto de 1945 o imperador Hiro-Hito anuncia a capitulação do Japão, oficializando assim a derrota do país. Esta rendição faz tremer todo o sudeste asiático. O próprio Japão fica submetido aos Estados Unidos. Na China, os comunistas, dirigidos por Mao Tsé-Tung recomeçam com novo alento a guerra civil contra o governo de Tchang Kai-Chek.

• No *Japão* o general MacArthur — comandante supremo das potências aliadas — lança reformas radicais para a democratização do país, para o aniquilamento dos grandes *trusts* familiares, os *zaibatsu*, para assegurar a ocupação e para desmantelar o potencial militar. O imperador Hiro-Hito não é tratado como criminoso de guerra pela Justiça aliada, pelo contrário, aparece na nova constituição como símbolo de uma nação democrática. A política ditatorial de MacArthur faz com que as outras potências se afastem do regulamento de paz do Japão. No cumprimento das decisões das conferências de Ialta e do Cairo (1943), o Japão perde numerosos territórios: a Manchúria e a Ilha Formosa são recuperadas pela China, a Coreia torna-se independente, mas fica dividida e é alvo de disputas; a parte sul da ilha de Sacalina, a base de Port Arthur e as ilhas Curilhas, cedidas à URSS uma parte das ilhas Ryu, as ilhas Carolinas e as ilhas Marianas, passam a estar sob o controlo dos Estados Unidos.

• *A China* continua em guerra devido à acção soviética na Manchúria e ao recomeço da guerra civil. Os acordos sino-soviéticos de Agosto de 1945 unem a China à URSS numa aliança contra o Japão e dão aos soviéticos facilidades na utilização do caminho de ferro da Manchúria e das bases navais de Port Arthur e Dairen. Depois da declaração de guerra ao Japão, os soviéticos ocupam a Manchúria, que estava em poder dos Japoneses e permanecem lá, o que favorece a tomada do poder pelos comunistas chineses. Entretanto, a guerra civil alastra por toda a China. Tchang Kai-Chek insiste em dizimar os guerrilheiros de Mao, apesar da arbitragem do embaixador americano, o general Marshall. Os dirigentes do partido nacionalista Kuomintang, corruptos e impopulares, acabam por ser derrotados pelos comunistas em 1949, devido às indecisões da política americana.

### *A desunião dos Aliados*

Como vimos, muitos dos problemas não estão ainda resolvidos. Entre os Aliados, especialmente entre os Estados Unidos e a Rússia, a aliança dá lugar à desunião. A tensão agudiza-se e nascem dois blocos que são completamente opostos, sob todos os aspectos. Este confronto entre dois blocos, um liderado pelos Estados Unidos, outro pela



União Soviética, parece estar sempre na eminência de se transformar num conflito aberto e generalizado. Mas não vamos assistir ao eclodir da terceira guerra mundial. Em vez disso nasce a «guerra fria».

De quem é a culpa? Há quem a atribua à divisão do mundo feita em Ialta. De facto, o mapa da guerra, feito em Fevereiro de 1945, dita claramente as opções do pós-guerra, deixando os soviéticos com grandes trunfos para jogar. Por outro lado, a declaração sobre a Europa libertada, aponta para uma evolução democrática, o que não vai ser confirmado pelos acontecimentos. A conclusão a retirar disto é que não se deve atribuir a culpa aos acordos em si, mas sim ao não cumprimento desses mesmos acordos.

Alguns historiadores atribuem à URSS a responsabilidade da ruptura. Os soviéticos não teriam cumprido os compromissos assumidos em Ialta, nomeadamente a declaração da Europa libertada, e teriam empreendido uma política expansionista a que os Americanos teriam sido obrigados a responder. Outros há que, pelo contrário, atribuem as culpas aos Americanos. Explicam o expansionismo soviético pela necessidade de conter a política hegemónica que os Estados Unidos teriam iniciado, logo em 1945.

## A guerra fria (1947-1955)

Dois anos depois do fim da guerra, a Europa está dividida em dois blocos políticos e ideológicos, tendo embora alguns Estados neutros, no Centro e no Norte. Em 1947 a URSS desencadeia uma brutal sovietização na Europa de Leste. As democracias populares são postas na ordem. Mas a Jugoslávia, a Finlândia e a Grécia, travam o avanço de Estaline. Os Estados da Europa ocidental, que optaram por se aliar aos Estados Unidos, reequilibram as suas economias graças ao plano Marshall e entram aos poucos, com avanços e recuos, na via da cooperação europeia.

### NASCIMENTO DOS DOIS BLOCOS

### *Os Americanos no teatro da guerra*

No decorrer do ano de 1947 registam-se profundas alterações no teatro da guerra. Multiplicam-se os problemas na Ásia e na Europa. Na China, a guerra civil parece dar vantagem ao comunista Mao Tsé-Tung em detrimento do nacionalista Tchang Kai-Chek. Na Indochina há, desde o fim de 1946, uma guerra colonial e o destino da Coreia ainda não está decidido. A situação na Europa e nos países vizinhos não está melhor. Há agitação na Turquia, directamente ameaçada pelas ambições da Rússia sobre os estreitos do Mar do Norte e sobre as regiões fronteiriças do Cars e do Ardahan. Na Grécia, desde 1946 que

os guerrilheiros comunistas se opõem ao governo real de Atenas, apoiado pelos britânicos, que lá mantêm 40 000 homens. No final de 1946 a situação é crítica porque a guerrilha comunista conduzida pelo general Markos obtém muito facilmente ajuda dos três Estados que ao norte fazem fronteira com a Grécia: a Bulgária, a Jugoslávia e a Albânia. A Grã-Bretanha, que fornecia ajuda militar e financeira aos governos da Grécia e da Turquia, verifica que não tem capacidade para continuar a manter-se no Mediterrâneo oriental. Continua no entanto a ocupar o Egipto, Chipre, o Iraque, a Transjordânia e a Palestina. A 24 de Fevereiro de 1947, o embaixador britânico em Washington informa o Departamento de Estado que as tropas britânicas serão proximamente evacuadas da Grécia. Na Palestina, que continua sob a alçada dos britânicos, grassa a hostilidade entre os Judeus que querem criar um país e os árabes palestinianos, apoiados pelos Estados árabes vizinhos. Será que a Grécia, a Turquia e o mundo árabe vão tombar sob a alçada comunista? E o que irá acontecer na Europa de Leste, cuja economia tem de ser totalmente reconstruída?

Para a Grã-Bretanha, arruinada pela guerra e ansiosa por compatibilizar os compromissos com as suas possibilidades financeiras, é a hora da retirada. A única maneira de diminuir os encargos é moderar as pretensões a nível mundial, proceder à descolonização e aceitar um brilhante segundo lugar — depois dos Estados Unidos —, disfarçado de «*special relationship*». Os Estados Unidos, por sua vez, que tinham como tradição não intervir fora da América, e muito menos na Europa, saem da guerra como a nação mais poderosa do mundo e não resistem à tentação de aproveitar a oportunidade — chegou a hora das responsabilidades internacionais.

• *É nestas condições que a 12 de Março de 1947, o presidente Truman declara ao Congresso que os Estados Unidos estão dispostos a tomar o lugar dos britânicos na Grécia e na Turquia*, pedindo para tal o apoio dos congressistas; «Chegou o momento de os Estados Unidos entrarem em campo, liderando o mundo livre.» Foi assim que Truman deu o passo que levou os Estados Unidos a deixarem o seu isolamento tradicional e a aproximarem-se do mundo ocidental. Os princípios da nova política externa americana são simples: a manutenção da paz, a expansão da prosperidade e a progressiva implantação do modelo americano.

Na sessão do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros que teve lugar em Moscovo (Março-Abril de 1947) não se chegou a acordo quanto ao futuro estatuto político da Alemanha. E ao desacordo seguiu-se, muito rapidamente, a desconfiança.

Em vários países da Europa ocidental (França, Bélgica, Itália) vive-se uma situação de grave crise económica e a agitação social aumenta, apesar da participação dos comunistas no governo.



Na verdade, o problema não é só político e militar, é também económico. No fim da guerra só os Estados Unidos conservam intacta a sua capacidade económica. Todos os outros países estão na penúria e têm uma dupla necessidade: assegurar a sobrevivência dos habitantes, pelo que têm de importar grandes quantidades de alimentos e de adubos para melhorar a produção agrícola; reconstruir a indústria, o que implica a importação de maquinaria agrícola.

Ora os Estados Unidos são o único país onde podem fazer estas aquisições. Mas para isso os países europeus precisam de uma enorme quantidade de dólares, que não possuem: é o *dollar gap*. Os responsáveis americanos apercebem-se de que têm todo o interesse em resolver este problema, pois isso permitir-lhes-à garantir o pleno emprego no seu país. Durante a guerra o problema tinha sido resolvido através do empréstimo a prazo (empréstimo que deveria ser reembolsado ou restituído no fim da guerra) que foi suspenso em Agosto de 1945; tornava-se portanto necessário encontrar outra solução que não a dos expedientes da liquidação dos excedentes americanos, vendidos a preços mais baixos ou os empréstimos autorizados pelo *Export-Import Bank*, qualquer deles ajudas irregulares e incertas.

O sistema monetário internacional posto em prática no fim da guerra revelou-se insuficiente. A conferência monetária realizada em 1947 em Bretton Woods no New Hampshire (Estados Unidos) optou pelo regresso ao *Gold Exchange Standard*, que faz do dólar o *pivot* do sistema monetário internacional pois os Estados Unidos, então possuidores de 80% do ouro mundial, são o único país com capacidade para assegurar a conversão da sua moeda em metal. Os países signatários podem utilizar ouro ou divisas convertíveis em ouro — ou seja dólares — para garantir o valor da sua moeda e regularizar os seus pagamentos externos. Cada Estado compromete-se a manter a moeda numa taxa estável só lhe sendo permitido alterá-la em caso de desequilíbrio. Este regresso a um sistema de paridades fixas tem como objectivo favorecer as trocas internacionais, mas também impõe restrições. Os Bancos Centrais não podem permitir que o valor da moeda se afaste mais de 1% da paridade oficial.

• *O Fundo Monetário Internacional* (FMI), que funciona como uma banco de auxílio mutualista, é criado para consolidar o sistema. Antes da guerra, um Estado que tivesse uma balança deficitária era obrigado a recorrer às suas reservas de ouro, ficando numa situação periclitante, entre a deflação e a desvalorização. Financiado pelo conjunto dos seus membros, subscrevendo cada um deles uma quota proporcional ao seu peso económico (1/4 em ouro, 3/4 em moeda nacional), o FMI concede aos países com um *défice* temporário na balança de pagamentos, créditos sob a forma de direitos de emissão. Os países devedores têm um prazo de três a cinco anos para proceder ao reembolso. Podem portanto continuar a participar nas trocas interna-

cionais sem que isso acarrete custos demasiado elevados para as populações. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) financia os investimentos a médio e a longo prazo. Os acordos de Bretton Woods criam uma nova ordem monetária e instauram a supremacia do dólar mas não conseguem resolver a escassez em divisa forte *(dollar gap)*. Ora acontece que este é o problema urgente: a Europa tem fome e frio.

## *O Plano Marshall*

A 5 de Junho de 1947, numa alocução feita em Harvard, o general Marsall, Secretário do Departamento de Estado, propõe aos europeus uma ajuda colectiva com a duração de quatro anos. A responsabilidade da distribuição dos dinheiros caberá aos países abrangidos pelo auxílio e não aos Estados Unidos. O plano tem como objectivo apoiar a recuperação económica da Europa, favorecendo a união dos esforços, o que fortalecia também a resistência ao comunismo. Por outro lado, o plano permite que a economia americana se mantenha próspera. Esta proposta destina-se também, em princípio, à Europa de Leste, União Soviética incluída. Mas a União Soviética, e, depois dela as democracias populares, recusa e só dezasseis países — quase todos da Europa ocidental — aceitam a oferta americana e reúnem-se em Paris, em Junho de 1947.

A União Soviética vê no Plano Marshall uma manobra do imperialismo americano para impor o seu domínio político e económico à Europa.

Para mais, como no princípio os auxílios demoram a chegar, a situação é bastante crítica em França e na Itália, países onde os partidos comunistas são muito poderosos e participam nos governos do pós-guerra. Em França, os ministros comunistas são afastados do governo Ramadier a 4 de Maio de 1947. O mesmo acontece em Itália a 31 de Maio de 1947. As convulsões aumentam no Outono, com grandes greves, um pouco por todo o lado. Assumindo contornos de insurreição espontânea, estas greves fazem vacilar a central sindical CGT, que vê sair os seus membros da ala reformista. Por toda a Europa os comunistas fazem campanha contra o Plano Marshall. Os Estados Unidos decretam uma «ajuda provisória» para tentar solucionar os problemas de abastecimento, entre eles o aprovisionamento de carvão.

• *Em Abril de 1948 o Congresso dos Estados Unidos vota o European Recovery Program*, lei que visa permitir o auxílio americano, sendo 10% concedido sob a forma de empréstimos e 90% em ofertas em espécie, produtos americanos portanto, entregues aos governos que os vendem aos industriais. O valor destas mercadorias, traduzido em francos e pago ao governo francês, por exemplo, intitula-se



«contra-valor». Graças a este contra-valor, o governo francês pode conceder empréstimos públicos à indústria ou à agricultura. É um sistema muito eficaz e muito coerente que permite a recuperação económica dos países europeus.

• *A cooperação dos países europeus.* Ao criar, a 16 de Abril de 1948 a Organização Europeia da Cooperação Económica (OECE) encarregue de distribuir a ajuda americana, os europeus entram na via da cooperação. De 1948 a 1952 a ajuda concedida à Europa no âmbito do plano Marshall atingiu quase os 13 biliões de dólares, dos quais 3,2 para o Reino Unido e 2,7 para a França.

**Distribuição da ajuda entre os principais países europeus (em milhões de dólares e em percentagem)**

| | Total | % | ofertas | % |
|---|---|---|---|---|
| Todos os países | 12 992,5 | 100 | 9290 | 100 |
| França | 2 629 | 20,3 | 2 212,1 | 23,8 |
| Itália | 1 434,6 | 11,0 | 1 174,4 | 12,6 |
| Países Baixos | 1 078,7 | 8, | 3 796,4 | 8,6 |
| RFA | 1 317,3 | 10,1 | 1 078,7 | 11,6 |
| Reino Unido | 3 165,8 | 24,4 | 1 956,9 | 21 |

Outro grande mérito da OECE foi o de liberalizar as trocas intra-europeias que tinham uma organização arcaica e impunham numerosas restrições às trocas (proibições, restrições aduaneiras). A partir de 1950 (criação da União Europeia dos Pagamentos) a política de liberalização da OECE não pára de se expandir. O acordo geral sobre as tarifas aduaneiras e o comércio, assinado a 1 de Janeiro de 1948 e designado pela sigla inglesa GATT *(General Agreement on Tariffs and Trade)* é um tratado multilateral assinado entre mais de 80 Estados que asseguram mais de 4/5 do comércio mundial. O objectivo é liberalizar o comércio e criar bases sólidas para o desenvolvimento, acabando com toda e qualquer discriminação e suprimindo as barreiras alfandegárias. A distribuição da ajuda concedida pelos Estados Unidos no quadro do Plano Marshall e as diferentes instituições criadas no pós-guerra são o ponto de partida para uma solidariedade económica entre os países ocidentais, no meio de uma guerra fria que divide a Europa em duas.

## A EUROPA DIVIDIDA EM DOIS BLOCOS ANTAGÓNICOS

Desde 1947 que a ruptura está consumada e a Europa cinde-se em dois blocos antagónicos: de um lado a Europa ocidental, ligada aos Americanos; do outro a Europa oriental, sob a esfera de influência soviética.

A política externa da URSS baseia-se toda ela na obsessão da segurança. Esta atitude decorre da sua vulnerabilidade face a um eventual ataque atómico americano e de uma arreigada crença na hostilidade do mundo capitalista. A URSS comporta-se como uma cidadela cercada e deseja ardentemente estender a sua zona de influência a toda a Europa oriental, o que consegue na Alemanha de Leste, na Polónia, na Checoslováquia, na Hungria, na Jugoslávia, na Albânia, na Bulgária e na Roménia. Estes Estados assinam com a União Soviética, e entre eles, tratados contra a Alemanha, onde também estão previstos mecanismos de assistência. Estas alianças políticas são fortalecidas por medidas militares, como por exemplo a nomeação do marechal soviético Rokossovski para ministro da Defesa Nacional da Polónia (7 de Novembro de 1949) e, sobretudo, pela implementação de regimes comunistas, as «democracias populares».

Na Roménia e na Hungria acelera-se a extinção dos partidos não-marxistas. Em Szklarska-Poreba (Polónia), em Setembro de 1947, os representantes dos partidos comunistas de nove países europeus (URSS, Polónia, Jugoslávia, Bulgária, Roménia, Hungria, Checoslováquia Itália, França) criam um *bureau* de informação para servir de orgão de ligação entre os partidos comunistas, o *Kominform*. Aos olhos dos ocidentais este organismo surge como uma reconstituição do *Komintern* (dissolvido no Verão de 1943) e, consequentemente, como uma afirmação de endurecimento da URSS. Na realidade é um instrumento da política soviética. É preciso cerrar fileiras à volta da URSS. O representante soviético Idanov explica no seu relatório que o mundo está dividido em dois campos, um campo imperialista e capitalista dirigido pelos Estados Unidos e um campo anti-imperialista e anticapitalista, liderado pela URSS. E convida as democracias populares a imitar o modelo soviético.

• *No entanto a Jugoslávia, o mais fiel dos aliados, recusa o alinhamento pela União Soviética.* O marechal Tito, que se tinha destacado como chefe da Resistência e que era um fervoroso adepto de Estaline, não aceita no entanto submeter-se às suas ordens. Na Primavera de 1948 rebenta a crise: o *Kominform* condena publicamente Tito, classificando-o a ele e ao titismo como divisionistas. As democracias populares cortam relações diplomáticas com a Jugoslávia e denunciam os tratados de assistência. Isolada no bloco Leste, a Jugoslávia aproxima-se do ocidente sem no entanto abandonar a sua orientação marxista. Mas a incapacidade de controlar a Jugoslávia é uma derrota para a política soviética e é a primeira cisão no bloco comunista.



Na Turquia a determinação americana afasta a ameaça soviética, mas na Grécia continua uma guerra civil sangrenta que vai durar até Outubro de 1949, altura em que as tropas governamentais comandadas pelo general Papagos e ajudadas pela missão militar americana, forçam os guerrilheiros comunistas a refugiar-se na Bulgária e na Albânia.

A Finlândia consegue escapar ao domínio da URSS: não é governada por um partido comunista e é um país neutro, facto a que se agarra com unhas e dentes, conseguindo sair vitoriosa, depois de vários braços de ferro.

• *A Checoslováquia é um caso particular.* Em primeiro lugar é o único Estado da Europa central que viveu em democracia no período entre-guerras. Desde as eleições livres de 1946, ganhas pelo partido comunista, que tem um governo de coligação que deseja manter-se numa posição equidistante dos dois campos. Mas o governo está dividido quanto à oferta do Plano Marshall. Os socialistas são a favor mas os comunistas são contra e com a ajuda das milícias operárias fazem pressão para que o auxílio americano seja recusado. Pressionam também o governo para que apoie esta posição. A medição de forças desejada pelo partido comunista checoslovaco acabou a 25 de Fevereiro de 1948, com os comunistas a controlar o poder. Ao fim de cinco dias de crise o Presidente Benès aceitou o novo governo, dirigido pelo comunista Gottwald. Todos os ministros do novo governo são comunistas, à excepção do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jan Masaryk, que se suicida a 10 de Março. Os comités de acção encarregam-se das purgas nas administrações. A fronteira ocidental é fechada. O «golpe de Praga» foi conseguido. Eis um momento forte da guerrra fria.

• *O Pacto de Bruxelas.* O golpe de Praga impressionou profundamente os europeus do ocidente que de repente viram a guerra à porta. Tomaram consciência de que se ficassem desunidos não conseguiriam defender-se. No fim da guerra não há nenhum tratado que ligue a França e a Grã-Bretanha, separadas por interesses antagónicos, sobretudo no Médio Oriente e na Alemanha. Só a 4 de Março de 1947, e depois de muitas tergiversações, G. Bidault e E. Bevin assinam um tratado de aliança e assistência mútua em Dunquerque, cidade escolhida simbolicamente numa homenagem à batalha de Maio-Junho de 1940. O que está por detrás destas disposições é sobretudo o medo de que a Alemanha volte a ser uma ameaça. Mas a crescente tensão internacional faz com que Franceses e Ingleses assinem com os Belgas, com os Holandeses e com os Luxemburgueses um tratado de aliança, dito da União Ocidental. O Pacto de Bruxelas é a primeira das alianças contra qualquer agressor e não unicamente contra a Alemanha. Contempla um compromisso de assistência automática contra toda e qualquer agressão; organiza uma rede de relações em vários domínios. E, facto importante, põem-se em funcionamento, mesmo em tempo de

paz, instâncias militares da Aliança, simbolizadas pela instalação de um Estado-Maior interaliado, em Fontainebleau.

Assim, em 1948 o medo da guerra volta a aparecer na Europa e faz com que os europeus, que se sentem fracos, se voltem para os Americanos para que estes os protejam do perigo soviético.

A concretização desta ameaça é o bloqueio de Berlim, o «pequeno bloqueio» que começa em Março e acaba em Junho, seguido do «grande» que dura um ano, de 23 de Junho de 1948 a 12 de Maio de 1949. Entre 1948 e 1953 o problema alemão é uma questão fulcral da guerra fria.

## O PROBLEMA ALEMÃO, QUESTÃO FULCRAL DA GUERRA FRIA

Quando Ingleses e Americanos unificam as sua zonas, a 17 de Dezembro de 1947, os soviéticos protestam e exigem a sua parte das reparações. A França obtém a aprovação dos anglo-saxões para que o Sarre seja afastado politicamente da Alemanha e fique economicamente ligado à França.

O encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros da França (Bidault), da Grã-Bretanha (Bevin), dos Estados Unidos (Marshall) e da URSS (Molotov), em Moscovo (Março-Abril de 1947), acaba num impasse total, tanto no que diz respeito à desnazificação como no que diz respeito às fronteiras orientais da Alemanha e às indemnizações.

Quanto ao futuro governo da Alemanha, a divergência dos pontos de vista dos antigos Aliados ainda é maior. A França pretende uma Alemanha muito pouco centralizada, de estrutura federal, agrupando uma dúzia de *Lander*. A União Soviética, pelo contrário, reclama um Estado fortemente centralizado e um controlo internacional sobre o Rur, onde ela teria a sua parte. Os Ingleses e os Americanos são a favor de um governo federal forte que controle os Negócios Estrangeiros, a Economia e as Finanças.

O acordo sobre o tratado de paz com a Áustria também se revela inviável porque os soviéticos querem ter o controlo sobre grande parte da Economia, o que os ocidentais recusam.

Na conferência de Londres (25 de Novembro-18 de Dezembro de 1947) não se regista nenhum progresso. Molotov imputa as dificuldades à má-fé dos ocidentais e recusa liminarmente todas as propostas por eles apresentadas. Exige a organização imediata de um governo central alemão. Decididamente o problema alemão tornou-se o pomo da discórdia entre os antigos Aliados e a questão do estatuto de Berlim é, de todos os casos, o mais complicado.



### *O problema do estatuto de Berlim e o bloqueio*

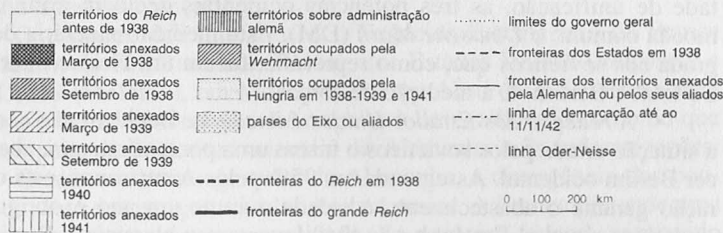
Os soviéticos nunca aceitaram bem o estatuto de Berlim, com quatro zonas de ocupação. Em seu entender, Berlim devia fazer parte da Alemanha de Leste. Em Março de 1948, o marechal soviético Sokolovski decide abandonar os debates do Conselho de Controlo interaliado e alguns dias mais tarde os soviéticos anunciam que confiam aos Alemães de Leste o controlo do acesso a Berlim ocidental. Perante a recusa dos ocidentais, todas as vias de acesso terrestre a Berlim são bloqueadas: é o pequeno bloqueio de Berlim. Mas avizinha-se uma crise bem mais grave.

• *Na Conferência de Londres, realizada em Junho de 1948,* Franceses, Ingleses e Americanos chegam a acordo e decidem unificar as suas três zonas de ocupação e organizar eleições para uma assembleia constitutiva. Os Franceses, muito reticentes quanto à unificação das zonas, só assinam mediante a garantia da criação de uma autoridade internacional do Rur, que deverá controlar não só o Rur como toda a economia alemã. De qualquer modo está aberto o caminho para a constituição de um Estado da Alemanha ocidental. Para mostrar a sua vontade de unificação, as três potências ocidentais decidem criar uma moeda comum, o *Deutsche Mark* (DM). Esta medida monetária desagrada aos soviéticos que, como represália, fazem um bloqueio terrestre total a Berlim. É a medição de forças.

• *A reacção dos Estados Unidos é imediata.* Decidem não aceitar a situação criada pelos soviéticos e fazem uma ponte aérea para abastecer Berlim ocidental. Assegurada em 95% pelos Americanos, esta operação garante o abastecimento à cidade durante um ano e obriga os soviéticos a ceder. Em Junho de 1949 levantam o bloqueio a Berlim e aceitam abrir de novo as auto-estradas e linhas de caminho de ferro que permitiam o abastecimento a Berlim ocidental e que estavam sob controlo soviético. O Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, reunido em Paris em Maio-Junho de 1949, sanciona este equilíbrio precário. E Berlim torna-se um símbolo do combate pela liberdade.

## A constituição dos dois Estados

• *A comissão encarregue de elaborar a Constituição da Alemanha ocidental reuniu-se no Verão de 1948, tal como ficara estipulado nos acordos de Londres.* Esta comissão, composta por elementos eleitos dos onze *Lander*, apresenta na Primavera de 1949 um projecto de constituição que é rejeitado pelos comandantes-em-chefe. Em Maio de 1949 apresenta novo projecto que é aprovado. Entretanto, os ocidentais negociaram entre si e em Abril de 1949 assinaram os acordos de Washington. O objectivo destes acordos é conceder à Alemanha toda a

## A ALEMANHA DE 1938 A 1945

Fonte: *Allemagne* (Histoire), M. Eude, Encyclopaedia Universalis.

autonomia possível, desde que esta seja compatível com a ocupação Aliada. Estabelece-se claramente a fronteira entre os largos poderes que ficam nas mãos das autoridades de ocupação (desarmamento, desmilitarização, controlo do Rur, indemnizações, descartelização) e as responsabilidades que serão cometidas ao futuro governo da Alemanha ocidental. A Defesa e os Negócios Estrangeiros são da exclusiva competência dos Aliados. A Alemanha só pode assinar tratados com o acordo dos Aliados e ficará totalmente desarmada. O governo militar da Alemanha é substituído por uma Alta Comissão Aliada, composta por John MacCloy (Estados Unidos), André François-Poncet (França) e pelo general Robertson (Reino Unido).

• *Depois dos acordos de Washington, a Constituição alemã de natureza federal, «a lei fundamental», é aceite pelos Aliados* e realizam-se eleições gerais, em Agosto de 1949. O texto da Constituição é um compromisso entre as teses federalistas e as teses centralistas.

## Quadro 2

### BERLIM DEPOIS DE 1945

1945 — 2 de Maio: Capitulação de Berlim, conquistada pelo Exército Vermelho.
— 5 de Junho: Declaração dos quatro (Estados Unidos, URSS, Grã-Bretanha, França) em Berlim. Assumem a administração da cidade, entretanto dotada de um estatuto especial e dividida em quatro sectores.
— 22 de Novembro: Delimitação de corredores aéreos entre Berlim Leste e as zonas ocidentais.

1948 — 23 de Junho: Os soviéticos dão início ao bloqueio de Berlim; toda a circulação rodoviária e ferroviária para Berlim Leste é interrompida.
— 26 de Junho: Início da ponte aérea.

1949 — 12 de Maio: Fim do bloqueio de Berlim.

1953 — 17 de Junho: Sublevação em Berlim Leste e em várias outras cidades da RDA.

1957 — 6 de Outubro: W. Brandt é eleito burgomestre de Berlim ocidental.

1958 — 9-27 de Novembro: N. Kruchtchev quer pôr termo ao estatuto de Berlim Leste, para que passe a ser uma cidade livre.

1959 — 11 de Maio-20 de Junho: Fracasso da Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros em Genebra.

1960 — 16 de Maio: Conferência de cúpulas, abortada, em Paris.
— 5 de Agosto: Os Três Grandes ocidentais reafirmam a sua vontade de manter por todos os meios a liberdade de acesso a Berlim.

1961 — 13 de Agosto: Construção do Muro de Berlim.

1962 — Fevereiro: Incidentes nos corredores aéreos de Berlim.

1963 — 26 de Junho: Visita do Presidente Kennedy ao muro: «*Ich bin ein berliner*».

1969 — 16 de Dezembro: os Três Grandes sugerem ao Kremlim que dê início a uma discussão sobre Berlim, para tentar melhorar a situação e, sobretudo, para que seja garantido o livre acesso a Berlim. Os soviéticos aceitam.

1970 — 26 de Março: Primeiro encontro em Berlim, desde 1959, entre os três embaixadores ocidentais e o embaixador da URSS.

1971 — 3 de Setembro: Acordo quadripartido sobre Berlim.

1972 — 3 de Junho: Entra em vigor o novo estatuto interaliado de Berlim.

1987 — 30 de Abril M. Honecker recusa-se a assistir em Berlim ocidental às cerimónias do 750.º aniversário da cidade.
— 12 de Junho: Visita de Ronald Reagan a Berlim ocidental. «Deite este muro abaixo, Sr. Gorbatchev!».

1989 — 9 de Novembro: As autoridades da RDA decidem abrir as fronteiras e o muro. Noite de alegria em Berlim: milhares de berlinenses de Leste passam o muro.
— 21 de Dezembro: O chanceler Helmut Kohl (RFA) e o primeiro-ministro H. Modrow (RDA) encontram-se na porta de Brandeburgo, de novo aberta.

1990 — 31 de Agosto: O tratado de reunificação entre a RFA e a RDA é assinado em Berlim Leste.

1991 — 20 de Junho: Os deputados alemães votam a favor da mudança da sede do Governo e do Bundestag de Bona para Berlim.

A República Federal Alemã é uma federação de onze *Lander*, tendo cada *Land* a sua constituição própria. O *Bundestag* designa um Presidente da República, sem grande poder, e um Chanceler, que é o verdadeiro chefe do poder executivo. Quem ganha as eleições é o líder do Partido Democrata Cristão (CDU), o antigo Presidente da Câmara de Colónia, Konrad Adenauer.

A 7 de Outubro de 1949 é a vez da URSS transformar a sua zona numa República Democrática Alemã (RDA). A República Democrática Alemã tem uma constituição centralizadora.

• *A partir deste momento está institucionalizada a divisão da Alemanha* e a situação alemã complica-se com o problema da reunificação das duas Alemanhas. O chanceler Adenauer (RFA) e o presidente Grotewohl (RDA) lançam à vez iniciativas espectaculares para realizar eleições livres em toda a Alemanha. Não se verifica nenhum progresso tanto mais que a RDA reconhece a linha Oder-Neisse como fronteira oriental enquanto a Alemanha ocidental se recusa terminantemente a aceitá-la. Os dois Estados alemães desenvolvem-se em paralelo e cada um deles copia os métodos e os objectivos do lado em que se encontra: o capitalismo a ocidente, o comunismo a leste. A 17 de Junho de 1953 rebenta em Berlim Leste uma revolta popular e há uma greve geral, como resposta às medidas que visavam acelerar a colectivização das terras e aumentar a produção na indústria. Os manifestantes exigem ao Secretário do Partido da Alemanha de Leste (SED) a realização de eleições livres. É declarado o estado de sítio. A repressão é terrível.

Mas a Alemanha já deixou de ser um sujeito passivo nesta história. Desempenha agora um papel activo e se o governo da Alemanha de Leste se contenta em ser um satélite da União Soviética, o governo da Alemanha ocidental mostra-se logo mais autónomo e em Novembro de 1949 assina com as potências ocidentais os acordos de Petersberg. Estes acordos acabam praticamente com as indemnizações de guerra na Alemanha ocidental. A admissão do novo Estado no Conselho da Europa é bastante complicada porque a França quer que o Sarre também seja admitido e Adenauer recusa-se a reconhecer a existência de um Sarre autónomo. Adenauer acaba por aceitar, embora com enormes reservas, o estatuto do Sarre. A 2 de Maio de 1951 a República Federal da Alemanha (RFA) é admitida como membro de pleno direito no Conselho da Europa. Entretanto os acordos de Londres (Maio de 1950) e de Nova Iorque (Setembro de 1950) autorizaram a RFA a voltar a ter um ministério dos Negócios Estrangeiros e a voltar a estabelecer relações diplomáticas com todos os países.

• *O Sarre, principal motivo da discórdia franco-alemã.* Entre 1949 e 1950 o governo francês e o governo do Sarre definem o estatuto de autonomia política do Sarre e a sua ligação económica à França, negociando uma série de convenções. Estas convenções tornam o governo do Sarre mais autónomo em relação à autoridade do alto-





-comissário. Embora nunca ponham em causa o carácter provisório do estatuto do Sarre, o certo é que estas convenções consolidam a situação tal como ela existe e, portanto, a ligação do Sarre ao espaço económico francês, contrariando assim os objectivos do governo de Bona. Este apresenta o seu protesto num Livro Branco, publicado em Março de 1950. Além disso aproveita todas as ocasiões para levantar a questão do Sarre, o que aconteceu, por exemplo, aquando da nomeação do Alto Comissário para embaixador. A crescente tensão entre a Alemanha e a França, provocada por esta questão e a continuação da guerra fria, explicam a multiplicidade de iniciativas que entretanto surgem para incrementar a construção europeia.

**BERLIM**

## A EXPANSÃO COMUNISTA NO EXTREMO ORIENTE

• *As duas Chinas*: No Verão de 1947 há uma reviravolta na guerra civil chinesa. Os nacionalistas, depois de terem conseguido avançar em Henam, perdem terreno um pouco por todo o lado, apesar da ajuda americana. Os comunistas entram em Pequim a 22 de Janeiro de 1949 e em Xangai a 25 de Maio, depois de terem conquistado a China do Norte. Tchang Kai-Chek refugia-se na ilha Formosa e deixa a China continental a Mao Tsé-Tung que, a 1 de Outubro de 1949, proclama a República Popular da China (RPC). Nasce um outro pólo da guerra fria, devido à oposição ideológica entre as duas Chinas e ao pro-

blema das pequenas ilhas costeiras, Quemoy, Matsu e, mais ao norte, as ilhas Taschen, que ficam nas mãos dos nacionalistas do sul. Durante um quarto de século a questão das duas Chinas vai ser um quebra--cabeças diplomático e mina todas as relações internacionais. Deve reconhecer-se a China comunista? As potências ocidentais hesitam em «largar» Tchang Kai-Chek e apoiar Mao Tsé-Tung. A Grã-Bretanha, implantada em Hong-Kong, decide reconhecer, sozinha, o regime comunista, em Janeiro de 1950. Entretanto, a China nacionalista continua a ter assento na ONU, como membro permanente do Conselho de Segurança. A URSS reconhece a República Popular — no que é rapidamente seguida por todas as democracias populares — e apoia-a em matéria de segurança.

A aliança sino-soviética traduz essencialmente uma oposição comum à política dos Americanos e dos seus aliados. A 14 de Fevereiro de 1950 Mao assina com Estaline um «Tratado de assistência e de amizade mútuas». A URSS compromete-se a retirar as suas tropas da Manchúria e de Porth-Arthur e a ajudar a China no plano económico, técnico e financeiro. Num ápice, a situação no Extremo Oriente modifica-se completamente e a RPC vai doravante ter um papel activo na Indochina e na Coreia.

• *A Indochina, problema ideológico.* Depois de Dezembro de 1946, os Franceses travam um combate ambíguo na Indochina. Afirmam querer proteger a independência e a integridade dos Estados da Indochina da agressão do movimento viet-minh, mas nenhum governo quer ser pioneiro nas negociações que levariam à retirada francesa. A guerra colonial é um encargo que se torna cada vez mais pesado para o orçamento e para a própria França, cuja dívida para com os Estados Unidos vai aumentando. A partir de Junho de 1950 há uma viragem decisiva na guerra da Indochina. A guerra colonial torna-se uma guerra ideológica, tendo de um lado o mundo comunista, com a China como estandarte e de outro o mundo ocidental representado pela França, apoiada pelos Estados Unidos.

• *Na Coreia as tensões nascidas da guerra também degeneram em conflito ideológico.* A Coreia era uma colónia japonesa desde 1910. Quando no fim da Segunda Guerra, a 8 de Agosto de 1945, a URSS atacou o Japão, estava assente que os soviéticos aceitariam a capitulação japonesa a norte do paralelo 38 e os Americanos a sul do paralelo 38. Mas havia ainda a questão da Coreia. A conferência de Moscovo (Dezembro de 1945) pronuncia-se a favor da tutela das grandes potências o que, em seu entender, favoreceria a reunificação do país. Americanos e soviéticos retiraram do país, mas rapidamente surgiram as divergências e a situação acabou num impasse político e num clima de grande tensão entre o norte e o sul. Este clima de tensão criou uma grande instabilidade ao longo da fronteira do paralelo 38. A 25 de Junho de 1950 a Coreia do Norte lança uma vasta ofensiva contra a do Sul. Se as origens do conflito ainda hoje permanecem obscuras, o



mesmo não se pode dizer das consequências, que são bem claras. O rebentar da guerra levou à intervenção dos Americanos, que numa primeira fase tinham excluído a Coreia do seu perímetro estratégico no Extremo Oriente. Decidem então defender as Filipinas (acordo de garantia de 30 de Agosto de 1951); dão assistência económica e militar à Formosa e à França, na Indochina. E sobretudo decidem fazer do Japão um aliado.

• *O Japão.* Logo a seguir ao fim da guerra, o general Mac Arthur, comandante supremo das potências aliadas, tinha lançado profundas reformas com vista à democratização do Japão, tanto no plano político como no plano económico. A guerra da Coreia vai ser um teste à lealdade do Japão, pois as forças de ocupação americanas estão reduzidas ao mínimo. Os Estados Unidos assinam um tratado com o Japão, em Setembro de 1951, na sequência da Conferência de S. Francisco. O Japão compromete-se a renunciar a vários territórios: Coreia, Formosa, Pescadores, Curilhas, e a parte Sul de Sacalina. De uma assentada o Japão, Estado vencido e ocupado, vê-se promovido a «sentinela do mundo livre», bem longe da China e da URSS. O tratado de segurança de S. Francisco concede aos Americanos numerosas bases militares em território japonês. Por decisão de um pacto de segurança colectiva, assinado a 1 de Setembro de 1951 em S. Francisco entre a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos (ANZUS), é construída uma segunda linha defensiva no Pacífico.

• *A intervenção americana na Coreia* faz-se com o o beneplácito das Nações Unidas. O Conselho de Segurança denuncia a agressão norte-coreana e, na ausência da URSS, decide intervir na Coreia. Há uma explicação para a ausência do veto soviético. Os soviéticos tinham declarado que, a partir de 1 de Janeiro de 1950, não compareceriam no Conselho de Segurança enquanto a China nacionalista não fosse substituída pela China comunista, na ONU. O exército das Nações Unidas, composto essencialmente por divisões americanas secundadas por tropas britânicas e um batalhão francês, entre outras, é comandado pelo general americano Mac Arthur, o vencedor da guerra do Pacífico e o comandante supremo no Japão. Numa primeira fase (Junho-Agosto de 1950) consolida a testa de ponte de Pu-San. No Outono de 1950 faz uma contra-ofensiva que leva as tropas das Nações Unidas a passar o paralelo 38 e a ficar perto da fronteira chinesa (Setembro-Novembro de 1950). É então que a China entra na guerra. A intervenção de centenas de milhares de «voluntários chineses» obriga Mac Arthur a bater em retirada (Novembro-Janeiro de 1951), mas consegue voltar a fixar-se no paralelo 38, fazendo uma contra-ofensiva. Em Abril de 1951 Mac Arthur quer bombardear as bases de voluntários chineses na Manchúria, correndo o risco de entrar em guerra aberta com a China. Truman substituiu-o imediatamente pelo general Ridgway, que se limita a manter as

posições adquiridas.Um acordo sobre o repatriamento dos prisioneiros, assinado em Abril de 1953, é finalmente posto em prática, ao fim de dois anos de negociações, mas com muita dificuldade. A convenção do armistício assinada em Pan Mun Jon, a 27 de Julho de 1953 consagra uma «paz branca». A fronteira entre o Norte e o Sul é quase a mesma de 1950, ao longo do paralelo 38; no Extremo Oriente o mundo também está dividido em dois, entre a Coreia do Norte, pró-comunista, presidida pelo marechal Kim-Il-Sung e a Coreia do Sul, pró-ocidental, dirigida por Syngman Rhee.

## OS DOIS CAMPOS FRENTE A FRENTE

### *O campo atlântico*

A convicção de que a União Soviética representa um perigo mortal leva o mundo livre a unir-se a a rearmar-se. O pacto de Bruxelas, entre a França, o Reino Unido e o Benelux era contra qualquer agressor. Mas na realidade o agressor que estes países temiam era a União Soviética e depressa se aperceberam da desvantagem da união ocidental em relação ao exército vermelho. Pediram então aos Estados Unidos que aderissem ao Pacto de Bruxelas e se comprometessem a prestar auxílio militar. A 4 de Março de 1948, G. Bidault, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, escreve ao general Marshall, secretário do departamento de Estado, propondo-lhe uma colaboração mais estreita, a nível político e a nível militar, entre o Velho Mundo e o Novo Mundo.

Seguindo a doutrina de Truman, os Americanos, preocupados em travar o desenvolvimento do comunismo, aumentam as despesas militares que em 1952 atingem 13% do PNB, mantêm as forças militares em estado de alerta e criam uma central de informações, a *Central Intelligence Agency* (CIA). Não recusam as negociações com os europeus. Mas nos Estados Unidos, de acordo com a Constituição, qualquer tratado deve ser aprovado no Senado por uma maioria de dois terços, antes de ser ratificado. Assim sendo, o governo americano considerou que seria mais sensato fazer aprovar no Senado uma resolução prévia que autorizasse o poder executivo a fazer as alianças em tempo de paz. É a resolução Vandenberg (do nome do senador republicano, presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Senado) votada a 11 de Junho de 1948. Trata-se de uma verdadeira revolução na política externa dos Estados Unidos, que até então só faziam alianças em tempo de guerra. Os pactos vão a partir de agora tornar-se um instrumento priveligiado para a segurança nacional em tempo de paz. Está aberto o caminho para a Aliança Atlântica, negociada em finais de 1948 e princípios de 1949.



• *O Pacto Atlântico,* válido por vinte anos, teve a sua assinatura solene em Washington, a 4 de Abril de 1949. Foi assinado pelos representantes de dez nações (Estados Unidos, Canadá, França, Reino Unido, Benelux, Itália, Noruega, Dinamarca, Islândia, Portugal). A União ocidental está praticamente esvaziada da sua substância e, aliás, muitos dos seus órgãos são absorvidos pela NATO. O *«standing group»* (grupo permanente composto por representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França) com assento em Washington, fica encarregue de assegurar a direcção estratégica da Aliança.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, em português, NATO, em inglês) é neste momento uma aliança muito frágil que estipula que um ataque armado a um dos seus signatários da Europa, da América do Norte ou da Argélia ou a uma das ilhas do Atlântico, será considerado como um ataque ao território de todos e levará à assistência mútua. Esta assistência militar não é automática e cada país mantem as suas forças militares e o seu comando. Não estão previstas instituições para o tempo de paz, à excepção de um Conselho Atlântico, com prerrogativas bastante vagas, aliás. Apesar disso todos os observadores consideram que a NATO coloca a Europa ocidental na dependência dos Estados Unidos e o Pacto Atlântico é fortemente contestado. A União Soviética considera-o um pacto de agressão contra ela. Os comunistas dos países europeus vêem-no como uma sujeição da Europa ocidental aos Estados Unidos. Os neutros lamentam o alinhamento pelos Estados Unidos.

Algum tempo depois, o Apelo de Estocolmo (19 de Março de 1950), que é a face visível de um vasto movimento pacifista animado por militantes comunistas do mundo inteiro, vem sobrepor-se a estas campanhas. O Conselho Mundial da Paz, destinado a enfraquecer a resposta do mundo ocidental à expansão comunista, recomenda a interdição absoluta das armas atómicas.

Apesar destas campanhas o tratado é rapidamente ratificado por doze nações (Reino Unido, França, Portugal, Benelux, Itália, Noruega, Dinamarca, Estados Unidos, Canadá, Irlanda e, em 1952, a Grécia e a Turquia). Entra em vigor em Agosto de 1949 e é acompanhado de um programa militar que vai ter um papel determinante no auxílio americano à Europa. Mas por agora ainda estamos perante uma aliança, sem automaticidade e sem uma organização integrada. Os acontecimentos do Extremo Oriente, especialmente a guerra da Coreia, vão modificar profundamente o sistema do Pacto Atlântico por causa da integração militar.

• *O «new-look».* A guerra fria é essencialmente um confronto ideológico e a luta contra o comunismo passa pela propaganda e pela mobilização ideológica. Nos Estados Unidos o senador do Wisconsin, MacCarthy, lança uma violenta campanha anticomunista (9 de Fevereiro de 1950) que se transforma numa verdadeira «caça às bruxas»,

acusando todos os que são suspeitos de actividades antiamericanas. Em Novembro de 1952 os Republicanos ganham as eleições presidenciais. O general Eisenhower é eleito. Durante a campanha eleitoral criticara a política da administração democrata, que tinha consistido em conter o comunismo (*containment*) e em preconizar uma política de firmeza e de repressão ao comunismo (*roll-back*). A nova administração americana renuncia rapidamente a esta política, que se arriscava a levar o país a uma guerra generalizada. O novo rosto da política americana, o *new-look*, traduz-se por uma mudança na diplomacia, a *pactomania*, e por uma mudança de estratégia, a doutrina das represálias massivas.

Os dados estratégicos evoluíram desde 1945. Em 1949 a URSS fez explodir uma bomba atómica. Os Estados Unidos já não têm o monopólio da arma atómica e o conflito na Coreia é o exemplo de uma guerra circunscrita, é certo, mas assassina, impopular e ineficaz. Refugiados no santuário manchú os chineses estão fora de alcance. A arma atómica não permitiria aos Estados Unidos impor a sua vontade, com menos custos, se as represálias não se limitassem a um único território? Em 1953 os Republicanos adoptam a nova estratégia definida pelo almirante Radford, presidente do Comité dos Chefes do Estado-Maior. Esta estratégia resume-se a três fórmulas: represálias massivas (*massive retaliation*), retaliação imediata (*instant retaliation*), nada de santuários (*no sheltering*). Se fossem atacados, os Estados Unidos responderiam de imediato com a arma atómica. Nenhum território seria poupado. É assim que os Estados Unidos esperam obter o máximo de segurança com o mínimo de custos.

• *O reforço das alianças.* O novo secretário de Estado vai empenhar-se sobretudo no reforço da rede de alianças feitas por Washington. Na Ásia é preciso conter o comunismo chinês e pôr um ponto final na «teoria dos dominós»: quando um país cai para o lado comunista os países que estão à volta dele correm o risco de ser arrastados. Os Estados Unidos, que no Pacífico já são aliados das Filipinas, da Austrália, da Nova Zelândia e do Japão, assinam tratados de defesa com a Coreia do Sul (1953), com o Paquistão, com a China nacionalista e com o Vietname do Sul (1954). Mas o mais importante é o Pacto de Manila que, a 8 de Setembro de 1954, cria a Organização do Tratado da Asia do Sudoeste (OTASE). Os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, a Austrália, a Nova Zelândia, as Filipinas, o Paquistão e a Tailândia, comprometem-se a contra-atacar em conjunto se territórios pertencentes a algum deles forem atacados, ou se for atacada toda a região situada ao sul do 21°30 norte, o que inclui a Indochina, mas não a Formosa, que está ligada ao tratado de defesa sino-americano (2 de Dezembro de 1954) e que entre 1954 e 1955 esteve debaixo de uma grande tensão. No Médio Oriente o Pacto de Bagdade (Fevereiro de 1955), que abrange a Turquia, o Iraque, o Paquistão, o Irão e o Reino Unido, cria um cordão protector à volta das fronteiras meridionais da



URSS. Na América Latina, os Estados Unidos tentam arrastar os Estados latino-americanos para uma cruzada anticomunista (conferência de Caracas, em Março de 1954) e tentam também fortalecer a coesão da Organização dos Estados Americanos, numa conferência que tem lugar de 19 a 22 de Julho de 1956, no Panamá. Reafirmam a sua profunda solidariedade com os problemas mundiais e mostram-se favoráveis à invasão da Guatemala, então dirigida pelo governo pró-comunista do coronel Arbenz (Junho de 1954). O Japão desempenha agora um papel muito secundário e está sob a alçada dos Estados Unidos que, pelo artigo 9 da Constituição de 3 de Maio de 1947, lhe impõem um pacifismo institucional que o obriga a renunciar não só ao uso da força como também à manutenção de qualquer potencial militar. Mas para fazer face à Guerra da Coreia a América reclama o rearmamento do Japão e faz o Tratado de 1951. Os Japoneses criam uma força defensiva, embora sejam totalmente contra, tal como são contra as experiências atómicas que os Americanos fazem no Pacífico. O lado soviético exige as ilhas Curilhas, a parte sul de Sacalina e, sobretudo, as ilhas ao norte de Hokkaido (Habomai, Sikotan). Apesar do impasse das negociações sobre o contencioso territorial, Japoneses e soviéticos assinam uma declaração comum que põe fim ao estado de guerra (Outubro de 1956) e permite o restabelecimento de relações diplomáticas normais. A 18 de Dezembro de 1956 o Japão é admitido na ONU.

## *A cooperação europeia*

O medo de uma agressão comunista à Europa ocidental foi avivado pelo conflito da Coreia e fez com que os europeus acelerassem, a todos os níveis, o processo de aproximação entre os vários países.

• *A cooperação económica.* Os primeiros passos desta aproximação dão-se a nível económico. A OECE organiza, a partir de 1948, uma verdadeira colaboração comercial e monetária entre os dezasseis Estados europeus que beneficiam do plano Marshall. Há um movimento de opinião favorável à criação de uma federação europeia. Este movimento culmina na realização de um congresso em Haia, em Maio de 1948, de onde sai expressa a vontade de criação de uma União Europeia. Mas o desacordo franco-britânico não permite que se vá muito longe. Os Franceses defendem a criação de uma Assembleia Consultiva, embrião de um futuro parlamento europeu. Os Ingleses não querem nem ouvir falar do que quer que seja que possa implicar o abrir mão, mesmo pouco, da soberania nacional e propõem a criação de um simples Comité de ministros. Em Janeiro de 1949 conseguem chegar a uma solução de compromisso e criam um Assembleia Consultiva Europeia, de competência limitada. Este Conselho da Europa, aberto aos dezassete países membros da OECE, tem a sua primeira sessão,

em Agosto de 1949, em Estrasburgo. A única coisa que fazem é esboçar uma cooperação política e cultural

Surgem entretanto várias iniciativas tendentes a ultrapassar o antagonismo franco-alemão através da criação de uma Europa ocidental unida. De todas, a mais importante é o Plano Schuman. O Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, aproveita uma ideia de Jean Monnet, então Alto-Comissário do Plano, que consistia em colocar em conjunto a produção franco-alemã de aço e de carvão sob uma alta autoridade comum, no seio de uma organização aberta aos outros países da Europa. O objectivo é propor «realizações concretas, criando primeiro uma solidariedade de facto» e também eliminar a tradicional rivalidade franco-alemã.

O Plano Schuman (9 de Maio de 1950) inaugura a passagem da simples cooperação à verdadeira integração: propõe que se ponha em comum a produção e a venda dos produtos siderúrgicos. A França, a Alemanha ocidental, a Itália e os países do Benelux criam a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O Reino Unido, cioso da sua soberania, mantém-se à distância desta construção continental. O Tratado de Paris (18 de Abril de 1951) atribui um poder supranacional a uma Alta Autoridade, composta por nove membros, independentes dos governos nacionais, que fica também encarregue de modernizar a produção do carvão e do aço e de desenvolver a exportação comum. A Autoridade Internacional do Rur desaparece.

• *A cooperação militar.* O risco de haver guerra faz com que os europeus considerem a hipótese de um entendimento militar e, além disso, os Americanos fazem pressão para que a Europa proceda ao rearmamento. Em Dezembro de 1950 a NATO, num considerável esforço colectivo, cria uma organização militar integrada, dirigida pelo Quartel Geral das Forças Aliadas na Europa, o SHAPE (*Supreme Headquarters of Allied Powers in Europe*), sob comando de um general americano. O general designado é o general Eisenhower. À justaposição dos exércitos nacionais sucede uma «força integrada». É feito um enorme esforço para simplificar, coordenar e harmonizar todos os órgãos da NATO e, em 1952, fica decidido que deverão ficar sediados em Paris.

Mas ainda faltam as armas! Os Americanos fornecem-nas. Armas! A ajuda económica americana transforma-se gradualmente em ajuda militar. Homens! O exército francês está na Indochina e o governo americano não quer que os seus GI (*Government Issue,* soldado do exército americano) sejam os únicos a defender o Elba e o Reno. Então, porque não rearmar a Alemanha ocidental? É esta sugestão que o governo americano apresenta oficialmente, em Setembro de 1950. A recusa da França, que se opõe categoricamente ao rearmamento da Alemanha, deixa a NATO num impasse. Para tornear a dificuldade, o ministro francês da Defesa Nacional, René Pleven, propõe, em Outubro de 1950, que se aplique o plano Schuman ao domínio militar. Criar-se-ia um exército comum que integraria unidades dos seis exércitos europeus. Assim seria possível aumentar os efectivos e ter soldados alemães. Mas a criação de um exército alemão estava fora de questão...As negociações para a criação de um exército europeu foram demoradas e o projecto inicial foi alterado, uma vez que a integração das forças militares foi feita a nível de divisão. Só a 27 de Maio de 1952 é que foi assinado o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Defesa (CED). Mas não entrou em vigor, devido às reticências colocadas pelos Franceses. Para os gaullistas, para os comunistas e para parte da esquerda, a CED tem vários contras: é o embrião de um exército alemão, representa o fim das forças nacionais autónomas e submete o exército europeu ao comando americano da NATO. Esta questão torna-se objecto de vivo debate na opinião pública francesa e entre os Aliados. Os Americanos pressionam os vários governos franceses para que honrem o tratado da CED, que entretanto tinha sido ratificado pela Holanda, pela Bélgica e pela Alemanha. Os governos franceses apresentam «condições prévias», a serem satisfeitas antes da ratificação do tratado e tentam negociar «protocolos adicionais». Em Dezembro de 1953, o secretário do Departamento de Estado, J. Foster Dulles, declara que se a França não ratificar o tratado da CED, a América irá rever a sua política na Europa e que isto poderá ser dramático para os europeus. Em Agosto de 1954, o novo primeiro-ministro francês, Pierre Mendès France, propõe aos cinco parceiros da França várias alterações para atenuar o carácter supranacional deste tratado, que tinha sido proposto e redigido pelos Franceses, não o esqueçamos. Face à recusa dos outros Estados, a Assembleia Nacional Francesa opõe-se definitivamente à ratificação do tratado da CED, pela votação de uma simples questão prévia.

Nos dois meses seguintes encontra-se uma alternativa. O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Anthony Eden tem a ideia de ressuscitar a União Ocidental e de admitir nela a Alemanha e a Itália. Esta hipótese resolve duas questões de uma só vez: permite um certo controlo sobre o futuro exército alemão e assegura a participação da Grã-Bretanha no dispositivo militar da Europa ocidental. Pelos acordos de Paris (23 de Outubro de 1954), a União Ocidental passa a designar-se União da Europa Ocidental (UEO) e engloba a Alemanha e a Itália; a Alemanha readquire a sua total soberania e, facto importante, o direito ao rearmamento. Mas a reconstituição das forças militares alemãs está sujeita a várias restrições: a Alemanha não pode fabricar armas atómicas, biológicas ou químicas, engenhos de longo alcance, navios de guerra de mais de 3000 toneladas, aviões de bombardeamento nem aviões de bombardeamento estratégico. Os ocidentais prescindem do direito de intervenção na Alemanha e declaram querer associá-la em plano de igualdade «aos esforços dos povos livres pela paz e pela segurança». Em Maio de 1955, a Alemanha torna-se o 15.º membro da NATO. E a *Bundeswehr* constitui-se a partir de Novembro de 1955.

Entretanto, assiste-se a uma aproximação temporária entre a Jugoslávia e o ocidente, através do Tratado de Amizade e de Cooperação assinado em Ancara (28 de Fevereiro de 1953) entre a Grécia, a Turquia e a Jugoslávia, e do Tratado de Bled (9 de Agosto de 1954) que prevê a evacuação das tropas inglesas e americanas, o estabelecimento de uma administração italiana e a existência de um porto franco em Trieste. Mas a coesão do pacto balcânico esboroou-se com a reaproximação sovieto-jugoslava, em 1956, e com o conflito que estalou entre a Grécia e a Turquia, por causa de Chipre.

## *O bloco oriental e os primeiros sinais do degelo Leste-Oeste*

A coerência do bloco oriental é bem evidente no brigadismo ideológico, sob a batuta do *Kominform.*

O *Kominform* denuncia o imperialismo americano, fautor da guerra, enaltece o modelo soviético, incensa o genial Estaline e vitupera o pérfido Tito. Os que se lhe opõem são perseguidos por toda a Europa de Leste. As vítimas das perseguições não são só a fé e os eclesiásticos. Todo e qualquer tipo de desvio ideológico é proscrito e utilizam-se as purgas e os processos para afastar do poder os dirigentes demasiado «nacionais»; Gomulka, na Polónia, Rajk na Hungria (1949) e Slansky, na Checoslováquia (1952). Os partidos comunistas da Europa ocidental, que gozavam de grande popularidade junto de intelectuais e artistas, participam na guerra ideológica, denunciando a ingerência dos Estados Unidos nas questões europeias.

No plano económico, o Leste aposta na indústria pesada e na colectivização da terra. Em resposta à constituição da OECE, os Estados da Europa oriental (Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Checoslováquia, União Soviética e, mais tarde, a Albânia e a República Democrática Alemã) reunem-se a 25 de Janeiro de 1949 no Conselho de Assistência Económica Mútua (CAEM), ou COMECON, que facilita as relações comerciais entre eles, sendo grande parte do proveito para a União Soviética.

No plano militar, a União Soviética assina Tratados Bilaterais de Assistência Mútua com as democracias populares e com a China Popular. O Bloco oriental, isolado do mundo ocidental, alinha com o «Grande Irmão». Depois da entrada da Alemanha ocidental na NATO, cria, a 14 de Março de 1955, o Pacto de Varsóvia, praticamente decalcado da NATO. Esta aliança agrupa sob o comando soviético todas as forças armadas dos países da Europa de Leste que tinham anteriormente feito alianças bilaterais, à excepção da Jugoslávia.

• *A morte de Estaline* (Março de 1953), passando agora ao plano político, não vem só pôr fim a um quarto de século de ditadura pessoal na União Soviética. A ele sucede uma direcção colectiva, com Malenkov como chefe de governo e Nikita Kruchtchev como Secretário-Geral do Partido Comunista. Esta direcção inaugura um período de «degelo», termo utilizado num romance de Ilya Ehrenburg, que pressentiu a corrente de relativa liberalização que percorria a União Soviética. Degelo interno, com uma amnistia, reduções de penas e um princípio de desestalinização que provoca grandes convulsões: insurreições na Checoslováquia (Junho de 1953) e uma verdadeira revolta em Berlim Leste (16 e 17 de Junho de 1953). Entretanto, todas as democracias populares procedem à separação das funções de Presidente de Conselho de Ministros e de Secretário-Geral do Partido. Na União Soviética a aparente política de abrandamento é acentuada pela substituição de Malenkov, então à frente do governo, pelo marechal Bulganine (Fevereiro de 1955).



• *O degelo da URSS em política externa.* Multiplicam-se os sinais de boa vontade. A 20 de Julho de 1953 as relações diplomáticas com Israel, que tinham sido cortadas cinco meses antes, são reatadas. A 27 de Julho é assinada a convenção de armistício na Coreia. A União Soviética aceita a proposta de Churchill para reunir os quatro ministros dos Negócios Estrangeiros numa conferência em Berlim, mas a conferência não chega a realizar-se. A 31 de Março de 1954 a União Soviética propõe a assinatura de um pacto europeu de segurança colectiva. Participa ainda na conferência de Genebra sobre a Indochina (26 de Abril-21 de Julho de 1954). A 11 de Outubro de 1954 as forças soviéticas saem de Porto Artur. A 26 de Janeiro de 1955 Moscovo põe fim ao estado de guerra com a Alemanha.

Na Primavera de 1955 Moscovo promete retirar todas as suas tropas de ocupação da Áustria, mas põe como condição que a Áustria fique um país neutro. De agora em diante parece possível fazer-se um tratado de paz. A 15 de Maio de 1955 as quatro grandes potências assinam em Viena o tratado de Estado que põe fim à ocupação da Áustria que por sua vez se compromete a ficar neutra e a recusar toda e qualquer união com a Alemanha. A Áustria pode ser membro da ONU e aderir às organizações não militares. O espírito de desanuviamento do tratado de paz permite a realização de uma cimeira em Genebra (18 a 23 de Julho de 1955) que reuniu o Presidente Eisenhower, o marechal Bulganine, acompanhado de Kruchtchev, o primeiro-ministro britânico Eden e o Presidente do Conselho francês, Edgar Faure. Os resultados são desanimadores e o desacordo sobre a Alemanha é total, mas o «espírito de Genebra» deixa em aberto a esperança de que o desanuviamento substitua a guerra fria. A abertura soviética à República Federal Alemã concretiza-se com a viagem do chanceler Adenauer a Moscovo (9 a 13 de Setembro de 1955) e com o estabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e a RFA.

• *O problema alemão continua a ser o principal pólo de tensão entre o Leste e o Ocidente.* A URSS reage muito negativamente à

eventual criação de uma Comunidade Europeia da Defesa, que englobaria unidades militares alemãs, e à existência de uma União da Europa ocidental, em substituição da CED. Multiplica os apelos ao desarmamento e à segurança na Europa e convoca uma Conferência para Moscovo (29 de Novembro-2 de Dezembro de 1954). Só as democracias populares comparecem. Os soviéticos respondem à integração da Alemanha Ocidental na NATO com a criação do Pacto de Varsóvia, a 14 de Maio de 1955. O Pacto de Varsóvia, que congrega à volta da URSS sete democracias populares (Polónia, Checoslováquia, Alemanha oriental, Roménia, Bulgária, Albânia, Hungria) é um tratado de amizade, de cooperação e de assistência mútua, com um comando militar único, atribuído a um general soviético. Com este tratado, que desempenha também o papel de guardião do bloco, o bloco oriental adquire uma estrutura sólida.

A cimeira realizada de 18 a 23 de Julho de 1955 e a conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros, que reuniu Dulles, Mac Millan, Molotov e Pinay (27 de Outubro-16 de Novembro de 1955) encalha no problema alemão. Molotov recusa completamente a reunificação alemã, a não ser que a RFA seja integrada na RDA. O diálogo Leste-Oeste parece estar bloqueado. Para mais, a 20 de Setembro de 1955, a URSS reconhece a total soberania da República Democrática Alemã.

• *A relativa liberalização permite a aproximação entre a URSS e a Jugoslávia.* Apesar do isolamento forçado da Jugoslávia, afastada do bloco socialista e ostracizada por ter provocado a cisão, Tito tinha conseguido, para grande raiva de Estaline, manter o país socialista e independente e não se tinha mudado para o bloco ocidental. Khruchtchev abre caminho à reconciliação, quando vai a Belgrado com Mikoyan e Bulganine (26 de Maio-3 de Junho de 1955).É também o reconhecimento da diversidade das vias para o socialismo. Na mesma altura a competição Leste-Oeste desloca-se para fora da Europa, com a União Soviética a explorar a vontade de emancipação colonial que alastra no Terceiro Mundo.

## A primeira fase da descolonização (1945-1955)

### OS FACTORES ESPECÍFICOS DA DESCOLONIZAÇÃO

De 1945 a 1962 a descolonização fez-se em duas etapas: a primeira, logo a seguir ao pós-guerra, abrangeu o Próximo Oriente, o Médio Oriente e o Sudeste Asiático; a segunda, que começou em 1955, abrange essencialmente o norte de África e a África negra. O ano de 1955 é o da viragem, marcado pela conferência de Bandung, que decide por unanimidade apressar e generalizar a descolonização, e marcado também pela decisão dos Estados Unidos e da URSS de levantar os



limites impostos à admissão de novos membros nas Nações Unidas. Esta foi uma decisão favorável à libertação dos povos colonizados.

A Segunda Guerra alterou profundamente as relações das metrópoles europeias com as suas colónias. Pôs a nu a fragilidade dos impérios, que ficaram minados pelas sementes nacionalistas disseminadas durante o conflito. E fez surgir duas grandes potências, Estados Unidos e URSS, ambas anticolonialistas, embora cada uma à sua maneira.

A URSS é favorável à descolonização por razões ideológicas — a descolonização enfraquece os países ocidentais — e desde 1956 que a defende fervorosamente. Os Estados Unidos, em princípio, apoiam o combate dos povos colonizados por razões sentimentais e históricas. Dão aliás a independência às Filipinas, em 1946, mas não tomam posição oficial, para não embaraçar os Aliados.

### *A atitude das potências coloniais*

• *O Reino Unido, dirigido por um governo trabalhista,* pôs voluntariamente em prática uma descolonização progressiva; os Países Baixos resignaram-se à descolonização.

• *O caso da França é completamente diferente.* Enfraquecida pela guerra, considera que a manutenção do império lhe permitirá reconquistar a imagem de grande potência e não faz uma opção clara entre o estatuto de associação e o de assimilação. A conferência de Brazzaville, convocada por De Gaulle em 1944, não abre caminho à independência das colónias francesas, mas sim à modernização e ao liberalismo. Esta mesma ideia está subjacente à criação da União Francesa, prevista na Constituição da IV República. É o quadro legal que permitirá aos territórios evoluir para a assimilação ou para a autonomia. Depois de 1958 a França empenha-se na descolonização. A *Bélgica,* segue-a depois de ter esperado, em vão, conseguir escapar.

• *O destino das colónias italianas* não tinha sido decidido no tratado de paz com a Itália, que entra em vigor em Setembro de 1947. As Nações Unidas ficam encarregues do assunto. Um ano mais tarde ainda não há acordo. Na Primavera de 1949, o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, Ernest Bevin e o seu homólogo italiano, o conde Sforza, chegam a um compromisso. Será dada a independência à Líbia, depois de um regime de tutela partilhada entre a Itália, a França e a Inglaterra. A tutela da Somália é entregue à Itália; por último, a Eritreia é dividida entre a Etiópia e o Sudão. Mas o compromisso Sforza-Bevin é recusado pela Assembleia das Nações Unidas, em Junho de 1949, que decide que a Líbia terá a independência antes de 1952 e que a Somália a terá depois de dez anos sob tutela italiana. A Eritreia será federada à Etiópia. A Líbia acede à independência no dia 1 de Janeiro de 1951 e opta pelo regime monárquico. Os Estados Unidos e, sobretudo, a Grã-Bretanha, podem conservar as suas bases no território.

### *O caso particular da América Latina*

Na América a guerra vai tornar mais fortes os laços entre as Repúblicas americanas que, em maior ou menor grau, dão o seu contributo para a luta contra os países do Eixo, à excepção da Argentina. Na Conferência Interamericana do México (Fevereiro-Março de 1945) os Estados americanos assinam a Acta de Chapultepec que cria um sistema de segurança colectiva na América. Na Conferência do Rio de Janeiro (Agosto-Setembro de 1947), assinam o Pacto do Rio, que é um tratado interamericano de assistência mútua.

A União Interamericana é fortalecida por uma carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), assinada a 30 de Abril de 1948, que reúne as vinte repúblicas americanas. Mas, depois da guerra, as relações entre os Estados Unidos e os países latino-americanos esfriam porque estes exigem a evacuação das bases militares instaladas nos seus territórios e querem beneficiar de um programa de auxílio económico semelhante ao plano Marshall. A chegada ao poder de um regime militar na Argentina em 1944 e, em 1946, a eleição do coronel Peron para Presidente da República (1946-1955) instauram um regime inspirado no fascismo e caracterizado por um populismo social de laivos nacionalistas e anti-imperialistas. As relações entre os Estados Unidos e a Argentina tornam-se tensas.

As Repúblicas da América Latina também põem em questão as possessões europeias (britânicas, holandesas, francesas). É o caso das ilhas Malvinas, sob o domínio britânico, reivindicadas pela Argentina, das Honduras britânicas, cobiçadas pela Guatemala e dos departamentos franceses de além-mar (Martinica, Guadalupe, Guiana). A agitação grassa na América Latina, com os nacionalistas a lutar pela independência económica dos seus países, com os golpes de estado, como aconteceu em Maio de 1954 no Paraguai (o do general Stroessner) e com as as revoluções, como a da Guatemala, que rebentou em Junho de 1954.

## A DESCOLONIZAÇÃO NO PRÓXIMO E NO MÉDIO ORIENTE

No Próximo Oriente os países vão aos poucos exercendo a sua condição de países totalmente independentes, mas a criação do Estado de Israel, em 1948, e a exploração das riquezas petrolíferas começam a provocar graves crises com o Ocidente.

• *O fim dos mandatos.* No Líbano e na Síria, a contestação dos mandatos confiados à França pela SDN, depois do desmantelamento do império otomano, e as manigâncias dos Ingleses, que dominam a região, retiram aos Franceses qualquer veleidade de domínio sobre os territórios, vendo-se mesmo obrigados a prometer a independência, concedida em Maio de 1945, no meio de violentos tumultos. Quando o exército francês começava a reagir, a Grã-Bretanha lança um ultimato à França para a obrigar a ceder. Em Agosto de 1945, o Líbano e a Síria obtêm a independência, sem grande convicção nem entusiasmo. De facto, o factor decisivo para a independência foi a pressão dos Ingleses. O Reino Unido concedeu a independência ao Iraque em 1930, ao Egipto em 1936 (salvaguardando algumas posições no Cairo, em Alexandria e no Canal de Suez) e, em 1946, à Transjordânia, onde a única força militar significativa era a Legião Árabe, dirigida por um oficial britânico, Glubb Pacha.

• *A criação do Estado de Israel* esteve na origem do problema principal. Nascido da convergência entre uma convicção milenar — o regresso à Terra prometida — e as ideias de Theodor Herzl (1860-1904), o sionismo (regresso a Sion-Jerusalém) levou os Judeus dispersos pelo mundo inteiro a juntarem-se aos que tinham ficado na Palestina. A Grã-Bretanha, potência tutelar, depois de ter apoiado, pela declaração Balfour (1917) a ideia de um território nacional judeu, retomou a política pró-árabe, impedindo a emigração e fraccionando o território, que deveria continuar sob influência inglesa. Mas a Segunda Guerra vem alterar tudo: com a revelação do genocídio a causa do sionismo colhe grande apoio na opinião pública e os Judeus emigram cada vez mais para a Palestina onde, em 1945, há 553 000 Judeus, contra 1 240 050 árabes. As organizações judias alimentam um clima de guerrilha contra os Ingleses que, por sua vez, estão desejosos de se livrar daquele problema. É assim que, em 1947, a questão palestiniana é submetida a uma comissão de inquérito da Organização das Nações Unidas. A Comissão recomenda que se crie um Estado judeu e um Estado árabe e que Jerusalém seja internacionalizada, segundo um plano de divisão que os Judeus aceitam mas os árabes recusam.

A Grã-Bretanha, sem esperar pela concretização do plano, decide dar por findo o seu mandato, em Maio de 1948. A 14 de Maio os Judeus proclamam o Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos e pela União Soviética. De imediato os exércitos árabes entram na Palestina. As operações militares (Maio 1948-Janeiro de 1949) são favoráveis aos Israelitas e os árabes assinam armistícios. Os acordos de cessar-fogo põem termo à luta armada mas não ao estado de guerra. É o *statu quo*, proposto pelo tratado de 1947, embora com o traçado de fronteiras mais vantajoso para o Estado de Israel. Mas estas fronteiras são fronteiras conquistadas. Jerusalém está dividida, parte nas mãos dos Israelitas e parte nas mãos dos Transjordanos. Estes anexam a margem direita do Jordão e fundam a Jordânia, em 1950. O Egipto anexa a faixa de Gaza. Em Maio de 1949 Israel é admitido na ONU. A Liga Árabe recusa-se a aceitar o facto consumado e, em Abril de 1950, faz um Pacto de Defesa com os países árabes. O problema da existência do Estado de Israel torna-se ainda mais com-

plexo devido à presença dos refugiados árabes da Palestina que, fugindo da guerra, se instalam nos países limítrofes. Desde esta altura que estão reunidas todas as condições que deram origem a um problema insolúvel, com evoluções dramáticas.

• *A instabilidade política.* A Síria, que hesita entre uma orientação pró-ocidental e a tentação de se manter neutra, vive uma grande instabilidade política, devido à proximidade do novo homem forte, o rei Abdallah da Jordânia.Quando este morre, assassinado, a 20 de Julho de 1951, morre também o sonho da construção de uma «Grande Síria» à volta da dinastia achemita. Em 1950, os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha decidem adoptar uma posição comum, na tentativa de apaziguar a situação no Próximo Oriente. Fazem uma declaração tripartida, nos termos da qual só venderão armas aos países que se comprometerem a não cometer agressões e a respeitar o *statu quo* territorial.

• A *questão petrolífera.* Aos problemas políticos vieram juntar-se as rivalidades surgidas por causa dos ricos jazigos de petróleo do Médio Oriente. Os Estados Unidos tentaram assegurar a posse de parte da produção petrolífera da região, através de companhias privadas. Colidiram com os interesses britânicos. As companhias petrolíferas, a *Irak Petroleum Company*, a *Anglo Iranian Company*, a *Kwait Oil Company* e a *Aramco* (na Arábia Saudita), quando querem construir os oleodutos para transportar o petróleo para o Mediterrâneo, têm de enfrentar os nacionalismos. O mesmo acontece quando negoceiam convenções. Estas companhias têm lucros consideráveis. Basta ver que em 1950 o Irão só fica com 9% dos *royalties* da *Anglo Iranian Oil Company*. A situação do país é explosiva e o primeiro-ministro Mossadegh encabeça a luta. Em 1951 o parlamente iraniano, pressionado pelos nacionalistas, liderados por Mossadegh, decide nacionalizar os petróleos e, nomeadamente, os bens da *Anglo Iranian Company*. Esta crise dá origem a uma medição de forças entre o Irão e a Inglaterra e a um grave conflito interno. Por fim, a 24 de Agosto de 1953, Mossadegh é preso. Os interesses ingleses e americanos ficam salvaguardados por um regime autoritário, sob as ordens do Xá. Mas esta primeira batalha económica prefigura a crise do Suez.

• *O conflito anglo-egípcio.* O Egipto atravessa um período de grande agitação. Em Junho de 1948 os Ingleses mostram-se favoráveis à independência do Sudão, o que significa que o Egipto perde a sua influência na região. O governo de Nahas Pacha reage e, em Outubro de 1951, pede ao Parlamento a anulação do tratado anglo-egípcio de 1936 (que deveria vigorar até 1956) e a proclamação do rei Faruk como «rei do Egipto e do Sudão». A Inglaterra opõe-se veementemente e envia numerosos reforços para a zona do canal, demonstrando assim a sua intenção de continuar a manter-se na zona. Os Estados ocidentais propõem ao Egipto que seja um organismo internacional comum, ao qual ele aderiria, a defender o canal. No Cairo, em Dezembro de 1951 e em Janeiro de 1952 ocorrem motins antibritânicos e a tensão anglo-egípcia é cada vez maior. O rei Faruk decide substituir Nahas Pacha por um primeiro ministro mais conciliador (Janeiro de 1952). Depois de um golpe de estado comandado pelo general Neguib, o rei Faruk abdica (28 de Julho de 1952), a monarquia é abolida e o general Neguib fica como presidente até à Primavera de 1954, altura em que é substituído pelo coronel Nasser. O grande projecto de Nasser é a união dos povos árabes. Consegue assinar com a Inglaterra um tratado definitivo (19 de Outubro de 1954) que garante a evacuação das tropas britânicas. Adopta uma neutralidade antiocidental e proclama a sua intenção de aniquilar o Estado de Israel.



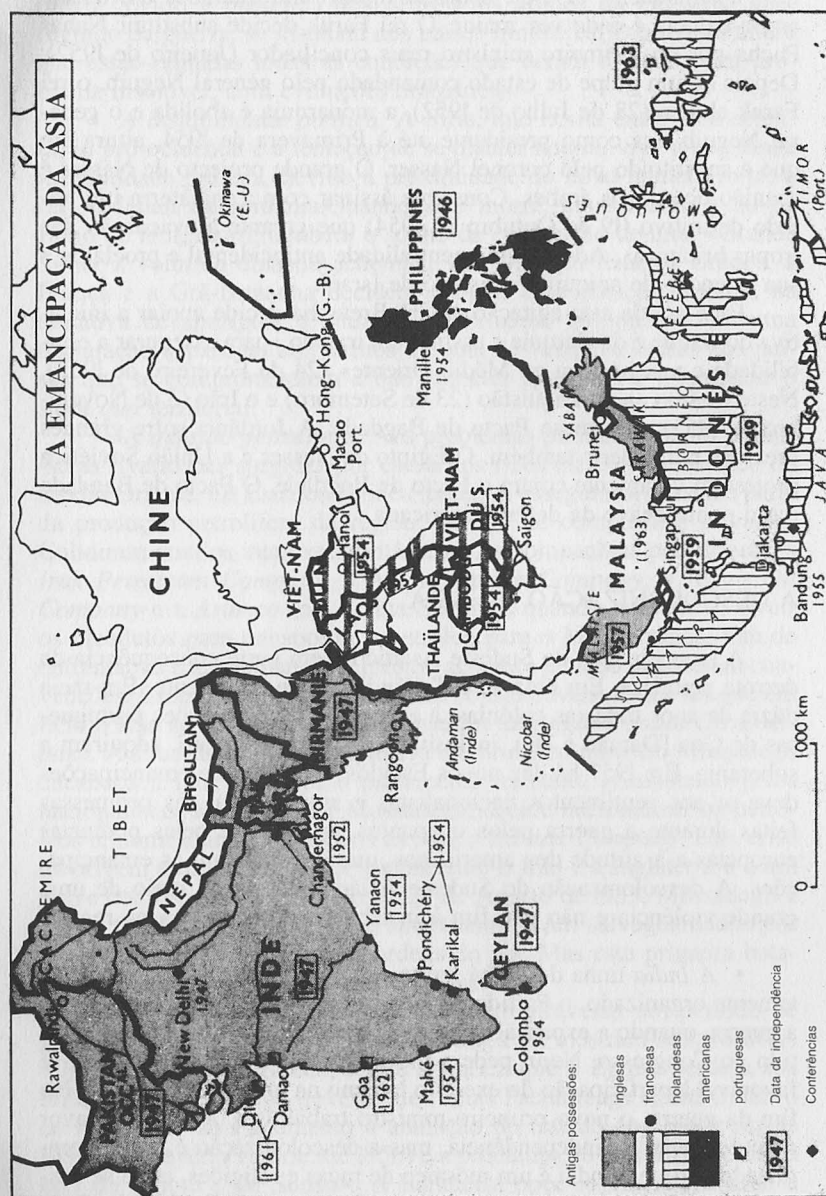
Face a toda esta agitação, a Grã-Bretanha decide apoiar a iniciativa do Iraque e da Turquia e assinar um tratado «para assegurar a estabilidade e a segurança no Médio Oriente» (24 de Fevereiro de 1955). Neste mesmo ano o Paquistão (23 de Setembro) e o Irão (3 de Novembro de 1955) aderem ao Pacto de Bagdade. A Jordânia sofre grandes pressões para aderir também. O Egipto de Nasser e a União Soviética protestam vivamente contra o Pacto de Bagdade. O Pacto de Bagdade é um ponto chave da defesa americana.

## A DESCOLONIZAÇÃO NA ÁSIA

A emancipação do Sudeste Asiático é em parte consequência da derrota japonesa. Em 1945 só a Tailândia era independente. Em meia dúzia de anos todas as colónias, à excepção das possessões portuguesas de Goa [Damão e Diu, inclusivé] e Timor [e Macau], adquirem a soberania. Em 1957 há dez novos Estados. Esta leva de emancipações deve-se aos sentimentos nacionalistas e antieuropeus, às promessas feitas durante a guerra pelos ocupantes japoneses e pelas potências europeias e à atitude dos americanos, que encorajavam as emancipações. A descolonização do Sudeste Asiático faz-se no meio de uma grande violência e não põe fim à instabilidade que grassa na região.

• *A Índia* tinha desde há muito um movimento nacionalista fortemente organizado, o Partido do Congresso, criado em 1886. Durante a guerra, quando a expansão japonesa ameaça a Índia, o chefe do partido do Congresso, Neru, pede a independência imediata e mostra-se favorável à participação do exército indiano na luta contra o Japão. No fim da guerra, o novo primeiro-ministro trabalhista, Attlee, é a favor da outorgação da independência, mas a descolonização é muito complicada porque a Índia é um mosaico de raças e religiões, onde se destacam um grupo hindu e um grupo muçulmano. O Partido do Congresso deseja a continuação da unidade indiana. Os muçulmanos, agrupados na «Liga Muçulmana», não querem transformar-se numa minoria política e religiosa, numa Índia dominada pelo Partido do Con-

## A EMANCIPAÇÃO DA ÁSIA

Antigas possessões:
inglesas
francesas
holandesas
americanas
portuguesas
Data da independência
Conferências

Fonte: *Histoire contemporaine depuis 1945*, R. Aron, Larousse.



gresso, e exigem a criação de um Paquistão independente. Os incidentes tornam-se cada vez mais violentos e em Agosto de 1946 transformam-se numa verdadeira guerra civil. Confrontados com um impasse, os Ingleses, decidem sair da Índia.

Lord Mountbatten, vice-rei das Indias, fica com a missão de preparar o país para a independência (Agosto de 1947), dividindo-o em dois: de um lado fica a Índia, Estado laico, do outro o Paquistão, Estado religioso muçulmano, formado pelo Paquistão ocidental, pelo Pendjab e pelo Paquistão oriental, parte leste de Bengala. Os dois Estados independentes associam-se à *Commonwealth.*

A Índia não tarda a exigir a retrocessão dos enclaves estrangeiros, Goa, Damão e Diu (portugueses) e Pondichéry, Yanaon, Karikal, Mahé e Chandernagor (franceses). Portugal recusa. A França só em 1954 cede as suas feitorias à Índia. Os Paquistaneses reclamam o controlo de Cachemira, território fronteiriço atribuído à Índia. Depois de uma guerra, entre 1947 e 1948, fica uma linha de demarcação que mais tarde irá estar na origem de conflitos territoriais. Quanto ao Tibete, que a Índia pretendia, a China Popular, em 1950, assegura o seu controlo total.

Quanto à *Birmania*, que durante a guerra foi ocupada pelo Japão, obtém da Inglaterra a independência a 4 de Janeiro de 1948 e decide não aderir à *Commonwealth.* O novo Estado tem que enfrentar uma guerra civil conduzida pelos comunistas e pelas populações Karen, que exigem a autonomia. As *Filipinas*, antiga colónia espanhola que em 1898, depois da guerra hispano-americana, passara a pertencer aos Estados Unidos e que durante a Segunda Guerra mundial fora ocupada pelos japoneses, tornam-se independentes a 4 de Julho de 1946. Além das concessões económicas, os Estados Unidos obtêm permissão para ter bases aéreas e económicas no território por um período de 99 anos.

• *A Segunda Guerra teve um papel decisivo para a Indonésia.* O partido nacionalista indonésio de Sukarno não hesitou em colaborar com os Japoneses, que entretanto lhe dão a independência. Torna-se difícil para os Holandeses readquirir o controlo da situação. Em 1947 criam uma Federação da Indonésia, que inclui o território de Java, dirigido pelos Indonésios. Os outros territórios eram dominados pelos Holandeses. Em 1948, depois de numerosos incidentes e do fracasso da insurreição comunista em Java, sobreveio a ruptura. Haia pensou que tinha chegado o momento de reassumir o controlo do país, mas depois de terem dado início ao combate, os Holandeses — sob pressão dos Americanos, dos Ingleses e das Nações Unidas —foram obrigados a aceitar a independência total da Indonésia. A 27 de Dezembro de 1949 Haia perdeu a tutela das Indias holandesas, à excepção da parte ocidental da Nova Guiné, reivindicada pelos Indonésios e cedida só em 1962 pelos Holandeses.

• *A ocupação japonesa também foi decisiva na Indochina.* A 9 de Março de 1945 os Japoneses liquidam o que resta da administração

## Quadro 3

### A COMMONWEALTH

É o conjunto dos Estados e dos territórios saídos do império britânico, que mantiveram laços entre si, mais de carácter moral que jurídico. O termo aparece pela primeira vez em 1921, no tratado de Londres que reconhece a existência de um novo *dominion*, o Estado livre da Irlanda, que se junta aos outros *dominions* (territórios considerados suficientemente evoluídos para usufruir de soberania interna sob a dependência do soberano britânico): o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia e a União Sul-Africana.

Em 1931, o estatuto de Westminter substitui o Império por uma comunidade de nações britânicas (*British Commonwealth of Nations*) ligadas entre si por um juramento de obediência à coroa britânica e pela livre vontade de associação. Em 1932, os acordos de Otava estabelecem o princípio de uma «preferência imperial». A descolonização obriga a reconsiderar as definições anteriores. Nem todos os territórios que se encontravam sob jurisdição britânica se juntam à *Commonwealth*. Em 1949, a *Commonwealth* é definida como um conjunto multiétnico e multilinguístico que tem como chefe o soberano britânico. A realização periódica de conferências de chefes de Estado ou de governo assegura um mínimo de solidariedade entre os Estados, bem como a criação de um secretariado para a *Commonwealth*, com sede em Londres.

Apesar da saída da Birmânia e da Irlanda (1948), do Sudão (1956), da Somália, do Kuwait, da África do Sul (1961), da Rodésia (1965), do Aden (1967) e do Paquistão ocidental (1972), em 1990 a *Commonwealth* ainda tinha 48 membros.

**Estados membros (por ordem de data de acesso à independência)**

| | |
|---|---|
| Reino Unido | Botsuana: 30.9.1966 |
| Canadá: 1.7.1867 | Lesoto 4.10.1966 |
| Austrália: 1.1.1901 | Barbados: 30.11.1966 |
| Nova Zelândia: 26.9.1907 | Nauru: 31.1.1968 |
| Índia: 15.8.1947 | Maurícias: 12.3.1968 |
| Sri-Lanka: 4.2.1948 | Suazilândia: 6.9.1968 |
| Gana: 6.3.1957 | Tonga: 4.6.1970 |
| Malásia: 31.8.1957 | Bangladesh: 16.12.1971 |
| Chipre: 16.8.1960 | Bahamas: 10.7.1973 |
| Nigéria: 1.10.1960 | Granada: 7.2.1974 |
| Serra Leoa: 27.4.1961 | Papua-Nova Guiné: 16.9.1975 |
| Tanzânia: 9.12.1961 | Seychelles: 29.6.1976 |
| Samoa ocidental: 1.1.1962 | Ilhas Salomão: 7.7.1978 |
| Jamaica: 6.8.1962 | Tuvalu: 1.10.1978 |
| Trindade e Tobago: 31.8.1962 | Domínica: 3.11.1978 |
| Uganda: 9.10.1962 | Santa Lúcia: 22.2.1979 |
| Quénia: 12.12.1963 | Kiribati: 12.7.1979 |
| Malavi: 6.7.1964 | São Vicente e Granadinas: 27.1.1971 |
| Malta: 21.9.1964 | Zimbabué: 18.4.1980 |
| Zâmbia: 24.10.1964 | Vanuatu: 30.7.1980 |
| Gâmbia: 18.2.1965 | Belize: 21.9.1981 |
| Maldivas: 26.7.1965 | Antígua e Barbuda: 1.11.1981 |
| Singapura: 9.8.1965 | São Cristóvão e Nevis: 19.9.1983 |
| Guiana: 26.5.1966 | Brunei: 1.1.1984 |



francesa. A 11 de Março de 1945 é proclamada a independência do Vietname e é criado um governo de coligação, chefiado por Hô Chi Min, que proclama a República. O imperador Bao Dai reconhece a República mas prefere abandonar o território. Logo depois do fim da guerra o general De Gaulle decide criar uma força expedicionária, comandada pelo general Leclerc, para voltar a implantar-se na região. Os Japoneses já tinham retirado da zona e agora o norte estava ocupado pelos Chineses e o sul pelos Ingleses. A 6 de Março de 1946, depois de difíceis negociações, Franceses e Vietnamitas chegam a um acordo que permite às tropas francesas reocupar o Tonquim. Em contrapartida, a França compromete-se a reconhecer a República do Vietname, que seria constituída por três regiões: o Tonquim, a norte, o Annam, no centro e a Cochinchina, no sul. A Federação dos Estados indochineses, à qual pertenceriam o Vietname, o Cambodja e o Laos, seria associada à União Francesa. A aplicação prática deste acordo revelou-se difícil. O almirante Thierry d'Argenlieu, nomeado alto-comissário na Indochina, declarou a Indochina república independente sob tutela francesa. Apesar disso, em Setembro de 1946, Hô Chi Min e o governo francês assinam os acordos de Fontainebleau. Na Indochina a situação agrava-se bruscamente, depois da marinha francesa bombardear Haiphong, na sequência da ocorrência de incidentes. A 19 de Dezembro de 1946 começa uma guerra que vai durar perto de oito anos. A França apercebe-se de que não é possível voltar a ter uma posição semelhante à que tinha antes da guerra e assina os acordos da Baía de Along, que consagram um Estado vietnamita, chefiado pelo imperador Bao Dai, ao qual é garantida total independência.

Quando eclode o conflito da Coreia, a guerra da Indochina torna-se noutra frente da guerra ideológica entre o Ocidente e o Leste. Em 1950, Hô Chi Min obtém o reconhecimento diplomático do seu governo, por parte de Moscovo e de Pequim. Pequim concede-lhe um importante auxílio militar. Em Outubro de 1950 as forças franco-vietnamitas sofrem grandes baixas, o que prova que a capacidade militar do Viet-minh está a aumentar. O exército francês, comandado pelo general de Lattre De Tassigny e com o poderoso auxílio material e financeiro dos Americanos, corrige a situação.

Mas a posição militar franco-vietnamita não tarda a agravar-se devido à força renovada do Viet-Minh, por um lado, mas também porque o Alto Comando francês decidiu criar um centro de resistência no Tonquim ocidental, em Diên Biên Phû. Em Março de 1954 o exército Viet-minh atacou este centro. O combate durou cinquenta e seis dias. Chegou a ser considerada a hipótese de uma intervenção directa dos Estados Unidos, mas a ideia não foi avante.

Quadro 4

## AS GUERRAS DA INDOCHINA

1945 — 9 de Março: os Japoneses atacam o protectorado francês do Vietname.
— 2 de Setembro: Hô Chi Min proclama, em Hanói, a independência do Vietname.
— 5 de Outubro: o general Leclerc instala-se em Saigão.

1946 — 6 de Março: acordo Sainteny-Hô Chi Min: a França reconhece a República Democrática do Vietname, como contrapartida do seu regresso ao Tonquim.
— Julho-Setembro: Conferência de Fontainebleau.
— 24 de Novembro: Bombardeamento de Haiphong.
— 19 de Dezembro: insurreição em Hanói. Início da guerra da Indochina.

1948 — 5 de Junho: declaração da baía de Along: «A França reconhece solenemente a independência do Vietname».

1950 — Novembro: a França sofre grandes revezes no Tonquim.
— Dezembro: De Lattre é nomeado Alto-Comissário na Indochina.

1952 — 11 de Janeiro: morte do marechal De Lattre.

1954 — 26 de Abril: abertura da conferência de Genebra.
— 7 de Maio: queda de Diên Biên Phû.
— 20/21 de Julho: acordos de Genebra: independência e divisão provisória do Vietname. Fim da guerra da Indochina.

1956 — 9 de Abril: no Vietname do Sul, o governo Diêm adia a consulta ao eleitorado, sobre a reunificação do país, que estava prevista.

1960 — 5 de Outubro: o Vietname do Norte decide libertar o do Sul.
— 20 de Dezembro: é criada, no Vietname do Norte, a Frente de Libertação Nacional (FLN). Início da guerra do Vietname.

1961 — 16 de Dezembro: o Presidente Kennedy decide aumentar para quinze mil o número de efectivos militares americanos no Vietname.

1963 — 11 de Junho: um bonzo imola-se pelo fogo, na sequência de incidentes sangrentos ocorridos entre budistas e as forças da ordem.
— 1 de Novembro: golpe de Estado em Saigão. Morte de Ngô Dinh Diêm.

1964 — 2/5 de Agosto: incidente naval no golfo de Tonquim.
— 7 de Agosto: o Congresso adopta uma resolução que permite uma intervenção americana no Sudeste asiático.

1965 — 7 de Fevereiro: início dos *raids* aéreos americanos contra o Vietname do Norte.
— 8 de Junho: data oficial do início da participação das forças americanas nos combates terrestres no Vietname do Sul.
— 12/19 de Fevereiro: golpe de Estado militar em Saigão; o general Thieu torna-se chefe de Estado e o general Ky, chefe do Governo.



1966 — 30 de Agosto: discurso do general De Gaulle em Pnom Penh.

1967 — Importantes bombardeamentos americanos.

1968 — Fevereiro: ofensiva do Têt.
— 31 de Março: o Presidente Johnson anuncia uma paragem parcial dos bombardeamentos.
— Maio: encontros em Paris entre delegados americanos e norte-vietnamitas.
— Novembro: paragem total dos bombardeamentos.

1969 — Janeiro: início da conferência de Paris.
— 12 de Novembro: manifestações contra a guerra, nos Estados Unidos.

1970 — 29 de Abril: intervenção americana no Cambodja.

1971 — 8 de Fevereiro: intervenção americana no Laos.
— 26/31 de Dezembro: ofensiva americana contra o Vietname do Norte.

1972 — Abril: recomeço dos bombardeamentos americanos; contactos secretos em Paris.
— 30 de Dezembro: paragem dos bombardeamentos e recomeço das negociações.

1973 — 27 de Janeiro: assinatura dos acordos de Paris.
— 29 de Março partida dos últimos militares do exército americano.

1975 — 17 de Abril: queda de Pnom Penh.
— 30 de Abril: queda de Saigão; fim da guerra. Reunificação do Vietname.
— Dezembro: o Laos torna-se uma República Popular.

Quando decorria em Genebra uma conferência para discutir a paz na Coreia (depois do armistício de Pan-Mun-Jon de 1953) e para discutir um armistício para a Indochina, dá-se a queda de Diên Biên Phû, a 7 de Maio. Este acontecimento vem acelerar o processo de paz. Quando se trata de definir a linha do armistício entre o Norte e o Sul, as negociações avançam muito lentamente e com muitas dificuldades. O mesmo se passa quanto à definição da data das eleições que deveriam permitir a reunificação do Vietname. Finalmente, a 20 de Julho de 1954, é assinado um armistício que divide a Indochina em duas, ao longo do paralelo 17: o Vietname do Norte, sob o domínio dos comunistas e o Vietname do Sul, onde reinam os nacionalistas, dirigidos por Ngô Dinh Diêm e apoiados pelos Americanos. A influência americana tinha-se entretanto sobreposto à influência francesa. As tropas francesas têm alguns meses para abandonar a Indochina e estabelece-se um período de de dois anos para a realização de eleições. Este período de dois anos é a margem de manobra necessária para a tentativa de reunificação do Vietname. Depois da Coreia e da Alemanha, eis que surge mais um país dividido por uma fronteira ideológica, a «cortina de

bambu». É também uma nova fonte de conflitos, pois os Estados Unidos estão decididos a apoiar Ngô Dinh Diêm, que rapidamente elimina o imperador Bao Dai, depois de uma consulta popular. Para a França é ao mesmo tempo a libertação do fardo da Indochina e o fim, imposto, de uma presença de aproximadamente três quartos de século nesta região do mundo. Na verdade, os acordos de Genebra sancionam a vitória de um movimento revolucionário sobre uma potência europeia e abrem caminho à descolonização do segundo grande império colonial.

Por último, durante a conferência de Genebra, torna-se evidente que a China é uma potência que tem que ser tida em conta, quando se fala da Ásia. Os acordos sino-soviéticos (assinados a 12 de Outubro de 1954) e os bombardeamentos das ilhas costeiras da Formosa (Setembro de 1954) são a prova irrefutável do despertar chinês.

• *Sob a chefia de Neru, a Índia esforça-se por desempenhar um papel a nível mundial* e pretende encabeçar o neutralismo e o anticolonialismo. Embora continue a pertencer à *Commonwealth*, recusa o auxílio americano a 1 de Março de 1954, condena formalmente os pactos, a OTASE e o Pacto de Bagdade e, fiel à doutrina de Gandhi, tem como ponto de honra a não utilização da força. Obtém a cessão das cinco feitorias francesas na Índia, formalizada a 1 de Novembro de 1954, mas depara com a recusa de Portugal em ceder Goa. A activa política externa da Índia é bem visível nos numerosos encontros entre Neru e Chu En-Lai (Junho de 1954, Novembro de 1956) e, mais ainda nos encontros de Neru com os dirigentes soviéticos, que apoiam entusiasticamente a «neutralidade» indiana e o eixo neutralista à volta de Neru, Tito e Nasser.

O confronto entre os dois blocos continua, mas os novos Estados, com a sua vontade de ultrapassar a bipolarização e a guerra fria, fazem vingar uma nova concepção das relações internacionais. O confronto continua mas a guerra fria vai dando progressivamente lugar à coexistência pacífica.

# 2

# A COEXISTÊNCIA PACÍFICA (1955-1962)

O mundo bipolarizado, que emerge a seguir à Segunda Guerra Mundial, não acaba nos anos de 1955-1956. E a guerra fria também não. Mas este período intermédio, durante o qual o mundo passou do confronto entre os dois blocos ao desanuviamento, vive sob o signo da coexistência pacífica. A coexistência pacífica é simultaneamente uma nova maneira de encarar as relações Leste-Oeste e uma consequência do «nascimento do Terceiro Mundo». Na realidade, à primeira fase da descolonização asiática sucede-se uma segunda vaga, sobretudo africana. Em 1955, em Bandung, na ausência das grandes potências, os Estados recentemente descolonizados proclamam a sua vontade de independência e coexistência pacífica e no Suez, em 1956, as duas grandes potências europeias sofrem um revés diplomático com um Estado do Médio Oriente.

O Terceiro Mundo afirma, de um modo mais ou menos pacífico, a sua intenção de não continuar a ser um joguete da política internacional. E de imediato complica e enriquece o jogo das relações de força entre o Leste e o Ocidente. Pouco a pouco, o confronto ideológico vai sendo substituído pela competição económica, pela corrida aos armamentos e pela luta pela conquista do espaço. A oposição ideológica impossibilita uma paz verdadeira. O equilíbrio nuclear faz com que a guerra seja improvável. Tal como diz Raymond Aron: «Paz impossível, guerra improvável». Também entre os dois blocos se vive a coexistência pacífica, embora haja pontualmente algumas crises violentas, como acontece com um antigo pólo de tensão — Berlim — e com um novo pólo de tensão — Cuba. Mesmo no interior dos blocos há alguns indícios de ruptura, sobretudo no Bloco Leste onde, depois da desestalinização, ocorrem crises na Polónia e na Hungria. Começam também a surgir algumas divergências na aliança sino-soviética. No bloco ocidental os países europeus, saídos da reconstrução, começam aos poucos a organizar-se.

## A segunda fase da descolonização

O saldo da acção dos movimentos de emancipação é um conjunto de países situados na Ásia e na África que têm em comum o facto de serem subdesenvolvidos e de registarem um grande crescimento demográfico. É o «Terceiro Mundo» (expressão criada por Alfred Sauvy, em 1952). Este «Terceiro Mundo» ganha consciência da sua existência aquando da Conferência de Bandung, em Abril de 1955. Consegue uma vitória diplomática para o Suez. Em quatro anos o seu poder aumenta muito e transforma a Organização das Nações Unidas.

A competição Leste-Ocidente desloca-se para fora da Europa, onde a União Soviética explora a vontade de emancipação que alastra no Terceiro Mundo. Kruchtchev não alcança só vitórias, é certo. Mas a implantação soviética no Próximo Oriente e a instalação de um regime comunista em Cuba remontam ao seu tempo. No Próximo Oriente, o fornecimento de armas checoslovacas ao Egipto cria uma perigosa situação de corrida ao armamento que a nacionalização do Canal de Suez vem transformar em conflito.

O recuo diplomático franco-britânico abre as portas do Médio Oriente às duas superpotências que aí iniciam uma interminável luta de influência, sem contudo se confrontarem directamente. A diplomacia soviética consegue cativar os países não-alinhados, numa conferência de solidariedade afroasiática que teve lugar no Cairo (Dezembro de 1957) e na ONU, no decorrer de uma tumultuosa sessão (1960) em que Kruchtchev vilipendia os ocidentais.

### BANDUNG E SUEZ

• *São os países asiáticos que tomam a iniciativa da conferência de Bandung.* Esta conferência realiza-se numa conjuntura muito especial : o fim das guerras da Coreia e da Indochina e o contencioso sino-indiano sobre o Tibete. O tratado de 29 de Abril de 1954 resolve este contencioso e dá uma imagem mais pacífica da China, continuando no entanto a reconhecer-lhe o direito de controlo sobre o Tibete.

A conferência, que decorre de 17 a 24 de Abril de 1955, tem lugar na antiga capital indonésia e vai mudar a história da descolonização. A iniciativa parte dos chefes dos governos da Birmânia, do Ceilão, da India, da Indonésia e do Paquistão (grupo de Colombo) que decidem convocar uma conferência dos países asiáticos e africanos, a realizar na Indonésia. Estão representados 24 governos e manifestam-se três tendências: uma tendência pró-ocidental (Filipinas, Japão, Vietname do Sul, Laos, Tailândia, Turquia, Paquistão, Etiópia, Líbano, Líbia, Libéria, Iraque, Irão), uma tendência neutralista (Afeganistão, Birmânia, Egipto, India, Indonésia, Síria) e uma tendência comunista (China e Vietname do Norte). Os outros Estados não têm uma posição definida.



A condenação do colonialismo, principal tema da conferência, é geral, como é óbvio. O segundo tema da conferência é a coexistência pacífica que Neru defende, tomando como exemplo o *Panch Shila,* os cinco princípios incluídos pela India e pela China no preâmbulo do acordo que fizeram sobre o Tibete e que é uma espécie de modelo das novas relações internacionais: respeito pela integridade territorial e pela soberania; não-agressão; não ingerência nos assuntos internos; reciprocidade nas vantagens dos contratos; coexistência pacífica.

A estes «cinco princípios», o primeiro ministro paquistanês contrapõe os «sete pilares da paz», sendo um deles o direito de cada país a defender-se sozinho ou colectivamente. É isto que explica que o Paquistão pertença à Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE). A China Popular, na pessoa do presidente do conselho chinês Chu En-Lai, faz o papel de mediador entre a India e o Paquistão e torna-se uma referência para este Terceiro Mundo em gestação.

Pela primeira vez, Estados do Terceiro Mundo reuniram-se numa conferência sem a participação dos Estados europeus, dos Estados Unidos e da União Soviética. A verdade é que o encontro afroasiático coincide com uma nova etapa da emancipação colonial. Embora ainda de um modo algo indistinto, começa a haver a ideia de que os países do Terceiro Mundo devem procurar uma outra via. O encontro de Nasser, Tito e Neru, em Brioni (18 a 20 de Julho de 1956) apela ao não-alinhamento. A tradução política desta ideia é uma política de equilíbrio entre os dois blocos, que é aplicada em toda a sua plenitude no Próximo Oriente.

• *No Próximo Oriente,* o facto novo a assinalar é o desenvolvimento do nacionalismo árabe que coincide com a investida soviética no Terceiro Mundo. Numa declaração tornada pública a 16 de Abril de 1955, os dirigentes soviéticos anunciam a sua intenção de não continuar a aceitar o monopólio ocidental na região, monopólio este que o pacto de Bagdade acaba de fortalecer. Esta declaração é um preâmbulo à intervenção activa da URSS no Mediterrâneo. Acontece que após a eliminação do coronel Naguib (Março de 1954), o coronel Nasser se torna o símbolo do nacionalismo e do panarabismo e não esconde a sua intenção de destruir Israel, país com o qual os Estados árabes estão permanentemente em conflito, desde 1948. É neste contexto que, a 27 de Setembro de 1955, celebra com a Checoslováquia um importante contrato para o fornecimento de armas checas e soviéticas: caças, bombardeiros e tanques. Acabou o monopólio britânico do comércio de armas no Próximo Oriente.

Nasser quer ver o seu país mais independente e consegue a retirada total dos Ingleses, incluindo do Canal de Suez. Juntamente com o Jugoslavo Tito, liberto do conflito de Trieste, e com o Indiano Neru, lança a ideia do não-alinhamento, a que a conferência de Bandung (1955) vem dar um conteúdo positivo: a luta pela descolonização. Pre-

tende arrancar o Egipto ao subdesenvolvimento e espera que os Estados Unidos financiem a barragem do Assuão, que irá assegurar a irrigação do Alto Egipto e produzir energia eléctrica. Mas, depois de ter hesitado, o secretário do Departamento de Estado, Foster Dulles, recusa qualquer tipo de ajuda a um país que considera demasiado neutral. Isto aconteceu exactamente no momento em que decorria a conferência de Brioni (18 a 20 de Julho).

• *A resposta de Nasser não se faz esperar: a 26 de Julho anuncia a nacionalização do Canal de Suez*, propriedade de uma companhia em que os interesses franceses e ingleses são maioritários. Esta atitude constitui um triplo desafio: é um desafio à antiga potência colonizadora britânica, que aceita mal a perca de um dos pontos chave do seu império; é um desafio à França, que condena o apoio do Egipto à rebelião argelina e é um desafio a Israel, a quem Nasser tenciona retirar o direito de utilização do Canal de Suez. As três potências ficam portanto com um interesse comum: derrotar Nasser. Para a França a nacionalização propicia a ocasião para derrubar o homem que — tal como os ditadores dos anos 30 — pretende construir um império árabe. Além disso, derrubando Nasser poria também fim à questão argelina. Os Ingleses não podem permitir que outro país controle o Canal de Suez e se apodere de um ponto de passagem vital para eles. Para os Israelitas é a oportunidade para se desembaraçarem da ameaça mortal que paira sobre os seus abastecimentos e até sobre a sua existência enquanto Estado. As negociações arrastam-se. Uma conferência internacional, realizada em Londres (1 a 23 de Agosto de 1956) não consegue demover Nasser da sua posição e o mesmo acontece com a conferência dos utilizadores, em Londres (18 a 22 de Setembro) e com o Conselho de Segurança, em Nova Iorque (5 a 15 de Outubro). Franco-Britânicos e Egípcios preparam-se para uma prova de força. Moscovo apoia o Egipto. Washington, em plenas eleições presidenciais, é contra o uso da força. Por fim, a 22 de Outubro e depois de muitas tergiversações, os franco-britânicos desencadeiam, em Sèvres, uma operação militar em coordenação com um ataque preventivo dos israelitas. As tropas egípcias perdem o controlo do Sinai e da maior parte do Canal de Suez. Mas a 5 de Novembro a União Soviética ameaça a França e a Grã-Bretanha com os seus foguetões atómicos. Os Estados Unidos, que consideram que a intervenção pode ter consequências negativas para a Aliança Atlântica e para as Nações Unidas, fazem pressão sobre a libra esterlina. As pressões obrigam Eden, e depois Mollet, a ceder. A França e o Reino Unido são condenados na Assembleia Geral da ONU. Dia 6 de Novembro, à meia-noite, as tropas franco-britânicas recebem ordem para parar. Os Anglo-Franceses evacuam a sua testa de ponte em Dezembro e no início de 1957 os Israelitas abandonam os territórios conquistados. A ONU coloca unidades internacionais de capacetes azuis entre o Egipto e Israel e também em Charm-el-Cheikh, assegurando assim a liberdade de navegação no estreito de Tiran.



A crise do Suez põe termo à tradicional influência da França e da Grã-Bretanha na região. A intervenção destes países é encarada como uma afirmação da vontade de salvaguardar os seus interesses económicos e políticos, isto é, como uma evidente manifestação de colonialismo. Mas esta política fracassou. A crise do Suez demonstra que as potências médias já não têm liberdade de acção. Foram «abandonadas» pelos seus aliados, o que desencadeia uma crise na NATO. O coronel Nasser, que impôs a nacionalização do canal, sai vitorioso desta crise e torna-se o herói incontestado do nacionalismo árabe e da descolonização. A URSS ganha uma imagem de defensora das pequenas potências contra o imperialismo. Moscovo aparece como o principal aliado do mundo árabe e ganha influência no Próximo Oriente, onde goza de grande prestígio junto da opinião pública árabe. A influência de que goza não se confina ao Egipto, estende-se à Síria também.

Os Estados Unidos conseguem preservar a sua imagem na região, graças a uma atitude hábil e subtil. Apoiam a dinastia achemita, fazendo perigar, no seu próprio terreno, a Jordânia do rei Hussein. Os americanos não estão dispostos a deixar o controlo político do Próximo Oriente à União Soviética. A teoria de Eisenhower (5 de Janeiro de 1957), aproveitando o vazio existente no Próximo Oriente, prevê que os Estados Unidos prestem auxílio económico e militar aos países do Próximo Oriente que queiram precaver-se contra a agressão e contra a subversão. A União Soviética replica a esta ameaça contra a paz com o plano Chepilov (11 de Fevereiro de 1957) que preconiza a não-integração dos Estados do Próximo Oriente nos blocos militares, a liquidação das bases estrangeiras, etc.

A consequência mais óbvia da guerra do Suez foi o fim da influência francesa e inglesa na região, onde as duas superpotências se encontram agora face a face, apoiando uma o Egipto e a Síria e a outra a Jordânia e a Arábia Saudita, de acordo com o pacto de Bagdade. Quanto ao Canal de Suez, não pode ser utilizado devido aos estragos feitos pelos Egípcios, o que causa graves problemas ao abastecimento petrolífero da Europa. O Canal é agora controlado pelo Egipto. A Síria, dominada pelo partido Baas, preconisa a unidade do mundo árabe, começando por uma fusão com o Egipto que se concretiza numa República Árabe Unida (RAU) de existência efémera (1958-1961). Na sequência do golpe de Estado dos militares iraquianos, dá-se a abolição da monarquia (14 de Julho de 1958) e até o Iraque abandona o Pacto de Bagdade que passa a chamar-se CENTO (*Central Treaty Organization*) . Americanos e Britânicos decidem travar a expansão do comunismo e intervêm no Líbano e na Jordânia, reprimindo as insurreições que aí ocorrem (Julho de 1958). Nas Nações Unidas todos os países da Liga Árabe propõem uma resolução, nos termos da qual o Médio Oriente se deve manter afastado do confronto entre as grandes potências (21 de Agosto de 1958).

A segunda fase da descolonização, que decorre sobretudo em África, dá-se depois da conferência de Bandung e da crise do Suez.

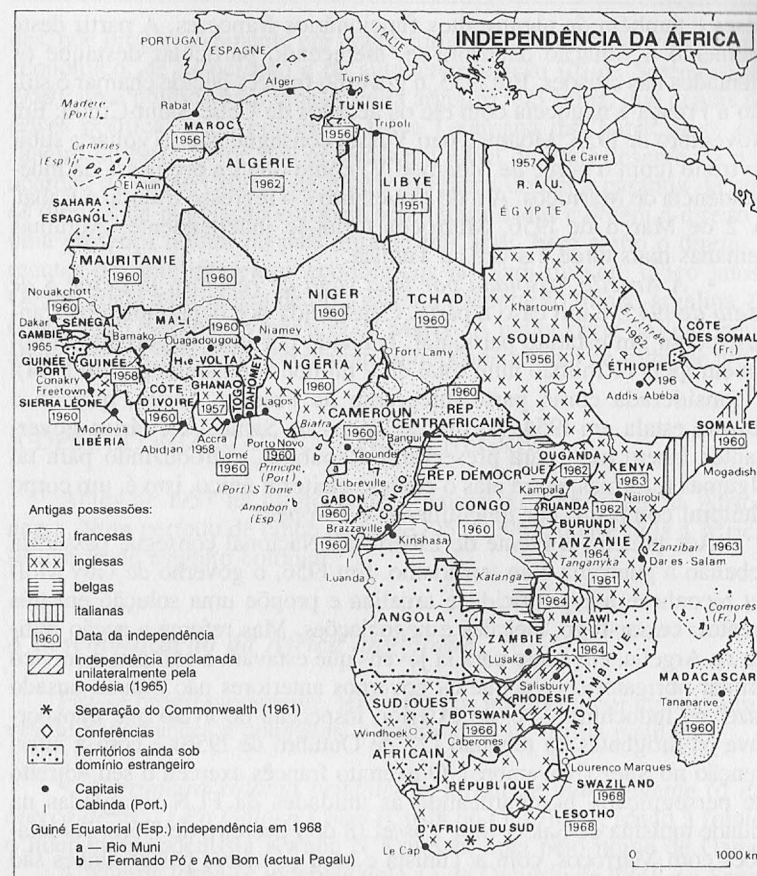
## A DESCOLONIZAÇÃO NO NORTE DE ÁFRICA

Nesta região a situação é muito diferente, consoante se trate da Argélia, território considerado francês onde reside uma forte minoria de europeus, ou da Tunísia e de Marrocos que, embora sejam protectorados e não tenham portanto a sua soberania, conservaram os seus soberanos. Mas independentemente disto, a Liga Árabe manifesta por todo o lado a sua oposição à política francesa no norte de África e apoia os partidos nacionalistas nos protectorados de Marrocos e da Tunísia e também na Argélia. Em Agosto de 1951, os países árabes decidem apresentar o problema marroquino à Assembleia Geral das Nações Unidas e, em Dezembro, no Conselho de Segurança, intercedem pela Tunísia.

• *O movimento nacionalista tunisino.* A situação do país durante a guerra — ocupada pelos Italianos e pelos Alemães, a Tunísia é palco de batalhas sangrentas e de confrontos entre Franceses — é um terreno fértil para o movimento nacionalista. Depois da sua libertação, o bei Moncef é demitido por ter colaborado com os Alemães e é substituído por Lamine Bey. Em 1951 o drama adensa-se. A independência da Líbia (em Outubro) faz aumentar as reivindicações do Partido Tradicionalista, o *Destour*, do Partido ocidentalizado de Habib Burguiba, o *Neo-Destour*, e do Sindicato UGTT (União Geral dos Trabalhadores Tunisinos), a quem os recentes acontecimentos no país vizinho dão novas forças. O líder da oposição, Habib Bourguiba, apela à autonomia interna. O próprio bei exige a formação de uma Assembleia Nacional tunisina e a constituição de um governo tunisino responsável.

Depois de Dezembro de 1951 começam a registar-se incidentes nas campanhas feitas no sul da Tunísia e a repressão abate-se sobre os responsáveis do *Neo-Destour* (Burguiba é preso) e sobre os ministros do governo tunisino. Em Julho de 1952 a França propõe um sistema de co-soberania, sistema este integrado na União Francesa, que é recusado. O terrorismo faz estragos. Por fim, o novo presidente do Conselho, Pierre Mendès France, desloca-se a Tunes em Julho de 1954 e anuncia, num discurso proferido em Cartago, que a França concede a autonomia interna à Tunísia: esta passará a dispor do seu próprio governo, mas continuará subordinada à França em matéria de defesa, de política externa e de relações económicas internacionais. Habib Burguiba, o «combatente supremo» regressa ao seu país (1 de Junho de 1955), depois de três anos de exílio. As negociações franco-tunisinas levam à independência total da Tunísia, a 20 de Março de 1956.

• *O papel desempenhado pelo soberano Moamed ben Yussef, em Marrocos*, foi bem mais marcante. Durante a guerra, o presidente americano Roosevelt, encorajou-o nos seus desígnios de tornar Marrocos um país independente. Depois do fim da guerra as relações entre Mar-

## A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA (até 1968)

Fonte: *Histoire contemporaine depuis 1945*, R. Aron, Larousse.

rocos e a França tornaram-se tensas devido a dois factores: a criação, por Allal el-Fassi, do «Istiqlàl», partido da independência, e o discurso proferido pelo sultão em Tanger, em 1947, onde fez a apologia da Liga Árabe. Por influência de uma parte da colónia francesa, a política dos vários representantes do governo francês (Marechal Juin, General Guillaume) torna-se cada vez mais dura: pressionam o sultão para que retire as suas afirmações sobre o «Istiqlàl» e, consequentemente, para que lhe retire o reconhecimento oficial. Mas o discurso da coroa de Novembro de 1952 é um apelo ao nacionalismo marroquino e entra-se no ciclo agitação-repressão. No Verão de 1953, Moamed ben Yussef é deposto e exilado em Madagáscar. Substitui-o um dos seus primos. Na origem destas convulsões estiveram as intrigas do paxá de Marraquexe, el-Glaui, que contava com o apoio de tribos berberes, de colonos fran-

ceses e também de alguns altos funcionários franceses. A partir deste momento a situação deteriora-se, merecendo particular destaque os atentados nas cidades. Em 1955, o governo francês decide chamar o sultão a França e negoceia com ele os acordos de Celle-Saint-Cloud. Em Novembro de 1955, Moamed ben Yussef consegue não só voltar a subir ao trono (com o nome de Moamed V) como obter a promessa da independência de Marrocos. A 6 de Novembro é o regresso triunfal a Rabat. A 2 de Março de 1956, Marrocos torna-se independente. Algumas semanas mais tarde é a vez da Tunísia.

• *A Argélia, assolada por uma vaga de revoltas, já desde 8 de Maio de 1945*, é um caso à parte. Constituída por departamentos franceses com um estatuto particular, habitada por uma importante minoria europeia (1 milhão num total de 9 milhões de habitantes em 1954), é considerada como parte integrante da França. Assim, quando a revolta estala em 1954, no dia de Todos os Santos, os vários governantes fazem tudo para preservar a República, introduzindo para tal algumas reformas, entre elas o colégio eleitoral único, isto é, um corpo eleitoral composto por muçulmanos e europeus.

Aos poucos, a Frente de Libertação Nacional consegue passar da rebelião à guerrilha e ao terrorismo. Em 1956, o governo de Guy Mollet reconhece a especificidade argelina e propõe uma solução em três frentes: cessar-fogo, eleições e negociações. Mas reforça a acção militar na Argélia, enviando para lá jovens que estavam a cumprir o serviço militar obrigatório — o que os governos anteriores não tinham ousado fazer na Indochina — e, no exterior, inspecção do avião que transportava os dirigentes da rebelião (22 de Outubro de 1956) e com a intervenção no Suez (Novembro). O exército francês exerceu o seu «direito de perseguição» bombardeando as unidades da FLN refugiadas na cidade tunisina de Sakiet Sidi Yussef (8 de Fevereiro de 1958). As relações com Marrocos, com a Tunísia e com os outros países árabes são cada vez mais tensas. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha pressionam o governo francês para que aceite a sua mediação, tentando assim encontrar uma saída para o drama argelino, que ameaça a Aliança Atlântica.

A questão da Argélia internacionaliza-se. Na Assembleia Geral da ONU, a França é alvo de acusações e todos os anos é obrigada a manobrar habilmente para não ser condenada por uma resolução afro-asiática. A perspectiva da abertura de negociações leva à revolta de 13 de Maio de 1958, que dá ao general De Gaulle a oportunidade de voltar ao poder, já que é considerado o único homem capaz de evitar a guerra civil e de restabelecer a unidade nacional. A Argélia tem um governo provisório, o governo provisório da República argelina (GPRA), criado pela FLN a 19 de Setembro de 1958, que pretende a independência do país. Este governo é dirigido por um moderado, Ferat Abbas. O general De Gaulle quer a todo o custo evitar uma nova derrota colonial e quer também acabar com a embaraçosa questão da Argélia para ficar com as mãos livres para a política externa. Tentando cativar os rebeldes, põe progressivamente em prática uma política de desenvolvimento económico, de associação e de autodeterminação (16 de Setembro de 1959), uma política para uma Argélia argelina, em suma, que depois de crises políticas e de golpes de força («semana das barricadas» em Janeiro de 1960, golpe dos generais em Abril de 1961) desemboca nos acordos de Evian (Março de 1962). A França obtém a garantia de que os direitos da população europeia serão respeitados e obtém o direito a uma presença militar no país durante três anos, bem como o direito a manter os seus interesses económicos no Sara durante cinco anos. Obtém ainda a promessa de uma estreita cooperação franco-argelina. O cessar-fogo entrou en vigor a 19 de Março. A maior parte dos europeus abandona a Argélia, que proclama a indepêndencia a 3 de Julho de 1962.



## A DESCOLONIZAÇÃO NA ÁFRICA NEGRA

Antes de 1957 há muito poucos países independentes na África negra. Num período de cinco anos, de 1957 a 1962, quase toda a África se liberta do estatuto colonial.

### *A descolonização da África anglófona*

Faz-se progressivamente, território por território, por etapas, através de negociações e consultas, e geralmente de forma pacífica.

• *A primeira colónia britânica a tornar-se independente (6 de Março de 1957) é a Golden Coast* (Costa do Ouro) que, tendo à frente o líder independentista Kwane N'Krumah, opta pelo nome de Gana.

A Nigéria torna-se independente a 1 de Outubro de 1960, e a Serra Leoa, a 27 de Abril de 1961. A Tanganhica, antiga colónia alemã, agora sob controlo inglês, torna-se independente a 28 de Dezembro de 1961, quando era primeiro-ministro Julius Nyerere. Na ilha de Zanzibar, que se torna independente em Dezembro de 1963, ocorrem violentos conflitos étnicos e políticos. A 29 de Setembro de 1964 o Zanzibar constitui com a Tanganhica uma República unida, a que é dado o nome de Tanzânia.

No Quénia a descolonização é muito mais difícil porque paralelamente ao partido independentista de Jomo Kenyatta, existe o movimento terrorista dos Mau-Mau. A revolta dura até 1955. Só em Dezembro de 1963 é que o Quénia se torna independente. Por último, a 9 de Dezembro de 1962, o Uganda adere à *Commonwealth,* como país independente.

• *Na África austral,* para além da União Sul Africana, independente no quadro da *Commonwealth,* que aliás abandona em 1961, as possessões britânicas englobam três territórios: Rodésia do Sul, Rodé-

sia do Norte e a Niassalândia, reunidas numa Federação da África Central. Esta federação acaba por se desfazer devido à independência da Niassalândia (Julho de 1964), que adopta o nome de Malavi, à secessão da Rodésia do Norte, que passa a chamar-se Zâmbia e à particular situação da Rodésia do Sul onde a minoria branca que detém o poder decide decretar por um gesto unilateral e sem pedir o aval da Grã-Bretanha, a independência do país (Abril de 1964). Apesar do bloqueio da Grã-Bretanha e também de numerosos Estados africanos, a Rodésia do Sul persiste na sua política.

### *A descolonização da África negra francesa*

Processa-se de um modo completamente diferente. A política francesa começa por ser uma política de assimilação que mais tarde evolui para a independência, no seio da União Francesa.

De acordo com a Constituição da IV República, todas as antigas colónias da África negra e de Madagáscar se tornam «territórios de além-mar». Os habitantes locais tornam-se cidadãos franceses e elegem os seus representantes nas Assembleias francesas. As elites africanas, embora divididas quanto à ideia de se agruparem numa federação, demarcam-se cada vez mais da França, em relação à qual se querem autonomizar.

• *A lei-quadro (ou lei Defferre).* O movimento de descolonização que se faz sentir por todo o mundo, desde a conferência de Bandung, em 1955, até à independência concedida ao Gana, em 1957, obriga o governo de Guy Mollet a criar um quadro de evolução flexível para os países da África negra e para Madagáscar É a lei quadro, aprovada a 23 de Junho de 1956 que prevê uma larga autonomia interna, com assembleias eleitas por sufrágio universal directo e colégio único em cada território, coroados por uma assembleia geral. Esta lei, «a lei Defferre», nome do Ministro que assumiu a sua paternidade, permitiu às élites africanas aprender a autogestão com a ajuda da metrópole e em paz. Os territórios dos Camarões e do Togo, anexados por mandato da SDN em 1922 e tornados territórios sob tutela em 1946, acedem à independência. A república do Togo adquire a autonomia total em 1956 e torna-se independente a 24 de Abril de 1960. Também os Camarões se tornam independentes. A parte dos Camarões que tinha pertencido aos Ingleses junta-se aos Camarões franceses e, a 1 de Janeiro de 1960, é proclamada a República dos Camarões.

• *A Comunidade.* Quando regressa ao poder, o general De Gaulle proclama o direito à independência dos povos de além-mar. Mas especifica que os africanos poderão escolher, através de um referendo, entre a Comunidade com a França e a independência pela secessão. A 23 de Setembro de 1958, 11 das 12 antigas colónias da África ocidental e equatorial francesa, aceitam a constituição da IV República e da Comunidade, que dá a estes Estados uma grande autonomia interna, mas que detém as competências em matéria de política externa e em matéria de defesa nacional. Só a Guiné de Sekou Touré recusa. De facto, no decorrer do ano de 1960, todos os Estados africanos membros da Comunidade pedem a transferência das competências à França, alcançando assim a independência, e assinam depois um tratado de associação com a França. É o caso do Senegal e do Sudão (durante algum tempo agrupados na Federação do Mali), de Madagáscar (26 de Junho de 1960), e depois de quatro Estados da África equatorial, o Congo, o Gabão, a República Centrafricana, o Chade, em suma os países da «Entente», a Costa do Marfim, o Daomé, o Alto-Volta, o Níger e, em último lugar (19 de Outubro de 1960) da Mauritânia, a quem Marrocos reivindica uma parte do território.



### *A descolonização do Congo belga*

Como consequência das modificações que ocorrem na África negra francófona, a febre nacionalista alastra ao Congo belga que era a maior e a mais rica de todas as colónias europeias na África negra (devido aos recursos em cobre e em urânio da província do Catanga). Bruscamente, a Bélgica, que até então tinha praticado uma política paternalista, concede aos nacionalistas congoleses Kasavubu e Lumumba a independência por eles exigida. Um torna-se chefe de Estado e o outro primeiro-ministro. Mas este Estado nasce sob o signo da conturbação. Logo desde o seu nascimento registam-se numerosos incidentes antibelgas e, como se não bastasse, rebenta uma guerra civil que opõe os «centralistas» que apoiam Lumumba, então chefe do governo, aos «federalistas» da província do Catanga conduzidos por Moise Tschombé, que faz secessão e declara a independência da sua província. O problema do Congo é de tal modo complicado que o conflito se internacionaliza. Às ameaças soviéticas e à intervenção dos Capacetes Azuis vêm juntar-se aos conflitos internos (oposição entre Kasavubu e Lumumba, apoiado pela URSS) e a entrada em cena do exército congolês, comandado pelo general Mobutu. A confusão atinge o auge com a prisão e posterior assassinato de Patrice Lumumba (Fevereiro de 1961) e com a morte do secretário geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjold (18 de Setembro de 1961) que não se tinha poupado a esforços para tentar encontrar uma solução. Por fim o problema das secessões é resolvido e as forças da ONU restabelecem a unidade do Congo. Mas a ordem só é restabelecida com a chegada ao poder do general Mobutu (Novembro de 1965).

O Ruanda e o Urundi (que passou a chamar-se Burundi), dois outros territórios sob tutela belga, obtêm a independência a 1 de Julho de 1962.

### *Os «resíduos» de colónias europeias na África negra em 1962*

Os únicos territórios africanos que não alcançaram a independência em 1962 foram o Sara espanhol, a costa francesa dos Somalis, que passou a pertencer aos Afars e aos Issas e, especialmente, as colónias portuguesas: as ilhas de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, a Guiné portuguesa, Angola e Moçambique. Portugal considera-as províncias e põe em prática uma política de assimilação. Mas o acesso à independência dos outros países africanos deixa a semente da revolta nestes territórios.

## A EVOLUÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

As interacções entre o movimento de descolonização e as Nações Unidas são evidentes. A atitude da ONU, que promove sucessivos debates sobre a descolonização, tem obviamente muito peso na independência das colónias. Prova disto é a introdução da questão argelina na agenda da Assembleia das Nações Unidas. Mas só em 1961 as Nações Unidas aprovam uma declaração nos termos da qual todas as colónias devem aceder à independência

Por outro lado, a descolonização interfere com a estrutura diplomática internacional, especialmente com a Organização das Nações Unidas onde a aparição dos novos Estados vem sacudir os hábitos de uma maioria que tem por tradição seguir os Estados Unidos e a Assembleia Geral. Os novos membros usam as Nações Unidas como tribuna e questionam as posições ocidentais.

• *O declínio do poder do Conselho de Segurança.* É precisamente neste momento que o poder efectivo passa do Conselho de Segurança, paralisado pelo exercício do direito de veto, para a Assembleia das Nações, onde os países do Terceiro Mundo têm a maioria e onde a lei é ditada pelo grupo afroasiático que privilegia a luta contra o colonialismo. Simultaneamente o Secretariado-Geral da ONU deixa de ser um simples órgão executivo para passar a ser um verdadeiro governo internacional. Quem adopta esta linha de acção é o sueco Dag Hammarskjold, que sucede como secretário geral da ONU (10 de Abril de 1953-17 de Setembro de 1961) a um outro escandinavo, o norueguês Trygve Lie (Fevereiro de 1946-1953). Este diplomata rodeia-se de colaboradores autenticamente «desnacionalizados» o que lhe vale entrar em conflito com a URSS, a quem recusa cargos elevados no aparelho das Nações Unidas. Organiza eficazmente a força de urgência para estacionar em território egípcio depois da crise do Suez em 1956, os grupos de observadores militares encarregados do inquérito aos tumultos no Líbano em 1958 e, sobretudo, a intervenção das Nações Unidas no Congo onde, a 18 de Setembro de 1961, virá a encontrar a morte, num desastre de avião.



• *O declínio da autoridade do Secretariado-Geral.* A União Soviética, que pretende controlar o Secretariado-Geral, exige a substituição da *«troika»* (grupo composto por três homens, um ocidental, outro comunista e outro neutro, dispondo cada um deles de direito de veto) por um único homem. De certo modo a União Soviética pretende transpor para o Secretariado-Geral o mecanismo do Conselho de Segurança. Como não obtém grande adesão decide apoiar, a 3 de Novembro de 1961, e sempre com o objectivo de limitar o poder do Secretariado e a autonomia das suas actividades, a nomeação do candidato dos afroasiáticos, o birmanês U Thant. A longa administração de U Thant (1961-1971) caracteriza-se pelo declínio contínuo da autoridade do Secretário-Geral, embora numa primeira fase tenha conseguido libertar as Nações Unidas da participação no conflito congolês, depois de ter resolvido o problema da secessão no Catanga. Organizou também a intervenção das forças da ONU em Chipre que se interpuseram entre a comunidade grega e a comunidade turca.

• *Uma série de outros factores contribuiu para afectar a credibilidade das Nações Unidas e das suas instituições.* A influência do grupo afroasiático diminui depois da India ter violado a Carta, quando recorreu à força para se apoderar do enclave português de Goa (1961), depois dos conflitos indo-paquistaneses e sino-indiano e também depois de numerosos golpes de estado africanos. As diatribes inflamadas que os delegados afroasiáticos lançam contra os regimes da África do Sul, da Rodésia e de Portugal, dão uma ideia de verborreia que desprestigia a imagem da ONU junto da opinião pública internacional. Dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança — a União Soviética e a França — querem limitar o papel político do Secretário-Geral e recusam delegar excessivamente em U Thant, em matéria de operações de manutenção de paz. E o general De Gaulle não se coíbe de criticar publicamente o «tipo».

• *Por último, as intermináveis discussões sobre o desarmamento, também prejudicam muito a ONU.* A 15 de Novembro de 1945, a Assembleia Geral das Nações Unidas cria, através sua primeira resolução votada, uma Comissão da Energia Atómica (CEA) composta por onze membros do Conselho de Segurança e pelo Canadá. É a esta Comissão que em Junho de 1946, o delegado americano Bernard Baruch apresenta o plano, que tem o seu nome, para a criação de uma «Autoridade para o desenvolvimento atómico» encarregue de controlar a produção mundial de matéria físsil. O delegado soviético, Andrei Gromyko, recusa de imediato este plano, pois a União Soviética recusa-se a aceitar que as suas instalações atómicas sejam submetidas a um controlo internacional. Em contrapartida, preconiza a proibição da produção de armas atómicas e a destruição dos *stocks* existentes. É o impasse total.

A 13 de Fevereiro de 1947, o Conselho de Segurança cria uma Comissão para o armamento de tipo clássico. O delegado soviético,

Litvinov, pede uma redução proporcional a um terço da totalidade das forças terrestres, aéreas e navais. As potências ocidentais exigem o recenseamento prévio do armamento existente, mas deparam com o veto da União Soviética que rejeita em absoluto qualquer tipo de controlo.

Posto isto o impasse é total, tanto para as armas convencionais como para as armas atómicas. E à laia de protesto contra a recusa em proceder à substituição da China da Formosa pela China de Pequim, a URSS retira-se das comissões de desarmamento, em 1950.

Quando as negociações recomeçam, em 1954, o delegado soviético, Vychinsky, aceita, perante a Assembleia das Nações Unidas, um plano de compromisso franco-inglês. A URSS aceita as medidas quanto ao desarmamento clássico e nuclear. Põe de parte o pedido da redução proporcional dos efectivos e armamentos convencionais e parece estar de acordo quanto à necessidade da existência de um controlo. Mas na Cimeira de Genebra (18 a 23 de Julho de 1955), os Chefes de Estado, ou de Governo, não conseguem chegar a acordo. Doravante a questão do desarmamento será tratada essencialmente fora das Nações Unidas, através do diálogo entre os dois Super-Grandes. Mais um fiasco da ONU.

## A evolução dos blocos

Os dois blocos vão-se progressivamente apercebendo de que as relações entre ambos não têm obrigatoriamente que desembocar numa guerra aberta. Os primeiros sinais de degelo remontam à altura da morte de Estaline, mas a coexistência pacífica está na ordem do dia no relatório que N. Kruchtchev apresenta ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A desestalinização está na origem de algumas fissuras que aparecem no bloco de leste. No bloco ocidental, está a nascer um novo pólo de poder à volta do Mercado Comum. A coexistência pacífica não significa o fim das tensões. Num sistema de equilíbrio do terror, as crises de Berlim e de Cuba vêm agitar o mundo.

### A DESESTALINIZAÇÃO E AS CRISES POLACA E HÚNGARA

No XX Congresso do Partido Comunista da União, o secretário geral do PCUS apresenta dois relatórios, sendo um deles secreto. Neste texto Nikita Kruchtchev admite a pluralidade das orientações na construção do socialismo. Está aberto o caminho para uma certa autonomia das democracias populares.

• *A desestalinização está na ordem do dia do XX Congresso do Partido Comunista Soviético* (14-25 de Fevereiro de 1956), no decorrer do qual os discursos condenam o «culto da personalidade», referem as novas relações Leste-Ocidente e insistem na importância dos países «neutralistas» e na diversidade das vias nacionais para a construção do socialismo. O essencial está no relatório secreto onde Nikita Kruchtchev — que entretanto se tinha tornado no homem forte do regime — denuncia a era estalinista e o culto da personalidade de Estaline. A dissolução do *Kominform* parece dar às democracias populares uma maior independência em relação à União Soviética. Mas as crises da Hungria e da Polónia trazem à luz do dia os limites da desestalinização.



Desde 1953 que se vive um clima de abertura na Polónia e na Hungria; manifestações de escritores e de estudantes criticam alguns aspectos do regime. Na Hungria o confronto opõe o secretário-geral do partido, Rakosi, ao primeiro-ministro, Imre Nagy que, a 14 de Abril de 1955 é destituído das suas funções e expulso do partido por ter denunciado os abusos da polícia e a colectivização sistemática das terras.

• *Na Polónia a «desestalinização» permite a reabilitação do antigo secretário-geral do partido operário*, Ladislas Gomulka, preso em 1951. Em Setembro, depois das revoltas dos operários de Poznan (Junho de 1956) rebentam confrontos entre estalinistas e antiestalinistas e a União Soviética parece prestes a intervir. Kruchtchev desloca-se pessoalmente a Varsóvia e acaba por aceitar o novo poder polaco. O anti-estalinista Gomulka sai vencedor dos confrontos e é eleito primeiro secretário do partido (21 de Outubro de 1956), enquanto o ministro da Defesa, o marechal soviético Rokossovski, é destituído do cargo e afastado do *bureau* político do partido. Apesar deste verdadeiro golpe de estado, os soviéticos aceitam a mudança porque os novos dirigentes polacos declaram ser sua intenção continuar fiéis ao pacto de Varsóvia.

• *Na Hungria os acontecimentos são muito mais dramáticos.* Vive-se um clima de grande efervescência política, com uma grave crise económica como pano de fundo. Em Julho, Rakosi, sentindo-se impotente perante a situação, é obrigado a demitir-se. As manifestações de Outubro acabam numa insurreição geral e nacional, depois de uma primeira intervenção militar soviética, a 24 de Outubro. Pressionado pelo povo, o novo governo chefiado por Imre Nagy proclama a neutralidade da Hungria (1-3 de Novembro de 1956) e o pluripartidarismo e renuncia ao Pacto de Varsóvia. A União Soviética, que num primeiro momento tinha retirado as suas tropas, decide matar a revolução húngara logo à nascença. A URSS não pode permitir que esta questão ponha em causa o dogma da irreversabilidade das conquistas comunistas nem pode perder as bases militares estratégicas do centro da Europa e ainda muito menos admitir eleições livres na Hungria. O exército soviético entra em Budapeste a 4 de Novembro e arrasa a resistência. Nagy é preso. Janos Kadar fica no poder e encarrega-se de restabelecer a omnipotência do partido comunista húngaro; a Hungria volta a integrar o Pacto de Varsóvia e a normalização segue o seu curso. Os comunistas aprovam a repressão da revolta húngara

pelos soviéticos. Os países ocidentais, pelo contrário, denunciam esta repressão e vêm nela a prova do domínio implacável que o «Grande Irmão» exerce na Europa de Leste. Imre Nagy é executado, depois de um simulacro de processo. E em Dezembro de 1961 Janos Kadar torna-se senhor absoluto do país.

A União Soviética foi pois muito clara na marcação dos limites da autonomia que concedia aos seus satélites. E ao mesmo tempo pôs um travão na busca das vias nacionais para o socialismo. Aquando da celebração do 40.° aniversário da Revolução de Outubro (em Novembro de 1957) os países comunistas reafirmam a unidade do mundo socialista, numa declaração que Tito não subscreve. Mas já há fissuras no bloco de Leste. E as divergências entre Chineses e soviéticos contribuem para as fazer aumentar. A Europa ocidental, por sua vez, organiza-se para fazer face aos Estados Unidos.

## O RELANÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

No Ocidente assiste-se à construção de uma união económica europeia, numa tentativa de contrabalançar a potência americana. Depois do fracasso da CED, parece ser agora a ocasião indicada para explorar as vias do «relançamento europeu».

A conferência dos seis ministros da CECA, reunida em Messina a 1 de Junho de 1955, a convite do novo ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, G. Marino, chega à conclusão de que a melhor maneira de proceder a este relançamento será desenvolver instituições comuns, fundir progressivamente as economias nacionais, criar um Mercado Comum, harmonizar as políticas sociais e criar uma Comunidade Europeia da Energia Atómica.

Dos trabalhos dos peritos reunidos em Bruxelas sob a presidência do ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Paul Henri Spaak, resultaram o projecto Euratom e o projecto do Mercado Comum, este com uma componente de supranacionalidade inferior à que existia na CECA. A Alta Autoridade é substituída por um Conselho de Ministros e por uma Comissão. Inicialmente esta Comissão tem 9 membros, mas na versão final fica com catorze. Os Comissários, que são peritos, são designados pelos Estados membros, mas não os representam. Têm como incumbência definir a política a adoptar. O Conselho de Ministros que reúne os representantes dos governos, é o órgão com poder de decisão. Examina as propostas da Comissão e decide, aplicando a regra da unanimidade. O tratado estipula que dentro de seis anos deverá passar a vigorar a regra da maioria simples. Estão previstos uma assembleia e um tribunal de justiça.

• *O nascimento do Mercado Comum.* Os tratados que instituem o nascimento do Mercado Comum são assinados em Roma a 25 de



Março de 1957. O Mercado Comum é concebido como uma união aduaneira. A passagem à prática desta união deve ser feita progressivamente, em três períodos de quatro anos; durante cada uma das fases os países membros devem reduzir a taxa aduaneira a aplicar aos outros membros. Será estabelecida uma taxa externa comum, a aplicar aos outros países. Far-se-à também a abertura progressiva das fronteiras às deslocações internas de trabalhadores e ao movimento de capitais. Os territórios de além-mar serão admitidos a título experimental.

• *A Euratom.* A criação da Euratom obedece a uma dupla finalidade: assegurar o fornecimento em boas condições da energia de que a Europa necessita e permitir à Europa dos Seis uma maior independência em matéria atómica. A Euratom não foi portanto criada para centralizar a produção de energia atómica dos seis países. Existe uma central de abastecimento que dispõe da opção de compra sobre os minerais, matérias brutas e matérias físseis produzidas nos países membros e que tem o direito de exclusividade sobre a celebração de contratos de fornecimento destes materiais, caso venham do exterior. A Comunidade exercerá um controlo rigoroso, que inclui inspecções locais. Apesar das esperanças depositadas neste organismo, a Euratom revelou-se um fracasso. As reservas postas pela França, que quer preservar a independência em questões de energia atómica para construir a sua bomba e os entraves postos pelos Americanos, que não querem que os europeus se autonomizem em questões de energia atómica, fazem fracassar os projectos mais ambiciosos. Quando em 1957, por proposta da França, os países europeus põem a hipótese de construir uma fábrica de separação isotópica que lhes permitiria serem auto-suficientes em urânio enriquecido, os Americanos baixam de tal modo o preço de venda do produto aos europeus que estes desistem do empreendimento que teria seguramente custos muito mais elevados.

Os dois tratados instituem portanto uma zona económica específica, a da Europa dos Seis, uma Europa continental.

• *A EFTA.* O Reino Unido, que se recusou a entrar para o Mercado Comum, tenta criar uma vasta zona de comércio livre que inclua todos os países membros da OECE. A ser criada, esta zona englobaria o Mercado Comum e obviamente, retirar-lhe-ia toda a sua especificidade. Perante a recusa francesa os Britânicos criam, com outros países europeus (Portugal, Suíça, Áustria, Dinamarca, Noruega e Suécia), a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Esta Associação é criada pelo tratado de Estocolmo (20 de Novembro de 1959).

O Mercado Comum entra em vigor a 1 de Janeiro de 1959 e conquista rapidamente um lugar importante, apesar da concorrência da Associação Europeia de Comércio Livre. A descida dos direitos aduaneiros e o alargamento dos contingentes de mercadorias processam-se normalmente. Estudam-se as modalidades de uma política agrícola e

de uma política financeira comuns. Tudo corre tão bem que, no Verão de 1961, o primeiro-ministro britânico, Harold MacMillan, decide encetar negociações com vista à entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum.

• *Com a resolução do conflito do Sarre,* muito embora a solução não tenha passado pela integração europeia, desaparece o principal motivo de tensão entre a França e a Alemanha.

Em Março de 1952, o chefe do governo do Sarre, J. Hoffmann, tentando encontrar uma solução para resolver o problema, lança a ideia de europeizar o Sarre. Foi difícil a França e a Alemanha chegarem a acordo sobre as modalidades a adoptar, com a França a fazer depender a ratificação da CED da resolução prévia desta questão e a opinião pública do Sarre a mostrar-se favorável à integração pura e simples do Sarre na República Federal. O plano Van Naters (nome do relator do Conselho da Europa) de 17 de Setembro de 1953 propõe que o Sarre se torne num território europeu onde terão assento instituições europeias e que tenha um governo local, ficando económica e monetariamente inserido no sistema francês. A França, depois do fiasco da CED, considera que a solução para a questão do Sarre passa por um acordo mais global. A 23 de Outubro de 1954, Franceses e Alemães aceitam o plano Van Naters, na condição de este ser sujeito a um referendo. A consulta popular é feita a 23 de Outubro de 1955 e dá a vitória aos que são a favor da integração na Alemanha, contra o estatuto europeu que tinha sido proposto. Depois de várias negociações, Franceses e Alemães chegam a acordo, em Outubro de 1956: a partir de 1 de Janeiro de 1957 o Sarre fica a pertencer à Alemanha, a nível político. A partir de 1 de Janeiro de 1960 passará a pertencer também a nível económico.

Como recompensa, a França consegue remessas de carvão do Sarre e a canalização do Mosela, o que lhe permitirá desenvolver a siderurgia da Lorena. E assim desaparece a principal fonte de tensão entre a França e a Alemanha.

## A COEXISTÊNCIA PACÍFICA E OS SEUS LIMITES

Depois da guerra fria surge a coexistência pacífica entre os dois blocos, Leste e Ocidente. Desde a morte de Estaline que se começara a notar um degelo nas relações mas é sobretudo em 1955, com a assinatura do tratado de paz sobre a Áustria e com a reconciliação dos dirigentes soviéticos com Tito, que é visível a mudança da política externa soviética.

Os factores que contribuem para isso são essencialmente a emergência do Terceiro Mundo e o equilíbrio do terror. Como consequência da descolonização surgem na Ásia e na África Estados que recusam o alinhamento quer com o Leste, quer com o Ocidente e que



querem viver em paz: um novo actor, o Terceiro Mundo, vem perturbar o jogo bipolar. Por outro lado, a ameaça de destruição global que as armas nucleares representam, já não é monopólio de uma única potência. É bilateral, equilibrada. Numa palavra, neutraliza-se. Quando esteve em causa o equilíbrio mundial, tanto no caso do Suez como na Hungria, tornou-se claro que as duas potências evitavam confrontar-se. Os dirigentes soviéticos, muito especialmente Nikita Kruchtchev, são mais rápidos que os Americanos a adaptar-se a esta evolução. No relatório apresentado ao Soviete Supremo, a 31 de Outubro de 1959, Kruchtchev abandona a ideia de um confronto militar inevitável entre os sistemas capitalista e comunista. Segundo ele, a competição deve ser unicamente a nível económico e ideológico, mesmo que isso implique que a vitória do comunismo se torne num objectivo a atingir a longo prazo.

De facto, entre 1955 e 1962, verifica-se uma mudança nas relações diplomáticas: os dirigentes soviéticos multiplicam as viagens ao estrangeiro. Kruchtchev encontra-se com Eisenhower, nos Estados Unidos, em Setembro de 1959, com De Gaulle, em França em Março de 1960, com Kennedy, em Viena em Junho de 1961. Privilegia a competição económica com os Estados Unidos e segundo as suas previsões, em 1980 a União Soviética terá ultrapassado largamente os Estados Unidos, a nível da produção. Na sua opinião a vitória comunista deve conquistar-se no domínio económico.

Mas a guerra fria não acabou. Afecta especialmente o seu «epicentro», Berlim, a partir de 1958 e estende-se à África por ocasião dos conflitos da descolonização, à América Latina com a crise de Cuba e à Ásia e ao estreito da Formosa, onde os comunistas chineses bombardeiam as ilhas Quemoy e Matsu (22-23 de Agosto de 1958) que pertencem à China nacionalista. Os Americanos levam o caso muito a sério e, através do secretário de Estado J. F. Dulles, declaram-se dispostos a ir para a guerra, se for caso disso. A crise do estreito da Formosa dá-se num momento de ambiguidade nas relações entre a União Soviética, que prometeu ao seu aliado ajuda técnica para o fabrico de um arsenal atómico, e a China que se lança numa profunda transformação interna conhecida pelo nome de «O Grande salto em frente». Kruchtchev, que se desloca a Pequim em Julho de 1958, critica este processo. Assim, e apesar de Kruchtchev informar o presidente Eisenhower de que qualquer ataque contra a China comunista seria considerado como um ataque contra a União Soviética, esta crise deve ser vista como uma afirmação de independência da China em relação à União Soviética. A crise resolve-se por si própria. A questão da Formosa fica congelada.

### *O equilíbrio do terror*

A diplomacia soviética tira habilmente partido do jogo da dissuasão nuclear. Quando se dá a crise do Suez ameaça a França e a Inglaterra com as armas nucleares. Quanto à América, intimida-a com os seus êxitos no espaço.

• *O êxito soviético no espaço.* O lançamento do primeiro satélite artificial pelos soviéticos, o *Sputnik*, a 4 de Outubro de 1957 e a primeira viagem espacial feita por um homem, o soviético Gagarine (12 de Abril de 1961), representam avanços científicos e parecem provar que a União Soviética dispõe de foguetões de longo alcance que, lançados do seu território, podem atingir os Estados Unidos. Estes ficam convencidos de que estão mais atrasados do que a União Soviética — é o *missile gap*. Empreendem então um esforço gigantesco para ficar a par da União Soviética. A 25 de Maio de 1961 o presidente Kennedy pede o apoio do Congresso para responder ao desafio da conquista espacial, mesmo que para tal seja necessário fazer sacrifícios. É o início de uma nova corrida ao armamento. O objectivo não é destruir o adversário, mas sim provocar-lhe desgaste, para assim se poder manter a superioridade.

• *A resposta graduada dos Estados Unidos.* Simultaneamente, os Estados Unidos inflectem a sua estratégia. O novo presidente, o democrata J. F. Kennedy, anuncia que os Estados Unidos tencionam proteger o mundo livre mas, por influência do secretário da Defesa, R. MacNamara, os democratas substituem o princípio das represálias massivas pela resposta graduada, estratégia que consiste em responder gradualmente às ameaças e aos desafios, numa escalada sabiamente doseada que vai do conflito convencional à guerra nuclear. Esta estratégia pressupõe a posse de uma panóplia completa de armas mas pressupõe sobretudo o reforço das armas convencionais americanas, que deverão passar a ter maior mobilidade, e das armas nucleares, que deverão passar a ter uma nova capacidade de resposta — o que vem a acontecer com os foguetões Polaris. Esta estratégia é acompanhada por uma profunda reforma da administração da defesa americana, o Pentágono, tendente a uma maior centralização do comando supremo. Apesar da preocupação americana sobre o *missile gap,* a verdade é que a URSS está mais atrasada do que os Estados Unidos na corrida aos armamentos estratégicos. Em 1962 Moscovo dispõe de 75 mísseis intercontinentais, baseados em terra e fabrica 25 por ano. Os Estados Unidos já dispõem de 294 mísseis intercontinentais e fabricam 100 por ano. No que diz respeito aos mísseis submarinos e aos bombardeiros intercontinentais, a superioridade americana é esmagadora.

• *As primeiras negociações para o desarmamento.* Outra consequência do equilíbrio do terror é relançar o desarmamento. A União Soviética mostra-se muito empenhada no desarmamento, apoia o projecto Rapacki sobre a desnuclearização da Europa central (1957-1958) e decreta uma moratória para as experiências nucleares. Em 1958 as três potências então possuidoras de armas atómicas encetam negociações para pôr fim às experiências nucleares na atmosfera. Paralelamente a estas negociações, que entretanto se vão arrastando, os governos americano e soviético decidem, em Abril de 1961, recomeçar as negociações no seio de um novo organismo, «o Comité dos 18», constituído por representantes das potências ocidentais, orientais e não-alinhadas. Aquando do encontro na cimeira de Viena (3-4 de Junho de 1961), Kruchtchev pede a Kennedy que as negociações sobre as experiências nucleares sejam inseridas no contexto mais geral do desarmamento. Em Setembro de 1961, o negociador americano, MacCloy e o negociador soviético, Zorine, propõem-se um objectivo ambicioso, o desarmamento geral e completo. Mas a concretização deste objectivo será progressiva, por etapas, com uma duração determinada, equilibrada, em suma. O que na realidade acontece é que a convergência sino-soviética faz com que seja posta de parte a ideia de uma redução geral dos armamentos. De agora em diante os dois Super-Grandes preferem negociar acordos parciais e selectivos.



### *As crises de Berlim e de Cuba*

Poder-se-ia pensar que a guerra fria estava a chegar ao fim. Nada mais falso. A partir de 1958 ela ameaça especialmente o seu «epicentro», Berlim, e vai passar a afectar também os mundos extra-europeus, a África e a América Latina, com particular incidência em Cuba. O desenrolar destas duas crises proporciona uma aprendizagem da coexistência que vai levar ao desanuviamento.

• *Berlim e o «muro da vergonha».* Desde 1948 que a antiga capital do *Reich* hitleriano é um joguete nas relações entre o Leste e o Ocidente. Berlim ocidental transforma-se num símbolo da liberdade que os ocidentais defendem ciosamente. Mas a permanência das tropas ocidentais em Berlim interfere com a esfera de influência soviética e é um entrave à edificação de uma Alemanha comunista. O fluxo dos refugiados da Alemanha de Leste que vêm para Berlim não pára de aumentar. Em 15 anos, 3 milhões de Alemães emigram do Leste para o Ocidente, aproveitando-se do estatuto de Berlim. Este voto «com os pés» põe em causa a credibilidade da Alemanha de Leste.

Apesar da evolução geral da Alemanha, o estatuto de Berlim mantém-se inalterável. Em 23 de Outubro de 1954, os acordos de Berlim formalizam a soberania da Alemanha ocidental, mas mantêm os direitos das potências ocidentais sobre Berlim, particularmente no que diz respeito à ocupação militar.

A 10 de Novembro de 1958, Kruchtchev volta a levantar a questão de Berlim, e de uma forma brutal, apoiando a tese da Alemanha de

Leste que denunciava o estatuto quadripartido. O comunicado soviético de 27 de Novembro declara que Berlim ocidental deve ser integrada na RDA ou então internacionalizada, ficando sob controlo das Nações Unidas. A União Soviética dá um prazo de seis meses para a satisfação das suas exigências. Se não obtiver resposta findo esse prazo, ameaça assinar um tratado de paz separado com a Alemanha de Leste, que passaria assim a ficar com o controlo das vias de acesso a Berlim ocidental. É uma crise muito grave, pois não se sabe se os Americanos estão na disposição de se arriscar a uma guerra nuclear para defender um pequeno e longínquo território, por mais simbólico que ele seja. Os ocidentais recusam-se a tratar a questão de Berlim sem que seja feita uma regulamentação de conjunto para o problema alemão. A questão não fica resolvida na Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, realizada em Genebra (Maio-Julho de 1959). A viagem de Kruchtchev aos Estados Unidos (Setembro de 1959) alivia um pouco a tensão e fica assente a realização de uma conferência de cúpulas entre as quatro potências. Esta conferência, realizada em Paris, em Maio de 1960, também redunda em fracasso, quando Kruchtchev exige um pedido de desculpas formal aos Estados Unidos pelo facto do avião espia americano U2 ter sobrevoado território soviético. Apesar das tentativas de conciliação, a conferência acabou por ser interrompida. Os Quatro Grandes separam-se. A tensão reaparece. A atmosfera torna-se ainda mais pesada com as violentas acusações feitas por Kruchtchev na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 1960. No encontro entre Kennedy e Kruchtchev, que teve lugar em Viena (3-4 de Junho de 1961), o dirigente soviético volta a exigir a transformação de Berlim ocidental em cidade livre, propondo a assinatura de um tratado entre as duas Alemanhas. A crise atingiu o seu apogeu com a construção do «muro de Berlim». As autoridades da Alemanha de Leste construíram-no na noite de 12 para 13 de Agosto de 1961. Os sectores Leste e Oeste de Berlim têm agora uma barreira hermética. A hemorragia da população é estancada, mas o preço político do «muro da vergonha» é considerável. Depois desta crise, Berlim deixou de ser o principal tema político das relações Leste-Oeste.

• *Cuba: o braço-de-ferro entre as duas super potências.* Antiga possessão espanhola, a ilha de Cuba é politicamente independente desde a guerra hispano-americana de 1898. Mas devido à sua situação geográfica, a 150 km da Flórida, vive sob a tutela económica dos Estados Unidos. A principal exportação cubana é o açúcar (80% do total das exportações) o que contribui para aumentar esta dependência: se os Estados Unidos deixam de importar o açúcar cubano é a ruína. Na ilha reina um clima de revolta surda. Um jovem advogado, Fidel Castro, está desde 1952 à frente de um movimento de luta armada contra o ditador Batista, que governa a ilha. Este movimento transforma-se numa verdadeira guerra de guerrilha, que tem grande implantação junto dos camponeses. A 26 de Julho de 1953 fazem um ataque ao quartel de Moncada, mas saem derrotados e Fidel tem de abandonar o país. Regressa em 1956 e refugia-se nas suas bases da Sierra Maestra, onde prepara uma ofensiva, desencadeada em finais de 1958, que dará a vitória ao movimento. A 31 de Dezembro de 1958, Batista, abandonado pelos Americanos, põe-se em fuga, deixando o poder a Fidel Castro e aos seus «*Barbudos*».

As relações entre o novo regime cubano e os Estados Unidos não se deterioram logo. Mas Castro quer fazer sair Cuba da alçada dos Estados Unidos e vai estreitando laços com a União Soviética, tanto a nível político como a nível económico. Em Julho de 1960, Che Guevara, elemento muito próximo de Fidel, anuncia publicamente que Cuba pertence ao bloco socialista. Os Estados Unidos consideram esta declaração como uma afronta à doutrina de Monroe, que recusa qualquer ingerência de países não americanos em questões americanas. Em Outubro de 1960, os Estados Unidos suspendem toda a ajuda financeira a Cuba e suspendem também a importação de açúcar, com o fito de asfixiar economicamente o país. Por último, cortam relações diplomáticas com Cuba.

As repercussões da reforma agrária, que se fizeram sentir nas grandes companhias americanas proprietárias de terras em Cuba e a actividade dos refugiados cubanos, também contribuíram para aumentar a tensão entre os dois países. Os exilados cubanos, hostis ao regime de Fidel Castro, preparam uma intervenção militar, que conta com o apoio dos Estados Unidos. Mas o desembarque que fazem na Baía dos Porcos (15 de Abril de 1961) salda-se por um fracasso. É um rude golpe para o novo presidente dos Estados Unidos e, por outro lado, leva Fidel a endurecer as suas posições. Em Agosto de 1961, Kennedy apresenta à Organização dos Estados Americanos (OEA) um vasto programa de auxílio, a «Aliança para o Progresso» que tem como objectivo fortalecer os regimes anticomunistas na América Latina e isolar Cuba, reduzindo assim a sua esfera de influência. Em Janeiro de 1962 propõe a exclusão de Cuba da OEA. Os Cubanos, por sua vez, pedem armas à URSS. E obtêm-nas.

Em Outubro de 1962 os serviços americanos têm a confirmação de que os soviéticos instalaram em Cuba rampas de lançamento de foguetões de alcance intermédio, que têm capacidade para atingir o território americano. Além disso, o presidente americano toma também conhecimento da chegada iminente de navios com foguetões e bombas. Perante isto, Kennedy vê-se confrontado com uma situação que vai muito para além da questão cubana. Quererão os soviéticos avaliar a capacidade e a vontade de retaliação dos Americanos? Ou quererão antes obrigar os Americanos a fazer concessões em Berlim? Demonstrando uma grande firmeza, Kennedy opta por uma actuação de «alto risco». A 22 de Outubro anuncia que a marinha americana vai fazer um bloqueio naval a Cuba para interceptar os navios soviéticos, ao mesmo tempo que pede à União Soviética que cesse o fornecimento

de armas a Cuba. A terceira guerra mundial parece estar iminente. A 26 de Outubro, depois de discretas negociações de bastidores, Kruchtchev cede: ordena aos seus navios que façam meia volta e aceita as condições americanas, exigindo como contrapartida que os Estados Unidos se comprometam a renunciar à invasão de Cuba e a retirar os foguetões instalados na Turquia. A 28 de Outubro os soviéticos aceitam desmontar o equipamento militar ofensivo instalado em Cuba e levá-lo de volta para a URSS. Mas a resolução definitiva do conflito tarda, devido à má vontade e à desconfiança de Fidel Castro.

A crise de Cuba é uma data importante nas relações internacionais: serve para testar a teoria da dissuasão, com uma resolução pacífica a ganhar à escalada nuclear; confere um prestígio excepcional ao presidente Kennedy, que soube reagir à provocação soviética e, por último, é a prova da superioridade americana em matéria de armamento estratégico.

Além disso, esta crise veio mostrar que o diálogo entre as duas superpotências é não só necessário como possível: a prova é que resolveram a crise cubana sem se preocupar com os protestos do governo cubano que tentava impor as suas condições. A consciência que ambas têm da responsabilidade nuclear comum leva-as a racionalizar as relações que mantêm. Em 1962 a coexistência pacífica já não é um tema para discussão ou um argumento de propaganda. É uma necessidade que se dá pelo nome de «desanuviamento».

# 3

# O DESANUVIAMENTO (1962-1973)

O ano de 1962 inaugura uma nova era de aproximação e de cooperação. A resolução do problema dos foguetões em Cuba, que coincide com o fim da crise de Berlim, põe fim à guerra fria e dá início ao desanuviamento. As consequências desta nova situação são imensas.

No decorrer dos anos 60 assiste-se simultaneamente a uma crescente bipolarização da vida internacional e à erosão do monolitismo dos dois blocos. A coesão do Pacto Atlântico enfraquece, assim como a do Pacto de Varsóvia e começa a haver divergências entre a União Soviética e a China Popular. Os Super-Grandes encetam o diálogo para limitar a corrida aos armamentos: é a 1.ª era do desanuviamento. Esta reconciliação transforma-os em «adversários-parceiros». Mas isto não significa que o confronto tenha abrandado: indirectamente, as potências continuam a confrontar-se nos conflitos que ocorrem na Ásia, em África e no Próximo Oriente. Neste momento, a ordem bipolar que as nações do Terceiro Mundo contestam desde a conferência de Bandung, encontra-se consolidada graças à relativa convergência de interesses dos dois Grandes, mas está também ameaçada pelas novas forças que emergem no seio dos dois Blocos e no Terceiro Mundo. Com efeito, os países do Terceiro Mundo deixaram de ser um simples joguete no confronto entre o Leste e o Ocidente e gozam de uma influência cada vez maior, apesar da fraqueza militar e económica. Aos poucos vão-se tornando, também eles, agentes da política mundial.

## O duopólio americano-soviético

A mudança mais espectacular a que se assiste neste período é a vontade de pacificação manifestada pelos dois Grandes, que renunciam à estratégia da tensão e se empenham na via do desanuviamento.

• *No lado americano*, ao democrata John F. Kennedy, assassinado a 22 de Novembro de 1963, sucedem o seu vice-presidente Lyndon B. Johnson (1963-1968) e depois o republicano Richard Nixon (1968-1974). É o período do apogeu da potência americana, quer a nível económico quer a nível estratégico. Mas é também o período em que se revelam as suas limitações, como o provam a incursão de um satélite soviético no hemisfério ocidental e a desastrosa participação na guerra do Vietname, que abalou o prestígio dos Estados Unidos e paralisou a sua política externa.

• *Do lado soviético*, depois da morte de Kruchtchev (1964), que foi criticado pelos seus fracassos em política agrícola e em política externa, começa o longo reinado de Leonid Brejnev, falecido a 10 de Novembro de 1982. É na política externa que a equipa de Brejnev alcança os seus maiores êxitos.

• *Desanuviamento não significa desarmamento.* Com efeito, este período corresponde a um aumento considerável dos armamentos, especialmente no lado soviético que faz um esforço enorme para recuperar do seu atraso nos armamentos estratégicos, já que em 1962, Washington está sem sombra de dúvida numa posição de clara superioridade. Assiste-se portanto a uma corrida aos armamentos, especialmente aos mísseis de alcance intermédio (2000 a 4000 Km) IRBM (*Intermediate Range Ballistic Missile*), aos mísseis de longo alcance (10 000) ICBM (*Intercontinental Ballistic Missile*) e aos mísseis lançados a partir de submarinos SLBM (*Submarine Launched Ballistic Missile*). No início dos anos 70 as duas potências acumularam um arsenal impressionante e muito provavelmente atingiram, por fim, a paridade.

Embora as duas potências não parem de aumentar o potencial bélico, evitam cuidadosamente qualquer tipo de confronto directo e usam de respeito mútuo nas suas relações; entretanto, tanto uma como outra se debatem com problemas internos, sendo obrigadas a procurar um *modus vivendi*.

• *O avanço americano no domínio tecnológico.* Depois de numa primeira fase ter tomado a dianteira a nível científico e tecnológico (Sputnik, 1957; Gagarine, 1961), a União Soviética está agora muito atrasada nas tecnologias de ponta. Efectivamente são os Americanos os primeiros a chegar à Lua (a 21 de Julho de 1969) e são também eles os primeiros a lançar o primeiro laboratório espacial, em 1973. Também nos computadores os Americanos têm um avanço considerável. Os méritos do socialismo soviético têm dificuldade em afirmar-se na competição mundial, que os dirigentes da URSS tinham sido os primeiros a desejar. Os Estados Unidos, embora em plena expansão económica, vêem a confiança dar lugar à incerteza, devido à existência de bolsas de pobreza, à segregação racial, à guerra do Vietname e aos escândalos políticos.

• *A convergência de interesses na redução das tensões internacionais.* Outro aspecto a assinalar nos anos 60 é a multiplicação de acordos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mas o período mais fecundo do desanuviamento foi entre 1969 e 1973. Este período corresponde à passagem pelo poder da equipa formada pelo presidente Richard Nixon e por Henry Kissinger, seu conselheiro para a segurança nacional, que eram ambos partidários do descomprometimento americano. Os Estados Unidos continuam a considerar-se a primeira potência mundial, mas não querem reinar sozinhos. Aceitam a paridade nuclear com a URSS e praticam uma diplomacia triangular, entre Washington, Pequim e Moscovo. Na opinião de Kissinger quando se faz uma negociação deve estabelecer-se uma relação entre todos os problemas (*linkage*), o que explica que os acordos sejam tanto sobre questões científicas e comerciais, como sobre questões militares. Entre Americanos e soviéticos gera-se uma espécie de conivência de que resulta a cogestão das questões internacionais: cada um dos Grandes reserva-se o direito de fazer reinar a paz no seu bloco e evita cuidadosamente qualquer confronto directo com o bloco oposto. A guerra do Vietname é um exemplo notável de um conflito durante o período do desanuviamento, em que um país do bloco socialista, o Vietname, apoiado por Moscovo, está exposto ao imenso aparelho militar americano. Mesmo nas alturas em que os Estados Unidos intervêm em força, Moscovo mantém e reforça os laços com Washington. A intervenção soviética na Checoslováquia também não afecta o processo de desanuviamento.



## OS ACORDOS DE LIMITAÇÃO DOS ARMAMENTOS

A 1 de Dezembro de 1959, as duas principais potências chegam a acordo sobre a desmilitarização do Antártico. A convergência de interesses entre Americanos e soviéticos torna-se muito mais óbvia depois da crise de 1962.

### *A política do «arms control»*

São negociados vários acordos, uns através de comissões *ad hoc*, outros pelo diálogo bilateral. Americanos e soviéticos estão de acordo quanto à necessidade da existência de um contacto directo, para evitar uma escalada fatal. A 20 de Junho de 1963 é anunciada a criação de uma ligação permanente entre Washington e Moscovo, o telefone vermelho.

• *O tratado de Moscovo.* A outra medida tomada não é propriamente uma medida de desarmamento, tem um carácter simbólico. Desde 1958 que se falava em proibir as experiências nucleares na atmosfera, que aliás já tinham sido objecto de uma moratória, inter-

rompida em Setembro de 1961. Em Genebra realizava-se regularmente uma conferência sobre o desarmamento. Na sequência da crise de Cuba, os Estados Unidos e a URSS põem um ponto final a anos de negociações. Parte deles a iniciativa que leva ao tratado de Moscovo (5 de Agosto de 1963), assinado por mais de 100 países, que proíbe as experiências na atmosfera, no espaço extra-atmosférico e debaixo do mar. A França e a China, que estão a dar os últimos retoques nas suas forças atómicas e têm necessidade de as testar para eventuais aperfeiçoamentos, recusam-se a aderir. Na realidade, o tratado de Moscovo não limita o arsenal nuclear dos Grandes (Estados Unidos, Grã-Bretanha, URSS). Estes países mantêm os seus enormes *stocks* que não estão sujeitos a qualquer controlo e podem aumentá-los, se assim o entenderem. As potências atómicas não impõem muitas restrições a si próprias mas, em contrapartida, ao convidar os outros países a aderir ao pacto, estão a retirar-lhes a possibilidade de virem a ter armas nucleares. Assim, o alcance militar do tratado de Moscovo é nulo. Mas o alcance político é enorme. É a concretização de uma mudança de clima entre os dois Grandes, que assinam um acordo que a China, do bloco oriental e a França, do bloco ocidental, rejeitam com indignação.

• *O tratado sobre a não proliferação das armas atómicas.* O encontro entre o presidente Johnson e o presidente do Conselho Kossyguine, em Glassboro (New Jersey) a 23-24 de Junho de 1967, permitiu a celebração, em Julho de 1968, de um tratado sobre a não proliferação das armas atómicas (TNP), assinado pelos Estados Unidos, pela URSS e pela Grã-Bretanha e mais uma vez rejeitado pela China e pela França que entretanto experimentam a bomba de hidrogéneo em 1967 e 1968, respectivamente, e se recusam a aderir a um tratado que lhes veda o acesso ao clube atómico. Este tratado tem um impacto considerável porque dá aos Americanos e aos soviéticos a possibilidade de impedir que as armas atómicas vão parar a mãos indesejáveis. Aos soviéticos interessa especialmente que a Alemanha não tenha armas nucleares.

• *Outros tratados menos significativos.* A 27 de Janeiro de 1967, é assinado um tratado sobre o espaço que prevê a não militarização da Lua e dos corpos celestes, bem como a interdição de pôr em órbita armas nucleares. A 14 de Fevereiro de 1967, é assinado o tratado de Tlatelolco que cria uma zona livre de armas nucleares, na América Latina. O Comité do Desarmamento, que é composto por 18 membros e tem assento na ONU, elabora o tratado de desnuclearização dos fundos marinhos (11 de Fevereiro de 1971) e a convenção que proíbe as armas biológicas (10 de Abril de 1972).

Na maior parte dos casos, estes acordos obedecem à filosofia do *arms control*. Não se trata de desarmar, mas sim de pôr limites ao excesso de armamento. Os acordos que são feitos posteriormente afectam directamente o potencial militar das grandes potências e o seu equilíbrio nuclear.



### *A limitação das armas estratégicas*

Os Estados Unidos vão acumulando armamento cada vez mais sofisticado mas preocupam-se com o custo crescente dos sistemas de mísseis antimísseis (*Anti Ballistic Missile* ou ABM). Os ABM, cujo custo é considerável, têm capacidade para imobilizar os mísseis inimigos em pleno voo, antes de atingirem o alvo. Os soviéticos montam este sistema à volta de Moscovo e os Americanos montam-no à volta de Washington. O facto de se proteger parte da população civil demonstra a precariedade do equilíbrio do terror: basta um dos lados carregar no botão, para que se desencadeie uma guerra nuclear. Outro progresso é a aparição do míssil de ogivas múltiplas, o MIRV ( *Multiple Independently Targeted Return Vehicle*) que permite atingir simultaneamente vários objectivos.

• *Os acordos* SALT I. Em Junho de 1968, começam as negociações para a limitação das armas estratégicas. As negociações destes acordos SALT (*Strategic Arms Limitation Talks*), são conduzidas pelo conselheiro especial de Nixon, Henry Kissinger e têm início em Helsínquia, em Novembro de 1969. Depois de inúmeras reuniões, Nixon e Brejnev assinam em Moscovo, a 26 de Maio de 1972, os acordos SALT. Os SALT compreendem duas partes: um acordo provisório e um tratado. O acordo consiste em congelar por um período de cinco anos a produção de armamento estratégico, em parar a construção das rampas de lançamento fixo para os ICBM, os mísseis intercontinentais, e a dos lançadores balísticos instalados em submarinos (SLBM).

Os Americanos têm 1054 ICBM e os soviéticos 1409; quanto aos SLBM, os Americanos têm 650 e os soviéticos 950. O tratado limita a existência dos sistemas de defesa antimísseis (ABM) a dois sítios, os que já existem à volta de Moscovo e de Washington, e cria uma outra zona para os ICBM. A lógica do equilíbrio do terror é tal, que para se conseguir que o efeito de dissuasão impeça eficazmente a guerra, é necessário que a população de cada um dos países fique refém das armas nucleares do outro.

Esta é a primeira vez que as duas potências ultrapassam o problema do controlo e chegam a acordo sobre os armamentos, sem pedir nada a outros países. É também a primeira vez que estabelecem um limite efectivo à produção de certo tipo de armamento. E, facto digno de nota, é a primeira vez que um acordo reconhece à URSS o acesso à paridade, o que constitui, obviamente, uma grande vitória para a União Soviética. Usando como pretexto o seu atraso tecnológico, a União Soviética consegue ainda, como compensação, uma superioridade numérica.

• *Os encontros dos dois Grandes.* Por ocasião da visita de Nixon a Moscovo (Maio de 1972), a primeira visita oficial de um presidente americano à URSS, é feita uma declaração comum, com doze pontos,

que define «as bases das relações mútuas entre os Estados Unidos e a União Soviética», um verdadeiro código de conduta. Este acordo reforça o duopólio americano-soviético e aproxima dois sistemas políticos em que a razão de Estado se sobrepõe às exigências da ideologia. Num período de tempo inferior a dois anos, os dirigentes dos dois países encontram-se quatro vezes.

No Outono de 1972, o diálogo sovieto-americano é institucionalizado através de uma comissão consultiva permanente. O acordo provisório é transformado em tratado definitivo. Este tratado é já um facto consumado por ocasião da viagem de Brejnev aos Estados Unidos (18 a 25 de Junho de 1973). São assinados nove acordos, convenções e declarações, não só entre as duas potências mas também entre uma delas e outros países, o que mostra bem a vontade que ambas têm de evitar a guerra nuclear. Os dois Grandes posicionam-se assim como árbitros, para poderem controlar as crises que ameacem transformar-se em conflitos graves. Na terceira cimeira (27 de Junho-3 de Julho de 1974) Nixon e Brejnev assinam diversos acordos sobre a limitação das experiências nucleares subterrâneas. O encontro entre Leonidas Brejnev e o novo presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, que tem lugar em Vladivostock a 23 e 24 de Novembro de 1974, é a última cimeira do desanuviamento. O estabelecimento deste acordo, que prevê a criação de um limite máximo de 2400 para todos os lançadores de engenhos (ICBM, SLBM), irá permitir a futura celebração do tratado SALT 2. Mas as negociações destinadas a preparar o acordo definitivo vão gorar-se rapidamente.

### *O desenvolvimento das trocas pacíficas com o Leste*

As trocas entre o Leste e o Ocidente beneficiam com o clima de desanuviamento. No período da guerra fria, as relações comerciais entre a URSS e os Estados ocidentais tinham sido praticamente interrompidas. Durante muito tempo estiveram em vigor o princípio do embargo, estabelecido em 1949 pelo COCOM (*Coordination Commitee for Multilateral Export Controls* — Comité de coordenação para o controlo multilateral das trocas Leste-Oeste) e as listas de produtos de exportação proibida para Leste. Qualquer tipo de transferência tecnológica era considerada perigosa, na medida em que podia ser utilizada para fins estratégicos.

• *No final do Export Administration Act (1969) o Congresso dos Estados Unidos pronuncia-se a favor do aumento das transacções pacíficas com o Leste.* O desenvolvimento das trocas não se limita ao comércio. A coroa de glória da cooperação no domínio da investigação espacial é o encontro no cosmos de duas cápsulas, uma soviética, a «Soiuz», e a outra americana, a «Appolo», no Verão de 1975.



• *A partir de 1965 as trocas comerciais aumentam claramente.* Num período de cinco anos (1970-1975), as exportações ocidentais para a União Soviética quadriplicam. Os soviéticos procuram no Ocidente produtos agrícolas e industriais de que necessitam. Os adeptos do desanuviamento — como por exemplo o advogado Samuel Pisar — sustentam que a multiplicação de laços económicos e comerciais entre o Leste e o Ocidente favorece a paz e acelera o processo de liberalização interna do sistema comunista. Desde o início dos anos 60 que a URSS compra ao Ocidente quantidades cada vez maiores de trigo. Começa também a comprar inúmeras fábricas, sobretudo do ramo automóvel e da indústria química, que começa imediatamente a explorar. No acordo comercial americano-soviético, assinado em Outubro de 1972, na sequência do encontro de Maio de 1972, há uma cláusula que privilegia as trocas comerciais com a URSS (em 1974, a emenda Jackson altera esta cláusula) e prevê o fornecimento de produtos agrícolas e industriais, inclusivé computadores; o volume do comércio americano-soviético passa de menos de 200 milhões de rublos, em 1971, para mais de 3 biliões em 1979! A abertura ao comércio ocidental também se verifica noutros Estados do bloco socialista, nomeadamente na Polónia.

## O DESANUVIAMENTO NA EUROPA E A «OSTOPOLITIK»

O desanuviamento assentava na resolução do problema alemão e na melhoria das relações da Alemanha ocidental com os Estados da Europa de Leste.

Houve três questões que não foram resolvidas durante o período da guerra fria: a situação territorial herdada da guerra, o estatuto de Berlim e a existência de duas entidades políticas alemãs, símbolo da divisão do mundo: a RFA e a RDA.

### *A regularização do problema territorial*

Até 1969 a política estrangeira da RFA, seguida pelos três chanceleres democratas-cristãos (Konrad Adenauer 1949-1963, Ludwig Erhard 1963-1966, Kurt Kiesinger 1966-1969) é a política que o chanceler Adenauer tinha decidido adoptar e que é toda ela fundada sobre a opção do Ocidente. É verdade que a partir de 1955, a RFA estabelece relações diplomáticas com a União Soviética e dá início a uma aproximação prudente com a Polónia, mas o peso político dos refugiados e dos repatriados obriga-a a uma grande prudência e cria uma certa tensão na política externa. Esta política baseia-se em dois princípios que são de certo modo contraditórios: a vontade de ligar a Alemanha ocidental ao Ocidente, especialmente à construção europeia e

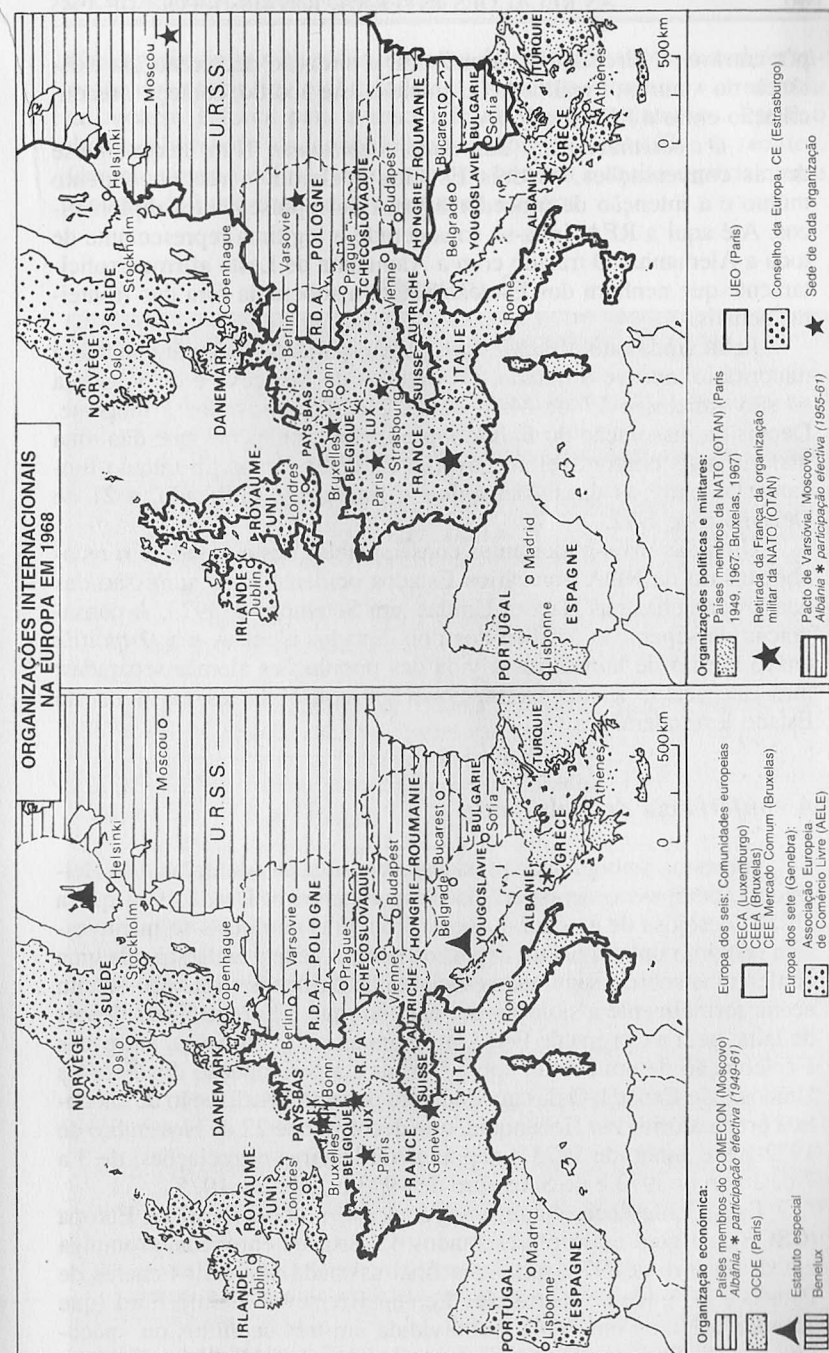
ao mesmo tempo, a reivindicação de uma Alemanha reunificada, o que pressupõe o não reconhecimento da Alemanha de Leste, considerada como zona de ocupação soviética, e traduz a pretensão da RFA de representar todos os Alemães. A táctica Hallstein (do nome do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros) é a ameaça do corte de relações diplomáticas com qualquer Estado que reconheça o regime de Pankow (Berlim Leste).

• *A Ostpolitik.* Como consequência dos esforços para o desanuviamento, desenvolvidos pelos Estados Unidos e pelo general De Gaulle, a RFA faz uma abertura ao Leste, aproveitando entretanto para explorar os mercados da Europa oriental. A partir de 1969, a *Ostpolitik*, ensaiada desde 1966 pelos governantes «da Grande Coligação» (que incluía os democratas cristãos, os sociais-democratas e os liberais) é incrementada pelo chanceler W. Brandt, que ganhara as eleições, como cabeça de lista de uma coligação entre os sociais-democratas e os liberais. É ele quem vai conduzir a política de aproximação com o Leste, à semelhança do que fez o general De Gaulle e do que o presidente Nixon tenta fazer.

Os encontros entre Willy Brandt e o primeiro-ministro da Alemanha de Leste, Willi Stoph, que tiveram lugar em Erfurt, a 19 de Março de 1960 e em Kassel, a 21 de Maio de 1970, preparam a aproximação entre as duas Alemanhas.

• *O acordo entre a RFA e a URSS.* Mas é com os soviéticos que os Alemães encetam as negociações que hão-de levar ao tratado de Moscovo de 12 de Agosto de 1970. Nos termos deste acordo, Alemães ocidentais e soviéticos, declaram que o objectivo mais importante das duas partes é a paz e o desanuviamento, reconhecem a inviolabilidade das fronteiras europeias e reconhecem expressamente os direitos das quatros potências em Berlim.

• *O reconhecimento da fronteira germano-polaca.* As conversações com a Polónia encravam na questão da linha Oder-Neisse, que os Alemães ocidentais nunca tinham querido reconhecer. Finalmente, o tratado assinado a 7 de Dezembro de 1970 afirma a inviolabilidade desta fronteira. A imagem do chanceler Willy Brandt, ajoelhado à frente do monumento erguido à memória das vítimas do *guetto* de Varsóvia, dá uma dimensão humana à reconciliação germano-polaca.

• *O estatuto de Berlim.* O maior problema no relacionamento entre as duas Alemanhas continua a ser Berlim, especialmente a questão da liberdade de acesso a Berlim ocidental. Numerosas negociações permitem a assinatura, a 3 de Setembro de 1971, de um acordo quadripartido sobre Berlim que estipula a continuação dos direitos das quatro potências ocupantes e a criação de um estatuto especial para a zona. Os ocidentais aceitam que a cidade deixe de ser considerada como um *Land* da RFA: a regulamentação das vias de acesso é feita minuciosamente. Por sua vez, a União Soviética compromete-se a não

Fonte: *Histoire contemporaine depuis 1945*, R. Aron, Larousse.

pôr entraves à circulação e a melhorar a situação decorrente da existência do «muro». Finalmente, e graças a este acordo, começa a reconciliação entre a RFA e a RDA.

• *O reconhecimento das duas Alemanhas.* Num texto-síntese destas conversações, os dois Estados declaram o reconhecimento mútuo e a intenção de proceder à troca de representantes diplomáticos. Até aqui a RFA tinha-se considerado a legítima representante de toda a Alemanha. O tratado com a Alemanha de Leste afirma explicitamente que nenhum dos Estados detém a soberania fora das fronteiras actuais.

Falta ainda que o *Bundestag*, onde o partido democrata cristão é maioritário, aprove o tratado. Os tratados de Moscovo e de Varsóvia só são votados a 17 de Maio de 1972 e são aprovados à tangente. Depois da dissolução do *Bundestag* e de novas eleições que dão uma maioria mais confortável ao governo de Willy Brandt, o tratado fundamental entre as duas Alemanhas é finalmente ratificado, a 21 de Dezembro de 1972.

Uma das mais importantes consequências deste tratado é o reconhecimento da RDA por vários Estados ocidentais e a admissão das duas Alemanhas nas Nações Unidas, em Setembro de 1973. A consagração da separação jurídica dos dois Estados alemães e a *Ostpolitik* têm o mérito de humanizar a vida das populações alemãs separadas; mas este acesso à vida internacional vai consolidar as estruturas do Estado leste-alemão.

### *A conferência de Helsínquia*

A mesma ambiguidade preside à Acta final da conferência de Helsínquia, compassso de espera do desanuviamento. Desde 1954 que a URSS, desejosa de assegurar que as fronteiras europeias se mantivessem tal como tinham ficado depois da guerra, pede a realização de uma conferência sobre a segurança europeia. Os ocidentais, que não tinham aceite formalmente a situação de facto em que a Europa ficara depois de Ialta, nem a Cortina de Ferro, puseram as suas condições, entre elas a celebração de um acordo sobre Berlim e a participação dos Estados Unidos e do Canadá. O desanuviamento permite a realização de encontros preparatórios em Helsínquia, que decorrem de 22 de Novembro de 1972 a 8 e Junho de 1973 e depois a verdadeiras negociações, de 3 a 7 de Julho de 1973 e de Setembro de 1973 a Julho de 1975.

Esta Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa (CSCE), na qual estão representados 35 Estados europeus, promulga a 1 de Janeiro de 1975, uma acta final assinada por vários chefes de Estado e do governo, entre eles Leonid Brejnev e Gerald Ford (que sucedeu a Nixon em 1974). Subdividida em três capítulos ou «pacotes» a Acta final consagra grandes princípios: igualdade dos Estados, não-ingerência nas questões internas de outros Estados, autodeterminação dos povos, inviolabilidade das fronteiras europeias e a renúncia ao recurso à força para a resolução de conflitos internos. Prevê o desenvolvimento da cooperação económica, científica e técnica. Garante ainda a defesa dos direitos do homem e muito especialmente a noção de livre circulação de pessoas e ideias.



**Quadro 5**

**A QUESTÃO ALEMÃ DE 1945 A 1990**

1945 — 4/11 de Fevereiro: Conferência de Ialta: acordo sobre a ocupação e o desarmamento da Alemanha.
— 7/9 de Maio: Capitulação do exército alemão, assinada em Reims e em Berlim.
— 17 de Julho/2 de Agosto: Conferência de Potsdam: acordo sobre as quatro zonas de ocupação, a desnazificação e as indemnizações.
— 20 de Novembro: Processo de Nuremberga (até 1 de Outubro de 1946).

1947 — 10 de Março/ 25 de Abril: Conferência dos Quatro em Moscovo: fracasso sobre a Alemanha.

1948 — Fevereiro: Bi-zona anglo-americana.
— 23 de Fevereiro: Conferência anglo-franco-americana para a organização da Alemanha ocidental, sua integração na Europa ocidental e a autoridade internacional do Rur.
— 23 de Junho: Início do bloqueio de Berlim.

1949 — 23 de Maio: Entrada em vigor da «Lei Fundamental».
— 15 de Setembro: K. Adenauer é eleito chanceler da RFA.
— 7 de Outubro: Proclamação da RDA.
— 22 de Novembro: Acordos de Petersberg entre a RFA e os três ocupantes ocidentais.

1950 — 23 de Julho: W. Ulbricht é eleito secretário-geral do SED (partido comunista da Alemanha de Leste).

1951 — 18 de Abril: A RDA adere à CECA.

1952 — 10 de Março: Estaline propõe a reunificação de uma Alemanha que seria independente dos dois blocos.
— 26 de Maio: Acordos de Bona que revogam o estatuto da ocupação.

1954 — 25 de Janeiro/ 18 de Fevereiro: Conferência dos Quatro em Berlim: fracasso sobre a questão alemã.
— 25 de Março: A Alemanha de Leste torna-se um «Estado soberano».
— 21/ 23 de Outubro: Acordos de Paris: os aliados ocidentais afirmam os seus direitos e obrigações em relação à Alemanha, no seu conjunto.

1955 — 9 de Maio: A RFA adere à NATO.

— 14 de Maio: Criação do Pacto de Varsóvia. A RDA adere ao Pacto.
— 18/ 23 de Julho: Conferência de cúpulas dos Quatro grandes; fracasso sobre a questão alemã.
— 9/13 de Setembro: visita de Adenauer a Moscovo.
— 8 de Dezembro: Bona declara que os países que reconhecem a RDA praticam um acto de inimizade para com a RFA.

1957 — 1 de Janeiro: Integração do Sarre na RFA.

1958 — 14 de Setembro: Primeiro encontro entre K. Adenauer e o general De Gaulle em Colombey-les-Deux-Églises.
— 9 de Novembro: Início da segunda crise de Berlim.

1959 — 10 de Janeiro: A URSS propõe a assinatura de um tratado de paz com as duas Alemanhas.

1960 — 16 de Maio: Fracasso da conferência «de cúpulas» de Paris.

1961 — 13 de Agosto: Construção do muro de Berlim.

1963 — 22 de Janeiro: Tratado de cooperação franco-alemã do Eliseu.
— 16 de Outubro: Erhardt sucede a Adenauer.

1966 — 10 de Novembro: Kiesinger sucede a Erhard.

1967 — 1 de Janeiro: M. Ulbricht volta a propor a confederação dos dois Estados alemães.

1969 — De Julho a Setembro: O governo federal renuncia à doutrina Hallstein. Willy Brandt torna-se chanceler da RFA.

1970 — 19 de Março-21 de Maio: Encontros de Erfurt e de Kassel entre Willy Brandt e Willi Stoph.
— 12 de Agosto: Assinatura do tratado de Moscovo entre a RFA e a URSS.
— 7 de Dezembro: Tratado germano-polaco: reconhecimento da linha Oder-Neisse.

1972 — 21 de Dezembro: Assinatura em Berlim Leste do «tratado fundamental» entre os dois Estados alemães.

1973 — 19 de Junho: Tratado Bona-Praga que anula os acordos de Munique.
— 18 de Setembro: A RFA e a RDA entram para a ONU.

1974 — 7 de Maio: Helmut Schmidt sucede a Willy Brandt.

1975 — 30 de Julho/1 de Agosto: Acta final da conferência de Helsínquia.

1982 — Outubro: H. Kohl é eleito chanceler.

1983 — 23 de Outubro: Chegada dos Pershing à RFA.

1984 — Março/Abril: Alemães de Leste afluem à RFA.

1987 — 7/11 de Setembro: Primeira visita de Erich Honecker, chefe de Estado da Alemanha de Leste à RFA.

1988 — 7/9 de Janeiro: visita oficial de E. Honecker a Paris.
— Agosto: êxodo dos Alemães de Leste, via Hungria



1989 — 10 de Setembro: Budapeste deixa os Alemães de Leste que residem na Hungria partir para «o país que escolherem».
— 25 de Setembro: Manifestações em Leipzig.
— 9 de Novembro: As autoridades da Alemanha de Leste decidem abrir as fronteiras. Milhares de Berlinenses passam o muro.
— 28 de Novembro: O chanceler H. Kohl apresenta um plano de reunificação ao Bundestag.

1990 — Janeiro: Manifestações na RDA.
— 10 de Fevereiro: M. Gorbatchev aceita a ideia da reunificação.
— 14 de Março: As Quatro Potências aliadas e os dois Estados alemães iniciam conversações.
— 18 de Março: Eleições na RDA: vitória da «Aliança para a Alemanha», favorável a uma rápida reunificação.
— 1 de Julho: O *deutsche mark* torna-se a moeda da RDA.
— 16 de Julho: Gorbatchev aceita a permanência na NATO da Alemanha reunificada.
— 31 de Agosto: RFA e RDA assinam em Berlim o tratado de união.
— 12 de Setembro: Tratado de Moscovo sobre a regulamentação da questão alemã.
— 3 de Outubro: Unificação da Alemanha.

## A crise dos blocos

### A CRISE NO BLOCO OCIDENTAL

Vários foram os factores que contribuiram para alterar a fisionomia do mundo ocidental: a evolução estratégica, o novo poder económico dos Estados europeus, que se organizam no seio da CEE, a vontade francesa de independência nacional e a crise do sistema monetário internacional.

O crescimento, que tivera um surto notável desde os anos 50, é notório nos anos 60. É uma vantagem para os Estados Unidos cuja actividade financeira e económica é omnipresente. Mas este é também o tempo dos milagres económicos e do aumento do poder da Europa e do Japão.

#### *O medo da supremacia americana*

A partir de 1961-1962, a evolução do pensamento estratégico nos Estados Unidos cria, no seio da Aliança Atlântica, uma contradição entre as necessidades técnicas e as necessidades políticas. Como associar os Aliados à decisão de uma estratégia de dissuasão? Tecnicamente a unidade de vontade é imprescindível, em tempo de crise. Mas se cada decisão tiver de ser discutida e se for necessário chegar a

acordo, a credibilidade da dissuasão diminui. Por outro lado, não o fazer significa dar o monopólio absoluto da decisão à principal potência da Aliança e coloca os Aliados numa situação de subordinação. Numa estratégia de represálias massivas, os interesses colectivos dos Aliados estavam protegidos. Com a estratégia das represálias graduais, os Aliados correm sempre o risco de que sejam só os interesses da potência dominante a ser salvaguardados. Logo no início do seu mandato, o presidente Kennedy faz uma importante viagem à Europa, onde manifesta o seu desejo de modificar as relações transatlânticas.

• *A proposta americana para uma Comunidade atlântica.* Em Filadélfia, a 4 de Julho de 1962, o presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, propõe uma redefinição das relações de força entre os Estados Unidos e os seus aliados, utilizando o termo «*partnership*». A Comunidade atlântica que deseja instalar, assentaria em dois pilares, os Estados Unidos da América e os «Estados Unidos da Europa». Em matéria estratégica, e para contrabalançar o monopólio americano sobre a decisão de utilização, «só um a carregar gatilho», propõe a criação de uma força multilateral.

Isto implicaria a transformação da NATO numa nova potência nuclear, pela criação de uma força atlântica integrada. Esta força seria composta por 25 submersíveis, tendo cada um deles capacidade para 8 mísseis Polaris A3 com um alcance de 4600 Km: a tripulação de cada um destes navios de guerra seria de pelo menos três nacionalidades diferentes. A concretização deste projecto levaria à absorção da pequena força atómica britânica e da francesa, então embrionárias. Mas o projecto, de alcance limitado já que o seu potencial teria correspondido a 3% da força nuclear dos Estados Unidos, não resolve as contradições políticas. O recurso à força tem que ter o consentimento unânime de todos os Estados participantes (entre eles os Estados Unidos) e todos eles dispõem do direito de veto. Além disso, os Estados Unidos têm o poder de decisão sobre a sua força. Em Dezembro de 1962, em Nassau, o presidente Kennedy propõe aos Britânicos a entrega de foguetões Polaris, em vez dos foguetões Skybolt, que tinham sido encomendados aos Americanos. É o primeiro passo para a absorção da pequena força estratégica britânica pela força americana.

O Reino Unido compromete-se a não recorrer ao uso da força nuclear sem o acordo prévio dos Estados Unidos. A França gaullista recusa-se a abdicar da constituição da sua própria força nuclear, fazendo assim fracassar o projecto da força multilateral.

## A política francesa de independência nacional

• *Na realidade o repto gaullista é contra o grande objectivo da Comunidade atlântica.* Mal regressa ao poder, o general De Gaulle anuncia a sua vontade de conseguir uma nova repartição de responsabilidades no seio da Aliança atlântica. A 14 de Setembro de 1958, num *memorandum* dirigido ao presidente Eisenhower e ao primeiro-ministro Mac Millan, De Gaulle propõe a criação de um directório a três, com poderes para tomar decisões conjuntas sobre problemas que afectem o mundo inteiro e não só sobre os territórios abrangidos pela NATO. A recusa do presidente Eisenhower, em Outubro de 1958, deve-se, por um lado, à convicção de que os outros aliados não podem ser deixados à margem das decisões do directório e, por outro, ao facto de não querer ficar de mãos atadas, caso venha a haver necessidade de utilizar a arma atómica. O general De Gaulle, que insiste em dispôr de uma força ofensiva fundamental numa política de independência nacional, dá ordens para a prossecução do programa atómico francês, apesar de discretas pressões dos Estados Unidos. Aos poucos, vão sendo promulgados leis-programas que criam as estruturas indispensáveis à existência desta força nuclear. Numa conferência de imprensa dada a 14 de Janeiro de 1963, De Gaulle declara-se contra a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum e contra a integração das forças atómicas nacionais na NATO.



De Gaulle adopta uma política de independência nacional face aos presidentes dos Estados Unidos: Eisenhower, Kennedy e, por último, Johnson. Quando os Estados Unidos recusam a sua ideia do directório, a França começa a afrouxar a ligação à NATO. De Gaulle é o continuador dos esforços da IV República para dotar a França de armamento atómico independente. Recusando ceder às pressões dos dois grandes para parar a proliferação das armas nucleares, a França ingressa, a 13 de Fevereiro de 1960, no clube, muito restrito, das potências que têm a arma atómica. Em Agosto de 1968 entra para o clube termonuclear.

• *A França afasta-se cada vez mais dos Estados Unidos, em matéria de política externa.* Em 1964 De Gaulle faz um périplo pela América Latina e, nesse mesmo ano, reconhece a China Popular, indo contra a vontade dos americanos. Afasta-se da OTASE. Favorável ao desanuviamento, desenvolve contactos com o Leste. A 23 de Julho de 1964 afirma que «a divisão do mundo em dois blocos corresponde cada vez menos à situação real» e, em Fevereiro de 1965, aceita a proposta soviética para uma concertação entre Paris e Moscovo, sobre o Sudeste Asiático: «A Europa do Atlântico aos Urales» parece-lhe ser o único quadro possível de resolução dos problemas europeus. Depois de uma infindável série de atitudes e afirmações de teor semelhante, a França anuncia, numa conferência de imprensa que teve lugar a 21 de Fevereiro de 1966, que abandona a organização integrada da NATO. A tese francesa estabelece uma diferença entre a Aliança e a Organização. Na opinião de De Gaulle, a Organização, progressivamente posta em funcionamento desde os anos 1951-52 resulta de um verdadeiro desvio ao espírito atlântico. A França recusa a integração,

embora continue na Aliança. A decisão francesa levanta muitos problemas. Implica a evacuação das bases americanas e canadianas estabelecidas em França. Levanta dificuldades com a Alemanha, onde 60 000 soldados franceses fazem parte da NATO. Deveriam continuar lá? Com que estatuto? Em Abril de 1967, as bases da NATO em França são evacuadas. São transferidos para fora da França mais de 20 000 soldados americanos, mais de 80 000 toneladas de material, nove bases e cerca de trinta depósitos americanos. O SHAPE, comandado pelo general Lemnitzer, que se encontrava em Rocquencourt, e o Estado-Maior americano, estabelecido em Saint Germain-en-Laye, são transferidos para a Bélgica. O Conselho da NATO, instalado em Paris, na Praça Dauphine, passa para Bruxelas.

Esta decisão provoca também um enfraquecimento da Aliança. A França continua a participar no Conselho Atlântico, visto que ele trata de questões políticas, e colabora em certos elementos de infra-estrutura da Aliança atlântica, como a rede radar NADGE, sistema de alerta que cobre toda a Europa ocidental. Os 14 parceiros da França — 13, depois da saída, em 1974, do governo grego — estão reunidos numa associação militar integrada, dirigida por um conselho rebaptizado Comité dos Planos de Defesa. A substituição do chanceler Erhard por Kurt Georg Kiesinger, em Novembro de 1966, facilita o acordo, realizado a 21 de Dezembro de 1966, sobre o estacionamento e o estatuto das forças francesas na Alemanha.

A aproximação franco-soviética ilustrada pela viagem à URSS, em Julho de 1966, é vista pelos Americanos como o prelúdio de uma verdadeira reviravolta nas alianças. A viagem ao Cambodja, em Setembro de 1966, é ocasião para De Gaulle criticar abertamente a política americana no Vietname. Se neste conflito se opõe aos Estados Unidos, na guerra dos seis dias (Junho de 1967) toma deliberadamente partido contra Israel e portanto contra os Estados Unidos. O seu «Viva o Quebeque livre!», proferido em Montreal, em Julho de 1967, escandalizou a América do Norte. O governo canadiano considera-o uma ingerência nos assuntos internos do seu país, uma vez que o general De Gaulle parece defender os partidários da independência de uma das províncias do estado federal canadiano.

Com a força que lhe advém da recuperação monetária que se verifica em França desde 1958, o general De Gaulle não hesita e, numa polémica conferência de imprensa realizada em Fevereiro de 1965, defende o regresso a um sistema assente no ouro, propondo portanto o abandono do dólar-padrão, cujos abusos e perigos denuncia. Na sua opinião, o *défice* contínuo da balança de pagamentos dos Estados Unidos, situação que ocorre desde 1950, proporciona a esta potência um privilégio anormal, alimenta a inflação mundial e mina todo o sistema monetário internacional.



### A crise do sistema monetário internacional

A crise do sistema monetário internacional vai opor os europeus, que querem continuar a ter a protecção americana ao mesmo tempo que pretendem usufruir de uma total autonomia política e económica, aos Estados Unidos que, por sua vez, pretendem diminuir os encargos financeiros sem renunciar às prerrogativas de que gozam.

• *O défice comercial americano.* Nos finais dos anos 50, o sistema monetário internacional é o *Gold Exchange Standard* segundo o qual o dólar, cuja taxa de câmbio é absolutamente fixa (35 dólares por uma onça de ouro), é considerado como o equivalente do ouro para todas as transacções. Mas a situação económica evoluiu positivamente para os países europeus, às custas da economia americana. Os investimentos maciços das multinacionais e as despesas dos Estados Unidos no estrangeiro (guerra do Vietname) desiquilibram a balança comercial até então beneficiária. Devido a este *défice* há demasiados dólares a circular pelo mundo e o mercado livre que se instala paralelamente ao mercado oficial impossibilita completamente a continuação da paridade do dólar, porque a onça de ouro custa entre 40 e 43 dólares no mercado livre. Aliás, o *stock* de ouro dos Estados Unidos diminuiu e em 1967 a França decide trocar os seus dólares por ouro. A RFA vê os seus recursos aumentar, graças às exportações. Tanto a balança comercial como a balança de pagamentos são excedentárias. A reavaliação do marco, solução apresentada pelos Americanos, é recusada. Em 1968 o franco oscila, devido a convulsões internas, mas resiste graças à solidariedade dos governadores dos bancos centrais dos dez países mais ricos do mundo. Se o general De Gaulle decide, a 24 de Novembro, não desvalorizar o franco, já o mesmo não pode fazer o seu sucessor, Georges Pompidou que, em Agosto de 1969, é obrigado a desvalorizá-lo.

Os Americanos tiveram portanto que defender o dólar, durante os anos 60. A diminuição das reservas de ouro obrigou-os mesmo, em 1968, a reservar a convertibilidade do dólar em ouro unicamente aos bancos centrais estrangeiros. Mas pela primeira vez desde 1893, a balança comercial dos Estados Unidos torna-se deficitária, em 1971.

• *A suspensão do Gold Exchange Standard.* A 15 de Agosto de 1971, o presidente Nixon suspende bruscamente toda a convertabilidade do dólar em ouro, para pôr fim à fuga especulativa de capitais que se desencadeara desde o anúncio, no Verão, dos maus resultados do comércio externo americano. Esta medida aplicava-se também aos bancos centrais e provocou a flutuação do dólar. Tomou também medidas proteccionistas (sendo de salientar a aplicação de uma taxa de 10% sobre as importações) e fez saber que os Estados Unidos só modificariam esta atitude se os seus aliados ocidentais aceitassem partilhar «o fardo comum». Como contrapartida da protecção militar americana, Nixon exige facilidades comerciais e monetárias.

A flutuação do dólar provoca o estagnação monetária e comercial, dando origem à inflação e a uma crise generalizada.

• *A desvalorização do dólar.* Em Dezembro de 1971 (acordo da *Smithsonian Institution)* e em Fevereiro de 1973, os Estados Unidos aceitam desvalorizar o dólar e conseguem uma série de reavaliações das moedas mais *performantes*, especialmente do marco e do iene. Estas medidas partem a Europa ao meio: de um lado os Estados com moeda forte, do outro os Estados com moeda fraca. A crise coincide com a entrada no Mercado Comum, em 1972, do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca, o que afecta ainda mais o funcionamento da CEE.

## *A constituição da Europa dos nove*

Nos tratados de Roma estava previsto um período transitório de doze anos para a abolição das barreiras alfandegárias entre os Estados membros da CEE e para a aplicação progressiva de uma tarifa externa comum.

Na primeira fase (1959-1962) a liberalização das trocas intracomunitárias dos produtos industriais fez-se mais rapidamente do que o previsto mas a passagem para a segunda fase foi mais delicada, devido ao arranque do Mercado Comum Agrícola.

• *Os sucessos da Europa dos Seis.* Longas negociações («maratonas» agrícolas de Janeiro de 1962, Dezembro de 1963 e Dezembro de 1964) permitiram ao Mercado Comum continuar a fazer progressos. As implicações do Mercado Comum não recaem só sobre as barreiras alfandegárias, visto que ele pressupõe a existência de uma política agrária comum, que inclui a organização de vários mercados importantes (cereais, leite, carne), a fixação de preços comuns e a criação de um Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA). O Fundo é responsável pelo financiamento desta política que interessa sobremaneira à França, país em que o sector agrícola tem um grande peso na economia.

A Europa dos Seis revela-se um êxito, embora politicamente haja duas concepções europeias que se opõem: a dos apoiantes da França (uma Europa federal, de carácter supranacional) e a do general De Gaulle (a Europa das pátrias). Esta divergência inviabiliza a organização de uma Europa política em 61-62, por ocasião dos projectos do plano Fouchet. Em Abril de 1965 é decidida a fusão dos executivos das três comunidades (CECA, CEE, Euratom). Em Julho de 1967 entram em funções um Conselho das Comunidades e uma Comissão única.

• *As medidas alfandegárias.* Em Outubro de 1962, Kennedy tinha conseguido que o Congresso aprovasse uma lei alfandegária, a *Trade Expansion Act,* nos termos da qual os Americanos negociariam com os europeus, no quadro do GATT, um abaixamento mútuo de 50% nos direitos alfandegários, de molde a estimular o comércio transatlântico.



Estas negociações, conhecidas como *Kennedy round,* concluem-se em Genebra, a 16 de Maio de 1967; a CEE sai consolidada destas negociações, firmando-se como o principal parceiro dos Estados Unidos, capaz de fazer frente à primeira potência económica do mundo na discussão sobre o desarmamento alfandegário recíproco, a partir de 1968.

• *A crise de 1965,* provocada pela recusa da França em aceitar o alargamento do papel do FEOGA e em aceitar que a regra da unanimidade seja substituída pela da maioria, é o reflexo do diferendo sobre as duas concepções da Europa. Durante seis meses a França abstém-se de participar nas reuniões do Conselho de ministros da CEE e pratica a «política da cadeira vazia». Em Janeiro de 1966, a França volta a ocupar o seu lugar no Conselho, graças ao compromisso do Luxemburgo e, como contrapartida, consegue a continuação da regra da unanimidade, quando estiverem em jogo «interesses muito importantes». O segundo arranque efectivo do Mercado Comum, no mês de Maio, permite ultimar a união alfandegária, a 1 de Julho de 1968 (ano e meio antes da data prevista).

• *A entrada em vigor da «serpente monetária» europeia.* Em contrapartida, a união monetária discutida na conferência de Haia em Dezembro de 1969 e definida em Bruxelas, em Fevereiro de 1971, com base no «relatório Werner», vai rapidamente ficar bloqueada devido às dificuldades que se fizeram sentir no sistema monetário internacional, de 1969 a 1971 e devido à crise económica mundial que começa em 1973. Para fugir às variações da cotação do dólar, que continua a flutuar ao sabor da especulação, os países da CEE organizam, em Abril de 1972, a «serpente monetária» europeia que fixa as paridades entre as respectivas moedas e limita as margens de flutuação a fim de preservar a regularidade das trocas. Para corrigir as disparidades de concorrência, que aparecem no seio da Comunidade quando as paridades das moedas são modificadas, é criado um sistema de taxas e de subvenções, os «montantes compensatórios monetários» (MCM).

• *Os novos pedidos de adesão.* Atraídos pelo Mercado Comum, vários países solicitam a sua adesão ou uma fórmula de associação. É assim que a CEE faz acordos com a Grécia (1961), a Turquia (1963), Malta (1970) e — o que merece particular destaque — com dezoito países da África francófona, pelos acordos de Iaundé (1963 e 1969).

O pedido de conversações preparatórias feito pelo Reino Unido, a que se seguiram outros de vários países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) apresentado em 1963, esbarra com a análise do general De Gaulle que considera «que a natureza, a estrutura e a conjuntura próprias da Grã-Bretanha diferem estruturalmente das do continente». Em 1967, o primeiro-ministro trabalhista, Wilson, apresenta um novo pedido. Diga-se em abono da verdade que esta insistência se deve mais à necessidade de socorrer uma economia que se encontra num estado deplorável do que à convicção europeísta. Mais uma vez o general De Gaulle recusa o pedido.

As mudanças políticas que ocorrem em França e na Grã-Bretanha criam condições para a resolução do problema. Em França, Georges Pompidou é eleito presidente, depois da demissão do general De Gaulle, na sequência dos resultados do referendo de 1969. Pompidou prossegue a política de De Gaulle, excepto no que diz respeito à admissão da Grã-Bretanha no Mercado Comum onde, no decorrer da conferência de Haia, em Dezembro de 1969, propõe que se conclua definitivamente o processo referente à Europa agrícola, que este seja alargado à Grã-Bretanha e que se aproveite o lançamento da construção comunitária para aprofundar as questões agrícolas. Na Grã-Bretanha os trabalhistas perdem as eleições gerais de 18 de Junho de 1970, ganhas pelo conservador Edward Heath. A chegada dos conservadores ao poder facilita muito a negociação, já começada na época de Harold Wilson. Mas as dificuldades mantêm-se e têm a ver com o contributo da Grã-Bretanha para o orçamento comunitário, com o papel da libra como moeda de reserva e com as ligações económicas preferenciais com a *Commonwealth* (especialmente no caso do açúcar e da manteiga) que a Grã-Bretanha queria preservar, recusando-se assim a respeitar o tratado de Roma que obriga ao pagamento de uma determinada percentagem ao orçamento comunitário, nos casos de importações do exterior. Em Junho de 1971 estas negociações chegam a um compromisso, em que a Grã-Bretanha fica obrigada a contribuir com um pouco mais de 8% para o orçamento comunitário, no decurso do ano de 1973 e com quase 19%, ao fim de oito anos. As exportações de manteiga da Nova Zelândia para a Inglaterra regem-se por um estatuto especial. A integração da libra no futuro sistema monetário europeu fica na sombra.

A 22 de Janeiro de 1972, é assinado em Bruxelas o tratado da adesão, não só da Grã-Bretanha mas também da Dinamarca, da Irlanda e da Noruega. Os Noruegueses recusam-se, depois de consulta em referendo, a entrar para o Mercado Comum. A 1 de Janeiro de 1973 a Europa dos Seis passa a Europa dos Nove.

## A CRISE NO MUNDO COMUNISTA

Na década de 60 regista-se uma quebra no desenvolvimento económico da URSS, que não consegue resolver os problemas agrícolas nem ultrapassar o atraso na produção de bens de consumo. Apesar da convicção com que Kruchtchev afirmara que o nível de vida da União Soviética havia de alcançar e ultrapassar o do Ocidente, a URSS está muito longe de ter cumprido estas promessas e mesmo a nível do desenvolvimento tecnológico está a ficar cada vez mais distante do Ocidente. A *intelligentsia* soviética atribui as culpas à burocracia, ou seja, em última análise, ao aparelho do Partido. Estas dificuldades foram a causa directa da queda de Nikita Kruchtchev, que acumulava



as funções de primeiro-secretário do Comité Central do Partido Comunista com a presidência do Conselho de Ministros. A 15 de Outubro de 1964 é vítima de uma revolução palaciana.

Os seus sucessores, Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e Kossyguine, primeiro-ministro, vêm-se confrontados com o mesmo problema da modernização da economia e da sociedade soviéticas. A linha Brejnev, que se recusa a liberalizar a vida dos soviéticos sai vencedora e as repercussões não tardam a fazer-se sentir, tanto no interior como no exterior do país. Em Fevereiro de 1966, os intelectuais Siniavski e Daniel são processados e condenados, o que não deixa sombra de dúvida sobre a firme disposição dos ideólogos do Partido, que contam com o apoio do exército vermelho, em pôr a *intelligentsia* na ordem e em obrigá-la a servir a causa do Partido. É o início do «regelo» cultural e do exílio interior de Soljenitsyne.

O modelo soviético, denegrido pelas revelações sobre o Gulag, é contestado pela China Popular e pelas democracias populares, onde se começam a fazer sentir aspirações nacionais e liberais.

### *A cisão sino-soviética*

O antagonismo entre a China e a União Soviética remonta a 1950, aquando dos acordos de cooperação que estabelecem uma estreita ligação entre os dois países. Este antagonismo releva do clássico conflito de poder e de território mas releva também de uma oposição ideológica que vem ao de cima no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956.

Em 1957 há um reforço das relações entre os Estados Unidos e a China Nacionalista, a que os soviéticos não reagem. O governo de Pequim reprova a atitude dos soviéticos, acusando-o de procurar a paz a qualquer preço, abandonando a estratégia revolucionária e optando pelo revisionismo. Mao Tsé-Tung, depois de uma viagem a Moscovo, põe em marcha o «Grande salto em frente» e as comunas populares, ao mesmo tempo que bombardeia as ilhas de Matsu e Quemoy e fortalece os laços entre a China e os elementos mais revolucionários do Terceiro Mundo. Deste modo, a China lança um duplo desafio: à União Soviética e aos Estados Unidos. Kruchtchev condena a experiência das comunas chinesas e acaba por suspender o auxílio económico e técnico, fazendo regressar à URSS os milhares de especialistas e estagiários que estavam em território chinês. A partir deste momento assiste-se a uma luta implacável entre os dois Estados, que se sobrepõe à rivalidade entre os partidos e ao confronto ideológico e que vai explodir em 1962. Atingida pelos erros do «Grande salto em frente», isolada do bloco socialista, a China reforça os laços com a Albânia (acordos de Janeiro de 1962). É o isolamento chinês.

• *Em Abril de 1962, Moscovo fomenta motins na fronteira do Sinkiang* e apoia a Índia contra a China, no conflito do Tibete. É um conflito fronteiriço que é agravado pela persistência do nacionalismo tibetano, personificado pelo Dalai Lama que se refugia na Índia. Em Setembro e Outubro de 1962, a China lança uma ofensiva contra a Índia e sai vitoriosa. Quando se dá a crise de Cuba, os Chineses aproveitam a ocasião para acusar os soviéticos de terem capitulado perante o imperialismo americano. A 12 de Dezembro de 1962, aquando de uma reunião dos representantes dos partidos comunistas em Moscovo, Kruchtchev afirma que «o perigo principal é o dogmatismo dos dirigentes chineses» e ironiza sobre a passividade do regime de Pequim face aos «avanços imperialistas» em Hong Kong, em Macau e na Formosa.

• *A partir de 1963 um litígio territorial vem juntar-se à ruptura doutrinal entre Moscovo e Pequim* e o ingresso da China no clube atómico, a 1 de Outubro de 1964, torna o caso bastante sério. A 8 de Março de 1963, os Chineses respondem às provocações soviéticas desenterrando o problema dos «tratados desiguais» impostos no século XIX pela Rússia, que se teria apropriado de um grande número de territórios pertencentes à China. A isto deve ainda acrescentar-se um contencioso sobre as 600 ilhas dos rios Amur e Ussuri. Os soviéticos respondem que as aquisições feitas no século XIX são inalienáveis e que as fronteiras da URSS são invioláveis.

• *Esta reivindicação territorial não atenua o confronto ideológico.* A 15 de Junho de 1963, Mao Tsé-Tung envia uma carta a Kruchtchev. Nesta carta, com 25 pontos, recusa-se a reconhecer a superioridade do partido comunista da União Soviética. Aos olhos dos Chineses os «czares do Kremlim» são revisionistas e objectivamente transformaram-se num aliado dos Estados Unidos. A partir deste momento, os dois Estados lutam pela liderança do comunismo mundial, tendo feito uma pequena trégua, depois da queda de Kruchtchev.

Quando se iniciou a revolução cultural na China, em 1966, os soviéticos tomaram partido contra Mao Tsé-Tung e tentaram pôr as minorias nacionais do Sinkiang contra o poder central. Depois de ter feito explodir a sua primeira bomba atómica, a 16 de Outubro de 1964, a China experimenta a bomba H, a 17 de Junho de 1967. A entrada da China no grupo das potências termonucleares poderia levar os soviéticos a pôr a hipótese de um ataque nuclear «preventivo» ao arsenal atómico chinês, em Sinkiang. Em 1969 o confronto parece iminente. Travam-se combates no rio Ussuri; e a China, que leva a sério a ameaça soviética, prepara-se para um volte-face diplomático.

## *A contestação na Europa oriental*

A contestação ideológica feita por Pequim nos anos 60 tem fortes repercussões nas relações entre a União Soviética e as democracias populares. A União Soviética tolera algumas iniciativas tomadas pela Roménia mas reprime sem qualquer hesitação a revolução checoslovaca.



• *Na Jugoslávia,* o problema fundamental é a coexistência de várias comunidades nacionais. A questão agrava-se com a perspectiva da sucessão de Tito e com a contestação estudantil, importada do Ocidente.

Em 1963, Tito consegue acalmar as tensões entre os Sérvios e os Croatas e controlar a contestação que alastra pelo país, liderada pela oposição liberal de Milovan Djilas. Mas depois da intervenção soviética na Checoslováquia, a Jugoslávia —que é contra — está mais isolada do que nunca.

• *Na Polónia,* W. Gomulka está no poder há catorze anos e reprime com dureza os tumultos de Gdansk (14-15 de Dezembro de 1970); os protestos continuam e Gomulka é substituído por Édouard Gierek, como Primeiro-secretário.

• *A Roménia* começa por ter uma relativa autonomia no seio do Conselho de Assistência Económica Mútua (COMECON); recusa a orientação económica que a URSS lhe quer impor, assume uma relativa neutralidade no conflito que opõe Moscovo a Pequim e, em 1964, publica uma verdadeira declaração de independência. Depois da Primavera de 1966, os dirigentes romenos fingem que o Pacto de Varsóvia é uma aliança como as outras e que a independência dos seus membros não é uma ficção. Adoptam uma original política externa, tendo uma atitude de neutralidade activa no conflito do Médio Oriente, estabelecendo relações diplomáticas com a Alemanha Federal a 31 de Janeiro de 1967, no momento em que a Hungria, a Bulgária e a Checoslováquia aderem à «doutrina Ulbricht», que põe como condição prévia ao estabelecimento de relações normais com o governo de Bona, o reconhecimento da RDA e da inviolabilidade das suas fronteiras. Bucareste não participa na intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia, a 21 de Agosto de 1968, e censura a URSS por esta acção. A Roménia é o primeiro país socialista — exceptuando a URSS — a receber um presidente norte-americano, na pessoa de Richard Nixon.

• *A Checoslováquia e a «Primavera de Praga».* Contrariamente ao que se passa na Roménia, que tem um regime muito rigoroso, na Checoslováquia assiste-se, desde 1963, a uma relativa liberalização. Em 1962, depois do Congresso do partido comunista checoslovaco, a desestalinização acelera-se, apesar do estalinista Novotny continuar no poder. A aspiração à reforma económica, vem juntar-se à aspiração a uma maior autonomia da Eslováquia em relação à Boémia e à vontade de uma política mais aberta, vontade essa claramente expressa a seguir à guerra israelo-árabe de 1967. Uma ala «liberal», liderada pelo secretário do partido eslovaco, Alexandre Dubcek, contesta abertamente Novotny, que entretanto foi abandonado pelos soviéticos. A 4 de Janeiro de 1968, Novotny demite-se do cargo de secretário-geral do

partido comunista. Sucede-lhe o comunista moderado Dubcek e em Março é eleito chefe de Estado o general Ludvik Svoboda. Dubcek, que tem cada vez mais popularidade entre os intelectuais e os operários, acredita que pode conciliar o sistema socialista com o respeito pelas liberdades. O programa de acção do partido comunista checo, aprovado em Abril de 1968, admite a criação de outros partidos políticos e a liberalização da informação. É a «Primavera de Praga».

Está em preparação uma nova lei constitucional; entra em funções um novo governo, chefiado por Cernik, que é adepto da liberalização, e pelo economista Ota Sik. A assembleia nacional elege para presidente o mais «liberal» dos comunistas checoslovacos, Smrkovsky. A preparação do Congresso do partido comunista checoslovaco é palco de uma confrontação apaixonada, entre Novotistas e adeptos das reformas.

Os soviéticos olham com desconfiança a «Primavera de Praga». Os dirigentes das democracias populares temem o contágio, que aliás já atingiu a Polónia, e pressionam a União Soviética para que intervenha. Em Julho de 1968, Dubcek recusa uma concertação proposta pelo Pacto de Varsóvia. Embora o projecto de revisão de estatutos do partido checoslovaco, aprovado por unanimidade a 9 de Agosto de 1968 pelo *Presidium,* consagre um certo número de liberdades (voto secreto e direito de expressão) as reformas não vão tão longe como na Hungria: o partido comunista mantém uma posição dominante, embora se fale também de um retorno a um sistema multipartidário, e a lealdade ao Pacto de Varsóvia é constantemente reafirmada. Este governo comunista checo tem um grande apoio popular.

A 21 de Agosto, as tropas do Pacto de Varsóvia, pertencentes a cinco países (URSS, Alemanha de Leste, Polónia, Hungria e Bulgária) entram em solo checoslovaco e atacam os principais alvos de Praga.

O embaixador soviético em Praga, Chernovenko, e os Checos pró-soviéticos mandam prender os dirigentes da «Primavera de Praga». Mas a resistência organiza-se à volta do Presidente da República, Svoboda, e fazem uma greve de protesto, decidida pelo Congresso do partido, que reuniu clandestinamente.

Os dirigentes checos, libertados e reintegrados nas suas funções, são chamados ao Kremlim e, a 26 de Agosto assinam os acordos de Moscovo que constituem uma séria limitação à liberalização e às reformas iniciadas. A 16 de Outubro, os soviéticos impõem um novo tratado que implica o estacionamento «temporário» das suas tropas em território checoslovaco. Não é por isso que o movimento anti-soviético esmorece. Em Março e Abril de 1969, depois de um verdadeiro ultimato do marechal Gretchko, ministro soviético da Defesa, ocorrem incidentes que levam à evicção de Dubcek do cargo de secretário-geral do partido e à sua substituição por Gustav Husak; a normalização segue o seu curso. Fazem-se grandes purgas no partido. Volta a haver censura.

Deste modo, a URSS preserva os outros satélites do contágio e impõe uma nova interpretação do Pacto de Varsóvia, que fica conhecida pelo nome de «doutrina Brejnev». A soberania nacional do Estado socialista é limitada. Deve apagar-se em proveito do interesse geral da Comunidade dos Estados Socialistas. Mas a intervenção na Checoslováquia foi alvo da reprovação geral do Ocidente, incluindo a dos partidos comunistas italiano, francês e espanhol. No interior do pacto de Varsóvia, a Roménia pronunciou-se contra e a Albânia abandonou o pacto em 1968.



Na conferência que reúne em Moscovo, de 5 a 17 de Junho de 1969, setenta e cinco partidos comunistas, a União Soviética assume indubitavelmente o seu papel dirigente no movimento comunista internacional. Mas esta conferência representa também o fim do monolitismo, pois proclama o princípio das diferentes vias para o socialismo.

## O Terceiro Mundo na era do desanuviamento (1962-1973)

É nesta época de crises (a crise do Suez e a de Cuba) que o Teceiro Mundo começa a desempenhar um papel importante. Mas atinge o auge no período do desanuviamento.

• *O enfraquecimento do papel moral da ONU.* Um dos modos de afirmação dos novos países independentes é a entrada para a Organização das Nações Unidas que, subitamente, vê o número dos países membros aumentar, bem como os problemas. Em 1973, as Nações Unidas têm 135 membros. Os únicos Estados que, à época, não fazem parte desta organização são a Suiça, as duas Coreias, os dois Vietnames, a Formosa, a Rodésia do Sul e o Bangladesh. Da totalidade dos países membros, 25 estão ligados ao Ocidente e 12 ao Leste. A maior parte dos outros dizem-se não alinhados. Os países do Terceiro Mundo são portanto maioritários e dispõem mesmo da maioria de dois terços necessária para aprovar as resoluções na Assembleia Geral. O Terceiro Mundo passa a utilizar a ONU como um megafone e esta passa a ser directamente afectada pelos problemas do Terceiro Mundo. A descolonização é uma herança pesada. No Congo, a ONU está envolvida numa guerra para a qual não dispõe nem do dinheiro nem das armas que seriam necessários. Paira sobre ela a ameaça de uma enorme falência financeira. O secretário geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjold, que considera que deve actuar como árbitro, entra em conflito aberto com vários chefes de governo. No início do seu mandato (1961-1971), o birmanês U Thant, que representa precisamente o mundo afroasiático, consegue afastar as Nações Unidas do problema do Congo e afirma repetidamente a independência da Organização. Mas é neste período que se assiste também ao enfraquecimento das Nações Unidas. Por influência do grupo afroasiático, a ONU passa todo o tempo a protestar contra o regime de *apartheid* na República da África do

Sul, contra o regime racista da Rodésia do Sul e contra o colonialismo, sob todas as suas formas. São tomadas dezenas de decisões que falham rotundamente, na aplicação prática. O secretário-geral é vítima do desgaste do papel moral das Nações Unidas.

• *Os primeiros agrupamentos dos países não alinhados.* A maior parte dos países do Terceiro Mundo não alinha nem pelo Leste nem pelo Ocidente. A primeira conferência de países não alinhados realiza-se em Belgrado, de 1 a 6 de Setembro de 1961, a convite do presidente jugoslavo, Tito, do presidente egípcio, Nasser e do presidente indiano, Neru. Os 25 Estados presentes declaram a sua reprovação pela política dos blocos, pelo neocolonialismo, que vem susbstituir a colonização política pela colonização económica e pelo sobrearmamento das grandes potências. Os países não-alinhados continuam a sua luta, realizando novas conferências, no Cairo, em (1964) e depois em Lusaka (1970). Nestas conferências dão cada vez mais relevo à questão da independência económica. A conferência de Argel, em Setembro de 1973, é a confirmação de uma nova estratégia de concertação entre países produtores de matérias primas.

Não existe uma verdadeira coesão entre os não-alinhados. Há conflitos internos. O entendimento circunscreve-se à condenação do imperialismo dos ocidentais, à tentativa de se manterem a igual distância dos dois Grandes e à afectação de uma neutralidade de fachada. Mas surgem divergências entre os que defendem a neutralidade estrita e os que são partidários de uma acção mais enérgica contra o neocolonialismo. As tensões internacionais no Leste trazem à luz do dia as divergências entre Moscovo e Pequim e não é fácil optar por um deles. Os agrupamentos dos Estados vão ser feitos com base nas proximidades regionais.

## OS AGRUPAMENTOS DOS ESTADOS DO TERCEIRO MUNDO

Os territórios destes Estados, herdados da colonização, são muito heterogéneos e muito frequentemente são entidades artificiais. Depois da independência, aparecem duas tendências contrárias: a da fragmentação e a do agrupamento. A união do Senegal e do Sudão francês ao Mali, durou apenas alguns meses. A união do Egipto e da Síria na República Árabe Unida durou de 1958 a 1961. Na maior parte dos casos os Estados do Terceiro Mundo preferiram agrupamentos mais vagos. O Conselho da «Entente» engloba a Costa do Marfim, o Alto Volta, o Daomé e o Níger. A ambição do panafricanismo, por sua vez, é alcançar a unidade económica e política do continente negro.

Em Dezembro de 1960, todos os Estados francófonos, excepto o Togo, o Mali e a Guiné, fazem parte do «grupo de Brazzaville», favorável à cooperação com a França. Na Primavera de 1961 este grupo passará a chamar-se União Africana e Malgache (UAM) e mais tarde, em



Fevereiro de 1964, Organização Comum Africana e Malgache (OCAM). O novo presidente do ex-Congo belga (que passou a chamar-se Congo-Léopoldville, depois Congo-Kinshasa e por fim Zaire) adere à organização. O conflito do Biafra contribui para dividir a OCAM.

Por oposição ao «grupo de Brazzaville» e ao «grupo de Monróvia», de que fazem parte os doze países do «grupo de Brazzaville» e outros países africanos, incluindo países anglófonos, constitui-se em Janeiro de 1961, o «grupo de Casablanca», que inclui Marrocos, o Gana, a Guiné, o Mali e a República Árabe Unida. Este grupo é hostil ao neocolonialismo e às experiências nucleares francesas no Sara. Nesta altura, a África encontra-se muito dividida.

### Quadro 6

**OS PAISES MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE AFRICANA (Março de 1993)**

| | |
|---|---|
| Argélia | Mali |
| Angola | Marrocos* |
| Benim | Maurícia (ilha) |
| Botsuana | Mauritânia |
| Burquina Faso | Moçambique |
| Burundi | Namíbia |
| Camarões | Níger |
| Cabo Verde | Nigéria |
| Comores | Uganda |
| Congo | República Árabe Sarauí |
| Costa do Marfim | República Centrafricana |
| Djibuti | Ruanda |
| Egipto | São Tomé |
| Eritreia | Senegal |
| Etiópia | Seychelles |
| Gabão | Serra Leoa |
| Gâmbia | Somália |
| Gana | Sudão |
| Guiné | Suazilândia |
| Guiné-Bissau | Tanzânia |
| Guiné Equatorial | Chade |
| Quénia | Togo |
| Lesoto | Tunísia |
| Libéria | Zaire |
| Líbia | Zâmbia |
| Madagáscar | Zimbabué |
| Malavi | |

* Na sequência da admissão, em 1982, da República Sarauí, Marrocos abandonou a OUA.

O fim da guerra da Argélia alivia a tensão entre os dois grupos. A conferência de Adis-Abeba, realizada a convite do imperador da Etiópia, Hailé Selassié, reúne 30 chefes de Estado africanos que, em Maio de 1963, ratificam a carta da Organização da Unidade Africana (OUA, ver quadro 7). A OUA pode não ter contribuído para o progresso africano, na medida em que não fez aumentar a união em África, mas não deixou por isso de desempenhar um papel importante na defesa dos interesses africanos, como por exemplo quando se opôs ao desmembramento da Nigéria.

No Médio Oriente, a Liga Árabe trabalha a favor da união dos Estados árabes. Mas também a unidade do mundo árabe é reivindicada por diferentes líderes, como Nasser, e por diferentes forças políticas, como o partido Baas, por exemplo.

Na América latina, a Organização dos Estados Americanos confronta-se com o problema de Cuba, excluída em 1962 e readmitida em 1973, e com o problema das guerrilhas, incrementadas pelos cubanos na Bolívia, na Colômbia e na Venezuela. Em Janeiro de 1966, a conferência que reúne delegados dos governos e dos movimentos revolucionários de África, da Ásia e da América Latina, escolhe Havana para sede da Organização «tricontinental» que deverá organizar a luta anti-imperialista, a desenvolver por todo o mundo.

## O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A AJUDA AO TERCEIRO MUNDO

• *O fosso entre o nível de vida dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos, acentua-se durante a década de 60* e a diferença entre o produto nacional bruto por habitante entre uns e outros é enorme: 3320 dólares para os Estados Unidos, 60 dólares para o Haiti, em 1964. A taxa de crescimento da população, muito maior nos países pobres do que nos países ricos, constitui um obstáculo suplementar às profundas mudanças que seria necessário efectuar na economia destes países.

Só um número muito reduzido de países tem capacidade económica para o arranque industrial. Apesar de desenvolverem um grande esforço de industrialização, os países subdesenvolvidos continuam a ser basicamente países exportadores de matérias-primas. Ora os moldes em que são feitas as trocas (relação entre o valor das exportações e o das importações) são desfavoráveis para os países em vias de desenvolvimento. Enquanto o preço dos produtos industriais que vêm do Norte não páram de aumentar, devido à inflação, os preços das matérias primas vendidas pelo Sul baixam. Na realidade, o que se passa é uma «troca desigual» que desestabiliza o Terceiro Mundo e impossibilita o seu crescimento. As nações «proletárias» insurgem-se contra as nações «ricas» e exigem auxílio.



• *As formas de auxílio aos países subdesenvolvidos.* O auxílio tanto é público como privado. Pode ser sob forma de investimentos, de empréstimos ou de donativos. O auxílio ocidental é predominante. De 1945 a 1970, os ocidentais forneceram 90% do auxílio ao Terceiro Mundo, num total de 165 biliões de dólares.

O auxílio americano foi sobretudo económico e militar, embora os Estados Unidos tenham também enviado técnicos e missões, particularmente no seio do *Peace corps*. A ajuda financeira, embora possa ser feita directamente, através da *Agency for International Development* (AID), é na maior parte dos casos feita através de empresas privadas ou de organizações independentes, como o Banco Mundial. Esta ajuda destina-se sobretudo à Ásia (China nacionalista, Coreia do Sul, Tailândia, Paquistão, Vietname do Sul), depois ao Médio Oriente e, por último, à América Latina, com um programa de auxílio, decidido em Agosto de 1961, na Conferência de Punta del Este. Mas devido às reticências postas pelas empresas privadas e pelo Congresso, a Aliança para o Progresso não é o êxito que se esperava. Depois de 1963, o auxílio americano tende a diminuir, devido aos custos da guerra do Vietname.

A assistência soviética, que pretende apoiar a independência económica dos países subdesenvolvidos, é selectiva. Apoia projectos de desenvolvimento planificado e dá prioridade à electrificação e à indústria pesada. Os países que beneficiam deste auxílio são quase todos países neutros: Etiópia, Guiné, Gana, Egipto, Síria, Índia, Afeganistão, Indonésia, Iémen, Ceilão, Iraque. Além disso, a URSS financia a construção da barragem de Assuão, no Egipto e de siderurgias, na Índia. Só em casos muito excepcionais a URSS faz donativos. Os empréstimos são feitos a juros baixos e os pagamentos deverão ser feitos em moeda local ou em produtos locais. A concessão deste auxílio tem como condição prévia a utilização de material e de técnicos soviéticos. O auxílio técnico da URSS é considerável, sobretudo no Egipto, no Iémen, no Afeganistão, na Índia e na Indonésia.

A asssistência britânica é sobretudo económica e financeira e organiza-se à volta da unidade monetária que dá o nome ao conjunto dos países, a zona *sterling*.

A França consagra uma parte importante do seu produto nacional bruto (perto de 2% em 1960) ao auxílio aos países do norte de África, da África negra e do oceano Índico. A cooperação (institutos, liceus, escolas, jornais, associações académicas e científicas, pesquisas arqueológicas) desempenha um papel muito importante. Mais de 30 000 professores franceses ensinam no estrangeiro, estando a maior parte deles no norte de África

• *A diminuição e as limitações do auxílio.* A partir de 1960, o auxílio aos países subdesenvolvidos tem tendência a diminuir, devido às reticências da opinião pública e ao cepticismo crescente em relação à eficácia deste auxílio. De início, perto de 2% do PNB francês destinava-se ao auxílio ao Terceiro Mundo. Em finais dos anos 60, esta per-

centagem baixa para 0,68%. A cooperação cultural e a cooperação técnica são as únicas que continuam a desenvolver-se. Em 1970, a França está em primeiro lugar na cooperação, com 52 300 cooperantes, de entre os quais 25 500 são professores. O Reino Unido envia 29 000 pessoas e a República Federal da Alemanha 27 000.

Os países do Terceiro Mundo, por sua vez, plenamente conscientes das limitações e das condicionantes destas políticas de auxílio, prefeririam uma organização dos mercados das matérias-primas que lhes permitisse escoar as suas produções.

O comércio entre os Estados desenvolvidos e os Estados subdesenvolvidos torna-se o grande problema. Na verdade, para os países subdesenvolvidos, exportadores de produtos agrícolas e de matérias-primas, as cotações mundiais destes produtos são decisivas.

• *O fracasso das CNUCED.* O objectivo das Conferências das Nações Unidas para o Comércio e para o Desenvolvimento (CNUCED) é tentar resolver estes problemas. Na primeira CNUCED, que teve lugar em Genebra, de 23 de Março a 15 de Junho de 1964, estiveram presentes 120 Estados, entre eles 77 em vias de desenvolvimento. Nesta primeira Conferência há duas teses em confronto: a francesa, que propõe um acordo internacional para fixar os preços (até então livremente determinados pelo mercado mundial) e a criação de um fundo de auxílio aos países subdesenvolvidos, e a teoria anglo-saxónica contrária a qualquer tentativa para baixar a cotação das matérias-primas e favorável à concessão de facilidades para a exportação de produtos manufacturados dos países subdesenvolvidos. É o impasse. A única resolução saída da Conferência foi a recomendação de que se consagrasse pelo menos 1% dos lucros dos países industrializados ao auxílio ao Terceiro Mundo. Em 1967, os 77 países em vias de desenvolvimento que participaram nos trabalhos da CNUCED reunem-se numa conferência em Argel e decidem criar uma estrutura específica que lhes permita seguir uma via única. Mas esta unidade aparente não engana ninguém; por detrás desta fachada de união há situações muito diversificadas e grandes divergências. A segunda CNUCED tem lugar em Nova Deli, de 1 de Fevereiro a 29 de Março de 1968. Na sequência das resoluções da conferência de Argel, pronuncia-se a favor da aplicação do sistema das preferências tarifárias aos aos países subdesenvolvidos.

A terceira CNUCED, que decorre em Santiago do Chile, de 13 de Abril a 21 de Maio de 1972, começa por confirmar o fracasso: enquanto em 1970 os países desenvolvidos ocidentais têm, em média, um PNB por habitante de 3200 dólares, na América Latina ele é de 750, na África de 270 e na Ásia de 260. A única resolução digna de nota desta Conferência, é a concessão de um auxílio especial aos 25 países menos desenvolvidos, com um PNB *per capita* de menos de 100 dólares por ano e com um PNB industrial inferior a 10%.

Facilmente se percebe que nem o auxílio económico nem o comércio mundial criam condições para que os países subdesenvolvidos ultrapassem o seu subdesenvolvimento. Perante isto, alguns países produtores de petróleo decidem unir-se para impor os seus preços.



• *A criação da OPEP.* A seguir à Segunda Guerra Mundial, os *royalties* — quantias pagas pelas grandes companhias petrolíferas aos países possuidores de jazigos de petróleo — eram baixos: 12,5% no Médio Oriente. Em 1948, a Venezuela inaugura o sistema do *fifty-fifty*, ou seja, *royalties* de 50%. Gera-se uma situação de conflitos entre os Estados e as grandes companhias americanas (*Standard New Jersey, Socony Vacuum, Standard California, Texaco, Gulf*) e as anglo-holandesas (*British Petroleum, Royal Dutch Shell*), agrupadas em consórcio. Em Agosto de 1960, este consórcio decide baixar os preços do petróleo bruto. Os países produtores reagem, criando, a 15 de Setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), de que inicialmente fazem parte a Venezuela, o Irão, o Iraque, a Arábia Saudita, o Kuwait e o Qatar. Mais tarde associam-se a Líbia, a Argélia, a Nigéria e o Abu Zabi. A linha de acção da OPEP consiste em aumentar os *royalties* e, posteriormente, nacionalizar a produção. Assim, em 1972, o Iraque nacionaliza a *Irak Petroleum Cy.* Antes da crise de 1973, já os países do Terceiro Mundo utilizam a arma económica de que dispõem.

## A modificação das relações internacionais no Terceiro Mundo

O Terceiro Mundo ganha cada vez mais importância na relações Leste-Oeste. A crise dos dois blocos é ao mesmo tempo causa e consequência de profundas alterações nas relações Norte-Sul. Tudo se passa como se, num clima de desanuviamento, as confrontações continuassem por interpostos peões colocados nas zonas periféricas, particularmente na Ásia e na África, com a guerra do Vietname e a crise do Próximo Oriente.

O mapa do Sudeste Asiático é alterado com a continuação da descolonização, com a afirmação dos nacionalismos locais e com o avanço do comunismo. Em 1954, os Estados Unidos tentam federar os Estados pró-ocidentais — Paquistão, Filipinas, Tailândia — à volta das três grandes potências ocidentais. Mas esta organização, a OTASE, vai definhando aos poucos. O Paquistão salvaguarda a sua posição e, em 1963, assina um acordo com a China para se precaver contra a política do seu maior vizinho, a Índia, que prossegue a sua política de amizade com a URSS, iniciada em 1955 com a visita de Kruchtchev e Bulganine. Quanto à Tailândia vai-se transformando, para mal dos Tailandeses, numa imensa base militar, à medida que os Americanos avançam na guerra do Vietname.

Os vários governos filipinos, incluindo o do general Marcos, também não gostam das bases americanas, e gostariam que fossem eva-

cuadas, mas precisam do apoio americano para as suas reivindicações sobre a região de Sabá, no nordeste da ilha de Bornéu, dada à Malásia. Nesta zona do globo, tudo gira em torno da guerra do Vietname.

## A GUERRA DO VIETNAME

Os acordos de Genebra, de 1954, não repuseram a paz na Indochina. O paralelo 17 ficou no meio de dois Estados: o Vietname do norte e o Vietname do sul. O Vietname do norte é comunista. O Vietname do sul, depois de feito um referendo, depõe o imperador Bao Dai e torna-se uma República. A cláusula que estipulava um período de dois anos para a realização de um referendo sobre a reunificação do Vietname, não é respeitada.

• *Os Estados Unidos apoiam o regime do católico Ngo Dinh Diem, sucessor de Bao Dai, no Vietname do Sul*, mas o descontentamento de uma população maioritariamente budista favorece a propaganda da Frente Nacional de Libertação (FNL), ao sul do pararelo 17, bem como a subversão dos vietcongues, apoiados pelo Vietname do Norte. Unidades norte vietnamitas infiltram-se no Vietname do Sul. A engrenagem da guerra começou a funcionar. Os Americanos acham que devem intervir para garantir um Vietname do Sul independente e livre de toda a influência comunista. Conselheiros militares prestam assistência a Saigão. Em Janeiro de 1961, o presidente Kennedy decide aumentar o número de conselheiros. No Outono de 1963, quando cai Ngo Dinh Diem (1 de Novembro de 1963) que se tornou cada vez mais impopular, são 16 000. O governo americano decide então encarregar-se da guerra do Vietname. O pretexto surge com o incidente do golfo de Tonquim (Agosto de 1964) quando navios da marinha americana são atacados por vedetas norte-vietnamitas.

• *A intervenção militar americana.* Em Agosto de 1964, o presidente Johnson decide, com o apoio do Congresso, intervir em força no Vietname. O envio de efectivos americanos não pára de aumentar e, em 1968, os Estados Unidos têm 543 000 homens no Vietname. A partir de 1965, os bombardeamentos ao norte do paralelo 17 visam os objectivos militares e, em Julho de 1966, os arredores de Hanói e Haiphong.

A aviação ataca ininterruptamente, tanto no norte como no sul. Apesar da sua esmagadora superioridade, o exército americano atola-se numa guerra que é ao mesmo tempo uma guerra de guerrilha e de grandes batalhas. No Vietname do Sul, a guerra afecta a sociedade e desestabiliza o poder; a população quer a paz, os budistas exigem a abertura de negociações. Hanói intensifica o auxílio à FNL, com a ajuda conjunta de Pequim e de Moscovo. No final de 1967, a opinião americana começa a mudar. Sondagens realizadas em 1967, revelam que há mais Americanos contra a guerra do que a favor. Em várias cidades organizam-se manifestações a favor da paz, merecendo especial destaque a manifestação em Washington, a 22 de Outubro, que exige o fim imediato dos bombardeamentos no Vietname do Norte.



• *A ofensiva vietcongue.* Até ao dia 31 de Janeiro de 1968, os responsáveis americanos acreditam numa solução militar para o conflito. Mas nesse dia, para sua grande surpresa, o Vietcong desencadeia «a ofensiva do *Têt*» (nome do Ano Novo vietnamita): mais de cem cidades e bases são atacadas em simultâneo, incluindo Hué e Saigão. A base americana de Khesanh fica cercada durante várias semanas; a fortaleza de Hué é conquistada. Comandos vietcongues penetram no centro de Saigão. Uma ofensiva destas significa que a situação é bem mais grave do que se pensava. As tropas americanas não conseguirão ganhar. O mal-estar do exército e a oposição crescente de parte da opinião pública americana à guerra do Vietname, obrigam o presidente Johnson a anunciar, a 31 de Março de 1968, a paragem parcial dos bombardeamentos no norte e a retirada das tropas americanas do Vietname do Sul, se o Vietname do Norte também retirar. Hanói aceita começar as negociações, em Maio, em Paris.

• *A retirada americana.* Juntamente com outras dificuldades do mundo ocidental, a questão do Vietname provoca uma crise moral nos Estados Unidos. O facto de serem alvo da reprovação mundial, torna a crise ainda mais grave. A crise põe a nu as limitações da potência americana; provoca também uma viva inquietação nos regimes anticomunistas da Coreia do Sul e do Vietname do Sul, pois os Americanos falam da «vietnamização da guerra» e da necessidade urgente de encontrar um *modus vivendi* com a URSS.

Prosseguem os bombardeamentos entre o paralelo 17 e o paralelo 20, continuam as manifestações contra a guerra mas as negociações, que têm início a 13 de Maio, em Paris, avançam lentamente. A 1 de Novembro de 1968, Johnson anuncia o fim dos bombardeamentos e o alargamento da conferência de Paris ao Vietcong e ao Vietname do Sul, embora os dois beligerantes se recusem a sentar-se lado a lado.

Desde que entra em funções, em Janeiro de 1969, o novo presidente dos Estados Unidos, Nixon, põe em prática os seus objectivos: uma paz honrosa e a vietnamização do conflito, o que permitiria repatriar progressivamente as tropas americanas. Mas, ao mesmo tempo, os Estados Unidos atacam os santuários norte-vietnamitas do Cambodja e do Laos, onde Hanói apoia os Kmers vermelhos e o Pathet Lao, movimento nacionalista progressista, nascido em 1950, que adoptou desde então o nome de Neo Lao Hak-sat, e que se opõe ao governo do Laos. A primeira retirada dos soldados americanos — 25 000 homens — teve lugar em 1 de Julho de 1969. A 1 de Maio de 1971 já só havia 325 000 soldados americanos no Vietname.

• *A vietnamização do conflito* não significa forçosamente o fim das hostilidades porque o Vietname do Norte — cujo dirigente Ho Chi Min morre, a 3 de Setembro de 1969 — quer a unificação do país e

também porque abundam os conflitos na península indochinesa. No Vietname do Sul, a FNL cria um «governo revolucionário provisório» (GRP).

No Cambodja, cuja neutralidade tinha sido elogiada pelo general De Gaulle em 1967, o príncipe Norodom Sihanuk é deposto a 18 de Março de 1970, por um golpe de Estado fomentado pelo general Lon Nol, apoiado pelos Estados Unidos. Estes começam por passar a fronteira e depois fazem ataques aéreos, bombardeando os grupos de Kmers vermelhos que fazem a guerrilha.

Entretanto, Norodom Sihanuk cria um governo cambodjano no exílio. Comunistas cambodjanos e partidários de Sihanuk começam a luta contra o governo de Lon Nol e contra os aliados americanos. A 3 de Junho de 1970, Nixon, cedendo às pressões da opinião pública americana, anuncia que as forças americanas de intervenção no Cambodja — aproximadamente 30 000 homens — retirarão antes do dia 1 de Julho.

No Laos, o regime neutralista do príncipe Suvanna Phuma, consagrado pelo tratado de 1962, que entrou em vigor no início de 1960, com o acordo dos americanos, é vítima do trabalho de sapa da CIA e dos ataques dos revolucionários, organizados no Pathet Lao e comandados pelo principe Suphanuvong, meio-irmão de Suvanna Phuma.

• *O «fim» da guerra e a invasão dos Kmers vermelhos.* Em Março de 1972, os americanos, como resposta a uma ofensiva geral conjunta desencadeada pelo exército norte-vietnamita e pelo Governo revolucionário provisório (GRP), recomeçam os bombardeamentos no Vietname do Norte. O fracasso da ofensiva facilita o recomeço, em Paris, das conversações secretas entre Kissinger e o norte-vietnamita Le Duc Tho. Americanos e norte-vietnamitas chegam a acordo em Outubro mas o general Thieu, que governa o Vietname do Sul, não quer saber do acordo para nada e os bombardeamentos americanos recomeçam. Finalmente, a 27 de Janeiro de 1973, é assinado em Paris um acordo de cessar-fogo, com disposições bastante complexas: retirada total das tropas estrangeiras (o que basicamente quer dizer das tropas americanas) do Sul, formação de um Conselho Nacional de Reconciliação, que deve incluir membros da FNL, que entretanto passou a GRP, e a realização a breve prazo de eleições livres. No Laos é assinado um acordo semelhante. Entretanto é criado um governo provisório de União Nacional que é rapidamente controlado pelo Pathet Laos e é instaurado um regime comunista. Os acordos de Janeiro de 1973, confirmados pela conferência de Paris (Março de 1973) põem, teoricamente, fim à guerra do Vietname.

No Cambodja, a ameaça dos Kmers vermelhos que paira sobre o general Lon Nol, pró-americano, é cada vez maior. No Vietname, continuam as hostilidades entre os Vietnamitas do Sul e os Vietnamitas do Norte e o GRP. Mas os Estados Unidos recuperaram a sua liberdade de acção diplomática. A 29 de Março de 1973, as últimas tropas americanas saem do Vietname.



Em Agosto de 1973, a aviação americana deixa de intervir no Cambodja. A situação deteriora-se cada vez mais. O enfraquecimento de Nixon, que se demite a 8 de Agosto de 1974 na sequência do escândalo Watergate, e a sua substituição por Gerald Ford contribuem para que a situação se agrave ainda mais. Apoiados pela China e pela URSS, os Kmers vermelhos tomam Phnom Pen, a 17 de Abril de 1975. Usando como pretexto a criação de um homem novo, o novo governo entrega-se a um verdadeiro genocídio.

Paralelamente, os soldados de Hanói e do GRP fazem progressos no Vietname do Sul. A evacuação dos últimos Americanos faz-se em condições terríveis e os guerrilheiros recusam-se absolutamente a entrar em negociações com o general Duang Van Minh, o novo chefe do Vietname do Sul. A 30 de Abril de 1975, tomam Saigão e rebaptizam-na como a Cidade de Hô-Chi Minh. É o falhanço da política americana de intervenção directa. O prestígio da América, o gigante que se encarniçou contra um pequeno e perdeu, sai muito abalado desta guerra.

## A RELAÇÃO DE FORÇAS NA ÁSIA

No início dos anos 70, o Sudeste Asiático é dominado por três forças: o Vietname, a Índia e a China. Confiante no poder do seu exército, o Vietname ambiciona expandir-se pelo Sudeste Asiático. E dispõe dos meios para concretizar esta ambição. Contando com o apoio da União Soviética, desafia simultaneamente os Estados Unidos, cujo exército pôs em causa, e a China Popular.

A nível da população, a Indonésia é o quinto país do mundo (depois da China, da Índia, da URSS e dos Estados Unidos); mas a sua constituição territorial — um aglomerado de ilhas — não lhe permite ser uma grande potência militar. Em Setembro de 1975, um golpe de Estado sangrento elimina o partido comunista indonésio, destitui o presidente Sukarno e dá o poder aos militares.

### *A supremacia da Índia no subcontinente indiano*

A Índia é um país forte, não só pela sua imensa população, mas também porque dispõe de um exército bem treinado e porque pode sempre contar com o total apoio da União Soviética.

• *Um conflito de fronteiras, opõe a Índia ao Paquistão por causa de Caxemira* que tinha sido progressivamente anexada pela Índia. Em 1962 registaram-se conflitos entre comunidades e em 1963, na sequên-

cia desses incidentes, o Paquistão assina um acordo sobre a delimitação de fronteiras com a China, para se precaver contra a política da vizinha Índia. Em Agosto de 1965 rebenta uma pequena guerra entre os dois países. Em 1966, os dirigentes paquistaneses e os dirigentes indianos encontram-se em Tachkent. Este encontro, realizado por iniciativa da União Soviética, põe fim à guerra mas não resolve o problema de Caxemira.

• *No Paquistão, Estado muçulmano, vive-se um clima de agitação devido às más relações existentes entre as suas duas províncias,* que mais de 1500 km separam: o Paquistão ocidental, que tem como língua principal o urdu, e o Paquistão oriental, composto pelo Bengala oriental e que tem como língua principal o bengali. A única coisa que têm em comum é a religião muçulmana. Existem problemas entre as províncias porque a riqueza do Paquistão provém essencialmente das exportações de juta e de outros produtos agrícolas cultivados em Bengala mas a região, muito pobre e sobrepovoada, não lucra nada com isso.

Esta situação dá origem ao aparecimento, em inícios dos anos 60, de um movimento de protesto contra o Paquistão ocidental e contra a ditadura do general Ayub Khan, no poder desde 1958. O chefe do partido bengali, o sheik Mujibur Rahman, é preso em 1968 sob a acusação de ter conspirado, com a Índia, contra o Paquistão. Em 1960 o regime de Ayub Khan está de rastos. Em 1970, Ayub Khan é deposto por um outro general, Yahia Khan, que organiza eleições por sufrágio universal.

A *Awami League* reivindica a autonomia do Paquistão oriental no seio de um regime federal que deixaria o controlo da economia e das finanças a cargo da região. Nas eleições de 1970 consegue obter a maioria dos votos, ficando à frente do Partido do Povo, que é liderado por um adjunto de Yahia Khan, Ali Bhutto, mas não consegue chegar ao poder.

No início de 1971, aumenta a tensão entre a Índia e o Paquistão. Uma tem o apoio da URSS e o outro dos Estados Unidos e da China. Entretanto a *League* reivindica a independência do Bangladesh que, aliás vem a proclamar, a 26 de Março de 1971, num clima de guerra civil e de tensão internacional. Com efeito, a 9 de Agosto de 1971, a URSS e a Índia assinam um tratado de paz, de amizade e de cooperação que altera o equilíbrio estratégico da zona e deixa a Índia em condições de tirar partido da situação. A 3 de Dezembro de 1971, a Índia intervém no Paquistão oriental. O Paquistão reage, invadindo Caxemira. Os combates, que dão a vantagem à Índia, levam à substituição, em Dezembro de 1971, de Yahia Khan por Ali Bhutto, no Paquistão ocidental, à independência do Bangladesh e, à consolidação da potência estratégica toda poderosa do subcontinente indiano, a Índia.



### *A entrada da China no sistema internacional*

No final da década de 70, depois de 20 anos de isolamento, a China entra finalmente no concerto mundial. O isolamento deveu-se por um lado ao ostracismo a que as potências ocidentais a votaram e por outro à permanente revolução interna. Mas a diplomacia chinesa já tinha feito progressos decisivos em 1954, na conferência de Genebra, e em 1955, na conferência de Bandung, em relação ao Sudeste Asiático, ao norte África e ao Próximo Oriente.

Dez anos depois da sua proclamação, a República Popular da China é um país que os Estados Unidos têm em conta, mesmo sendo proscrito pela ONU. Mas a revolução cultural e a cisão sino-soviética fazem a China fechar-se sobre si mesma, o que provoca um retrocesso da sua influência no mundo, até mesmo no Sudeste Asiático. A China persiste na denúncia da dupla hegemonia sovieto-americana e tenta estabelecer relações diplomáticas com países que recusam o alinhamento, como é o caso da França. A França reconhece a China Popular a 27 de Janeiro de 1964. O isolamento e os fracassos em política externa obrigam a China a mudar a sua orientação, a aproximar-se do Ocidente e a abrir-se ao estrangeiro. Graças ao potencial demográfico e económico e ao poderio militar torna-se rapidamente um actor de peso. Mas quais são as a suas pretensões, em matéria de política externa? Quer afirmar-se a nível mundial, como a terceira superpotência? Ou as suas ambições limitam-se ao papel de potência regional asiática? Passando de um segundo lugar no mundo socialista, para um terceiro lugar no concerto mundial, quererá a China espalhar a sua mensagem ideológica, apoiando os movimentos de libertação, ou converter-se-á à *Realpolitik*, estabelecendo relações com os Estados, independentemente das suas posições ideológicas?

• *Inaugurada em Abril de 1971, a nova política externa chinesa* tem como directrizes a recusa da hegemonia soviética e a aproximação aos Estados Unidos. A 24 de Agosto de 1973, no congresso do Partido Comunista Chinês, Chu En-Lai desafia Moscovo a provar a sua vontade de desanuviamento: «retirem as vossas tropas da Checoslováquia, da República Popular da Mongólia e das quatro ilhas japonesas das Curilhas do Norte».

Preparada pela missão secreta de Henry Kissinger, em Pequim, em Julho de 1971 e por várias diligências, como a *tournée* que a equipa americana de pingue-pongue fez pela China, a aproximação sino-americana é uma surpresa de arromba. Desde 1949 que os Estados Unidos contestam, com uma notável persistência, toda e qualquer representatividade da China popular, e apoiam a Formosa. A China de Mao, por sua vez, sempre recusou energicamente a teoria das duas Chinas e sempre condenou firmemente o imperialismo americano. Esta reviravolta, concretizada pela espantosa viagem do presidente Nixon a Pequim, de

21 a 28 de Fevereiro de 1972, é denunciada por Moscovo, mas dá à China a oportunidade de quebrar o seu isolamento, numa altura em que a Índia reforça as relações com a União Soviética.

• *A entrada da China na ONU, a 26 de Outubro de 1971,* faz-se, muito simplesmente, substituindo a China nacionalista pela China popular, que ficou com assento permanente e com direito de veto no Conselho de Segurança. Este facto tem repercussões a nível mundial, pois um porta-voz dos países do Terceiro Mundo acede ao primeiro plano da cena internacional.

A China, que mantém relações tanto com países próximos da URSS como com Estados moderados, e mesmo ditatoriais, ganha terreno à União Soviética. A ajuda que presta aos jovens Estados africanos é mais desinteressada e mais adequada às suas necessidades enquanto países subdesenvolvidos do que a ajuda prestada pela União Soviética. Apesar da escassez de meios, empenha-se em algumas acções de cooperação, como a construção das infraestruturas viárias e ferroviárias na Tanzânia e na Somália. No Próximo Oriente apoia os movimentos palestinianos e tenta agradar aos árabes, demarcando-se das posições sino-soviéticas. Denuncia o «conluio» entre os americanos e os soviéticos durante a guerra do Kippur e recusa-se a votar o projecto de cessar-fogo apresentado pelos dois Grandes, a 22 de Outubro de 1973. Na Ásia, a China, que vê o tratado sovieto-indiano e o projecto Brejnev do sistema de segurança colectiva como manobras destinadas a isolá-la, sabota o plano soviético. Na América Latina, dá ao Chile de Salvador Allende uma ajuda financeira superior à de Moscovo. Tenta — em vão — contrariar a influência crescente da União Soviética na ilha de Cuba. Apoia as reivindicações dos Estados latino-americanos e ratifica o tratado de desnuclearização da América Latina. Em Setembro de 1973, numa cimeira de países não alinhados, em Argel, a União Soviética está no banco dos réus. O trabalho de sapa levado a cabo pelos chineses deu os seus frutos na América latina.

• *A China também estabelece relações diplomáticas com os Estados da Europa ocidental e da Comunidade Europeia,* que considera como «zonas intermediárias», boas para destruir a hegemonia dos Grandes. O discurso de boas-vindas proferido por Chu En-Lai, aquando da viagem do presidente Pompidou, em Setembro de 1973, é claro: «Apoiamos os povos europeus que se unem para preservar a soberania e a independência nacionais».

• *O papel do Japão.* Situando-se num continente em profunda mutação, o Japão está numa posição bastante original: embora seja asiático pela localização geográfica, é completamente diferente dos países vizinhos e insere-se, de facto, no mundo ocidental. Dirigido por governos conservadores, estreitamente ligado aos Estados Unidos e aos seus aliados, entre eles a Formosa, reconcilia-se com a Coreia do Sul (22 de Junho de 1965). Desejoso de alargar as suas relações para além dos Estados Unidos, que aliás o tinham aconselhado a rever as suas



posições em matéria de defesa (discurso de Guam, proferido pelo presidente Nixon, em 1969), o Japão não pode ficar indiferente às modificações nas relações internacionais, muito especialmente ao despertar da China. Em Março de 1971, os dois países celebram um acordo comercial. A viagem do primeiro ministro Tanaka (25-30 de Setembro de 1972) consolida a aproximação. O Japão reconhece a República Popular como o único governo chinês.

## A AMÉRICA LATINA — O NOVO JOGUETE ENTRE O LESTE E O OCIDENTE

Poder-se-ia imaginar que a América Latina, afastada das tensões internacionais, estava em paz. De facto, o tratado de Tlatelco, assinado em 1967, estabelece a desnuclearização da América Latina. Mas os Estados Unidos, depois da subida de Fidel Castro ao poder, em Cuba, voltam a preocupar-se com o seu continente. No entanto, a «Aliança para o Progresso», criada por Kennedy como resposta ao castrismo e aos riscos de subversão na América Latina, não vai avante. O Congresso dos Estados Unidos, preocupado com o *défice* da balança de pagamentos, é avaro na aprovação da concessão de créditos e, além disso, prefere atribuí-los aos regimes mais conservadores.

• *Na realidade, a América Latina é cenário de violentos confrontos.* Revoltadas contra a miséria existente em muitos países da América Latina, surgem forças revolucionárias que, à imagem do que aconteceu em Cuba, recorrem à luta armada. Estas forças têm o apoio de alguns sectores da igreja católica. A situação preocupa os Estados Unidos que vêm ameaçada a sua esfera de influência tradicional e que, para fazer face à situação, decidem apoiar ditaduras, como a de Duvalier, no Haiti, ou intervir para impedir qualquer subversão comunista. Foi o que aconteceu na República Dominicana, onde, em Abril de 1965, os Estados Unidos intervêm para restabelecer a ordem. O presidente Johnson entendeu por bem fazer uma demonstração da determinação com que os Estados Unidos defendiam a região das tentativas de subversão.

Ao contrário do que se esperava, o sentimento anti-americano aumentou, favorecendo assim o avanço castrista. Surgem núcleos revolucionários em vários Estados (Colômbia, Bolívia, Perú, Chile).

Em 1966, Fidel Castro reúne em Havana a chamada conferência «tricontinental», para criar uma organização de solidariedade dos povos da Ásia, da África e da América Latina. E alguns líderes cubanos, especialmente Che Guevara (morto na Bolívia, em Outubro de 1967), mergulham na guerrilha.

• *Os golpes de Estado sucedem-se uns atrás dos outros, mas o que ficou mais conhecido foi o do Chile,* em Setembro de 1973. A che-

gada ao poder de um regime socialista, cujo presidente, Salvador Allende, eleito por sufrágio universal em Setembro de 1970, perde rapidamente o apoio da classe média, torna tensas as relações com os Estados Unidos. A 11 de Setembro de 1973, um golpe de Estado militar, dirigido pelo general Pinochet e apoiado pela CIA, derruba o governo de Salvador Allende. Salvador Allende morre durante os combates.

### AS CONSEQUÊNCIAS DA DESCOLONIZAÇÃO EM ÁFRICA

As fronteiras dos Estados africanos são uma herança da colonização e é por isso que muitas vezes estes Estados são construções artificiais que não respeitam as etnias. Esta situação fez com que exista uma série de conflitos, em potência. Assim, a República da Somália, criada em 1960, pela junção da Somália britânica e da Somália italiana, reivindica um território situado no sudeste da Etiópia, o Ogaden e a ex-costa francesa dos Somalis, que ficou território dos Afares e dos Issas, e é também pretendida pela Etiópia devido à importância estratégica de Jibuti. Um outro conflito opõe Marrocos à República islâmica da Mauritânia, que se tornou independente em 1960, e que Marrocos pretende anexar. O conflito é sanado e Marrocos acaba por reconhecer a Mauritânia em 1969, mas ambos os Estados pretendem ficar com o Sara espanhol. Também há um conflito entre a Argélia e Marrocos, a propósito do Sara, porque Marrocos reclama uma parte do Sara. A seguir à independência da Argélia, a quem a França reconhece a soberania sobre a totalidade do Sara, estala um breve conflito armado entre os dois países, em Outubro de 1963, sem qualquer resultado. Mas depois da crise do Congo, em 1961, torna-se evidente que qualquer modificação nas fronteiras pode ter repercussões graves em toda a África e que a constituição de Estados nações, como os que existem na Europa, poderia ser geradora de graves convulsões. O princípio da inviolabilidade das fronteiras é portanto aprovado pela Organização da Unidade Africana.

• *A guerra do Biafra é o mais grave conflito territorial deste período, em África.* A Nigéria (928 000 km$^2$, 55 milhões de habitantes em 1963), o território mais rico da África ocidental, graças nomeadamente aos seus recursos petrolíferos, tornou-se independente em 1961. É uma Federação dominada politicamente pelos Haússas e pelos Peuls, muçulmanos do Norte. No Sudeste, os Ibos, cristãos que habitam maioritariamente no Biafra, aceitam mal este domínio e a repressão que se segue aos assassínios do primeiro-ministro, sir Abubakar Tafewa Balewa, a 17 de Janeiro de 1966, e do seu sucessor, o general Ironsi. A tensão agudiza-se e culmina na proclamação, a 30 de Maio de 1967, da independência do Biafra e numa guerra civil, já que o governo federal não aceita a secessão desta região rica em petróleo.



O governo nigeriano, que conta com o apoio da maior parte dos países do Terceiro Mundo, submete o Biafra a uma guerra cruel e impiedosa. Entretanto, o Biafra está isolado. Só consegue obter o reconhecimento internacional de quatro Estados africanos e do Haiti. As grandes potências optam por apoiar o governo federal. Convidado por alguns Estados africanos a reconhecer o Biafra, o general De Gaulle declara que os povos têm o direito de dispor de si próprios; e a França, tal como a China, encoraja a secessão biafrense; mas estes apoios não são suficientes e, em Janeiro de 1970, o Biafra, vencido, depõe as armas.

## O Próximo Oriente de uma guerra a outra

O Próximo Oriente é a região do mundo onde há mais agitação. Há várias reviravoltas políticas e duas guerras.

### A GUERRA DOS SEIS DIAS

A guerra dos seis dias, em Junho de 1967, dá a Israel o controlo da Cisjordânia e do Golan e dá origem a problemas duradouros. Os Palestinianos fazem frente ao Estado judeu e a alguns Estados árabes e não hesitam em recorrer ao terrorismo internacional. Em 1973, a guerra do Kippur vai contribuir para as grandes convulsões registadas na economia mundial, devido às repercussões que teve em matéria energética.

• *Na sequência da crise do Suez* (1956), os Capacetes Azuis ficam estacionados ao longo da fronteira israelo-árabe, do lado egípcio e também em Charm-el-Cheikh, posição fortificada a leste do Sinai, no golfo de Akaba, próximo do porto israelita de Eilat, a única saída de Israel para o Mar Vermelho. Esta paz instável vê confirmarem-se as posições das grandes potências na região. A União Soviética reforça os laços com o Egipto de Nasser, e os Estados Unidos substituem a França no papel de protector do Estado de Israel.

• *A 18 de Maio de 1967, Nasser pede ao secretário-geral da ONU, U Thant, que retire as forças da ONU do território egípcio* — em particular de Charm-el-Cheikh — e não demora a interditar o golfo de Akaba ao tráfego israelita. O Egipto conta com o apoio da URSS e dos países árabes (Síria e Jordânia), enquanto Israel tem o apoio dos Estados Unidos. Entretanto, Israel decide avançar para a guerra.

• *A guerra preventiva, desencadeada a 5 de Junho por um ataque da aviação israelita,* dá uma estrondosa vitória a Israel. O exército israelita avança no Sinai, apodera-se de Gaza, a ocidente e de Charm-el-Cheikh, a leste, instala-se na margem leste do Canal de Suez

e levanta o bloqueio do golfo de Akaba. A 7 de Junho desencadeia uma ofensiva a nordeste, contra a Cisjordânia e a velha cidade de Jerusalém, que até então fazia parte da Jordânia. Os israelitas tomam o planalto de Golan aos Sírios e continuam a avançar e a fortificar as suas posições ao longo do Canal, até à aceitação do cessar-fogo. A 8, o Egipto resigna-se ao cessar-fogo; a 10, é a vez da Síria. Quando a ofensiva termina, o território ocupado pelos Israelitas passou de 20 300 km$^2$ para 102 400 km$^2$. A 23 de Junho, o Parlamento israelita anexa a parte árabe de Jerusalém, apesar da oposição das Nações Unidas e das grandes potências.

• *As negociações feitas no seio e à margem das Nações Unidas levam à votação, a 22 de Novembro de 1967, da Resolução 242 das Nações Unidas* que estipula que Israel deve retirar de todos os territórios ocupados, de acordo com o texto francês, ou de alguns dos territórios ocupados, segundo uma interpretação da versão inglesa, e proclama o direito de cada Estado da região a viver em paz, no interior de fronteiras seguras e reconhecidas.

Para Israel, a guerra dos Seis Dias tem resultados ambíguos porque, muito embora se salde por uma vitória, deixa os Israelitas com o problema de decidir o que fazer com os territórios ocupados. Quanto aos árabes, sentem-se humilhados e pretendem recuperar os territórios perdidos.

Exploram-se diversas vias para a resolução do problema. O general De Gaulle, que tomou imediatamente partido contra a agressão israelita e decretou logo um embargo aos aviões e depois ao material de assistência, propõe uma concertação das quatro grandes potências. A ideia é rejeitada tanto pelos Israelitas como pelos árabes. As Nações Unidas decidem enviar um mediador, o embaixador sueco Gunnar Jarring que apresenta um plano que prevê a retirada das foças israelitas, o fim da beligerância, a garantia da liberdade de navegação, inclusivé para os navios israelitas no canal de Suez e no golfo de Akaba, e por último a abertura de negociações para a resolução do problema dos refugiados palestinianos. Apesar dos esforços desenvolvidos ao longo de vários anos, esta missão fracassa em 1971.

• *Os Americanos desenvolvem uma intensa actividade diplomática* porque não lhes agrada o desequilíbrio — favorável a Israel — criado pela guerra dos Seis Dias. O secretário de Estado William Rogers conduz uma negociação com vista ao estabelecimento de um verdadeiro cessar fogo. De facto, de ambos os lados do Canal de Suez, Egípcios e Israelitas continuam a travar uma guerra de desgaste: tiroteio e curtas operações. A missão Rogers permite a assinatura de um acordo de cessar fogo, a 7 de Agosto de 1970, prolongado até Março de 1971. O acordo não é renovado, mas os confrontos vão-se tornando mais escassos. Os combates só acabaram verdadeiramente, passados mais de três anos sobre a guerra dos Seis Dias.

## Quadro 7

### AS GUERRAS ISRAELO-ÁRABES

| | |
|---|---|
| 1896 | : Théodor Herzl publica *O Estado judeu.* |
| 1916 | : Acordos Sykes-Picot |
| Novembro de 1917 | : Declaração Balfour |
| 1919 | : Mandato britânico na Palestina |
| 1939 | : Livro branco britânico sobre a Palestina |
| Novembro de 1947 | : Plano de divisão da Palestina feito pela ONU. |
| 14 de Maio de 1948 | : Proclamação do Estado de Israel. |
| **Maio de 1948-Junho de 1949** | : **1.ª guerra israelo-árabe.** |
| 26 de Julho de 1956 | : Nasser nacionaliza o Canal de Suez. |
| 22-24 de Outubro de 1956 | : Acordos secretos de Sèvres. |
| 29 de Out.-6 de Nov. de 1956 | : Guerra israelo-egípcia. O exército israelita avança para o Canal. Intervenção franco-britânica no Canal. |
| 15 de Novembro de 1956 | : Chegada das forças da ONU. |
| 19 de Maio 1967 | : O Egipto exige a retirada dos Capacetes Azuis e bloqueia o Estreito de Tiran. |
| **5-10 de Junho de 1967** | : **3.ª guerra israelo-árabe.** O exército israelita conquista a Cisjordânia e o Golan. |
| 22 de Novembro de 1967 | : A ONU vota a resolução 242. |
| 1969 | : Yasser Arafat torna-se presidente da OLP. |
| 28 Setembro de 1970 | : Morte do coronel Nasser. |
| Julho de 1972 | : O presidente Sadate pede à URSS que retire os seus conselheiros militares do Egipto. |
| **6-22 de Outubro de 1973** | : **4.ª guerra israelo-árabe** desencadeada pelo Egipto. |
| 19-21 de Novembro de 1977 | : Visita de Sadate a Israel. |
| Setembro de 1978 | : Encontros de Camp David, entre Carter-Sadate-Begin. |
| 26 de Março de 1979 | : Tratado de paz israelo-egípcio. |
| 6 de Junho de 1982 | : Operação «Paz na Galileia» lançada por Israel, no Líbano. |
| Dezembro de 1987 | : Início da *Intifada* nos territórios ocupados. |
| Novembro de 1988 | : A OLP proclama o Estado palestiniano e aceita a Resolução 242. |
| Outubro de 1991 | : Abertura da conferência de Madrid. |
| Setembro de 1993 | : Reconhecimento mútuo Israel-OLP. |

• *O outro aspecto da política americana é a regulamentação da venda de armas.* Os Americanos desenvolvem esforços para conseguir que ambas as partes entreguem as armas ou pelo menos para que haja um equilíbrio de armamento. Não têm grande sucesso nestas diligên-

cias. De facto a França, que diz não enviar armas para o teatro de guerra (isto é para os países limítrofes de Israel), vende cem aviões *Mirage* à Líbia. Os Estados Unidos protestam e Israel, que presume que os *Mirage* irão ser utilizados pelo Egipto, torna pública a sua indignação.

Perante isto, os Israelitas pedem aos Americanos armamento moderno, em especial aviões Phanton. Os Americanos fornecem-lhes o armamento, mas a conta-gotas.

**Israel e os territórios ocupados**

## O PROBLEMA PALESTINIANO

A guerra dos Seis Dias não só não resolve problema nenhum, como desestabiliza toda a região, que passa a viver sob o signo da violência, embora de um modo mais ou menos contido. Além disso, fortalece a resistência palestiniana que tem vindo a aumentar, desde a sua criação em Maio-Junho de 1964, aquando do primeiro Congresso



nacional da Organização de Libertação da Palestina (OLP), cuja carta, revista em Junho de 1968, recusa a divisão da Palestina e a criação do Estado de Israel.

• *O problema palestiniano não nasceu em 1967,* mas agudiza-se muito a partir da guerra dos Seis Dias. De facto, até 1967, a Jordânia detinha uma parte da Palestina, a Cisjordânia. Em 1967, a Jordânia perde a Cisjordânia e Jerusalém, ficando portanto limitada à fronteira ao longo do lago de Tiberíade, do Jordão e do Mar Morto. Ora a maior parte dos Palestinianos que tinham fugido de Israel tinha-se refugiado exactamente na Jordânia. Os militantes da nação palestiniana organizam-se para lutar contra Israel e implantar a subversão na Cisjordânia. Lançam ataques e fazem atentados; acabam por criar um Estado dentro do Estado, pondo em perigo a autoridade da dinastia hachemita (nome da família que durante um milénio reinou nos lugares santos do Islão e que dirige o reino da Jordânia).

• *Em Setembro de 1970, o rei Hussein decide utilizar o exército para restabelecer a ordem nos campos palestinianos.* É a operação «Setembro Negro». Depois de violentos confrontos são feitas numerosas prisões, apesar da Síria ter esboçado uma intervenção. A repressão é de tal modo feroz que muitos Palestinianos abandonam a Jordânia e vão para o Líbano, para a Síria e mesmo para Israel. O governo do rei Hussein é votado ao ostracismo pelos outros países árabes.

Os Palestinianos, expulsos da Jordânia e vigiados por Israel, refugiam-se no Líbano e multiplicam os actos de pirataria aérea e de terrorismo nos aeroportos. Em Setembro de 1972, nos Jogos Olímpicos de Munique, um comando palestiniano ataca a equipa israelita, semeando o terror.

## AS CONVULSÕES INTERNAS

No período que medeia entre a guerra dos Seis Dias e a guerra do Kippur, o Médio Oriente é sacudido por confrontos que alteram o campo de batalha regional. Aproveitando-se do afastamento americano, devido ao desanuviamento e à guerra do Vietname, a União Soviética marca pontos na região, embora não obtenha só vitórias.

• *No Sudão,* em Maio de 1969, um golpe de Estado dá o poder ao general Nemeiry, que põe fim às boas relações com a União Soviética. Os dois mil conselheiros soviéticos que estavam no país são expulsos e os comunistas sudaneses são alvo de perseguições. Estes tentam um golpe, em Julho de 1971, mas falham e o general Nemeiry mantém-se no poder.

• *No Iraque,* em Julho de 1968, o general Aref é deposto pelo general Bakr, para grande satisfação da União Soviética. O partido

Baas, laico, socialista e nacionalista, volta ao poder. Aliás, um dos dirigentes do Baas, Saddam Hussein, vai negociar com Moscovo uma aproximação importante que leva à assinatura de um verdadeiro tratado de aliança entre o Iraque e a URSS, a 9 de Abril de 1972. Nos termos deste acordo, a URSS compromete-se a fornecer ao Iraque armas soviéticas e a comprar-lhe o petróleo para fazer concorrência à poderosa *Irak Petroleum Company,* que o governo iraquiano decide nacionalizar, a 1 de Junho de 1972.

• *Na Síria* o golpe de Estado de 13 de Novembro de 1970, leva ao poder Hafez el Assad que elimina os dirigentes pró-soviéticos. No entanto os soviéticos fazem tudo para manter boas relações com Damasco, fornecendo grandes quantidades de armas à Síria, bem como aviões MIG 21 e foguetões SAM. E os soviéticos intervêm, tentando reconciliar o Iraque e a Síria, os irmãos inimigos Baas.

• *No Egipto,* o coronel Nasser, que morre a 28 de Setembro de 1970, é substituído pelo seu adjunto, Anuar-el-Sadate. As boas relações sovieto-egípcias mantêm-se, graças às entregas de MIG 23 e de engenhos SAM e ao envio de conselheiros militares, cujo número chega a atingir os 20 000. Em 1971, o Presidente Podgorny vai inaugurar a barragem do Assuão. E a 27 de Maio de 1971 é assinado no Cairo um tratado de amizade sovieto-egípcio, nos termos do qual os dois países se comprometem à não ingerência recíproca nos assuntos internos e ao aumento da cooperação militar. A União Soviética compromete-se a prestar auxílio económico, recebendo em troca facilidades para a acção da frota soviética no Mediterrâneo, nos portos sírios e egípcios. No entanto, o Egipto preocupa-se com a dependência em que fica em relação à URSS. Apoia a luta do general Nemeiry, no Sudão, contra o golpe comunista. A 18 de Julho expulsa os conselheiros soviéticos e anuncia uma «fusão total» com a Líbia e a Síria.

• *Na Líbia,* o exército faz um golpe de Estado que, a 1 de Setembro de 1969, expulsa do poder o rei Idris e proclama a República Líbia. O coronel Kadhafi torna-se o chefe do governo. Esta revolução nacionalista, do tipo pró-nasseriano, começa por ser anticomunista. Na cimeira dos países não-alinhados, realizada em Argel, em 1973, Kadhafi ataca violentamente Fidel Castro, acusando-o de ser aliado da URSS e de não reunir as condições necessárias para estar presente numa conferência de não-alinhados.

A União das Repúblicas Árabes, entre o Egipto e a Líbia, iniciada em 1971 e confirmada em 1972, depara-se com numerosos obstáculos, entre eles a assimetria existente entre um país de 3 milhões de habitantes e outro de 40 milhões. Em 1973, ao mesmo tempo que Sadate mostra a sua falta de entusiasmo, Kadhafi organiza uma marcha de líbios para o Egipto. Registam-se incidentes na fronteira, perto de Marsa Matrouk. Esta questão não teve qualquer seguimento.



## A GUERRA DO KIPPUR

Para o sucessor de Nasser, Anuar el-Sadate, 1973 parece ser a ocasião certa para uma guerra. Vários Estados europeus, entre eles a França, desaprovam a obstinação de Israel em continuar com os territórios conquistados em 1967. O isolamento diplomático de Israel é cada vez maior. Apesar dos esforços do novo primeiro-ministro israelita, a Sr.ª Golda Meir, que viaja por todo o mundo, os países árabes conseguem que inúmeros países, sobretudo países africanos, cortem relações diplomáticas com Israel.

• *Os esforços da ONU chegaram a um impasse.* A 26 de Julho de 1973, o Conselho de Segurança pronuncia-se, num texto vago que menciona a evacuação dos territórios ocupados por Israel. O texto tem treze votos a favor, a abstenção da China e o veto dos Estados Unidos. O mundo árabe reencontrou uma certa unidade, o mesmo é dizer, um certo poder. A URSS está do seu lado e apoia a causa árabe, mais do que nunca.

• *O ataque egípcio-sírio é desencadeado a 6 de Outubro,* em pleno Ramadão (festa muçulmana) e no dia do *Kippur* (a festa judaica). A surpresa é total. Os Egípcios forçam a defesa israelita, passam o Canal e avançam no Sinai, numa área de 180 km, enquanto os Sírios penetram no Golan, tomam o monte Hermon e a cidade de Kuneitra. Os primeiros contra-ataques israelitas são infrutíferos, porque deparam com uma forte resistência dos Sírios e dos Egípcios, bem equipados com armas modernas. Mas depois de 12 de Outubro, os Israelitas ganham terreno. A 19 de Outubro, não só reconquistam o Golan como ficaram a 30 km de Damasco. A recuperação israelita é mais lenta no Sinai, onde as forças egípcias são numerosas. No entanto, a 8 de Outubro, uma divisão israelita, comandada pelo general Ariel Sharon, avança entre a segunda e a terceira colunas egípcias, alcança o Canal de Suez a 15 e consegue mesmo implantar uma testa de ponte na margem ocidental.

• *As grandes potências desenvolvem alternadamente esforços para conseguir um cessar-fogo.* A 19 de Outubro, Brejnev convida Kissinger a vir a Moscovo e na noite de 21 para 22 o Conselho de Segurança vota, com 14 votos a favor e uma abstenção (da China) a resolução 338: cessar-fogo no prazo de 12 horas, aplicação da Resolução 242, negociações para uma paz duradoura. Mas os Israelitas continuam com as operações até 23, para acabar o cerco à terceira coluna egípcia e avançam até 70 km do Cairo. Rapidamente os soviéticos ameaçam intervir em apoio de Sadate e os Americanos põem as suas forças estratégicas em estado de alerta. A guerra atómica é evitada porque a colaboração global americano-soviética, resultante dos acordos SALT é mais importante que o confronto regional. Os Americanos, por sua vez, exercem grandes pressões sobre os Israelitas para os levar a

negociar com os Egípcios. Estas negociações, do quilómetro 101, levam a um primeiro acordo, a 11 de Novembro e posteriormente a um segundo acordo, mais completo, em Janeiro de 1974.

• *A guerra do Kippur tem várias consequências importantes.* Em primeiro lugar, revela uma coisa completamente nova: árabes e Israelitas têm igual capacidade no campo de batalha. Apesar da vitória ter ido para Israel, os árabes combateram bem, tanto a nível humano como a nível técnico. Longe vão os tempos da humilhação de Junho de 1967. A segunda lição da guerra é a vulnerabilidade de Israel, que faz com que o Estado hebreu adopte uma maior prudência no que diz respeito ao destino dos territórios ocupados. A terceira lição é que a guerra não resolve nada. Esta verificação leva às negociações. A iniciativa diplomática volta aos Estados Unidos, os únicos que têm capacidade para exercer pressão sobre Israel. Mas os árabes continuam a recusar a paz separada. A questão palestiniana transforma-se na questão principal.

A grande novidade da guerra do Kippur foi ter levado os Estados produtores de petróleo do Golfo Pérsico a utilizar um formidável meio de pressão sobre o mundo ocidental — o aumento do preço do petróleo. Num espaço de três meses, o seu preço quadriplica. Esta decisão é a causa imediata da crise económia em que o mundo mergulha, em 1973, e que muda radicalmente o contexto internacional. Enquanto os dois Grandes impõem aos beligerantes uma arbitragem que põe fim à guerra, confirmando assim uma verdadeira soberania americano-soviético nas questões internacionais, a desestabilização vai pouco a pouco ganhando terreno no clima de desanuviamento que se vive e encaminha o mundo para uma «nova guerra fria».

O balanço dos anos do desanuviamento é impressionante. A questão alemã parece resolvida. A China popular entra no concerto das nações.

A paz voltou ao Vietname. E os dois Grandes conseguiram pôr fim à guerra do Kippur. A conferência de Helsínquia, que consagra o triunfo do desanuviamento, é também a última manifestação do desanuviamento, porque, a partir de 1973, o mundo entra numa era de instabilidade e os ocidentais verificam que os soviéticos ganham mais com o desanuviamento do que eles. Com efeito, a URSS reconhece o *statuo quo* territorial na Europa mas, entretanto, estende a sua influência na Ásia e no Próximo Oriente.

# 4

# UM MUNDO DESESTABILIZADO (1973-1985)

Embora se tome 1973 como um marco cronológico, seria errado pensar que o desanuviamento acabou e no momento seguinte surgiu uma «nova guerra fria». De facto a dinâmica do desanuviamento continua até 1975, momento de equilíbrio de um mundo em evolução.

Em 1975, a conferência de Helsínquia consagra o *statuo quo* territorial da Europa e os participantes reafirmam a sua vontade de continuar e de aprofundar o desanuviamento. Mas com a crise do petróleo, com a desordem monetária e com a multiplicação das tensões, reina a instabilidade em todos os domínios. A queda de Saigão, a 30 de Abril de 1975, é o fim de uma guerra com trinta anos, mas é também o desabar da política de contenção dos Estados Unidos e é o seu primeiro grande revés, desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A potência americana parece condenada ao declínio. Perde toda a sua influência na Indochina. Recua na América Central. A União Soviética tira proveito desta perca de prestígio. Marca pontos no Sudeste Asiático, na América Central, em África.

Em vez do clima de desanuviamento há agora um diálogo cheio de dificuldades e é caso para perguntar se o desanuviamento não terá sido ilusório. Os conflitos regionais multiplicam-se nos antigos locais de conflito e surgem em novos locais. No entanto não constituem uma ameaça para a paz mundial. A expansão do integralismo islâmico, a revolução iraniana, o aventureirismo da Líbia de Kadhafi, o expansionismo do Vietname, as convulsões que abalam a América Latina e a África são algumas das manifestações deste mundo desestabilizado.

É o fim do desanuviamento? Ou será antes o fim do mundo bipolar e a manifestação da reorientação das relações internacionais, com uma orientação Norte-Sul a substituir a dimensão Leste-Oeste? Caracterizam este período o aumento dos problemas no Sul e o nascimento de tensões em zonas do planeta até então calmas: já não parece haver sítio nenhum que se possa manter afastado dos conflitos planetários.

Por outro lado, exacerba-se o antagonismo existente entre o Norte e o Sul, devido às trocas de matérias-primas e aos produtos industrializados. A tensão deixa de ser entre o Leste e o Oeste para passar a ser entre o Norte e o Sul ou, mais frequentemente, entre o Ocidente e o Sul.

## A crise económica e os seus efeitos

A crise económica, que começa em 1973, põe fim ao crescimento que se tinha verificado durante os «gloriosos anos trinta». Os choques petrolíferos não são o único factor responsável pela desregularização do crescimento dos preços e do emprego.

### OS DIFERENTES ASPECTOS DA CRISE

#### *A desordem do sistema monetário internacional*

A situação da desordem monetária internacional, embora não seja nova, tem um papel muito importante.

A desordem deve-se à queda do dólar, verdadeiro padrão monetário. Na origem desta queda esteve a decisão do presidente Nixon, tomada sem nenhuma concertação, de separar o dólar do ouro (15 de Agosto de 1971). A balança de pagamentos americana ressente-se de imediato com esta política anarquista e aumenta o volume da liquidez internacional, proveniente dos benefícios das exportações de capitais americanos na Europa (eurodólares) e do petróleo do Médio Oriente (petrodólares). Dá-se a flutuação das principais moedas. É a morte do sistema imaginado em Bretton-Woods. Mas só em Janeiro de 1976, na conferência da Jamaica, é que os países ocidentais se decidem a substituí-lo. Quando esta reunião chega ao fim, já não há preço oficial do ouro, e os câmbios flutuantes são legalizados, com algumas limitações. De agora em diante, o verdadeiro capital de reserva do sistema monetário é assegurado pelos Direitos das Tiragens Especiais (DTE) em função dos quais se definem novas paridades.

• *Os DTE são um novo padrão de câmbio internacional* que funciona no quadro do Fundo Monetário Internacional (FMI). O valor dos DTE é definido por um conjunto de moedas de diferentes países industriais, em proporções variáveis. A ponderação do sistema dá 30% do conjunto ao dólar, mantendo portanto a supremacia dos Estados Unidos. Trata-se de uma etapa decisiva para alcançar a estabilidade das taxas de câmbio e para a estabilização do comércio mundial, que entretanto se encontra fortemente perturbado pelos efeitos dos «choques petrolíferos» de 1973 e de 1979-1980.



#### *Os choques petrolíferos*

As decisões tomadas pelos países árabes produtores de petróleo, a 16 e 17 de Outubro de 1973, quando a guerra israelo-árabe ainda não tinha acabado, foram o detonador do choque petrolífero. Estas decisões foram no sentido de embargar a venda de petróleo a certos Estados, de reduzir a produção e, especialmente, de aumentar os preços.

Mas desde há muito que existiam os factores que faziam prever a crise: o enorme crescimento da utilização do petróleo como fonte de energia, por um lado, e a vontade dos produtores de obterem o máximo de lucros, por outro.

• *O aumento da quantidade de petróleo utilizada no consumo de energia* é notável. Em 1950, era de 37,8% de petróleo, contra 55,7% de carvão. Em 1972, petróleo e gás representam 64,4% do total. Grosso modo, a quantidade de petróleo passou de um terço para dois terços, numa altura em que triplicava a quantidade de energia consumida anualmente no mundo.

• *O segundo factor é a vontade cada vez maior que os Estados produtores de petróleo têm de obter lucros.* Nos anos 60, a exploração dos jazigos de petróleo era feita essencialmente por grandes companhias petrolíferas que em troca das concessões de exploração, pagavam *royalties* aos Estados. Foram vários os Estados que tentaram livrar-se deste domínio, entre eles o México e o Irão, em 1951. Ora, à excepção dos Estados Unidos e da União Soviética, a maior parte dos países industrializados e grandes consumidores de petróleo não produzem, ou quase não produzem petróleo. É o caso da Europa ocidental, com excepção da Grã-Bretanha e da Noruega (graças ao petróleo do Mar do Norte), e do Japão.

A produção está concentrada na Venezuela, na Nigéria, na Indonésia e sobretudo na zona do Golfo Pérsico, especialmente na Arábia Saudita, no Irão, no Iraque, no Barém, no Kuwait e no Qatar. A concentração tem implicações estratégicas e políticas. O grosso da produção de petróleo passa pelo estreito de Ormuz, donde a importância geo-estratégica do Golfo Pérsico e do Oceano Índico. Os países produtores podem mais facilmente chegar a uma atitude concertada; cinco deles (Venezuela, Irão, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait) criaram, a 15 de Setembro de 1960, em Bagdad, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) a que outros Estados vão pouco a pouco aderindo. De ano para ano, os países membros da OPEP vão exigir mais *royalties*, passando posteriormente à nacionalização do total da produção de petróleo. A iniciativa das nacionalizações parte da Argélia e da Líbia. A 24 de Fevereiro de 1971, o Presidente Huari Bumedienne anuncia que a Argélia nacionaliza em 51% as companhias francesas. A Argélia consegue assim, com poucos custos, ficar com o controlo da produção de petróleo no seu território. A Líbia toma a mesma ati-

tude, a 1 de Setembro de 1973. No decorrer de 1972, os países do Sul produtores de outras matérias-primas, aproveitaram o aumento da procura dos Estados do Norte e subiram os preços, o que lhes permitiu ficar com o controlo de sectores económicos que até então eram dominados pelas companhias estrangeiras. Portanto, desde 1973 que há sinais que preconizam as convulsões da ordem mundial.

A 16 de Outubro de 1973, os países da OPEP decidem que o preço do barril de petróleo passa de 3 dólares para mais de 5 dólares. A 17 de Outubro, os produtores árabes ponderam a hipótese de pôr em prática um sistema de embargo aos países que apoiam Israel, particularmente os Estados Unidos e a Holanda. Os embargos são efectivamente feitos entre Março e Julho de 1974. Decidem também reduzir a produção entre 15 a 20%, em relação ao mês de Setembro, e continuar com uma redução mensal de 5%, até Israel evacuar os territórios ocupados. Mas no início de 1974, este sistema — em que os produtores são os primeiros a ficar lesados — é praticamente abandonado. Em Dezembro de 1973, os países da OPEP decidem aumentar o preço do barril até 11,65 dólares. Em três meses, o preço do petróleo quadriplicou.

Ao mesmo tempo que se esbatem os efeitos do primeiro choque, o efeito da procura provoca um segundo choque (marcado pela duplicação dos preços entre Dezembro de 1978 e Dezembro de 1979) enquanto a revolução iraniana e a guerra entre o Irão e o Iraque provocam o terceiro. No final de 1981, o preço do petróleo atingiu os 34 dólares por barril.

### *As consequências da crise*

• *As consequências, que atingem em primeio lugar os países industrializados, são graves.* Aos poucos, vão dar nova forma à fisionomia do planeta.

A penúria que ameaça a Europa ocidental e o Japão, cujas economias assentam no petróleo, deixa-os à beira do pânico. Por todo o lado há grandes perturbações, devido ao aumento dos preços. A inflação, que era na ordem dos 4 a 5% por ano, dispara, sobretudo na Grã-Bretanha e na Itália. Nos Estados Unidos, na Alemanha e no Japão, combate-se a inflação com planos de austeridade que provocam um abaixamento real da produção e do nível de vida. Em França, há uma diminuição do crescimento, devido aos efeitos do plano Barre (Setembro de 1976). Em todos os países, a subida dos preços trava a expansão. Em 1975, por exemplo, o crescimento do PIB é negativo, nos Estados Unidos (–0,7%), no Reino Unido (–0, 7%), na Alemanha (–1,6%), e muito fraco em França (0,2%). Os efeitos são claros: dificuldades acrescidas para as empresas, falências e aumento do desemprego. Esta crise resulta da combinação de uma recessão limitada com uma determinada inflação: a *estaflação*.



• *Nos países subdesenvolvidos, as disparidades vêm ao de cima* apesar de nem todos serem afectados da mesma maneira pela crise. De um lado temos os Estados ricos em matérias-primas, especialmente os países exportadores de petróleo e os que beneficiam da deslocação de actividades e se transformaram em novos países industrializados, como acontece com a Arábia Saudita cujo PNB aumenta 250% no espaço de um ano (1973-1974). Do outro lado estão os países pobres que não são produtores de petróleo e para quem os custos da importação de petróleo são absolutamente incomportáveis. Mesmo no seio da OPEP há uma divisão entre os Estados que se preocupam com o equilíbrio das economias ocidentais e não aumentam desmesuradamente o preço do ouro negro, é o caso da Arábia Saudita, e aqueles para quem o petróleo é um autêntico maná que tencionam aproveitar ao máximo. É o caso da Líbia e do Iraque.

## AS TENTATIVAS DE RESPOSTA À CRISE

Como resposta às decisões da OPEP, e para fazer face ao sindicato dos produtores, a diplomacia americana propõe a criação de um sindicato de consumidores no âmbito da Organização da Cooperação e do Desenvolvimento Económico (OCDE). É a Agência Internacional da Energia, que engloba os países da CEE (à excepção da França), os Estados Unidos, o Japão, o Canadá, a Espanha, a Suécia, a Áustria e a Turquia. A França rejeita esta fórmula, contrária à sua política de amizade com os países em vias de desenvolvimento, e tenta estabelecer um diálogo Norte-Sul, organizando duas conferências preparatórias em Paris, uma em Abril e outra em Setembro de 1975. São convidados a estar presentes os países do Norte (os Estados Unidos, o Japão, a CEE) e os países do Sul (Argélia, Arábia Saudita, Irão, Venezuela, Índia, Brasil, Zaire). A primeira conferência encalha logo na ordem de trabalhos (uns querem restringi-la ao petróleo, outros pretendem alargá-la ao conjunto das matérias-primas). Na segunda conferência fica decidida a realização de uma conferência alargada e não restrita ao petróleo. Esta conferência realiza-se em Paris, de 16 a 18 de Dezembro de 1975, e reune 7 membros da OPEP, 12 países subdesenvolvidos e 8 países industrializados. Mais uma vez se encalha na questão do petróleo. Em Maio de 1977, as negociações recomeçam em Paris e decorrem até princípios de 1978. As únicas conclusões a que consegue chegar são a reafirmação dos grandes princípios de uma nova ordem económica internacional e a previsão da criação de um fundo especial de auxilio ao Terceiro Mundo, no valor de 1 bilião de dólares.

• *Na conferência de cúpulas em Cancun (México),* realizada a 22 de Outubro de 1981, vinte e dois chefes de Estado ocidentais e do Terceiro Mundo decidem encetar negociações globais, no âmbito das

CNUCED. Nesta tentativa de diálogo Norte-Sul, a CEE revelou-se muito original, começando por estabelecer relações com 35, depois com 46 e por último com 58 países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), através dos acordos de Lomé I (28 de Fevereiro de 1975) e Lomé II (31 de Outubro de 1979) que incluem garantias das receitas de exportação, para além das facilidades comerciais e das ofertas de ajuda financeira. Esta convenção prevê ainda um auxílio financeiro quatro vezes superior à que estava prevista na convenção de Iaundé. Põe em prática a estabilização dos preços das matérias-primas agrícolas. Trata-se de uma política de cooperação multilateral, que tem a grande vantagem de não poder ser acusada de neocolonialista.

Entre os grandes países industrializados há um esboço de concertação, mas com resultados diminutos. Os seis primeiros membros do clube (Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Itália) reúnem-se em Rambouillet, em Novembro de 1975, por iniciativa de Giscard d'Estaing. Em 1976, com a entrada do Canadá, passam a ser sete (daí o nome de «Grupo dos sete» ou G7). No ano

**Quadro 8**

**AS CIMEIRAS DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS (G7)**

| Ano | Data | Local |
|---|---|---|
| 1975 | — de 15 a 17 de Novembro | : Rambouillet |
| 1976 | — de 27 a 28 de Junho | : Porto-Rico |
| 1977 | — de 7 a 8 de Maio | : Londres |
| 1978 | — de 16 a 17 de Julho | : Bona |
| | — de 28 a 29 de Dezembro | : Jamaica (encontros não oficiais) |
| 1979 | — de 5 a 6 de Janeiro | : Guadalupe (cimeira informal) |
| | — de 28 a 29 de Junho | : Tóquio |
| 1980 | — de 22 a 23 de Junho | : Veneza |
| 1981 | — de 19 a 21 de Julho | : Otava |
| 1982 | — de 4 a 6 de Junho | : Versalhes |
| 1983 | — de 28 a 30 de Maio | : Williamsburg |
| 1984 | — de 7 a 9 de Junho | : Londres |
| 1985 | — de 2 a 3 de Maio | : Bona |
| 1986 | — de 5 a 6 de Maio | : Tóquio |
| 1987 | — de 8 a 10 de Junho | : Veneza |
| 1988 | — de 19 a 21 de Junho | : Toronto |
| 1989 | — de 14 a 15 de Julho | : Paris («cimeira do Arco») |
| 1990 | — de 9 a 11 de Julho | : Houston |
| 1991 | — de 15 a 17 de Julho | : Londres |
| 1992 | — de 6 a 8 de Julho | : Munique |
| 1993 | — de 7 a 9 de Julho | : Tóquio |
| 1994 | — de 8 a 10 de Julho | : Nápoles |
| 1995 | — de 16 a 17 de Junho | : Halifax |
| 1996 | — de 27 a 28 de Junho | : Lyon |



seguinte contam com a participação do presidente da Comunidade Económica Europeia, passando portanto a ser oito. Reúnem-se todos os anos, numa conferência ao mais alto nível.

• *No plano comercial, as negociações do GATT, conhecidas como «Tokio Round»* (1973-1979) levam a um acordo que prevê novas reduções tarifárias e a adopção de códigos destinados a combater os entraves às trocas. Mas estes acordos não impedem a multiplicação de medidas proteccionistas. Muito frequentemente as exigências do interesse nacional sobrepõem-se aos desejos de cooperação internacional. A maior mudança vem dos Estados Unidos quando, em 1979, por influência do director do *Federàl Reserve Board,* Paul Volcker, os Americanos decidem atacar a inflação, limitando o crescimento da massa monetária através de um aumento sem precedentes nas taxas de juro. Os capitais afluem aos Estados Unidos e fazem subir a cotação do dólar. O dólar atinge preços cada vez mais altos, acentuando o movimento deflacionista e obriga todos os países a uma política de austeridade. Num ápice, as economias ocidentais raiam a depressão: crescimento nulo, taxas de desemprego no nível máximo. Os países do Terceiro Mundo, fortemente endividados em dólares, vêem aumentar o peso dos encargos financeiros, devido à subida do preço do dólar. Para evitar a bancarrota, contraem empréstimos junto de instituições financeiras internacionais que os obrigam a políticas de austeridade, muitas vezes verdadeiramente dramáticas.

Sintetizando, a crise torna a competição económica mais aguerrida, mesmo entre os países aliados. Provoca uma profunda deterioração nos pagamentos externos. O medo da falta de produtos de base, necessários para salvaguardar o nível de vida, azeda as relações internacionais. A luta pelo controlo dos produtos de base e das grandes vias de comunicação torna-se feroz.

## A crise das relações sovieto-americanas

De meados dos anos 70 a meados dos anos 80, o mundo atravessa uma nova fase de tensão internacional. As razões são muitas e complexas. A crise económica e os seus efeitos tornam mais difíceis as relações internacionais. A conjuntura política e a actuação dos dirigentes soviéticos e americanos também deram o seu contributo.

### O DUOPÓLIO POSTO EM CAUSA

#### *O desgaste da influência americana*

A demissão de Nixon (8 de Agosto de 1974), na sequência do escândalo *Watergate* e do profundo trauma causado pela guerra do

Vietname, deu origem a uma uma crise de consciência na política externa americana e também a uma quebra de influência. Entre 1973 e 1974, obcecados com a ideia de evitar qualquer nova intervenção (*no more Vietnam*), os Americanos parecem renunciar ao exercício das suas responsabilidades no mundo. Acusam o desgaste dos seus meios de influência. Já não dispõem de superioridade estratégica nem de superioridade económica. O recuo diplomático é geral, à excepção do Próximo Oriente, onde o presidente Carter assina os acordos de Camp David, a 17 de Setembro de 1978.

Os Estados Unidos parecem incapazes de reagir aos acontecimentos no Irão, ao problema dos reféns de Teerão (membros da embaixada americana foram feitos reféns a 4 de Novembro de 1979) e à invasão do Afeganistão. O fracasso do *raid* americano para libertar os reféns (25 de Abril de 1980) deu um rude golpe na credibilidade do aparelho militar americano e também no executivo, que ficou paralizado com esta questão. As divergências surgidas no seio da equipa no poder e a vontade moralizadora do presidente Carter, que põe em primeiro lugar a Defesa dos Direitos do Homem e se recusa a fabricar a bomba de neutrões, acentuam a imagem de uma América insegura e em declínio. Mas foi ainda no tempo de Carter que se registou a mudança de orientação dos Estados Unidos, quando em 1980 o presidente declara que qualquer tentativa para o controlo do Golfo Pérsico será considerada como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos.

Com a eleição de Ronald Reagan (1980-1988), a América surge de novo como líder do mundo livre, decidida a fazer um novo ordenamento e a proceder ao rearmamento massivo para repor a sua autoridade no mundo e fazer face a uma União Soviética ameaçadora, o «império do mal».

### *As zonas de expansão de influência soviética*

Na União Soviética é o fim do reinado de Brejnev, que morre em Novembro de 1982, depois de ter estado doente durante um largo período. Seguem-se-lhe efémeros e idosos sucessores: Iuri Andropov (Novembro de 1982-Fevereiro de 1984) e Constantin Tchernenko (Fevereiro de 1984-Março de 1985). A interrupção do diálogo entre as duas superpotências é também consequência da inexistência de relações durante este período e da falta de confiança entre os dirigentes americanos e os soviéticos. Ora este período corresponde a uma grande ofensiva soviética no Terceiro Mundo onde, ao mesmo tempo que combate a influência chinesa, a URSS vai talhando um vasto império. Intervém militarmente em África (Angola, Etiópia, entre outros) e invade o Afeganistão. Delega frequentemente noutros Estados ou forças (Cuba, RDA, Líbia, Vietname) as suas intervenções e nem sempre utiliza a força, preferindo prestar assistência económica e militar e fazendo inúmeros tratados com os países mais afastados. É como se Moscovo se aproveitasse do desinvestimento americano para colocar estrategicamente os seus peões no tabuleiro mundial.



### *O duopólio em questão*

A crise nas relações sovieto-americanas não põe termo à concertação mútua que existe para evitar qualquer confronto armado, mas põe em causa a cogestão das questões internacionais pelas duas superpotências. Os sinais que anunciam a crise são a denúncia dos acordos comerciais, a diminuição do número dos acordos militares e, sobretudo, a diminuição dos encontros americano-soviéticos. Em Dezembro de 1974, o Congresso americano outorga à URSS a cláusula que a considera como a nação mais favorecida, obtendo em troca a garantia do levantamento das restrições para os Judeus soviéticos que querem emigrar. Entre a reunião de Viena (Carter-Brejnev), em Junho de 1979 e a de Genebra (Gorbatchev-Reagan), em Novembro de 1985, não se realiza nenhuma cimeira. Os Americanos não participam nos Jogos Olímpicos de Moscovo, em 1980; a União Soviética vinga-se e não participa nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, no que é acompanhada por mais treze países. Instala-se um novo espírito de «guerra fria» nas relações internacionais. Já antes da conferência de Helsínquia, Alexandre Soljenitsyne considerava o desanuviamento como um logro. Os acontecimentos subsequentes à conferência deram-lhe razão. A conferência de Belgrado (Outubro de 1977), que devia ser a continuação de Helsínquia, salda-se por um fracasso total, devido às posições antagónicas que os Estados Unidos e a URSS têm sobre os Direitos do Homem...

Os Americanos acusam os soviéticos de usarem o desanuviamento para conseguir vantagens unilaterais, como o reconhecimento sem contrapartidas do *statuo quo* herdado da guerra, o avanço do lado socialista no Sudeste Asiático e em África, os acordos de cooperação que permitem à URSS receber produtos da tecnologia ocidental e cereais. Acusam-nos ainda de se terem aproveitado do desanuviamento para continuar o esforço do armamento.

## A CORRIDA AOS ARMAMENTOS

Embora Americanos e Russos tivessem chegado a acordo quanto à limitação do número de mísseis intercontinentais (acordo SALT de 1972), a URSS lança-se numa modernização desvairada do seu arsenal e consegue, sem violar a letra dos acordos, triplicar o número de ogivas, adaptando ogivas múltiplas aos lançadores da nova geração.

De facto, desde 1973 que os soviéticos experimentam, com êxito, engenhos de ogivas múltiplas (MIRV). Além disso aperfeiçoaram um míssil de alcance intermédio (4000 a 5000 Km) que ultrapassa os limites impostos pelo acordo SALT: é o SS 20, que pode atingir toda a Europa ocidental e que foi experimentado pela primeira vez em 1975, exactamente no ano da realização da conferência de Helsínquia.

• *No início dos anos 80, o balanço das forças,* feito pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, dá a URSS como a primeira potência militar do globo, a nível das armas nucleares. Como se a superioridade esmagadora do pacto de Varsóvia, em matéria de armamento convencional não bastasse, a URSS instala na Europa oriental, a partir de 1977, uma rede de 330 Foguetões SS 20. Este arsenal gigantesco constrói-se à custa de um esforço financeiro considerável: 5% do PNB para os Estados Unidos e à volta de 15% do PNB para a URSS, tanto quanto é possível saber-se. Com este potencial ofensivo seria possível destruir toda a vida do planeta várias dezenas de vezes. Donde se verifica que a ideia de um desanuviamento baseado na paridade nuclear e no congelamento das tensões, vinda dos tempos de Nixon, chegou ao fim.

• *As negociações sobre a limitação dos armamentos tornam-se muito mais difíceis.* Traduzirão os discursos soviéticos sobre o desarmamento a vontade dos dirigentes de investir a fundo na economia soviética, ou serão antes um estratagema destinado a iludir a vigilância do adversário, enquanto a URSS se empenha em recuperar do atraso estratégico? Apesar de tudo, Brejnev e Carter assinam um acordo sucinto, depois das negociações SALT II, em Viena (15 a 18 de Junho de 1979). Este acordo limita o número (2250) e o tipo (1320 mísseis de ogivas múltiplas no máximo, sendo de 820 para os engenhos ICBM de subsolo) dos lançadores nucleares intercontinentais para cada um dos dois países. O tratado limita-se a travar a corrida ao armamento, não a reduz. Por outro lado, o Senado americano recusa-se a ratificá-lo, por considerar os acordos demasiado favoráveis à União Soviética. As negociações sobre a redução de forças na Europa, as MBFR (*Mutual Balanced Forces Reduction)*, iniciadas em Viena, em Outubro de 1973, com a participação de doze países da NATO e de sete países do Pacto de Varsóvia, são inconclusivas. Apesar dos inúmeros encontros, não é possível fazer uma avaliação satisfatória dos efectivos e dos armamentos dos dois blocos, nem tão pouco propor reduções, ou pôr em prática um sistema de controlo aceite por todos. Nos encontros sobre as forças nucleares de alcance intermédio (FNI), que tiveram lugar em Genebra, a 30 de Novembro de 1981, foi completamente impossível obter quaisquer resultados. A 29 de Junho de 1982, tiveram início em Genebra as negociações START (*Strategic Arms Reduction Talks*), mas rapidamente atingiram o impasse. O problema mais grave é o dos euromísseis.



• *Os euromísseis.* A instalação progressiva na Europa oriental dos SS 20, foguetões soviéticos de três ogivas nucleares de 150 quilotoneladas cada uma, de alcance intermédio (5000 Km), apontados para a Europa ocidental, e de bombardeiros Backfire, deixa os europeus alarmados, pois se os foguetões soviéticos não têm capacidade para alcançar a América, já o mesmo não se pode dizer em relação à Europa, que fica sob uma ameaça directa. E isto sem que a URSS infrinja os limites impostos pelo SALT II (+ de 5500 Km).

Depois do discurso alarmista de H. Schmidt (Outubro de 1977) e da cimeira informal de Guadalupe (Janeiro de 1979), a NATO denuncia a instalação dos SS 20 e, em Dezembro de 1979, toma a «dupla decisão» de aceitar negociar com a URSS ou, caso esta recuse, modernizar e reforçar os armamentos da NATO na Europa. Até esta altura, as armas nucleares americanas colocadas em Estados europeus não tinham capacidade para alcançar o território da União Soviética. A instalação de mísseis intermediários americanos na Europa ocidental (108 foguetões Pershing II de uma só ogiva com um alcance de 1800 km e 464 mísseis de cruzeiro com um alcance de 2500 km), expõe a União Soviética a um ataque nuclear próximo e cerrado. É por isso que a União Soviética tenta impedir a concretização deste plano, propondo o congelamento e a redução do armamento e fazendo campanhas de propaganda. Os Estados Unidos lançam a ideia da «opção zero», proposta por Reagan a 18 de Novembro de 1981 (desmantelamento dos foguetões soviéticos, fim da instalação dos Pershing e dos Cruise, do lado americano). De 1981 a 1983, a Europa foi invadida por uma vaga de pacifismo, especialmente na Alemanha e na Inglaterra. Mas depois da vitória da coligação CCDU-FDP nas eleições alemãs, em Março de 1983, são instalados na Alemanha ocidental os primeiros foguetões *Pershing II*, em finais de 1983. É um sucesso inesperado da Aliança Atlântica e um grande revés para a URSS que de imediato abandona todas as negociações sobre o desarmamento e anuncia um grande aumento no seu arsenal nuclear. Depois da concertação vem o confronto e a corrida ao armamento recomeça, com novo fôlego. Os Estados Unidos apresentam-na como sendo o meio para pôr fim ao equilíbrio do terror e dão-lhe o nome de «guerra das estrelas».

A Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), anunciada a 23 de Março de 1983 pelo presidente Reagan, consiste num projecto de instalação de um escudo espacial de protecção contra os mísseis balísticos. No entender do presidente Reagan esta é a maneira de libertar os Estados Unidos do medo do nuclear e talvez também de tornar o risco atómico visível para a humanidade. A ideia é criar um sistema defensivo que deveria, no ano 2000, tornar obsoletas as armas ofensivas nucleares, interceptando-as e destruindo-as antes que atinjam o solo dos Estados Unidos. Os custos do programa (26 biliões de dólares) e a inovação tecnológica que pressupõe têm um efeito desestabilizador que põe em questão o princípio da dissuasão mútua, constituiu um risco suple-

mentar de desarticulação entre a defesa da América e a da Europa e, além disso, constituiu um desafio à União Soviética. Os soviéticos exigem de imediato que os Estados Unidos abandonem a IDE, ao mesmo tempo que pedem o recomeço das negociações sobre o desarmamento.

• *A corrida ao armamento não está confinada aos dois Grandes.* Em 1981, as despesas militares ultrapassaram os 450 biliões de dólares, ou seja, uma despesa média superior a 2 milhões de dólares por minuto. A venda de armas é um dos grandes negócios do comércio mundial. Só os Estados Unidos e a URSS detêm mais de 72% das vendas. Seguem-se a França e a Grã-Bretanha, com 18%. Do lado dos compradores, estão à cabeça os países do Médio Oriente que, só à sua parte, detêm à volta de 57% do total mundial de compras de armamento. Depois vêm a África, com 13% e a América Latina, com 12%.

As dificuldades do diálogo americano-soviético são acompanhadas pelo questionamento da cogestão das relações internacionais. O princípio da não-ingerência nos assuntos do outro bloco é infringido quando, por exemplo, os Estados Unidos apoiam os dissidentes dos países de Leste ou quando a URSS intervém na Nicarágua, que se situa na esfera de influência americana. Esta crise das relações americano-soviéticas assinala também o fim da soberania mundial das duas superpotências. E a sua influência diminui ainda mais quando emergem novas potências ávidas de responsabilidades: China, Japão, Comunidade Europeia, países da OPEP, países não-alinhados. As grandes potências passam a ter muita dificuldade em controlar os conflitos periféricos e têm ainda mais dificuldade em dominar os conflitos regionais e o terrorismo internacional.

## Incertezas europeias

Empenhados na construção europeia e perturbados com a crise económica, os países da Europa ocidental estão sobretudo preocupados com os seus próprios problemas. Em 1983, há mais de 12 milhões de desempregados na CEE, ou seja, mais de 10% da população activa. As tentativas de desestabilização levadas a cabo por grupos terroristas na Alemanha e na Itália (rapto e assassinato de Aldo Moro, Março-Maio de 1987) redundam em fracasso. Em contrapartida, a democracia ganha terreno em Espanha, depois da morte de Franco (20 de Novembro de 1975), na Grécia, depois da queda dos coronéis (24 de Julho de 1974) que tinham instaurado a ditadura em Abril de 1967, e em Portugal depois da «Revolução dos Cravos» (25 de Abril de 1974) que pôs fim ao regime ditatorial que tinha continuado após a morte de Salazar e, sobretudo, depois da vitória dos moderados sobre os extremistas, nas eleições de 1976.



### UMA CONSTRUÇÃO MAIS LENTA DA EUROPA

A construção europeia avança mais lentamente do que no período anterior. Com 25 milhões de habitantes, a «Europa dos Nove», que entra em vigor a 1 de Janeiro de 1973, torna-se a segunda potência económica do mundo, logo depois dos Estados Unidos. Prevê-se a união aduaneira, já existente para os seis antigos países membros, para 1 de Janeiro de 1978 e prevê-se até a criação de uma verdadeira união económica e monetária.

### *As dificuldades da união económica e monetária*

Quando surgem dificuldades, a Comunidade Europeia reage de um modo anárquico. Perante a desordem do sistema monetário internacional, é visível a falta de cooperação e de solidariedade entre os países membros da CEE; face ao choque petrolífero e ao bloco da OPEP, é a total ausência de política energética comum.

A atitude de alguns Estados, que pretendem proteger a economia nacional, também põe em causa as disposições e o espírito comunitários. A Itália e a Dinamarca adoptam medidas proteccionistas. O Reino Unido, onde os trabalhistas voltaram ao poder em Fevereiro de 1974, pede a renegociação do tratado de adesão, a nível da política agrícola comum e do contributo britânico para o orçamento comunitário. Por fim, chegam a acordo sobre os mecanismos correctores que prolongam o período transitório.

• *A Comunidade concentra todos os seus esforços em ultimar a criação da união aduaneira,* porque o projecto de uma união económica e monetária tem de ser adiado, dada a existência de concepções políticas completamente diferentes. A aplicação da política agrícola comum provoca o descontentamento dos agricultores (manifestações em Estrasburgo e em Bruxelas, em 1980) e tem dificuldades com os imponderáveis das flutuações monetárias entre os países membros. A produção de lacticínios torna-se cada vez mais excedentária e as despesas agrícolas são cada vez maiores. As instituições comunitárias vêem-se obrigadas a limitar a produção de lacticínios e a fazer cortes nas despesas agrícolas.

• *A criação de um sistema monetário europeu.* O processo da «serpente monetária» estabelecido em 1972 para limitar as variações entre as divisas europeias que se mantêm próximas do dólar («A serpente no túnel») é por várias vezes contestado, havendo a registar várias reavaliações do marco e o enfraquecimento de outras moedas comunitárias. A criação de um Sistema Monetário Europeu (SME) que entra em vigor a 13 de Março de 1979, permite uma relativa estabilização das taxas de juro, graças à criação de uma moeda de referência,

o ECU (*European Currency Unit*) definida a partir de um pacote de moedas europeias cuja composição reflecte a parte que cada país tem na economia comunitária.

• *Por outro lado, a comunidade europeia tem dificuldade em adoptar uma política comum no plano energético*, e mais ainda no plano petrolífero. Tem problemas na luta contra a inflação e contra o desemprego. No plano da tecnologia também surgem dificuldades e, face ao aparecimento da IDE, a Europa tenta construir uma Europa da tecnologia, criando o projecto «Eureka». Em 1984 rebenta uma grave crise, por causa da contribuição britânica para os fundos da Comunidade. A primeira-ministra britânica, a Sr.ª Thatcher, considera-a demasiado elevada e exige uma compensação financeira, que vem a conseguir, aliás.

## *A Europa num impasse*

No plano político, a Europa também não avança. Em Outubro de 1972, a cimeira de Paris prevê para 1980 a transformação da CEE numa União Europeia com uma posição comum em matéria de política externa. Mas o caminho vai ser mais longo do que se pensava. A 9 e 10 de Dezembro de 1974, por iniciativa de Giscard d'Estaing, os chefes de Estado e de governo decidem institucionalizar os seus encontros periódicos. Surge um novo organismo comunitário, o Conselho da Europa, que deverá reunir-se três vezes por ano. Muito rapidamente, o Conselho da Europa revela-se um órgão essencial. O primeiro-ministro belga, Léo Tindemans fica encarregue de organização do processo da construção da Europa, sendo-lhe confiado um relatório sobre a União Europeia.

• *Depois de numerosas discussões, o Conselho Europeu, reunido a 15 de Julho de 1976, decide que o Parlamento Europeu será eleito por sufrágio universal.* Estas eleições deverão realizar-se em diferentes modalidades, consoante o país. Na realidade, assiste-se a uma justaposição de eleições nacionais, em que se fazem sentir as clivagens da política interna. A primeira eleição por sufrágio universal, em Junho de 1979, dá a presidência a Simone Veil que, em Janeiro de 1982, cede o lugar ao socialista holandês Piet Dankert. Nas eleições europeias de Junho de 1984, é o francês Pierre Pflimlin que é eleito para a presidência. Em 1987, sir Henry Plumb, em 1989 Enrico Baron Crespo, em 1992 Egon Klepsch e, em 1994, Klaus Hansch. Apesar da sua representatividade ter aumentado, o Parlamento Europeu ainda não tem um papel político relevante. Mas esforça-se permanentemente para alargar as suas competências e para aumentar o seu poder de controlo.

• *O alargamento da Comunidade Económica aos países do sul da Europa (Grécia, Espanha, Portugal)* representa outro desafio, porque as economias destes Estados são menos avançadas do que as da Europa do Norte e do Ocidente. A adesão da Grécia, já associada à CEE desde 1961, dá-se em 1981. Quanto a Espanha e Portugal, que apresentam as candidaturas em 1977, a assinatura do acordo é difícil devido às reservas postas pela França, que teme a concorrência destes países, mas faz-se a 29 e 30 de Março de 1985. Os dois Estados entram para o Mercado Comum a 1 de Janeiro de 1986. A Comunidade Europeia passa a representar 315 milhões de habitantes.



O passo decisivo é dado em Dezembro de 1985, quando os Dez assinam um acordo para rever o tratado de Roma e para criar, até 1992, um espaço económico sem fronteiras, eliminando as barreiras que limitam as quatro liberdades (circulação de pessoas, de mercadorias, de serviços e de capitais). A 17 de Dezembro de 1985, é adoptado o Acto Único Europeu (que reúne num único documento os textos revistos do tratado de Roma, o tratado sobre a cooperação política e um preâmbulo sobre a União Europeia). A criação do grande mercado interno vai ter importantes consequências para os consumidores.

### Quadro 9

#### A CONSTRUÇÃO EUROPEIA

1930 — Maio: Plano Briand para a União Europeia.

1944 — 5 de Setembro: Assinatura do Tratado da União Aduaneira Benelux.

1947 — 5 de Junho: O general Marshall propõe um plano de auxílio económico para a Europa.

1948 — 17 de Março: Pacto de Bruxelas que institui a União ocidental.
— 16 de Abril: Criação da OECE.
— 7/10 de Maio: Congresso do Movimento Europeu em Haia.

1949 — 4 de Abril: Assinatura do Tratado do Atlântico Norte.
— 5 de Maio: Criação do Conselho da Europa.

1950 — 9 de Maio: Robert Schuman propõe que os recursos de carvão e aço dos países da Europa ocidental sejam postos em comum.

1951 — 18 de Abril: Assinatura do tratado que institui a CECA.

1952 — 27 de Maio: Assinatura do tratado que institui a CED.

1954 — 30 de Agosto: A Assembleia Nacional francesa rejeita a CED.
— 23 de Outubro: Acordos de Paris, criação da União da Europa ocidental, aberta à Itália e à Alemanha ocidental.

1955 — 1/2 de Junho: Conferência de Messina: «relançamento europeu».

1956 — 29/30 de Maio: Conferência de Veneza, início das negociações com vista à instituição da CEE e da EURATOM.

1957 — 13 de Fevereiro: Abertura das negociações sobre uma zona de comércio livre, na OECE.
— 25 de Março: Assinatura dos tratados de Roma.

## Quadro 9 (*continuação*)

1959 — 1 de Janeiro: Primeira etapa do Mercado Comum.

1960 — 4 de Janeiro: Convenção de Estocolmo que cria a EFTA.
— 14 de Dezembro A OECE transforma-se em OCDE.

1961 — 10/11 de Fevereiro: Os Seis pronunciam-se a favor de uma união política europeia.
— 9 de Agosto: Harold Macmillan pede a adesão da Grã-Bretanha à CEE.

1962 — 14 de Janeiro: Primeira «maratona» em Bruxelas. O Conselho decide passar à segunda etapa do Mercado Comum e adopta os grandes princípios da política agrícola comum (PAC).
— 17 de Abril: Fracasso do plano Fouchet.

1963 — 14 de Janeiro: Veto francês à entrada do Reino Unido na CEE.
— 20 de Julho: Assinatura, em Iaundé, da convenção da associação entre a CEE e dezoito países africanos e Madagáscar.

1965 — 8 de Abril: Tratado de fusão dos executivos das três comunidades.
— 30 de Junho/1 de Julho: Ruptura das negociações sobre o financiamento da política agrícola comum.

1966 — 28/29 de Janeiro: O chamado «compromisso do Luxemburgo».
— 10 de Novembro: Nova candidatura britânica.

1967 — 3 de Junho: Entrada em funções da Comissão única.
— 27 de Novembro: Novo veto francês à adesão do Reino Unido ao Mercado Comum.

1968 — 1 de Julho: Conclusão da União Aduaneira entre os Seis.
— 11 de Dezembro: Plano Mansholt da modernização agrícola.

1969 — 29 de Julho Iaundé II.
— 1/2 de Dezembro: Cimeira de Haia. Acordo sobre o tríptico: conclusão, aprofundamento, alargamento.

1972 — 22 de Janeiro: Assinatura em Bruxelas dos tratados de adesão dos novos membros da CEE (Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Noruega).
— 26 de Setembro: Os Noruegueses pronunciam-se, num referendo, contra a adesão à CEE.

1973 — 1 de Janeiro: Nascimento oficial da Comunidade dos Nove.

1974 — 9/10 de Dezembro: Os Nove decidem reunir-se regularmente no Conselho Europeu e propõem que a Assembleia Europeia seja eleita por sufrágio universal.

1975 — 28 de Fevereiro: Assinatura em Lomé de uma convenção entre a Comunidade e quarenta e seis Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico.

1979 — 13 de Março: Entrada em vigor do SME e do ECU.
— 7/10 de Junho: Primeira eleição por sufrágio universal da Assembleia europeia.

1980 — Abril/Maio: Os Nove são confrontados com os problemas do contributo britânico e com a fixação dos preços agrícolas.

1981 — 1 de Janeiro: Entrada da Grécia na Comunidade.

## Quadro 9 (*continuação*)

1985 — 5/6 de Novembro: Acordo sobre o projecto Eureka, em Hanover (RFA).

1986 — 1 de Janeiro: Adesão de Espanha e Portugal.

1987 — 1 de Julho: Entrada em vigor do Acto Único Europeu.

1989 — 9 de Dezembro: O Conselho Europeu adopta um plano de União Económica e Monetária.

1990 — 28 de Maio: Reunião para a criação da BERD.
— 1 de Julho: Entrada em vigor da liberalização de movimento de capitais.

1991 — 9-10 de Dezembro: Acordos de Maastricht (Países Baixos) sobre a união política e sobre a união económica e monetária.

1992 — 7 de Fevereiro: Assinatura do tatado de Maastricht que institui a União Europeia.
— 2 de Maio: Assinatura, no Porto, do tratado que cria o espaço económico europeu (EEE), pelos Estados membros da CEE e da EFTA.
— 21 de Maio: Reforma da PAC.
— 20 de Setembro: Através de um referendo, a França aprova o tratado da União Europeia (51,04 a favor; 48,95 contra).

1993 — 1 de Janeiro: Entrada em vigor do «mercado único» da Europa dos Doze.
— 1 de Novembro: A CEE transforma-se na União Europeia.

1995 — 1 de Janeiro: Entrada da Áustria, da Finlândia e da Suécia na UE.

## OS MAL-ENTENDIDOS TRANSATLÂNTICOS

As relações entre as potências industrializadas que pertencem ao mundo liberal e capitalista estão mais tensas, tanto no plano económico como no plano estratégico.

### *Os mal-entendidos económicos*

Os conflitos económicos criam uma divisão cada vez maior entre os Estados Unidos, a Europa ocidental e o Japão. A crise provoca divisões, acentua-as e revela uma resistência desigual à difícil conjuntura. Os Estados Unidos evitam o pior, optando pela política do cada um por si. O Japão passa para o primeiro lugar, registando a maior taxa de crescimento dos países industrializados. De 1975 a 1986 quadriplica o total das exportações, o que cria grandes tensões com os países concorrentes, os Estados Unidos e os Estados da CEE. Todos os Estados se sentem tentados pelo proteccionismo e acusam os seus parceiros comerciais de deslealdade em domínios sensíveis como a siderurgia, a indústria automóvel e a electrónica. Em 1981 e 1982 há problemas no comércio entre o Leste e o Ocidente, especialmente por causa dos con-

tratos assinados com a União Soviética e das sanções americanas aplicadas às firmas europeias que obtiveram licenças para trabalhar na construção do gaseoduto soviético, na Sibéria. Em 1982, a CEE interpela os Estados Unidos, acusando-os de dificultar o comércio internacional, pondo-lhe toda a espécie de entraves e também de o desestabilizar com a flutuação do dólar. Em 1985 a França e os Estados Unidos entram em conflito devido à abertura do GATT a negociações comerciais multilaterais, depois do *Tokyo Round* (1973-1979). No *Uruguay Round*, os Estados Unidos tentam que a CEE deixe de atribuir aos países membros subsídios para a agricultura (5 a 9 de Dezembro de 1988).

## *Os mal-entendidos políticos*

O flanco sul da NATO é afectado por questões de política interna e os aliados têm posições diferentes sobre a tensão entre o Leste e o Ocidente, que se volta a fazer sentir.

• *A deterioração das relações atlânticas.* A Aliança Atlântica, baseada na partilha das responsabilidades e dos encargos financeiros, deixa a parte mais pesada aos Estados Unidos, que também ficam com a posição de comando, é bom que se diga. Esta situação herdada do pós-guerra, quando a Europa ocidental estava em plena reconstrução, modifica-se nos anos 70, quando os Americanos decidem reduzir os encargos com a defesa e pedem aos europeus que passem a assegurar uma parte maior das despesas da defesa. Alguns senadores chegam mesmo a propor a retirada das forças americanas da Europa. Em 1971 é desferido outro golpe contra a Europa: a ruptura do sistema monetário. Para melhorar as relações transatlânticas, Kissinger lança em 1973, a ideia do «ano da Europa» que leva à declaração de Otava, aprovada em Junho de 1974. Este texto relembra os fundamentos e os ideais da Aliança Atlântica e reconhece a importância das armas nucleares francesas e inglesas para o poder de dissuasão da Aliança.

Mas a crise já está instalada e levanta outro tipo de problemas. Depois do sobresssalto com o primeiro choque petrolífero, as democracias liberais ganham consciência da sua interdependência. Na Europa, a chegada ao poder de dirigentes com mais vontade de estabelecer compromissos com os Americanos, como o trabalhista Harold Wilson, na Grã-Bretanha (1964-1970 e 1974-1976), o social-democrata Helmut Schmidt, na RFA (1974-1982), ou o liberal Giscard d'Estaing, em França (1974-1981), facilita a realização de conferências de cúpulas, na esteira da Comissão trilateral que reunia personalidades da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. As cimeiras pautam a evolução das relações ocidentais (Rambouillet, Novembro de 1975; Jamaica, 1976). Depois da cimeira de Versalhes (1982), os ministros das Finanças dos Cinco (Estados Unidos, Reino Unido, RFA, Japão, França), a que se juntam por vezes os do Canadá e da Itália, o chamado grupo «G 7», passam a desempenhar um papel de relevo em questões monetárias. A concertação trilateral é original e importante, mas as suas limitações revelam-se rapidamente. As reuniões discretas dão lugar a encontros espectaculares, amplamente divulgados e deturpados pelos *media.* Mas sobretudo há pouca cooperação e grande divergência de interesses, especialmente no que toca às relações entre o Leste e o Ocidente.



• *Os Aliados estão divididos, até quanto a questões de Defesa, e têm perspectivas completamente diferentes quanto ao futuro do desanuviamemto.* À excepção do Reino Unido, que quer a todo o custo preservar e reforçar os laços com os Americanos, a Europa ocidental, onde os movimentos pacifistas denunciam a instalação dos euromísseis, está mais interessada do que os Estados Unidos em manter o diálogo com o Leste. Na RFA, desenvolve-se um verdadeiro nacional-neutralismo que recusa sacrificar a *Ostopolitik* à nova guerra fria americano-soviética. Mas com as eleições de 1983, a Alemanha ocidental reafirma a fidelidade atlântica, ao mesmo tempo que reivindica — por ocasião do ano Luther — a sua identidade nacional alemã. Os Estados Unidos vêm no comportamento europeu um risco de neutralização, tanto mais que os contratos de compra massiva de gás siberiano são interpretados como um sinal de dependência das economias europeias em relação aos fornecedores soviéticos.

A própria Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) divide os europeus, que a vêm como uma ameaça, uma vez que cria uma desproporção entre a defesa americana e a defesa europeia. A participação dos Aliados no programa IDE, proposta pelos Americanos, também é recebida com reticências pelos europeus; mas Ingleses, Alemães e Italianos negoceiam com Washington em 1985 e 1986. A França, por sua vez, propõe aos países europeus o projecto Eureka «para fazer nascer a Europa da tecnologia».

Americanos e europeus também estão divididos quanto ao conflito israelo-árabe: o governo francês e o governo italiano têm uma política pró-árabe; os outros governos têm uma política pró-israelita. A coesão da Aliança é ainda ameaçada por alguns problemas de política interna e por conflitos bilaterais.

• *As tensões no seio da NATO.* O conflito de Chipre leva a Grécia a abandonar a organização, de 1974 a 1980, e dá origem a uma longa crise entre a Grécia e a Turquia, embora os dois países sejam parceiros no seio da Aliança Atlântica. A chegada ao poder dos socialistas gregos, em 1981, provoca um novo arrefecimento nas relações com a NATO. A revolução portuguesa de Abril de 1974, que põe fim a quarenta anos de ditadura, leva ao poder uma equipa governamental que, numa primeira fase, é composta por ministros comunistas. Em Malta, em 1971 fica no poder um governo trabalhista. Em 1974, a

NATO decide abandonar o quartel-general que tinha instalado na ilha. Entretanto, em 1981, Malta entra em acordo com a URSS. Em contrapartida, a Espanha entra para a NATO em 1982, embora ponha muitas reservas em relação à organização militar integrada.

## A CRISE DE LIDERANÇA SOVIÉTICA

A sedução que o comunismo exerce sobre o Ocidente é bem menor do que era antes, é a conclusão a que se chega depois de observar os resultados eleitorais dos partidos comunistas ocidentais. Apesar de terem abandonado o princípio da ditadura do proletariado e de quererem agora alcançar «o socialismo em liberdade e em democracia», a sua implantação estagna, quando não diminui.

### *O eurocomunismo*

Nos Estados da Europa de Leste, a URSS depara com uma recusa cada vez maior a uma directiva do Partido Comunista Soviético, o «internacionalismo proletário».

Na tentativa de conservar a sua influência sobre os partidos comunistas europeus, os soviéticos realizam conferências comunistas europeias. A primeira conferência europeia realiza-se em Karlovy Vary, na Checoslováquia, em Abril de 1967. A segunda decorre a 29 e 30 de Junho de 1976, em Berlim Leste, depois de prolongadas negociações. Contrariamente às aspirações de Brejnev, esta conferência não consagra a supremacia do Partido Comunista da União Soviética, nem o internacionalismo proletário. Os partidos comunistas da Checoslováquia, da Alemanha, da Hungria, da Bulgária, da Polónia e de Portugal mostram-se dispostos a aceitar o internacionalismo proletário, mas os partidos comunistas dos outros países recusam-se a aceitá-lo.

De entre os partidos que querem autonomizar-se em relação à direcção soviética, destaca-se o Partido Comunista Italiano, que assume a liderança nesta afirmação de independência, sendo conduzido pelo Primeiro-secretário, Enrico Berlinguer, que goza de grande prestígio devido ao sucesso que obteve nas eleições gerais italianas de 20 de Junho de 1976 (33,7% dos votos). O Partido Comunista Italiano, que não hesita em tecer críticas à URSS, encara a hipótese de fazer um «compromisso histórico» com a democracia cristã, para alcançar o poder. Além disso, aprova o Mercado Comum e a presença da Itália no Pacto Atlântico. O Partido Comunista Francês assume uma atitude moderada. Em 1968, demarca-se pela primeira vez da linha soviética, condenando moderamente a intervenção militar da URSS na Checoslováquia. Em 1972, num «programa comum» com o Partido Socialista, aceita a NATO e a Comunidade Europeia. Por fim, no Congresso de 1976, afirma os princípios da independência e da igualdade soberana de cada Partido, bem como a liberdade de escolha de diferentes vias para o socialismo. O «Eurocomunismo», construído à volta do Partido Comunista Italiano, que ganhou para a sua causa o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Espanhol, rejeita a ideia do Partido-Guia e do Estado-Guia e ambiciona encontrar uma alternativa que sirva tanto para o Leste como para o Ocidente. Caracteriza-se pela vontade expressa de conciliar o socialismo, a liberdade e a democracia. Em Novembro de 1975, realiza-se em Roma uma reunião conjunta do PCI e do PCF, onde são apresentadas as linhas gerais do «eurocomunismo». Mas, devido aos acontecimentos no Afeganistão e na Polónia, os Partidos vão ter posições cada vez mais divergentes.



### *A crise polaca*

Na Europa de Leste, as democracias populares, exceptuando o caso da Bulgária e da Alemanha de Leste, põem em causa o modelo soviético e a hegemonia moscovita. A Roménia, sob a chefia de Ceausescu, torna-se cada vez mais notada pelo endurecimento da ditadura. A sua autonomia manifesta-se por várias vezes, durante a crise do Médio Oriente. Na Hungria, Janos Kadar tenta propiciar algum bem estar material às populações. Na Checoslováquia, depois da «normalização» que se seguiu aos acontecimentos de 1968, o movimento contestatário está confinado à élite intelectual, os «signatários da carta 77».

Na Polónia, pelo contrário, a maioria dos operários e dos camponeses adere à revolta dos intelectuais. Para esta adesão contribuíram também a crise económica, a existência de um forte sentimento nacional e o catolicismo, fortemente arreigado nas populações. O catolicismo torna-se ainda mais importante quando, a 16 de Outubro de 1978, o Arcebispo de Cracóvia, Carol Woytila, passa a ser o Papa João Paulo II. A visita de João Paulo II a Varsóvia confirma a influência da Igreja Católica na Polónia. Em Fevereiro de 1980 há uma vaga de greves em consequência de uma subida de preços. As greves começam nos estaleiros navais de Gdansk e o Partido Comunista Polaco é obrigado a reconhecer a existência legal de um sindicato independente, o «Solidariedade», dirigido por Lech Walesa, e a assinar os acordos de Gdansk, a 31 de Agosto de 1980. E. Gierek cede o lugar de Primeiro-Secretário do PC polaco a S. Kania. Em Fevereiro de 1981, o general Jaruzelski torna-se primeiro-ministro.

Durante o ano de 1981 aumenta o fosso entre o Partido Comunista Polaco e os trabalhadores, organizados no Sindicato Livre Solidariedade, que tem perto de 10 milhões de sócios. A Igreja Católica apoia os trabalhadores. A continuação dos confrontos e a inquietação que os países do Pacto de Varsóvia começam a manifestar, parecem apontar para uma medição de forças. Irá a União Soviética fazer uma

intervenção armada? Os soviéticos acabam por forçar o general Jaruzelski, novo secretário-geral do Partido Comunista Polaco, a um verdadeiro golpe de Estado militar, a 13 de Dezembro de 1981, destinado a restabelecer a autoridade do Partido.

Depois de um período de repressão — estado de sítio, repressão policial, ilegalização do Solidariedade, em 1982 — o poder tenta agradar à hierarquia católica. Mas apesar da libertação do líder do Solidariedade, em Novembro de 1982 (em 1983 foi galardoado com o Prémio Nobel da Paz) e apesar do estado de sítio ter sido levantado em finais do mesmo ano e dos conflitos internos terem sido mais ou menos resolvidos, a estabilização ainda está longe. A crise polaca tem consequências dramáticas nas relações entre o Leste e o Ocidente: os Americanos e os Franceses adoptam uma política de sanções e cortam todas as relações com a Polónia, até à «visita de trabalho» que, em Novembro de 1985, Jaruzelsky faz a Paris.

## As tensões no Sudeste Asiático, na América Latina e no Próximo Oriente

A crise económica não afectou só o diálogo entre as grandes potências. O Terceiro Mundo, atingido pelo sobreendividamento e por um crescimento demográfico descontrolado, afunda-se na guerra e na pobreza. Contrariamente ao que se passou no período anterior, em que se assistiu a uma relativa aproximação e a uma certa solidariedade entre os países do Terceiro Mundo, agora é o egoísmo que impera. O diálogo Norte-Sul derrapa. O mundo árabe é devastado pelas guerras. A África destrói-se a si própria. E na conferência dos países não-alinhados, em Havana (3 a 9 de Setembro de 1979), o marechal Tito opõe-se a Fidel Castro que quer reduzir o movimento ao papel de executor das vontades soviéticas. Se a América tem tendência a fechar-se sobre si própria, já o mesmo não se pode dizer da União Soviética que intervém em todo o lado, ora directa ora indirectamente. Para agravar a situação, já complicada devido às repercussões do confronto entre as duas potências, surgem os conflitos bilaterais que as grandes potências já não conseguem fazer parar, nem tão pouco controlar. Às tradicionais regiões de tensão — Próximo Oriente, Sudeste Asiático, América Latina — vêm juntar-se novas zonas de conflito: Oceano Índico, África e Pacífico.

### AS CONVULSÕES NO MEDITERRÂNEO E NO PRÓXIMO ORIENTE

#### *O Mediterrâneo mantém intacta a sua importância estratégica*

A importância económica do Mediterrâneo diminuiu com os encerramentos do Canal de Suez e com a construção de superpetroleiros. Mas no plano estratégico, a sua importância mantém-se intacta. Entretanto, a União Soviética conseguiu alcançar no Mediterrâneo a posição por que sempre ansiara.



Pelo Mediterrâneo passa um sexto do tráfego marítimo geral e um terço do tráfego petrolífero mundial. As forças das duas superpotências encontram-se aqui lado a lado, o que faz do Mediterrâneo um potencial ponto de confronto.

Para ficar em igualdade de circunstâncias com a sexta esquadra americana, que pode atracar quase em qualquer lado, uma esquadra soviética atravessa o Mediterrâneo e encontra costas acessíveis na Argélia e na Síria.

• *Para complicar as coisas, os dois aliados orientais da NATO entram em conflito por causa de Chipre.* Com uma população constituída essencialmente por Gregos (80%) e com uma minoria turca (18%), a ilha de Chipre fez parte do Império otomano que em 1878 cedeu a sua administração à Grã-Bretanha. É um local privilegiado para o trânsito entre as margens do Mediterrâneo e, com a abertura do Canal de Suez (1869), ganhou um valor estratégico redobrado. A solução para o problema da coabitação das populações grega e turca não podia ser a anexação da ilha pela Grécia (a Enosis), nem a integração na Turquia. A 16 de Agosto de 1960, na sequência dos acordos de 1959, torna-se um Estado independente e neutro, chefiado por Mgr Makarios. Mas continuam a registar-se graves conflitos entre as duas comunidades (1963, 1965, 1967). Também continua a rivalidade americano-soviética no Mediterrâneo oriental. Na Grécia, pouco depois dos incidentes de 15 de Julho de 1973, que derrubam a ditadura dos coronéis, o novo governo inspira um golpe de Estado contra Makarios, a 15 de Julho de 1974, e coloca no poder dirigentes favoráveis à Enosis. A Turquia decide intervir. Em Agosto, as tropas turcas ocupam aproximadamente 40% do território do norte da ilha, o que provoca o êxodo para o sul de parte da população grega. Uma vez mais, a Grécia e a Turquia estão em guerra aberta, embora pertençam ambas à Aliança Atlântica, o que deixa os Estados Unidos numa situação embaraçosa, pois têm de escolher entre dois aliados. A Grécia decide então abandonar a organização militar da NATO, embora continue a ser membro da Aliança. Em Outubro de 1980 volta a integrar a NATO. Apesar das negociações, a divisão da ilha em dois Estados torna-se, pouco a pouco, num facto consumado. Os encontros entre os chefes do governo turco e grego, em Junho de 1988, não adiantaram nada em relação à situação de Chipre.

• *Os incidentes americano-líbios.* Depois da queda, em 1969, da dinastia Senussie, que estava estreitamente ligada aos Estados Unidos, a Líbia estabelece, em 1974, relações privilegiadas com a União Soviética. Dá então início a uma desenfreada política de armamento e começa a sua política de desestabilização sistemática na África e no Próximo Oriente. As relações de hostilidade entre a Líbia do coronel

Kadhafi e a América do Presidente Reagan acabaram várias vezes em confrontos, entre eles o *raid* americano sobre Benghazi e Tripoli, a 15 de Abril de 1986, depois de acções terroristas líbias.

## *A guerra sempre presente no Médio Oriente*

Ao conflito israelo-árabe vêm juntar-se novas tensões que tornam o Próximo Oriente uma zona perigosa par a paz mundial. Assiste-se ao ressurgimento do Islão, ao desenvolvimento do fundamentalismo muçulmano e ao despertar da vontade de autonomia dos actores regionais. As consideráveis riquezas obtidas com a venda do petróleo, permitem a alguns Estados (Líbia, Arábia Saudita, Iraque, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait) adquirir armamento moderno. Devido à influência crescente dos muçulmanos chiitas, o Islão tem um papel fundamental na revolução iraniana que institui uma «República islâmica» (submissão do povo ao *Alcorão* e ao poder do imã Khomeiny). O Presidente Hafez-el-Assad, senhor da Síria e principal aliado dos Soviéticos na região, sonha com a unificação dos árabes e com a restauração da Grande Síria, que teria o Líbano, a Jordânia e o futuro Estado palestiniano à volta de Damasco. O coronel Kadhafi, que também enriqueceu com os petrodólares, sonha igualmente com a unidade do mundo árabe, mas com a Líbia como centro. A Arábia Saudita, que ficou com a parte de leão do *boom* petrolífero, alcançou uma posição proeminente.

• *Face ao desenrolar dos acontecimentos, as grandes potências têm dificuldade em controlar a situação.* A União Soviética fornece à Síria uma quantidade considerável de material militar e apoia os Estados revolucionários como a Etiópia, a Líbia, e o Iémen do Sul. E com a intervenção directa no Afeganistão, deixa bem clara a sua intenção de participar no controlo do Golfo Pérsico. Os Estados Unidos esforçam-se por contrariar as ambições soviéticas na região, praticando uma política que oscila entre a intervenção directa (Líbano, Golfo Pérsico) e o apoio aos Estados moderados, como a Arábia Saudita e o Egipto.

A acção dos Estados Unidos, e mais concretamente a acção do secretário do Departamento de Estado, Kissinger, é decisiva para a aproximação israelo-egípcia, que começou com a aproximação entre militares, no Sinai, no «Quilómetro 101». A diplomacia dos «pequenos passos» de Henry Kissinger permite aos Estados Unidos readquirir a sua influência na região. Mas a coragem do presidente egípcio Anuar el-Sadate permite chegar ainda mais longe. A aproximação entre as posições israelitas e egípcias concretiza-se com a espantosa viagem do presidente Sadate a Jerusalém (19 a 21 de Novembro de 1977), com os acordos de Camp David (5 a 17 de Setembro de 1978) negociados entre Begin e Sadate sob a égide do Presidente Carter e com o tratado de paz assinado em Washington entre Israel e o Egipto (26 de Março de 1979). Graças à participação e ao apoio dos Estados Unidos, chega ao fim o estado de guerra que existia há mais de 30 anos entre Israel e o mais poderoso dos seus vizinhos árabes. O Egipto obtém a restituição dos territórios ocupados desde 1967: em Abril de 1982, na sequência da execução do tratado, a evacuação do Sinai está concluída. Mas sairam goradas todas as tentativas posteriormente feitas para generalizar a paz na região.



• *Esta política isola completamente o Egipto* não só dos países árabes (Argélia, Líbia, Iraque, Iémen do Sul, OLP) que constituem a «Frente de recusa» (Dezembro de 1977), como também dos países moderados como a Arábia Saudita e a Jordânia. A nona cimeira árabe de Bagdade exclui o Egipto da Liga Árabe e delibera que a conferência passará a realizar-se em Tunes (Novembro de 1976). A política audaciosa que seguiu a a escalada das correntes conservadoras custaram a vida ao Presidente Sadate que, a 6 de Outubro de 1981, morre assassinado por fundamentalistas islâmicos. Para além das causas políticas, eis que factores religiosos vêm dificultar a unidade do mundo árabe, que está mais dividido do que nunca, devido à guerra entre o Irão e o Iraque. A religião islâmica, com duas grandes correntes — sunitas e chiitas — e com um sem número de seitas, torna-se um factor de divisão, pondo os Estados uns contra os outros e incrementando muitas guerras civis.

• *Quanto à questão palestiniana, não só não está resolvida como se agrava cada vez mais.* Desde a sua criação em 1964 que a Organização da Libertação da Palestina se esforça por obter o reconhecimento internacional. Em Setembro de 1974, a ONU põe pela primeira vez na sua ordem de trabalhos a questão palestiniana e não «o problema dos refugiados». E o líder da OLP, Yasser Arafat, convidado a falar perante a Assembleia Geral, defende a criação de um único Estado democrático palestiniano (13 de Novembro de 1974).

A política israelita, conduzida pelo chefe do partido conservador, Menahem Begin (1977-1983) consiste em negar a nação palestiniana e em se recusar terminantemente a reconhecer a OLP. Em 1980, Israel faz de Jerusalém a sua capital. Em 1981, anexa o território sírio do Golan e encoraja a instalação de colonatos judeus na Cisjordânia. Os países árabes reconhecem a OLP como o único representante dos Palestinianos e apoiam-na moral e materialmente. A URSS reconhece a OLP e torna público o seu apoio à existência de um Estado palestiniano. Os Estados Unidos preconizam a criação de uma pátria palestiniana, enquadrada na Jordânia e que incluiria a Cisjordânia. Aquando da cimeira de Veneza, (13 de Junho e 1980), os membros da Comunidade Europeia recomendam que a OLP seja parte integrante do processo de paz. E o Presidente Mitérrand, no discurso proferido em Jerusalém, a 4 de Março de 1982, defende a criação de um Estado Palestiniano. Entre o imobilismo israelita e o terrorismo árabe, está-se no impasse total.

• *Antiga possessão francesa, independente desde 1945, e apontada como modelo de equilíbrio intercomunitário,* o Líbano já não é o oásis de paz e prosperidade que era. O país é vítima das tradicionais rivalidades entre cristãos maronitas (católicos de ritual sírio) e muçulmanos (drusos e chiitas) e, além disso, as consequências da guerra israelo-árabe atingem-no directamente porque as organizações palestinianas se instalaram no Líbano depois da evicção da Jordânia, em Setembro de 1970. Em 1975, na sequência dos confrontos entre militantes das Falanges cristãs e palestinianos, rebenta a guerra civil. Pouco a pouco, o Estado libanês pulveriza-se numa série de microcomunidades. A situação é tanto mais grave quanto as Forças Temporárias das Nações Unidas no Líbano (FTNUL) se revelam impotentes perante os acontecimentos e os países vizinhos decidem intervir. Primeiro é a Síria que tenta arbitrar o conflito, em 1976, apoiando alternadamente os palestinianos progressistas e as forças cristãs. Israel, depois dos *raids* dos Palestinianos refugiados nos campos do Sul do Líbano (*Fathaland*) decide exercer represálias em Março de 1978, entre outras. Mas a operação «Paz na Galileia» em Junho de 1982, tem um alcance completamente diferente. Israel espera conseguir expulsar as forças da OLP e pôr no Líbano um poder forte, que faça a paz com Israel. O cerco a Beirute consegue expulsar a OLP do Líbano, mas é o golpe final na desagregação do país. O novo Presidente da República, chefe das milícias cristãs, Bechir Gemayel, é assassinado (14 de Setembro de 1982). A intervenção israelita encontra mais resistência do que esperava e acaba numa derrota que leva à retirada das tropas (Julho de 1983). Perante a gravidade da situação interna do Líbano, a ONU envia uma força multinacional «de interposição» composta por contingentes americanos, franceses italianos e ingleses. Esta força, que vai contra os interesses da Síria, é alvo de um atentado a 23 de Outubro de 1983. 58 soldados franceses e 241 soldados americanos morrem, vítimas do atentado. A força multinacional retira do Líbano. A paz parece cada vez mais longínqua, para este país onde as estruturas de Estado se desfizeram completamente e onde as grandes potências não se atrevem a intervir. A Síria fica com o campo aberto.

## AS LUTAS DE INFLUÊNCIA NO SUDESTE ASIÁTICO

A presença das grandes potências volta a fazer-se sentir nesta região, onde o xadrez político sofreu algumas alterações: os Estados Unidos mostram-se menos interessados na Indochina. Em contrapartida, a influência da União Soviética é cada vez maior e assiste-se à expansão vietnamita e ao desenvolvimento de um eixo Pequim-Tóquio-Washington, que se opõe ao eixo Moscovo-Hanói.



### *A expansão vietnamita*

• *O fim da guerra.* O Vietname continua a ser o maior problema: os acordos de Paris, de 27 de Janeiro de 1973, não puseram fim à guerra entre o Norte e o Sul, onde as forças do GRP ganham terreno aos soldados do general Thieu. O processo de reunificação do Vietname, que dá vantagens ao regime de Hanói, é só uma etapa no projecto estratégico que visa unificar a antiga Indochina para melhor a proteger da cobiça chinesa. Primeiro dá-se a absorção do Sul pelo Norte. Em Abril de 1975, a ofensiva comunista sai vitoriosa, até por que o Congresso não tinha autorizado Gerald Ford a prestar o auxílio militar urgente que tinha sido pedido pelo governo de Saigão. A resistência do Sul é completamente arrasada.

À queda de Saigão e de Phnon-Penh (Abril de 1975), sucede-se a passagem do Laos a República Popular, com a vitória do Pathet-Lao (Dezembro de 1975). Toda a antiga Indochina passa a ser comunista. Mas a instabilidade continua e é agravada pelo genocídio perpetrado pelos Khmers Vermelhos no Cambodja, rebaptizado como Kampuchea Democrático.

• *A guerra do Vietname abala fortemente o prestígio americano* e o desinteresse das potências ocidentais está bem patente na dissolução da OTASE (30 de Junho de 1977). No entanto a «Teoria do dominó» não ultrapassa as fronteiras da antiga Indochina Francesa: a Tailândia, apesar de graves dificuldades fronteiriças com o Cambodja e apesar da existência de guerrilheiros comunistas no Norte, resiste à maré revolucionária. A 8 de Agosto de 1967 funda juntamente com a Malásia, a Indonésia, as Filipinas e Singapura, um agrupamento regional, a Associação das Nações do Sudeste Asiático, a ANSA (também ASEAN, de *Association of South East Asian Nations*), organismo de cooperação económica e política cuja regra é a neutralidade. Pretende-se construir no Sudeste Asiático uma zona de paz e de neutralidade, livre de toda a interferência de potências que não sejam da região. Mas o medo da expansão vietnamita leva a ANSA a aproximar-se dos Estados Unidos para se proteger das ameaças subversivas. Assim, graças às estreitas relações com o Japão, com a Coreia do Sul e com os países da ANSA que lhes alugam as bases de Clark Field e Subic Bay, e graças sobretudo às relações com a China, os Estados Unidos continuam a ter um papel importante na região.

• *Os protectorados vietnamitas: Laos e Cambodja:* A República Democrática do Vietname, reunificada em 1957 depois da vitória dos comunistas, é a primeira potência militar da região. Em Julho de 1977 impõe o seu protectorado ao Laos, que se torna assim num protectorado da URSS. No Cambodja, a estratégia expansionista do Vietname esbarra com uma dificuldade: o apoio activo de Pequim ao regime de Pol Pot. Os combates fronteiriços originados pelos diferendos territoriais e a denúncia dos massacres dos Kmers Vermelhos dão ao Viet-

name o pretexto de que precisava para uma intervenção militar (25 de Dezembro de 1978-7 de Janeiro de 1979) e para a ocupação do Cambodja. O Vietname derruba o regime de Pol Pot e instaura um protectorado. Todo o xadrez político da Indochina é reformulado sob a égide política e militar do Vietname. O estado de guerra endémico em que a região está mergulhada, os massacres e as pilhagens provocam migrações de Vietnamitas e de Cambodjanos, que abandonam o país, sobretudo por mar (daí o nome de *boat-people*), muitas vezes pondo a vida em risco.

## *A atitude da China face à dupla hegemonia*

O Sudeste Asiático é uma questão importante no conflito sino-soviético, que continua. Os sucessores de Mao Tsé-Tung e de Chu En-Lai, ambos falecidos em 1976, não fazem nenhuma alteração em política externa. A China mantém a sua inabalável oposição à dupla hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética. Na prática, apoia tudo o que possa contrariar a URSS, seja em África, seja na Ásia; além disso reivindica os territórios ocupados pela Índia. Considerando que a URSS se tornou o «inimigo principal», os dirigentes chineses elaboram «a teoria dos três mundos». Estados Unidos e URSS constituem o «primeiro mundo», o mundo dos imperialismos; a Europa, o Canadá e o Japão formam um mundo intermédio, capaz de se opor às duas hegemonias; por último, o «terceiro mundo» engloba os países em vias de desenvolvimento e a China é o seu líder. Na realidade, estamos perante uma rivalidade absoluta entre as duas potências comunistas. De um modo geral, a China segue a política de criar obstáculos à política da União Soviética. Mantém as suas reivindicações sobre as regiões fronteiriças da URSS, caso do Pamir e da Índia. Mas o que é mais importante é que se considera a grande potência do Sudeste Asiático.

Em Novembro de 1978, a União Soviética e o Vietname assinam um tratado de amizade e a China está preocupada com o avanço do Vietname no Laos e no Cambodja. Temendo ficar entalada entre a União Soviética e o seu aliado vietnamita e vendo uma oportunidade para «dar uma lição» ao Vietname, a China invade temporariamente as regiões fronteiriças (17 de Fevereiro-3 de Março de 1979). Os Soviéticos limitam-se a enviar armas. Esta «operação policial» transforma a China no polícia da região.

• *A aproximação sino-soviética.* A China, por outro lado, continua a aproximação ao Ocidente, iniciada em 1970. Em Agosto de 1978 assina com o Japão um tratado de paz e amizade que comporta uma cláusula «anti-hegemónica» que obviamente se refere à URSS. Depois da viagem de Nixon a Pequim (21-28 de Fevereiro de 1972) as negociações sino-americans debruçam-se sobre o problema de Taiwan, que os Americanos se recusam a deixar. Com a chegada ao poder de Teng Hsiao-Ping na China e de Carter nos Estados Unidos, a China estabelece relações diplomáticas com os Estados Unidos, a 16 de Dezembro de 1978. Os Estados Unidos, por sua vez, reconhecem a República Popular como o único governo legal da China. A viagem de Teng Hsiao-Ping aos Estados Unidos, em Fevereiro de 1979 e a crise afegã, confirmam a espectacular aproximação entre Pequim e Washington. Apesar da China ser um Estado marxista-leninista, esta aliança é uma verdadeira aliança, embora enviesada, do Ocidente contra a URSS.

• *A melhoria nas relações sino-soviéticas.* A partir de 1982, Pequim parece procurar relações equidistantes entre Moscovo e Washington. Depois da morte de Mao Tsé-Tung, a China abandona a revolução cultural; logo aí, o conflito com a União Soviética perde parte da sua dimensão ideológica. Com o impulso de Teng Hsiao-Ping, o regime torna-se realista. As relações intensificam-se em 1958, apesar de continuar a haver «obstáculos» à normalização, como a intervenção soviética no Afeganistão e a intervenção vietnamita no Cambodja. O retorno a relações mais cordiais concretiza-se com a viagem de Gorbatchev à China, de 15 a 18 de Maio de 1989. Esta viagem sela a normalização das relações entre os dois países, depois de trinta anos de desinteligências.



## *O papel do Japão e da Índia*

• *O Japão, que se tornou uma superpotência económica, é um anão, do ponto de vista político.* As relações externas deste país, que restringiu o seu investimento militar e delegou na aliança americana a sua defesa, foram essencialmente comerciais e financeiras. Em 1956 restabelece relações diplomáticas com a URSS, mas não assinam um tratado de paz porque o Japão reivindica as ilhas do sul das Curilhas (ao norte de Hokkaido), ocupadas pelos soviéticos desde 1945. A 12 de Agosto de 1978, o Japão assinou com a China um tratado de paz e amizade. Entretanto, tornou-se um parceiro comercial privilegiado da China e da URSS. Pouco a pouco, o Japão afasta-se do alinhamento tradicional com Washington e põe em prática uma política regional independente. Uns atrás dos outros, conquista os mercados aos Americanos. De tal modo que são mais os Americanos a temer a ameaça económica dos Japoneses do que os que temem a ameaça militar soviética. Também os europeus se preocupam com os Japoneses, devido à sua expansão comercial em vários sectores-chave da indústria: o aço, os automóveis, a electrónica. Resta ainda dizer que se o Japão levar a cabo a sua política de defesa, tornar-se-à uma grande potência militar na Ásia e no Pacífico.

• *A Índia, goza ainda de uma certa autoridade moral,* graças ao importante papel que Neru desempenhou na criação do movimento dos

não-alinhados. E isto apesar da Índia ter muitas vezes abandonado a sua posição de país neutro, alinhando com a diplomacia soviética (tratado de aliança de 1971) para conseguir apoio contra os seus dois maiores rivais: o Paquistão e a China. Mas o grande problema do país são as contradições nacionais e religiosas. O descontentamento dos sikhs, minoria religiosa implantada no Pendjab que reclama uma maior autonomia, transforma-se em revolta e a primeira-ministro Indira Gandhi é assassinada (31 de Outubro de 1984).

### *O avanço dos países do «arco do Pacífico»*

A Ásia é também a região dos conflitos «adormecidos». A questão da Coreia, que não ficou resolvida com o armistício de 1953, volta à ribalta em Setembro de 1983, quando a aviação militar soviética abate um avião civil sul-coreano. A situação da Coreia é emblemática: é uma nação dividida em dois Estados, reflexo da divisão do mundo e a sua existência é a materialização do risco permanente do recomeço das hostilidades entre Pyong Yang e Seul. Além disso, é um local de grande interesse estratégico para as quatro potências presentes na região Ásia-Pacífico: para os Estados Unidos, que desde os anos 50 aí mantêm permanentemente estacionadas forças militares; para a União Soviética, cuja influência na Ásia não pára de crescer; para o Japão e para a China, que durante muito tempo disputaram o controlo sobre a Coreia. Esta multiplicidade de interesses leva à continuação do *statuo quo*. Embora sujeita a grandes tensões, que se devem ao regime ditatorial e à permanente ameaça militar do Norte, a Coreia do Sul torna-se uma potência comercial e industrial.

• *Taiwan* é um país pequeno, em superfície e em população, que o Ocidente decidiu votar ao isolamento. Esta decisão é tanto mais paradoxal, quanto o extraordinário desenvolvimento económico do país o transformou numa das novas potências industriais da Ásia, num dos quatro «dragões». A resolução do problema de Taiwan encontra-se num impasse, visto que Taibei recusa a integração na China.

Os países do «arco do Pacífico», a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, conseguiram penetrar nos mercados mundiais e fazem concorrência aos antigos centros industriais da Europa e da América do Norte, desempenhando assim um papel activo na redistribuição dos pólos de potência no mundo.

## A DESESTABILIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Durante este período, a guerrilha e os golpes de estado proliferam na América Latina, transformando-a numa das regiões mais ins-



táveis do planeta. As causas desta instabilidade são sobejamente conhecidas. A fragilidade das estruturas económicas, as desigualdades sociais e a fraqueza dos sistemas políticos propiciam a expansão da guerrilha e o desenvolvimento das correntes marxistas. O domínio norte-americano torna-se cada vez mais insuportável para os países da América Latina, particularmente para os da América Central, que manifestam a sua vontade de se tornar independentes da potência vizinha. Entretanto, a política dos Estados Unidos também mudou.

ÁSIA-PACÍFICO

Fonte: *Le Monde*.

### *A influência do modelo cubano*

Durante este período, a América Latina é abalada por violentas agitações devido aos confrontos entre os movimentos revolucionários marxistas-leninistas e os regimes conservadores. Entretanto, várias ilhas e

territórios britânicos (Jamaica, Barbados, Bahamas, Granada, Bermudas, Belize) e holandeses (Suriname) acedem à independência. O desenvolvimento económico é acompanhado por enormes desigualdades sociais, o que favorece a propagação das ideias revolucionárias de Cuba.

Cuba foi a primeira democracia popular da América e não esconde a vontade de espalhar a revolução a toda a América Latina. A hostilidade do governo americano para com o país só serve para aumentar a sua popularidade e transforma Fidel Castro num dos heróis do anti-imperialismo. Cuba apoia os movimentos de emancipação em África (Angola, Guiné-Bissau), agindo umas vezes por conta própria, como missionária da revolução, e outras por conta de Moscovo. De 1975 a 1985, 200 000 Cubanos participam nos combates, em Angola e na Etiópia. Apesar de estar cada vez mais dependente da União Soviética, Cuba vê o seu prestígio aumentar no Terceiro Mundo. Prova disso é a realização em Havana (3 a 9 de Setembro de 1979) da sexta cimeira dos países não-alinhados.

### *A crise de liderança dos Estados Unidos*

Até ao final dos anos 70, os Estados Unidos zelaram pela manutenção do *statuo quo* político do hemisfério ocidental É certo que o Ocidente já não é uma coutada sua e desde 1962 que toleram a existência na sua esfera de influência de um regime comunista, aliado da União Soviética. Mas fora isso, praticam uma política de contenção do comunismo, de acordo com os seus interesses económicos e estratégicos. Não aprovam a experiência marxista levada a cabo no Chile, por Salvador Allende. A 11 de Setembro de 1973, um golpe de estado, chefiado pelo general Pinochet, derruba Salvador Allende. Os Estados Unidos apoiam ditaduras e derrubam os dirigentes dos Estados que, em sua opinião, põem em perigo a estabilidade da zona e os seus interesses na região.

• *A política de Carter* (1976-1980) Durante a presidência de Jimmy Carter, que proclama o seu apego aos Direitos do Homem e ao princípio da soberania das Nações, a atitude dos Estados Unidos para com a América Latina altera-se radicalmente. Põem em prática um sistema de ajuda selectiva aos Estados latino-americanos e reduzem o apoio militar e financeiro às ditaduras do Chile e da Argentina. O tratado sobre o Canal do Panamá (16 de Junho de 1978) dá à República do Panamá a soberania progressiva sobre a via marítima transoceânica e prevê a supressão a prazo da Zona do Canal, território cedido pela República do Panamá aos Estados Unidos, em 1903. E assim desaparece um marco do imperialismo americano na América Latina.

Mas é difícil fazer o balanço da aplicação da «doutrina Carter». As forças revolucionárias, inspiradas ou não pelo castrismo, aproveitam para ganhar terreno. Em Março de 1979, tomam o poder na ilha de Granada. Em Julho de 1979, na Nicarágua, os guerrilheiros da Frente Sandinista de Libertação derrubam o presidente Anastasio Somoza. O risco de propagação revolucionária e o auxílio que o novo regime presta aos guerrilheiros de Salvador e da Guatemala, preocupa os Estados Unidos que, com a chegada ao poder de Ronald Reagan, em 1980, resolvem agir e enviam auxílio militar e financeiro aos Estados contra-revolucionários. Além disso, elaboram um plano de auxílio para as Caraíbas.



• *O plano Reagan, de Fevereiro de 1982, para a América Central* (Iniciativa para a bacia caraíba) tem como objectivos promover a democracia, o diálogo, o desenvolvimento e a defesa. A intervenção levada a cabo a 25 de Outubro de 1983, na ilha Granada, onde se verifica a maior agitação, mostra a determinação do governo de Reagan em reafirmar a sua autoridade nas Caraíbas. Mas a Nicarágua é que é o grande problema. Em 1978, esta pequena República, que tem uma localização estratégica nas Caraíbas, atravessa uma grave crise, devido aos confrontos entre a Frente Sandinista (do nome de Augusto Sandino, 1895-1934, resistente nicaraguense que se opôs com êxito a uma intervenção americana no seu país) e a família do presidente Somoza que está à frente do país há mais de quarenta anos. Abandonado pelos Estados Unidos, o general Somoza deixa o poder (17 de Julho de 1979), com o país mergulhado num clima de guerra civil. Os Estados Unidos suspendem o auxílio à Nicarágua, que é agora governada pelos sandinistas. Em 1982, as forças contra-revolucionárias (*Contras*) recomeçam os ataques e o país mergulha novamente na guerra civil. Preocupados com a presença de Cubanos e de conselheiros militares soviéticos, os Estados Unidos apoiam os *Contras*. Mas o Congresso suspende o auxílio militar e o grupo da Contadora (México, Venezuela, Colômbia, Panamá), criado em Abril de 1983, tenta fazer a mediação.

Para que a *pax americana* na América Latina continue, os Estados Unidos têm que ter em conta a vontade de independência dos dirigentes latino-americanos, a emergência de novos actores, como o México, o Brasil ou a Venezuela e ainda as reservas postas por alguns dirigentes ocidentais (entre eles o Presidente francês, F. Mitterand) à política seguida.

• *Esta «crise da liderança americana» na América Latina torna-se perfeitamente visível durante a guerra das Malvinas, na Primavera de 1982.* Trata-se de um conflito territorial entre a Grã-Bretanha, que ocupa as ilhas Malvinas (ou Falkland) desde 1833, e a Argentina, que não reconhece a soberania britânica e reivindica a posse das ilhas. Este conflito em potência desemboca num confronto aeronaval quando, a 2 de Abril de 1982, o Presidente argentino Galtieri manda ocupar de surpresa Port Stanley, a capital das Malvinas. A guerra dá a vitória à Grã-Bretanha, dirigida desde 1979 por Margaret Thatcher, a «dama de

ferro», que não hesita em enviar toda a marinha inglesa para umas ilhas a 11 000 km de Londres, e onde só vivem 1600 pessoas. A 14 de Junho de 1982, as forças britânicas recuperam Port Stanley.

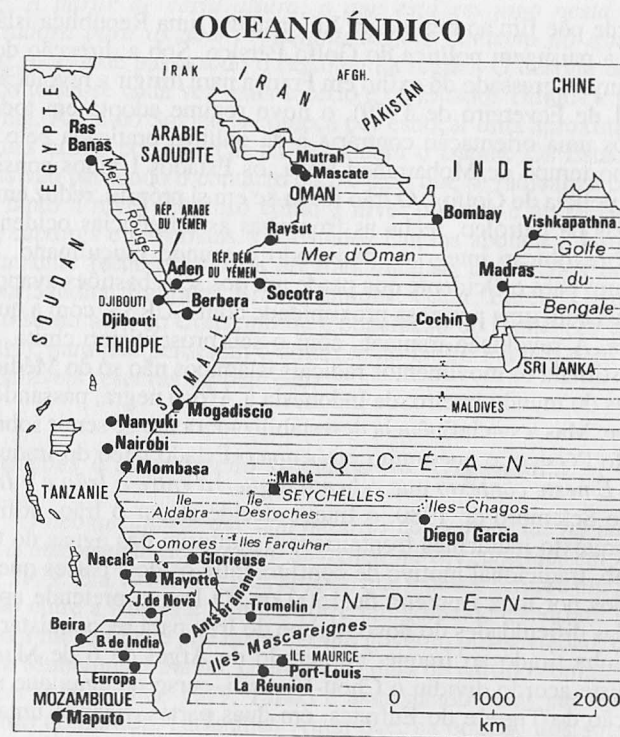
Do ponto de vista geopolítico o que estava em jogo era o controlo do estreito de Drake, que faz parte do itinerário dos submarinos soviéticos entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. No plano político, a crise das Malvinas é má para o Ocidente, uma vez que o deixa numa grande contradição. Os Estados Unidos têm que escolher entre dois tipos de alianças, a do Atlântico Norte e a do continente americano. O Presidente Reagan opta por apoiar a Grã-Bretanha, o que lhe vale o ressentimento da Argentina e de muitos Estados latino-americanos (a Organização dos Estados Americanos reconhece a soberania da Argentina sobre as Malvinas), o que poderá sempre ser aproveitado pelos Russos e pelos Cubanos. A derrota na guerra das Malvinas leva à queda do regime militar da Argentina que é substituído por um regime liberal. O Presidente Raoul Alfonsin é eleito Presidente da República e o novo regime leva a tribunal os militares da antiga junta. Aliás, de um modo geral, a democracia faz progressos na América Latina. A Venezuela e a Colômbia, desde 1958, o Perú em 1978, a Bolívia em 1981, o Brasil, a Argentina e o Uruguai em 1984, passam da ditadura e do regime militar para a democracia, enquanto o Haiti, depois da queda de Duvalier (Fevereiro de 1986), procura o seu equilíbrio.

## Novos terrenos de confronto e novos problemas

Durante muito tempo, as ambições soviéticas em relação ao Terceiro Mundo pareciam limitar-se à Ásia e ao Próximo Oriente. A partir dos anos 70 os interesses soviéticos diversificaram-se consideravelmente e estenderam-se ao Oceano Índico, às Caraíbas, ao Oceano Pacífico e à África, onde a União Soviética fez uma investida espectacular.

### O GOLFO PÉRSICO E O OCEANO ÍNDICO

O Sudeste Asiático é uma região vulnerável onde os antagonismos religiosos e as rivalidades étnicas, juntamente com as desigualdades sociais, criam um clima de permanente tensão, bem patente na grande instabilidade política que aí existe (golpes de estado no Paquistão, assassinatos políticos na Índia). É também uma região vital para o Ocidente.

Desde a crise do petróleo que as grandes potências dão cada vez maior importância ao Golfo Pérsico, zona essencial da produção petrolífera, e às rotas do Oceano Índico. Por outro lado, o «corno» de África domina a saída do mar Vermelho. Ora o Ocidente está preocupado com o avanço soviético na zona, depois do desaparecimento de dois alia-



Fonte: *Le Monde.*

dos do Terceiro Mundo. Após a queda do imperador da Etiópia (12 de Setembro de 1974), uma junta militar que alinha com o modelo soviético toma o poder, em 1977. A Etiópia torna-se o aliado privilegiado da URSS que também conta com o apoio da Índia (tratado de 1971), do Afeganistão (tratado de 1978) e da República Popular do Iémen, ou Iémen do Sul (tratado de 1984). A frota soviética dispõe portanto de numerosos pontos de apoio no Oceano Índico. Para restabelecer o equilíbrio de forças entre o Leste e o Ocidente na Ásia meridional, os Estados Unidos, que em 1979 tinham suspendido o auxílio económico e militar ao Paquistão, não têm outra alternativa senão voltar a oferecê-lo, em 1981. Também reforçam a base de Diego-Garcia (ilhota do Oceano Índico alugada, à Grã-Bretanha).

### *As repercussões da guerra Irão-Iraque*

• *Causada pelas frustrações de uma modernização demasiado rápida, a revolução islâmica que, em 1978-1979, rebenta no Irão* e que

mais tarde põe fim ao regime do Xá, instaura uma República islâmica e altera a paisagem política do Golfo Pérsico. Sob a direcção do imã Khomeiny, regressado do exílio em França para dirigir a revolução iraniana (1 de Fevereiro de 1979), o novo regime adopta em todos os domínios uma orientação contrária à da política praticada pelo Xá a quem, no tempo de Mohammed Reza, os Estados Unidos consideravam «o polícia do Golfo». O Irão fecha-se em si próprio, reduz em 50% as vendas de petróleo, fecha as fronteiras às influências ocidentais e prega a revolução integrista para todo o mundo muçulmano. É um golpe duro para o Ocidente que perde um dos seus bastiões avançados, para mais com uma perigosa proximidade com a URSS, com a qual faz fronteira. A revolução iraniana, com o seu proselitismo chiita, fortalece e estimula os movimentos radicais islâmicos não só do Médio Oriente mas do mundo inteiro, da Indonésia à África negra, passando pelo Magrebe. Mas a sua influência desestabilizadora faz-se sentir sobretudo no Golfo Pérsico, o que muito preocupa o Estado laico do Iraque.

• *É neste contexto que rebenta a guerra entre o Irão e o Iraque.* A 22 de Setembro de 1980, o Iraque decide atacar o Irão, utilizando como pretexto incidentes fronteiriços e a divisão das águas de Chott-El-Arab, tradicional motivo de conflito entre os dois países que estão separados por uma fronteira de 1500 km. O Iraque pretende aproveitar-se das dificuldades do novo regime do Irão para reconquistar o que o Xá tinha tirado ao Iraque, no acordo de Argel de 6 de Março de 1975. Este acordo dividiu o Chott-El-Arab, curso de água que resulta da junção do Tigre e do Eufrates, em duas partes, ficando uma delas para cada um dos países.

As chefias iraquianas estão convencidas de que será uma guerra relâmpago, atendendo a que o Irão está em plena revolução islâmica, tendo portanto a operacionalidade do exército temporariamente enfraquecida. Aos ataques iraquianos (Setembro de 1980-Março de 1982) os iranianos respondem com contra-ofensivas (Março de 1982-Abril de 1984). A guerra relâmpago transforma-se numa longa guerra: o Irão, com uma população de 40 milhões sente-se forte e o Iraque, com 14 milhões, vai enfraquecendo. O instinto patriótico dos iranianos e os *slogans* de Khomeiny dão ao exército o alento necessário para as ofensivas contra o Iraque. Durante os quatro anos que se seguem (Abril de 1984-Agosto de 1988), Iraquianos e Iranianos vão bombardear à vez as cidades do inimigo. Atacam também petroleiros, provocando assim a internacionalização do conflito. A guerra tem consequências no mundo árabe e no Próximo Oriente. Revela as divergências que existem entre os árabes. Altera as relações entre os países da região. O Irão é apoiado pela Síria e pela Líbia. O Iraque tem o apoio dos governos árabes moderados — entre eles a Arábia Saudita — que temem o efeito que o alastramento da revolução iraniana possa vir a ter. O conflito tem também consequências na cena internacional e vai modificar as condições da competição entre o Leste e o Ocidente.



• *A partir de certa altura, o que está em jogo nesta guerra, devastadora para os dois protagonistas, é o controlo do estreito de Ormuz,* por onde passa todo o petróleo da região. O destino do Golfo Pérsico torna-se cada vez mais incerto e os Estados Unidos e a URSS intervêm. A União Soviética começa por esboçar uma aproximação ao Irão mas acaba por reforçar os laços com o Iraque. Os Estados ocidentais vão perdendo o contacto com o Irão que se radicaliza cada vez mais, tanto a nível religioso como a nível político e apoia expressamente raptores e terroristas. Os Estados Unidos apoiam o Iraque mas secretamente fornecem armas ao Irão. Incitam os Estados do Golfo (Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Qatar, Barém e Kuwait) a unirem-se no seio do Conselho de Cooperação do Golfo (26 de Maio de 1981), para não perderem o controlo do Golfo Pérsico nem as suas consideráveis reservas de petróleo.

### *As reacções à intervenção soviética no Afeganistão*

• *O acontecimento que tem maiores consequências na paz mundial é a intervenção do exército soviético no Afeganistão, em Dezembro de 1979.* Em 1978, este país arcaico que é desde sempre um Estado-tampão entre a Rússia e a Índia, sofre um golpe de estado militar que derruba a monarquia e põe no poder um governo pró-soviético, dirigido por Nur Muhammad Taraki, chefe da ala dura do partido comunista afegão. Em Setembro de 1979, Taraki é assassinado pelos partidários do secretário do partido, Hafizullah Amin que, na opinião dos soviéticos, não tem capacidade para fazer frente à guerrilha contra-revolucionária. A rebelião generaliza-se e degenera numa guerra civil. Face a estes acontecimentos, Moscovo decide intervir no Afeganistão, a 27 de Dezembro de 1979, numa operação que envolve dezenas de milhares de homens e uma quantidade considerável de material de guerra e coloca no poder um novo governo, chefiado por Babrak Karmal. Significará isto que Moscovo está a romper deliberadamente com a política de desanuviamento, ou será apenas uma infracção à coexistência? Porquê esta manifestação de força contra um Estado limítrofe, correndo o risco de afectar a sua imagem? Estará a defender a sua barreira protectora ou quererá antes obter uma vantagem estratégica no Golfo Pérsico?

Os soviéticos explicam a intervenção como sendo uma operação ideológica, justificada pela «solidariedade proletária» e destinada a impedir que um país que entrou na órbita socialista se afaste dela, no cumprimento da teoria de Brejnev. Mas é também um acto estratégico que possibilita a aproximação da URSS ao Golfo Pérsico e lhe dá o contacto directo com o Paquistão, aliado dos Estados Unidos, e com o Irão, que está em plena revolução.

• *Provavelmente os soviéticos não mediram as consequências da sua intervenção.* A Assembleia Geral das Nações Unidas condena-a,

com 104 votos contra, 18 a favor e 18 abstenções. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países islâmicos, reunidos em Istambul (Paquistão), denunciam unanimemente «a agressão contra o povo afegão». Os países ocidentais vêm esta intervenção como uma agressão que põe em causa o desanuviamento porque, a coberto da ideologia a União Soviética pretende manter a preciosa barreira. Nem o boicote parcial à venda de cereais e de equipamentos de alta tecnologia, decretado pelo Presidente Carter, nem o boicote aos Jogos Olímpicos de Moscovo de 1980, fizeram recuar os soviéticos. Já os acontecimentos do Afeganistão deram um safanão nos Americanos que continuavam sob o efeito do trauma vietnamita. Impressionado com estes acontecimentos, o povo americano deu a vitória ao republicano Ronald Reagan, nas eleções de Novembro de 1980. Reagan é conhecido pelas suas posições anti-soviéticas e é também contra o desanuviamento. Entretanto, no Afeganistão, a tenacidade da resistência afegã impede que o exército soviético consiga uma solução militar e inflige à URSS uma derrota semelhante à que os Americanos sofreram no Vietname.

## A ÁFRICA

Até 1975, a África mantém-se afastada do confronto entre o Leste e o Ocidente e continua a depender dos Estados da Europa ocidental. Mas no período que medeia entre 1975 e 1985 é vítima da rivalidade entre as grandes potências, da fome e dos conflitos armados e atravessa um período de maior miséria e sofrimento do que o da colonização.

### *O acesso à independência das últimas colónias*

Na Argélia e no Congo, a descolonização foi um processo violento e deu origem a confrontos. Mas de um modo geral, as colónias acederam à independência num clima de paz e mantiveram e estreitaram os laços com as antigas metrópoles, sobretudo através de organizações de conjuntos de Estados, como a *Commonwealth*, a Comunidade francesa ou o conjunto dos Estados francófonos.

Os únicos territórios que não foram descolonizados na altura foram as colónias portuguesas, que se tornam independentes na sequência da revolução portuguesa do 25 de Abril de 1974. A 6 de Maio, a Junta propõe um cessar-fogo geral nas colónias. A 26 de Agosto de 1974, é assinado em Argel o acordo para a independência da Guiné portuguesa (Guiné-Bissau) e do arquipélago de Cabo Verde; a 6 de Setembro é feita a assinatura do acordo de Lusaka que dá a independência a Moçambique, onde a FRELIMO (braço armado da Frente de Libertação de Moçambique) toma rapidamente o poder. A 26 de Novembro é a vez das ilhas de São Tomé e Príncipe. Em Angola há vários movimentos de libertação que disputam o poder entre si e a 11 de Novembro de 1975 proclamam a República. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) tem o auxílio da África do Sul. A URSS e Cuba dão um auxílio cada vez maior, tanto em armas como em homens, ao MPLA (Movimento Popular da Libertação de Angola), o que lhe permite ficar em vantagem, embora não consiga acabar com a guerrilha da UNITA. É portanto num clima de guerra civil que Angola acede à independência.



### *As razões económicas da questão africana*

Em finais dos anos 70, o continente africano torna-se uma questão central, por um conjunto de razões. É constituído por Estados economicamente fracos e politicamente instáveis, com fronteiras traçadas artificialmente, onde frequentemente irrompem conflitos sociopolíticos. E é um continente imensamente rico em minérios.

No início dos anos 80, a África produz uma percentagem notável dos minérios que são vitais para o mundo industrializado, a saber, 75% dos diamantes, 70% do ouro e do cobalto, 50% do vanádio e da platina, 30 a 35% do crómio e do magnésio, 25% do urânio e do cobre.

Além disso, devido ao maior número dos *supertanques*, o tráfego petrolífero proveniente do Golfo Pérsico com destino à Europa abandonou o canal de Suez, optando pela rota do Cabo da Boa Esperança, no extremo sul da África. No início dos anos 80, 60% do petróleo com destino à Europa e 30% do petróleo com destino à América passam por lá. O controlo desta rota é crucial. É por estas razões que a África, especialmente a África Austral, se torna uma importante questão estratégica. E torna-se também a nova zona de competição entre os dois blocos.

### *A implantação comunista*

O facto novo a assinalar é a incursão dos Estados comunistas, URSS, Cuba e China na cena africana. Estes países aproveitaram a descolonização portuguesa e as revoluções malgache e etíope para fazer avançar os seus peões em África.

• *Moscovo penetra em África* passando à prática a sua incondicional solidariedade com as lutas de libertação e prestando um avultado auxílio financeiro aos movimentos rebeldes (SWAPO, da Namíbia, ANC, da Rodésia); a digressão que Nicolas Podgorny fez à Tanzânia, à Zâmbia e a Moçambique (22 de Março-1 de Abril de 1977) foi a primeira viagem de um Chefe de Estado soviético à África negra. A intervenção soviética, que comporta um importante auxílio a nível dos meios de transporte — aviões de carga de longo curso, pode-

rosas frotas mercantis e militares — não somou só vitórias, como o demonstram as derrotas sofridas no Egipto, no Sudão e na Somália. É por isso que na maior parte das vezes opta por uma acção indirecta. Envia especialistas oriundos da Alemanha de Leste e de Cuba.

• *A vocação africana de Cuba, evidenciada desde os tempos africanos de Che Guevara, em 1965, concretiza-se em 1975, com a intervenção massiva dos cubanos em Angola.* A intervenção dos soldados cubanos em Angola e em Moçambique (operação «Carlota»), que contam com o apoio de material de guerra soviético enviado através de uma ponte aérea, permite a vitória da FRELIMO em Moçambique. Em Angola, o MPLA derrota, com a ajuda dos Cubanos, os outros dois movimentos de libertação, que eram pró-ocidentais. A implantação militar de Cuba em Angola, em Moçambique, na Etiópia, na Tanzânia, no Congo e na Serra Leoa, transforma-a na primeira potência estrangeira no continente negro. A relação que existe entre Moscovo e Havana, em África, é complexa. Cuba actua, ora como mercenária de Moscovo, ora por conta própria, como «missionária». Entre 12 e 30 de Março de 1977, Fidel Castro desloca-se à Líbia, à Somália, à Etiópia, à Tanzânia, a Moçambique e a Angola.

• *Na África oriental a União Soviética começa por implantar-se na Somália,* depois do golpe de Estado de Syad Barré, em 1969. Fornece-lhe auxílio económico e militar e chega mesmo a assinar um tratado de amizade e cooperação. Depois, em 1976, numa verdadeira reviravolta de alianças, troca a Somália pela Etiópia, que se tornou comunista após a queda do imperador Hailé Sélassié (12 de Setembro de 1974), que foi substituído por jovens oficiais convertidos ao marxismo-leninismo. Na sequência de uma tentativa de golpe de estado (3 de Fevereiro de 1973) o tenente-coronel Mengistu Hailé Mariam torna-se chefe de Estado. Segue-se uma repressão feroz. A Etiópia lança-se à reconquista de Ogaden, vasto planalto semidesértico com populações somalís que as tropas somalis anexaram. Com a ajuda de 20 000 cubanos, os Etíopes tomam Ogaden, em Março de 1978 e acabam com a guerrilha dos autonomistas da Eritreia. A Eritreia foi uma colónia italiana até 1941, sendo posteriormente administrada pelos britânicos até 1952, altura em que foi entregue à Etiópia pela ONU.

Em poucos anos, a influência soviética fez grandes avanços. Angola e a Etiópia, membros do COMECON, Moçambique, o Congo e o Benim, tornaram-se verdadeiros bastiões da política de Moscovo. Por outro lado, a União Soviética mantém relações amistosas com a Argélia e com a Líbia.

## As reacções ocidentais

• *As reacções ocidentais ao avanço soviético não são muito enérgicas.* Durante a presidência de J. Carter, os Estados Unidos distanciaram-se da África do Sul; apoiaram a formação de um governo de maioria negra, no Zimbabué (ex-Rodésia) abstendo-se de intervir directamente. Por outro lado o Congresso, ainda com o fantasma da guerra do Vietname bem presente, vota contra a concessão de créditos para um novo auxílio militar. A presidência de Reagan retoma a política de apoio à África do Sul e volta a dar apoio aos guerrilheiros anticomunistas, especialmente em Angola, e aos regimes conservadores, como o do Zaire. A política britânica é discreta e, nalguns casos, bastante eficaz, como se verificou na transição do Zimbabué para a independência, em 1980. Mas a posição da primeira-ministra Margaret Thatcher em relação à África do Sul é considerada demasiado conciliadora e provoca uma grave crise no seio da *Commonwealth*, em 1986.

• *Entretanto a França tem posto sempre travão à desestabilização do continente africano e ao expansionismo soviético.* Na verdade, a França tem desempenhado o papel de polícia regional. Manteve sempre relações privilegiadas com alguns Estados, como o Senegal, a Costa do Marfim e o Gabão e restabeleceu relações com outros, caso do Zaire. A implantação militar da França (10 000 homens) ocorre em primeiro lugar nos territórios ultramarinos: nas ilhas da Reunião e Mayotte (que, contrariamente às outras ilhas do arquipélago das Comores, optou por continuar a pertencer à França, no referendo de 8 de Fevereiro de 1976), no território dos Afars e dos Issas, que se tornou independente a 27 de Junho de 1977 e nas três bases francesas, do Senegal, da Costa do Marfim e do Gabão. A França estabeleceu ainda acordos militares com a maior parte das suas antigas colónias, com vista ao fornecimento de armas e de conselheiros militares.

• *A França ajuda a manter os poderes.* Dá a sua ajuda ao Zaire para salvar o regime do Presidente Mobutu, ameaçado em Abril de 1977 pela incursão no Shaba de tropas estrangeiras vindas de Angola e volta a prestar-lhe auxílio por ocasião da operação de Kolwezi (19 de Maio de 1978), cidade mineira ameaçada pelos angolanos. Intervém militarmente no Chade, contra as incursões da Líbia e da guerrilha do FROLINAT (Frente de Libertação Nacional do Chade) e ajuda Marrocos e a Mauritânia na luta contra a Frente Polisário.

Mas a África não é só o local de confronto das potências. Tem os seus próprios actores regionais, caso da Argélia e da Líbia.



## Os actores regionais

• *A Argélia*, sob a chefia de Huari Bumedienne (1965-1978) tem, durante a década de 70, um papel muito importante na orientação do movimento dos não-alinhados, nomeadamente nos esforços desenvolvidos para se estabelecer uma nova ordem económica mundial, nas acções de mediação entre o Irão e o Iraque, entre a Líbia e o Chade e

entre as várias facções da resistência palestiniana. A Argélia é a encarnação por excelência do Estado terceiro-mundista.

• *A Líbia*, país muito pouco povoado (4 milhões de habitantes) mas que possui uma imensidão de recursos petrolíferos, derrubou a monarquia, com a revolução de 1 de Setembro de 1969 e é agora governada pelo coronel Kadhafi. A sua política externa começou por se caracterizar pela recusa da política dos blocos e a consequente hostilidade aos dois Grandes, tendo no entanto evoluído para uma aproximação cada vez maior à União Soviética. Mas acima de tudo, Kadhafi é um nacionalista árabe que põe as riquezas petrolíferas do seu país ao serviço do Islão e da propaganda revolucionária. No início dos anos 80, o Ocidente vê «a mão de Kadhafi» em tudo o que acontece e a tensão entre Americanos e Líbios atinge o auge quando, na noite de 14 para 15 de Abril de 1986, uns cinquenta caças e bombardeiros americanos bombardeiam Tripoli e Bengazi. No início dos anos 80, com a quebra dos preços do petróleo, o prestígio de Kadhafi decai. As declarações intempestivas e as intervenções militares no Chade também contribuíram para a quebra da sua popularidade.

## *Os conflitos regionais*

• *O Chade*, 1 284 000 Km$^2$ e menos de 8 milhões de habitantes, tem uma população muito heterogénea, cristãos e animistas no sul, muçulmanos no norte. Os constantes conflitos internos, atiçados pela vizinha Líbia, acabam numa rebelião generalizada. As tropas francesas e líbias intervêm (Abril de 1978-Maio de 1980). Em 1979, os acordos de Lagos reconhecem o governo de Gukuni Ueddei como sendo o governo legítimo. Em Junho de 1982, um outro líder, Hissène Habré, expulsa do poder Ueddei que, com a ajuda dos Líbios, parte à conquista da capital, Djamena. O que se passa é que a Líbia cobiça a parte norte do Chade e, em Julho de 1983, as tropas líbias tomam Faya-Largeau. Depois de muitas hesitações, o governo francês lança a operação *Manta* e envia unidades de paraquedistas. Esta operação foi de curta duração (Agosto de 1983-Novembro de 1984) porque Paris e Tripoli assinam um acordo de evacuação total do Chade (17 de Setembro de 1984). Mas os ataques das tropas pró-líbias de Gukouni Ueddei continuaram e a França intervém de novo, com o dispositivo aéreo *Épervier* (Fevereiro de 1986) e apoia Hissène Habré cujas tropas reconquistam as regiões setentrionais ocupadas pelos Líbios (Março de 1987), excepto a faixa de Auzu (114 000 Km$^2$), situada no extremo norte do Chade e anexada por Tripoli, em 1973.

• *O Sara ocidental* durante o período da colonização passou a pertencer à Espanha, graças a um acordo com a França. Este espaço desértico, com uma área de 256 000 Km$^2$ é cobiçado pelos países vizinhos que entretanto se tornaram independentes: Argélia, Mauritânia e Marrocos. Para reforçar a sua reivindicação do território, o rei Hassan II de Marrocos organiza uma marcha pacífica sobre o Sara ocidental (Novembro de 1975). Na altura da morte de Franco, as negociações tripartidas chegam a um acordo, assinado a 14 de Novembro de 1975 pela Espanha, por Marrocos e pela Mauritânia que dá a este território com 74 000 habitantes o direito à autodeterminação. O acordo prevê também a posterior partilha do território entre Marrocos e a Mauritânia. O movimento de libertação Frente Polisário (Frente Popular de Libertação do Saghia el Habra e do Rio de Oro), constituído em 1973, é a favor da união com a Mauritânia, mas é pressionado pela Argélia para que exija a autodeterminação. Quando os soldados espanhóis abandonam o território, a Frente Polisário proclama a «República Árabe Sarauí Democrática», que o governo argelino se apressa a reconhecer. As relações entre Marrocos e a Argélia tornam-se tensas e em Janeiro de 1977 há violentos confrontos no Sara ocidental, entre tropas dos dois países. Por sua vez, a Frente Polisário mantém permanentemente a guerrilha, fazendo *raids* e sabotagens contra a Mauritânia (que se retira do conflito depois da queda do Presidente Moktar Ould Daddah a 10 de Julho de 1978) e sobretudo contra Marrocos que, pretende ficar com a parte norte do território, rica em fosfatos. O reconhecimento do Estado sarauí pela Organização da Unidade Africana (Fevereiro de 1982) e a sua admissão na organização (1984) dão origem a uma grave crise com Marrocos que, cada vez mais isolado em África, é obrigado a aceitar o princípio de um referendo sobre a autodeterminação.



Este caso é um dos exemplos da impotência da Organização da Unidade Africana que funciona como um simples cartel de chefes de Estado e não consegue levar à prática o ideal pan-africano. A pretexto do princípio da «não-ingerência nos assuntos internos dos Estados» (artigo 3 da Carta da OUA), a OUA não faz nada, nem sequer tenta resolver os diferendos entre os Estados membros. A balcanização ameaça a África. As diferentes sub-regiões controlam em maior ou menor grau o jogo diplomático, consoante a importância que têm. Abundam os critérios de separação: moderados e progressistas, francófonos, anglófonos e lusófonos, pequenos Estados e grandes Estados. Perante a ameaça da Nigéria, gigante da África ocidental (83 milhões de habitantes e um exército que não é de negligenciar), sete Estados da África ocidental francófona fazem um acordo de não-agressão mútua e de assistência em matéria de defesa (ANAD), a 9 de Junho de 1977.

A África continua a estar no centro dos confrontos internacionais.

• *Nos anos 70, o problema da África do Sul torna-se um problema internacional.* Esta antiga possessão britânica, que se tornou independente, pusera em prática, desde os anos 50 uma política de separação racial (*apartheid*), conduzida por Henrick Verwoerd (1958--1966), John Vorster (1966-1978) e Piether W. Botha (1978-1989).

A União Sul Africana é um país em que a minoria branca (20%) se confronta com uma vasta população negra (perto de 70%), indiana e mestiça (10%). Depois das independências africanas, da descolonização dos territórios portugueses (1974) e da queda de Tsiranana, Presidente de Madagáscar (1972), a África do Sul deixa de estar protegida contra os acontecimentos externos. O seu escudo protector desaparece e, a nível interno, asssiste à erupção do nacionalismo negro anti-*apartheid*, sob a direcção — por vezes contestada — do *African National Congress* (ANC), fundado em 1912. A África do Sul é alvo de críticas cada vez mais violentas e posta de parte pelo conjunto dos países africanos que querem ajudar os seus irmãos de cor. A presssão da comunidade internacional sobre Pretória aumenta. Embora seja decretado o estado de sítio, a violência prossegue nos bairros negros, como acontece no Soweto, em Junho de 1976 e em Outubro de 1977, por iniciativa do ANC.

Washington e Londres continuam a opor-se às pressões económicas sobre Pretória. Por mais simpatia e solidariedade que os governos ocidentais sintam para com a maioria negra, não podem ignorar os interesses económicos e geoestratégicos. A África do Sul situa-se numa encruzilhada geoestratégica: a rota marítima do Cabo é uma das rotas mais movimentadas e é utilizada pelos petroleiros que vêm do Golfo Pérsico. Além disso possui minérios preciosos (ouro, platina, diamantes) e materiais altamente estratégicos (crómio, manganésio, vanádio). E também porque a sua existência é uma barreira à influência soviética no continente negro.

Sentindo-se cada vez mais isolada, a União Africana tenta fortalecer a sua posição junto dos países africanos vizinhos e cria um sem número de Estados indígenas, os Bantustões: o Ciskei, o Venda, o Bophutha-tswana, o Transkei. Teoricamente, estes países são independentes, mas toda a sua economia depende da África do Sul. Intimidando os países vizinhos com a sua superioridade militar, o Presidente Botha consegue proteger as fronteiras do país. Pretória continua a fornecer auxílio aos movimentos de guerrilha que lutam contra os regimes de Luanda (Angola) e de Maputo (Moçambique) e faz de vez em quando incursões armadas em território angolano, sob o pretexto de perseguir os nacionalistas namibianos da SWAPO. O cordão protector da África do Sul inclui a Namíbia e a Rodésia.

• *A Namíbia é um caso particular.* Antiga colónia alemã do sudoeste africano, confiada por mandato à África do Sul, este imenso território de 824 000 km$^2$, possuidor de riquezas incomparáveis em minérios, é agitado por um movimento de libertação, a *South West African People's Organization* (SWAPO) que é apoiado pelo MPLA e pela União Soviética. *Na Rodésia,* a minoria branca (4%) desta colónia da Coroa Britânica declara-se independente do Reino Unido em 1965 e consegue enfrentar com êxito os movimentos da oposição negra. Com a ajuda da mediação britânica, a Rodésia que passa a chamar-se Zimbabué passa a ter no governo negros e brancos. Em Abril de 1980, acede oficialmente à independência.



## O PACÍFICO

• *O Oceano Pacífico é, desde 1945, um dos locais de confronto entre as grandes potências* e a sua importância é cada vez maior. Pela primeira vez desde a batalha do Pacífico, durante a Segunda Guerra Mundial, a guerra fria passa a conflito aberto, por ocasião da guerra da Coreia e dos conflitos da descolonização. Os arquipélagos acedem à independência: depois das ilhas Fiji (1970), e da Papuásia-Nova Guiné (Setembro de 1974), é a vez das Novas Hébridas, anteriormente sob a soberania conjunta franco-britânica, que se transforma em Estado, com o nome de Vanuatu (Julho de 1980). Com o impulso que ganharam os pólos de potência e de desenvolvimento situados no seu perímetro, o Pacífico, o antigo « espaço vazio» sob influência americana, transforma-se num gigantesco tabuleiro onde se desenrola uma partida disputada por quatro parceiros — Estados Unidos, União Soviética, China e Japão.

Para fazer face à presença americana que, graças sobretudo à concessão (até Setembro de 1992) das bases de Subic Bay e Clarke, para além dos postos avançados do Havai e da Coreia, se estende do Alasca às Filipinas, a União Soviética multiplica as bases navais, no Kamtchaka, em Sacalina, em Vladivostock e em Cam-Ranh e Danang, na costa do Vietname.

Quando a região do Pacífico deixa de ser um «lago americano», os Estados Unidos passam a olhá-la com um novo interesse e o centro de gravidade do país desloca-se para esta zona em que o comércio transpacífico ultrapassa em importância as trocas transatlânticas. O restabelecimento de relações diplomáticas com a China e o programa de modernização e de abertura económica anunciado por Teng Hsiao Ping contribuem para o fascínio americano pela Ásia-Pacífico, apesar da concorrência do Japão e dos «Quatro dragões» ser cada vez mais forte.

Tradicionalmente, o Pacífico sul era uma zona tranquila, com um conjunto de microestados a quem a Austrália dava protecção, no âmbito do pacto de Anzus (Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos) assinado em 1951, que lhe tinha dado o papel de «polícia regional». Mais recentemente surgiram tensões políticas que se agudizaram, dando origem a golpes de Estado, caso das Fiji, insurreições e crises constitucionais. Tudo indica que os equilíbrios herdados da época colonial se estão a desfazer. As veleidades isolacionistas dos Neozelandeses, que proibem os navios nucleares de fazerem escala no país, fazem perigar o pacto de Anzus mas cimentam o papel de potência regional da Austrália. As terras do Pacífico já não estão ao abrigo das convulsões internacionais.

• *A Nova Caledónia é um dos cenários destes confrontos.* O destino deste território francês de além-mar, rico em níquel e com uma população de 150 000 habitantes — melanésios e europeus — preocupa os países da zona do Pacífico. A soberania da França é fortemente contestada na «grande ilha» pela FLNKS (Frente de Libertação Kanake Socialista) e é decretado o estado de sítio. Nas eleições de Setembro de 1985, os anti-independentistas ganham, mas a violência continua. A 6 de Novembro de 1988 o estatuto da Nova Caledónia foi aprovado, por referendo. A aprovação do estatuto e o regresso à calma do território sanaram o conflito. Para a França está em jogo a presença numa região-chave, do ponto de vista económico, mas sobretudo do ponto de vista estratégico. A França fica com o Centro de Experimentação do Pacífico, situado em Mururoa, a 1200 Km do Haiti, à sua inteira disposição (se a França perdesse este Centro a sua força de dissuasão ficaria fortemente diminuída) e com a possibilidade de fazer experiências nucleares, o que é vivamente contestado pelos Estados da região e pela Organização Pacifista *Greenpeace* (o incidente do *Rainbow-Warrior*, 10 de Julho de 1985).

Devido ao seu peso económico e à sua importância estratégica, a região da Ásia-Pacífico é de agora em diante uma região essencial.

# 5

# UMA NOVA ERA, DEPOIS DE 1985

Para encontrar as origens imediatas da fantástica e evidente aceleração que a História sofreu a partir de 1989, é preciso remontar a 1985. Ruíram todas as bases em que o mundo assentava desde 1945, ou melhor, desde 1917. As consequências da Segunda Guerra Mundial desvaneceram-se; a Alemanha unificada e o Japão tornaram-se potências. O comunismo está vacilante e a economia de mercado parece triunfar por todo o lado. A União Soviética, obrigada a um recuo generalizado, pulveriza-se em várias Repúblicas. Com o fim da Guerra Fria as tensões acalmaram; o modelo ocidental de democracia parlamentar está em grande expansão. Mas com a emergência dos nacionalismos é caso para perguntar se a nova ordem internacional trará o fim dos conflitos ou a desordem generalizada.

1985 é a data provável do início de um novo período das relações internacionais. Comprovam-no dois fenómenos, um de ordem económica e outro de ordem política.

• *De 1985 a 1990, o mundo ocidental atravessa uma fase de grande expansão.* Dois factores explicam o fim da crise económica que o mundo atravessava desde 1973. Em primeiro lugar a baixa do preço do petróleo, devido à quebra da procura, provocada pela chegada ao mercado de produtores não membros da OPEP (Noruega, Reino Unido) e ao aumento das energias de substituição (energias nucleares). A quebra do consumo, juntamente com o aumento de produção, dá origem a uma produção excedentária. O outro factor é a retoma do crescimento, surgida com o *boom* económico que os Estados Unidos atravessam graças à sua política de desinflacção; a nova prosperidade do país, com a limitação do aumento dos preços e uma redução sensível do desemprego, propaga-se à economia mundial. Para obstar às flutuações do dólar, os Ministros das Finanças dos sete países mais industrializados chegam a acordo sobre uma estabilização relativa, concretizada nos acordos do

Plaza, em Nova Iorque (22 de Setembro de 1985) e do Louvre, em Paris (22 de Junho de 1987). De 1985 a 1989, o mundo ocidental atravessa um novo período de expansão, graças ao desenvolvimento da tecnologia e da informática e à intensificação das trocas e dos serviços. Mas este regresso do crescimento é muito pouco consistente, como o provam a elevada taxa de desemprego, as flutuações das taxas das Bolsas de Valores (como o *crash* de Wall Street, em 19 de Outubro de 1987) e, sobretudo, a fragilidade de um sistema monetário internacional que tem como base os Estados Unidos, país endividado e deficitário.

O mundo ocidental volta a mergulhar na recessão, mesmo antes da crise do Golfo (1990-1991), com o aumento em flecha do preço do petróleo, a fragilidade dos mercados das Bolsas, a diminuição da actividade económica e o aumento do desemprego. A recessão é tanto mais grave quanto os principais intervenientes adoptam medidas contraditórias relativas às taxas de juro. Enquanto a Europa ocidental se afunda no marasmo (em 1993 a taxa média de desemprego na CEE ultrapassa os 11% da população activa), outras regiões do mundo, especialmente a região da Ásia-Pacífico, registam um crescimento elevado. Mas em 1994, a retoma generaliza-se, para o que contribuiu a descida da cotação do petróleo.

• *O segundo fenómeno é de ordem política.* É a chegada ao poder de Mikhail Gorbatchev, eleito Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, a 11 de Março de 1985. As consequências deste acontecimento não são só a nível interno. A *perestroika* (reestruturação) afecta todos os aspectos do Estado e da sociedade soviéticos. A exigência da *glasnost* (transparência) desencadeia um processo de ruptura. As mudanças em curso na União Soviética, o fim do exílio (Maio de 1989) do académico dissidente Andrei Sakharov, que estava em regime de residência fixa em Gorki, desde 1980, a eleição de Mikhail Gorbatchev para chefe de Estado (Maio de 1989) mostram que o imobilismo de Brejnev está morto e enterrado.

A política seguida pelo movimento também tem um grande impacto sobre a política externa porque Gorbatchev diminui os compromissos internacionais da URSS, para que esta possa aplicar todas as suas energias na reconstrução económica.

Em 1985, o novo arranque da expansão económica e a revolução de Gorbatchev têm repercussões consideráveis. Permitem o reatar de um diálogo construtivo entre os Estados Unidos e a URSS, uma verdadeira revolução na Europa de Leste e o desanuviamento planetário. Começa a delinear-se uma nova configuração internacional.

## O fim da guerra-fria

Os efeitos imediatos do fim da guerra-fria foram positivos. Permitiu a resolução de conflitos regionais e deu um grande impulso ao processo democrático. Mas não teve o «desfecho» que alguns esperavam. Com efeito, não só não instaurou uma nova ordem mundial, como deu origem a uma certa desordem.



### ORDEM OU DESORDEM MUNDIAL?

Em alguns anos, e nalguns casos em alguns meses, resolvem-se com uma facilidade desconcertante situações que estavam completamente bloqueadas e conflitos que pareciam destinados a não ter fim. Dá-se a reunificação das duas Alemanhas, o muro de Berlim cai, as tropas soviéticas saem do Afeganistão, acaba a guerra entre o Irão e o Iraque, os soldados vietnamitas saem do Cambodja, a África do Sul deixa a a Namíbia tornar-se independente: De acordo com o tratado FNI (Forças Nucleares Intermediárias), exemplo do novo espírito que existe entre o Leste e o Ocidente, os euromísseis são desmontados e destruídos. Por todo o lado se notam sinais de desanuviamento, entre Marrocos e a Frente Polisário (30 de Agosto de 1988), entre a Grécia e a Turquia (primeira cimeira greco-turca, desde 1978, em Janeiro de 1988) entre Cipriotas gregos e Cipriotas turcos (24 de Agosto de 1988), entre Coreanos do norte e Coreanos do sul (Setembro de 1990). Os Indianos, chamados em 1987 para restabelecer a ordem no Sri Lanka, não mostram pressa nenhuma em sair, mas acabam por fazê-lo, em Julho de 1989. Os Etíopes entram em negociações com os Eritreus, sob os auspícios do ex-presidente Carter (Setembro de 1989). A Argentina e a Grã-Bretanha restabelecem relações diplomáticas, a 15 de Fevereiro de 1990. A 21 de Maio de 1990, os dois Iémens fundem-se num Estado único mas, em 1994, voltam aos confrontos. Católicos e protestantes irlandeses sentam-se à mesma mesa (Junho de 1991) e a declaração anglo-irlandesa (Dezembro de 1993) anuncia o fim da guerra civil. Israelitas e Palestinianos reconhecem-se mutuamente (9 de Setembro de 1993). O mundo ter-se-à tornado mais sensato? Ter-se-à convertido à democracia ? Por outro lado, esta é também a hora do despertar dos nacionalismos e do renascimento dos integralismos religiosos, na Europa central e na Europa oriental, mas também na Ásia e em África.

### UMA DIFÍCIL CONVERSÃO À DEMOCRACIA

Até estes últimos anos, a democracia era um regime político minoritário no mundo, confinado à Europa ocidental, à América do Norte, ao Japão e a alguns outros Estados. Nos anos 80 assiste-se à universalização da democracia. Primeiro na Europa, com a democratização da Europa de Leste. Algumas das democracias populares deram o exemplo, caso da Polónia (legalização do Solidariedade em Agosto de 1988) e da Hungria, mas depois de várias manifestações (Verão-

-Outono de 1989), todas seguem o mesmo caminho. Depois da formação de governos dirigidos por não comunistas, ou maioritariamente não-comunistas, realizam-se eleições democráticas ou parcialmente livres que, de um modo geral, rejeitam o regime e o partido comunistas. Na Polónia, o antigo *leader* do Solidariedade, Lech Walesa, é eleito presidente (9 de Dezembro de 1991). Na Roménia, o regime ditatorial é derrubado (22 de Dezembro de 1989) e o ditador Ceausescu é executado. Até a Albânia, derradeiro bastião do estalinismo na Europa, é arrastada nesta espiral democrática. Na ex-União Soviética o processo de democratização acelera-se com o fracasso de um golpe conservador (19 de Agosto de 1991).

Também fora da Europa o novo desanuviamento cria um clima propício à queda das ditaduras e à implantação de regimes mais liberais. Na Argentina, no Uruguai e no Brasil são eleitos, por sufrágio universal, novos presidentes. No Chile prepara-se cuidadosamente a sucessão de Pinochet (Dezembro de 1989). No Paraguai, o general Stroessner, que desde 1954 chefia um regime ditatorial, é deposto (Fevereiro de 1989) por um outro general, que depois se submete ao veredicto das urnas. Na Nicarágua, a oposição liberal ganha as eleições, derrotando o candidato sandinista (Fevereiro de 1990). A reconciliação nacional de El Salvador, em Janeiro de 1992, é definitivamente selada em Dezembro de 1992.

Na Coreia do Sul é eleito presidente um civil (o primeiro em trinta anos), em Fevereiro de 1993. Ao fim de mais de vinte anos de regime autoritário (1965-1986), realizam-se eleições presidenciais nas Filipinas e o presidente Marcos, pressionado pela população, por parte do exército e pelos Estados Unidos, é obrigado a exilar-se, cedendo o lugar a Cory Aquino (25 de Fevereiro de 1986). Por toda a África, o pragmatismo sobrepõe-se ao marxismo-leninismo e o multipartidarismo generaliza-se (Gabão, Costa do Marfim, Zâmbia). No Benim, o regime marxista-leninista, implantado em 1972 por um golpe militar, liberaliza-se (28 de Fevereiro de 1990). Na Etiópia a ditadura do coronel Mengistu (que já dura desde 1977) é afastada do poder (Maio de 1991). Por último, a onda democrática chega a Madagáscar, com as eleições presidenciais de Fevereiro de 1993. Na África do Sul, o novo Presidente, F. de Klerk, considera que com o recuo do comunismo nos países da «linha da frente», estão criadas as condições para passar à prática a sua intenção de pôr fim ao *apartheid*. Nelson Mandela é libertado a 11 de Fevereiro de 1990 e Klerk inicia conversações com os movimentos nacionalistas negros (entre eles o ANC). As últimas leis sobre o *apartheid* são revogadas em Junho de 1991 e as primeiras eleições multirraciais (Abril de 1994) dão o poder à ANC e a Nelson Mandela, que é eleito Presidente.

Mas há muitas excepções a esta evolução para a democracia. Por exemplo na Ásia onde, em Maio/Junho de 1989 se assiste, em Pequim, ao esmagamento do movimento de libertação (simbolizado pelas manifestações de estudantes na Praça de Tiananmen) e ao regresso à normalização, apesar das pressões dos ocidentais; a 29 de Maio de 1989 é imposta a lei marcial, que é levantada a 10 de Janeiro de 1990. Na India, em Maio de 1991 Rajiv Gandhi (primeiro-ministro de 1984 a 1989) é assassinado, o que reflecte bem a crise que o subcontinente indiano atravessa. Os confrontos religiosos ensanguentam a India e o Afeganistão. Na América Latina, a partida de Jean Claude Duvalier (7 de Fevereiro de 1986) significa o fim da dinastia Duvalier no Haiti, mas não significa o regresso da democracia, que é derrubada por um golpe militar (1991-1994). Também se registam violentos confrontos na Venezuela (Fevereiro e Novembro de 1992), no Perú (Novembro de 1992), minado pela guerrilha do Sendero Luminoso, na Colômbia, corroída pelo tráfico de droga e no Brasil onde, depois de uma grave crise política (Dezembro de 1992), o Presidente Collor se vê forçado a demitir-se. O Ruanda (Abril-Maio de 1994) e o Burundi (Março de 1995) são palcos de massacres. Na Argélia, as insurreições de Outubro põem em perigo o processo democrático iniciado em Fevereiro de 1989. Para tentar fazer frente à enorme implantação que a Frente Islâmica de Salvação tem junto das camadas populares, o exército toma o poder (11 de Janeiro de 1992) e depõe o Presidente Chadli Bendjedid. Apesar de ser decretado o estado de sítio, o terrorismo alastra (assassínio do Presidente Budiaf, a 29 de Junho de 1992) e o país mergulha numa verdadeira guerra civil. No entanto, isso não impediu a realização de eleições presidenciais, que deram a vitória a Limane Zerual (16 de Novembro de 1995). Também no Egipto grassa a violência, devido ao avanço do fundamentalismo muçulmano.



## O DIÁLOGO AMERICANO-SOVIÉTICO

Em 1984, antes da chegada ao poder de Gorbatchev, já tinha havido um esboço de diálogo entre as duas potências, quando recomeçaram as negociações sobre o desarmamento. No início deste ano de eleições nos Estados Unidos, o Presidente Reagan deseja estabelecer um diálogo realista com a URSS. Em Janeiro, começa em Estocolmo a conferência sobre o desarmamento na Europa, na presença dos 75 signatários da Acta de Helsínquia. Os reponsáveis da diplomacia americana e soviética, Schulz e Gromyko, decidem retomar as negociações sobre as MBFR (*Mutual and Balanced Force Reduction*) e também sobre as armas estratégicas, em Viena. Decidem ainda fazer negociações separadas para os euromísseis, para as armas estratégicas e para as armas espaciais.

### *O retomar do diálogo*

- *Com a chegada ao poder de Gorbatchev, a União Soviética lança uma campanha de grande envergadura a favor do desarma-*

*mento.* É uma tendência constante da diplomacia soviética que perturba sempre o Ocidente, porque tem sempre o mesmo objectivo: uma Europa desnuclearizada e neutralizada, que Gorbatchev rebaptiza com o nome de «Casa comum europeia». Esta campanha também resulta de exigências orçamentais: é necessário reduzir o enorme encargo com as despesas militares. Nesta época, a URSS destina aproximadamente 16% do seu PNB (tanto quanto é possível saber-se) às despesas militares. Os Estados Unidos 6,5% e a França 3,9% do PIBM.

Em Outubro de 1985, em Paris, Gorbatchev propõe a redução para metade das armas estratégicas dos dois lados, pondo como condição que os Estados Unidos renunciem à Guerra das Estrelas, e dirige-se directamente aos governos de Londres e de Paris, para negociar com eles as respectivas forças de dissuasão.

• *O encontro ao mais alto nível com o Presidente Reagan (19-21 de Novembro de 1985), em Genebra,* é o primeiro encontro deste tipo que se realiza, desde 1979. Lança as bases para um diálogo americano-soviético durável. Os dois homens têm todo o interesse em chegar a um entendimento. Depois de sofrer vários revezes na política externa (*Irangate,* dificuldades com o auxílio aos *Contras* da Nicarágua), o presidente Reagan quer acabar o seu mandato como pacificador e não como belicista. Gorbatchev também precisa de ter êxito na política externa. O diálogo é retomado, mas subsiste o desacordo sobre a «guerra das estrelas» que Gorbatchev denuncia como sendo uma tentativa para contornar o princípio da paridade estratégica, estipulada pelos SALT. Reagan, colocado numa posição difícil perante a opinião pública americana e a opinião pública mundial, recusa-se no entanto a abandonar o projecto guerra das estrelas e acusa a URSS de não respeitar os acordos sobre o desarmamento. Em contrapartida, surge uma perspectiva de acordo em relação aos FNI, na base da «opção zero», ou seja o desmantelamento dos SS 20, de um lado e dos *Pershing* e *Cruise* do outro.

Ao longo do ano de 1986, Gorbatchev multiplica os apelos ao desarmamento, para que até ao fim do século a Terra fique livre das armas nucleares e das armas «novas» (laser, feixes de fotões).

• *Tudo isto é discutido durante o novo encontro de cúpulas de Reiquejavique* (11-12 de Outubro de 1986). O diálogo entre Reagan e Gorbatchev está quase a chegar a um acordo de grande impacto: redução para metade das armas intercontinentais, supressão das armas de alcance intermédio que atinjam mais de 1000 km, congelamento dos outros FNI. Mas Gorbatchev pede aos Estados Unidos que se comprometam também a renunciar a todos as experiências fora dos laboratórios do seu escudo espacial. É o suficiente para que o acordo não se realize. Sem sequer consultar os europeus, os Estados Unidos estiveram quase a consentir na retirada das suas armas nucleares da Europa que, durante estas negociações, não foi consultada. A eliminação dos euromísseis teria deixado intacta a superioridade do Pacto de Varsóvia em armamentos convencionais e em efectivos. Isto leva



os Franceses e os Alemães a conjugar os seus esforços de defesa: manobras comuns, criação de uma Brigada franco-alemã e de um Conselho de defesa franco-alemão, mas, à partida, hesitam entre uma força nuclear independente e uma força não nuclear.

## *Os acordos de desarmamento*

• *Durante o ano de 1987, são retomadas as negociações que conduzem finalmente ao tratado de Washington.* A 28 de Fevereiro, Gorbatchev abandona a discussão na globalidade dos *dossiers* sobre o desarmamento e propõe-se negociar um acordo sobre as FNI, independente dos outros *dossiers.* A 13 de Abril, reitera a sua proposta de opção pelo «duplo zero», isto é, a eliminação não só das armas de alcance superior a 1000 km, mas também das que atingem entre 500 e 1000 km. A batalha dos euromísseis é objecto de longas e acaloradas discussões, nas chancelarias e na opinião pública, sobretudo a opinião pública alemã, mas a elaboração do tratado, feita por M. M. Chevarnadze e Schulz é rápida. A 8 de Dezembro de 1987, R. Reagan e M. Gorbatchev assinam o tratado de Washington que prevê a destruição, num período de três anos, de todos os mísseis com um alcance de 500 a 5500 Km baseados em terra e instalados na Europa. O acordo obriga a importantes concessões por parte dos soviéticos: é verdade que os SS 20 soviéticos são obsoletos, enquanto os *Pershing 2* americanos são armas modernas e com grande capacidade de *performance.* Pela primeira vez, Americanos e soviéticos vão além da limitação de armamentos e fazem um acordo sobre a destruição de armas nucleares. No entanto, as armas abrangidas representam 4% das ogivas atómicas acumuladas pelos dois Grandes e estão fora dos respectivos territórios.

Outra novidade: os rigorosos procedimentos de inspecção no local são aceites pelas duas partes. Esta atitude tem uma explicação óbvia: as duas superpotências aceitaram um desarmamento que não as atinge directamente e o seu território fica portanto resguardado. As potências nucleares europeias, França e Reino Unido, vêem-se bruscamente projectadas para a linha da frente. O grande debate sobre a opção «triplo zero» (armas de alcance inferior a 500 km) abre caminho à desnuclearização total da Alemanha.

• *De 29 de Maio a 2 de Junho de 1988, decorre em Moscovo uma quarta conferência de alto nível entre Reagan e Gorbatchev, que estabelecem acordos técnicos* sobre os ensaios de mísseis e as experiências atómicas. Mas o que esteve no centro da discussão foram os Direitos do Homem.

• *Depois de, a 7 de Dezembro de 1988, ter anunciado na ONU, a redução unilateral das forças armadas soviéticas* em 500 000 homens e a retirada, num período de dois anos, de 5000 tanques e 800 aviões instalados na RDA, na Checoslováquia e na na Hungria, M. Gorbatchev

encontra-se com R. Reagan e G. Bush. Embora a superioridade militar da força soviética se mantenha, tanto no que diz respeito a armamentos, como no que diz respeito a efectivos, esta proposta causa alguma perturbação no seio da Aliança Atlântica. A cimeira dos membros da NATO, realizada em Bruxelas (29 de Maio de 1989), opta pela continuação do princípio da modernização dos mísseis de curto alcance. Mas este princípio está directamente ligado aos progressos que se fizerem no domínio das armas convencionais. Depois do encerramento, em Fevereiro de 1989, das MBFR, que não obtiveram resultados palpáveis, realiza-se em Viena, a partir de Março de 1989, com a participação de 23 membros das duas Alianças, uma conferência sobre as forças armadas convencionais na Europa (FCE).

• *A conferência para a proibição das armas químicas, que tem lugar em Paris, em Janeiro de 1989* reafirma a sua fidelidade ao protocolo de 1925 que proíbe o uso de armas químicas, mas não consegue chegar a acordo sobre a interdição do seu fabrico porque os Árabes se opõem enquanto Israel se recusar a autorizar uma inspecção às suas instalações nucleares.

• *No decorrer do encontro Bush-Gorbatchev (2-3 de Dezembro de 1989),* ao largo de Malta, os dois chefes de Estado anunciam a abertura de uma nova era das relações internacionais e decidem acelerar as negociações sobre o desarmamento. Efectivamente, aquando da conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO e do Pacto de Varsóvia, realizada em Otava (13 de Fevereiro de 1990), chega-se a um entendimento sobre a redução das forças americanas e soviéticas na Europa central e na Europa oriental para um total de 195 000 homens e estabelece-se também o acordo «céu aberto», que dá aos aviões da NATO e do Pacto de Varsóvia permissão para sobrevoar territórios do outro lado.

• *Durante os encontros Bush-Gorbatchev em Washington e em Camp David (30 de Maio-3 de Junho de 1990)* uma série de acordos prevê as grandes linhas de um futuro tratado de redução de armamentos estratégicos que poderá ir até 50%. Os Estados Unidos e a URSS comprometem-se a reduzir para metade, até ao ano 2000, os seus *estoques* de armas químicas.

• *A 19 de Novembro de 1990,* em Paris, os 16 países membros da NATO e os seis países do Pacto de Varsóvia assinam o tratado sobre a redução das forças convencionais na Europa (FCE). Este tratado prevê a eliminação dos ataques surpresa à Europa (do Atlântico aos Urales), estabelece um limite máximo de cinco categorias para as armas clássicas (tanques, blindados, artilharia, aviões, helicópteros) e reafirma a obrigatoriedade de respeitar a paridade Leste-Oeste. Com o desaparecimento do Pacto de Varsóvia e com a derrocada da União Soviética o tratado FCE caduca.

• *A 30-31 de Julho de 1991, numa reunião em Moscovo, classificada como «a primeira cimeira do pós-guerra fria»,* G. Bush e M. Gorbatchev tentam estabelecer uma parceria sólida: prova disso é o facto de terem convocado conjuntamente uma conferência sobre a paz no Médio Oriente. Mas mais importante ainda é o facto de terem assinado, a 31 de Julho, o tratado START (*Strategic Arms Reduction Talks*), que prevê uma redução de 25 a 30% nos respectivos armamentos nucleares estratégicos (com mais de 5500 km de alcance). Está-se muito longe das reduções de 50% anunciadas no início das negociações. O número de ogivas nucleares possuídas pelas duas superpotências deve passar de 12 081 para 10 395, no caso dos Estados Unidos e de 10 841 para 8040, no caso da União Soviética. No entanto, em alguns tipos de armas (SLBM: *Sea-Launched Ballistic Missile*) as quantidades existentes são inferiores aos limites estabelecidos, o que leva à reestruturação dos arsenais. Este é o mais importante acordo sobre desarmamento jamais firmado entre os dois Grandes, desde 1945.

• *Os presidentes G. Bush (27 de Setembro de 1991) e M. Gorbatchev (5 de Outubro de 1991) rivalizam em propostas arrojadas.* Os Estados Unidos decidem unilateralmente eliminar do seu arsenal nuclear as armas tácticas baseadas em terra e em mar e propõem à URSS a eliminação de todos os mísseis balísticos de ogivas nucleares múltiplas. O plano soviético prevê o desmantelamento total das armas nucleares tácticas, de terra, de mar e de ar, uma redução dos efectivos e uma moratória de um ano sobre os ensaios nucleares.

• *Após um breve encontro entre George Bush e Boris Ieltsine, a 1 de Fevereiro de 1992, em Camp David, a cimeira americano-russa de Washington (16-17 de Junho de 1992)* permite aos dois chefes de Estado a assinatura de uma carta de cooperação e amizade e o acordo sobre mais uma redução dos respectivos armamentos nucleares estratégicos. Pela assinatura do protocolo de Lisboa (23 de Maio de 1992) os Estados Unidos obtêm a adesão dos Estados que sucedem à União Soviética aos acordos de desarmamento e desenvolvem esforços no sentido de conseguir obter a desnuclearização da ex-URSS, excepto a Rússia. Todas as armas nucleares tácticas soviéticas deveriam ser depositadas na Rússia, a partir de Maio de 1992. Os Americanos repatriaram para os Estados Unidos todas as armas tácticas instaladas em terra e em mar.

• *A 3 de Janeiro de 1993, o presidente Bush e o presidente Ieltsine (pela CEI) assinam em Moscovo o tratado Start II,* que marca uma nova e ambiciosa etapa no desarmamento nuclear pois prevê o desaparecimento, num período de dez anos, de dois terços das ogivas nucleares estratégicas, que deverão passar de aproximadamente 10 000 a 3000 ou 3500, e dos mísseis MIRV instalados em terra. O tratado só poderá entrar em vigor após a aplicação do Start I, que ainda tem de ser ratificado.

• *Em Paris (15 de Janeiro de 1993), o tratado que proíbe a produção, a utilização e o armazenamento de armas químicas* é assinado por 130 países que se comprometem a destruir os seus *estoques num*

*período máximo de dez anos*. Comprometem-se ainda a aceitar um dispositivo de inspecção *in loco*.

• *Em Vancouver (Canadá) a 3 e 4 de Abril de 1993*, o presidente Clinton informa Boris Ieltsine de que os Estados Unidos lhe prestarão auxílio financeiro para levar a cabo o seu programa de reformas. Tendo em conta a alteração da «ameaça» e as necessidades orçamentais, os Estados Unidos renunciam (13 de Maio de 1993) à IDE, optando por um programa antimíssil menos ambicioso.

• *Em Moscovo, a 14 de Janeiro de 1994*, o presidente Clinton assina com o Presidente ucraniano, Kravtchuk, e com Boris Ieltsine um acordo que prevê o desmantelamento do arsenal nuclear da Ucrânia.

• *A 27 e 28 de Setembro de 1994*, em Washington, os presidentes Ieltsine e Clinton empenham-se na aceleração do processo de desarmamento nuclear e no avanço da sua nova «parceria».

• *A 10 de de Maio de 1995*, a cimeira entre Ieltsine e Clinton, em Moscovo, assinala o regresso à «paz fria», com a Rússia a opor-se ao alargamento da NATO aos Estados da Europa central e a recusar-se a pôr termo à cooperação nuclear com o Irão.

## *O nascimento de uma nova Europa*

A Europa voltou a estar no centro das relações internacionais. Vários factores contribuírama para isso: a construção da Europa, que durante algum tempo andou a marcar passo, ganhou novo fôlego e provoca reacções por todo o mundo. O desarmamento que está a ser negociado pelas superpotências atinge sobretudo a Europa. O novo desanuviamento e a queda do comunismo no Leste são acontecimentos decisivos e positivos, mas também têm efeitos desestabilizadores. O *statuo quo* mantido pelo poder das forças armadas soviéticas desaparece e dá lugar a um vazio que assusta porque «quando a cortina de ferro cai, todo o teatro de guerra do pós-guerra fica ultrapassado». Se a reunificação alemã e o desmembramento da União Soviética se fizeram sem recurso à violência, já o mesmo não se pode dizer de outras situações: voltam a aparecer problemas com as fronteiras e os nacionalismos exarcebam-se. A guerra ronda de novo o coração da Europa. A nível estratégico, como a nível político e económico, o mapa da Europa está profundamente alterado. A nível político, há a assinalar muitas convulsões.

### O REFLUXO SOVIÉTICO NA EUROPA E A LIBERTAÇÃO DOS PAÍSES DE LESTE

• *O desanuviamento tem consequências consideráveis na Europa, a nível militar*. Para se ter uma ideia do alcance deste processo, é preciso ter presente a extraordinária concentração militar que havia na Europa, em finais dos anos 80. Só efectivos havia, em 1989, mais de 1,5 milhão de soldados na Alemanha, numa superfície inferior à da França: na RDA, 173 000 homens no exército leste alemão e 380 000 soldados soviéticos, na RFA, 490 000 homens do exército da Alemanha ocidental, 264 000 soldados americanos, 67 000 britânicos, 50 000 franceses (mais as forças canadianas, holandesas e belgas, às quais se deve ainda acrescentar 11 000 militares ocidentais em Berlim ocidental. No que diz respeito ao material, a Aliança Atlântica mantinha 22 000 tanques (1400 dos quais eram franceses) contra 61 000, só à conta da União Soviética.



O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros propõe que até ao ano 2000 sejam extintas todas as bases militares no estrangeiro e que até lá se acabe também com todo o tipo de presença militar no estrangeiro. O tratado sobre a redução das Forças Convencionais na Europa (FCE), assinado em Paris a 19 de Novembro de 1990, restabelece a paridade militar entre as duas potências, na área geográfica a que se reporta (do Atlântico aos Urales). O fim do Pacto de Varsóvia causa alguma perturbação no andamento do tratado e nas negociações posteriores, mas por último, os 29 países assinam em Helsínquia (30 de Junho de 1992) um acordo sobre a limitação dos efectivos que vai permitir a entrada em vigor do tratado FCE. O acordo estabelece, entre outros, os limites do número de efectivos (para as forças terrestres): 1 450 000 para a Rússia, 450 000 para a Ucrânia, 345 000 para a Alemanha, 325 000 para a França. Os americanos, embora reduzam os seus efectivos na Europa, estão na disposição de continuar a manter forças militares no continente europeu, acedendo assim ao pedido dos europeus.

• *A nível ideológico e político, a queda do comunismo na Europa de Leste* é por um lado a prova irrefutável do fracasso e por outro o reflexo de uma nova política soviética. Outros factores contribuíram para isso: a popularidade de João Paulo II, reforçada pelas suas numerosas viagens, especialmente à Polónia (1979, 1983, 1987, 1991), o papel das igrejas cristãs e a imagem da outra Europa, divulgada pela televisão. Tudo coisas que põem em causa a divisão da Europa.

• *Assiste-se desde 1985, mas mais especialmente desde 1989, a convulsões nos regimes comunistas da Europa de Leste* e ao afrouxamento dos laços entre a União Soviética e as democracias populares. Antigamente, de cada vez que um país de Leste ameaçava portar-se mal, o «grande irmão» franzia o sobrolho e, de um modo geral, isso bastava para as coisas regressassem à normalidade. Este intervencionismo tinha aliás sido formalizado na doutrina Brejnev de 1968. Agora, os dirigentes soviéticos não só deixam de exercer o seu poder sobre a Europa de Leste, como fazem saber que o Pacto de Varsóvia deixará de intervir nas questões internas dos países irmãos e que o exército soviético sairá da Hungria e da Checoslováquia. E em Dezembro de 1989, a cimeira do Pacto de Varsóvia vai mesmo ao ponto de condenar a intervenção de 1968, na Checoslováquia. É uma reviravolta

completa. Entretanto, a URSS não pretende afastar-se da Europa. Bem pelo contrário, a Europa é uma questão absolutamente fulcral para a diplomacia soviética, que defende a ideia da «casa comum europeia». Confrontado com problemas económicos e étnicos na União Soviética, Gorbatchev faz concessões, usando a velha táctica russa de perder espaço para ganhar tempo.

• *As solidariedades do bloco oriental* desfazem-se completamente. O funcionamento do COMECON é posto em causa durante a reunião de dirigentes, realizada em Sófia (9 a 10 de Janeiro de 1990) e prepara-se uma profunda reestruturação; dezoito meses mais tarde (28 de Junho de 1991) a aliança económica é dissolvida. O mesmo se passa com o Pacto de Varsóvia. Os pedidos de retirada, quase simultâneos, das tropas soviéticas estacionadas na Checoslováquia (75 000 homens), na Polónia (45 000 homens) e na Hungria (60 000 homens) dão-lhe o golpe fatal. Os dirigentes do Pacto de Varsóvia, reunidos em Budapeste, decidem, a 25 de Fevereiro de 1991, dissolver o Pacto enquanto organização militar, o que aconteceu a 1 de Julho de 1991. Em Junho de 1991 as tropas soviéticas procedem à retirada final da Hungria e da Checoslováquia.

Com a derrocada do bloco comunista surgem as rivalidades étnicas e nacionais, do Elba ao Cáucaso, pondo em perigo o traçado das fronteiras. Numa primeira fase (Dezembro de 1989), os dirigentes da Aliança Atlântica e os do Pacto de Varsóvia deixam bem clara a sua intenção de manter as fronteiras e as organizações político-militares existentes na Europa. A situação deteriora-se a tal ponto que no Verão de 1991, os ocidentais, preocupados com as pressões migratórias que poderiam resultar da crise profunda com que se debatem os países da Europa de Leste e fartos de assistir impotentes aos conflitos, que são cada vez mais numerosos, resolvem caucionar as diligências de independência. A transição para a economia de mercado e para a democracia é difícil. Prova disso é o regresso em força ao poder de ex-comunistas, em vários países da Europa central.

## A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

A questão alemã surgiu brutal e inesperadamente, na sequência da derrocada do regime da RDA.

• *Antes da construção do muro de Berlim, perto de 3 milhões de cidadãos da Alemanha de Leste já tinham votado com os pés.* O fim do êxodo iria permitir o nascimento de um verdadeiro Estado, de uma Prússia vermelha, nacional-marxista? Poder-se-ia pensar que, com a ajuda do muro, a *Ostpolitik* teria consolidado a RDA. Não foi isto que a realidade veio demonstrar. Muito pelo contrário, em Agosto-Setembro de 1989, verificou-se um verdadeiro êxodo dos Alemães de Leste que aproveitaram a brecha húngara para contornar o muro. Ao êxodo



vêm juntar-se as manifestações de rua contra os dirigentes. Finalmente, a 9 de Novembro de 1989, dá-se a abertura do «muro da vergonha» e da fronteira entre as Alemanhas, por uma decisão administrativa do governo da RDA. Na manhã de 10 de Novembro, milhares de Berlinenses de Leste rumam para Ocidente e voltam a casa, pouco tempo depois. É a queda do símbolo mais forte da guerra-fria e o fim da divisão da Alemanha. Mas o êxodo continua, ao ritmo de 2000 por dia, porque o nível de vida na RFA é duas a três vezes superior ao da RDA.

• *Esta abertura e convulsões políticas internas da RDA levantam o problema da reunificação alemã.* Há manifestações para exigir uma reunificação rápida, como aconteceu em Leipzig (Novembro de 1989). A decomposição interna da RDA cria um vazio que o poder da RFA pode vir preencher. O chanceler Helmut Kohl não perde tempo e apanha toda a gente de surpresa, quando torna público um plano com 10 pontos com vista à concretização da unidade alemã no seio das estruturas confederativas (28 de Novembro de 1989) sem invocar a inviolabilidade das fronteiras e em particular da linha Oder-Neisse. Entretanto, o precipitar dos acontecimentos e muito particularmente a vitória que os adeptos de uma unificação rápida obtiveram nas eleições da Alemanha de Leste (18 de Março de 1990) vêm alterar todo o calendário político e agitar as chancelarias.

• *As reacções estrangeiras são prudentes.* Na cimeira de Estrasburgo (8-9 de Dezembro de 1989), os doze aceitam o direito à autodeterminação do povo alemão, mas impõem-lhe várias condições. A França nega querer impedir a reunificação da Alemanha e mostra-se favorável a uma confederação que inclua a CEE alargada e os países de Leste que se tornaram democráticos. A União Soviética, reconhece a irreversabilidade da situação e aceita a ideia da unificação dos dois Estados alemães (3 de Janeiro de 1990), mas inicialmente opõe-se à ideia de uma Grande Alemanha, membro da Aliança Atlântica. A Polónia quer um tratado que garanta a inviolabilidade da fronteira germano-polaca. O chanceler Kohl vai adiando a situação e acaba por conseguir tranquilizar os polacos (6 de Março de 1990).

A questão alemã volta a estar na ordem do dia. A reunificação traz consigo muitas incertezas. A existência de uma grande Alemanha (80 milhões de habitantes), com um enorme peso económico na Comunidade, não será um risco para a Europa? Depois de reunificada, a Alemanha continuará na NATO ou optará por ser neutra? Não iria a RFA aproveitar-se da reunificação para neutralizar uma Europa central desnuclearizada? Mais do que qualquer outra coisa, é a dinâmica da reunificação a grande preocupação do governo da RFA, muito embora a Alemanha Federal tenha uma sólida ligação ao Ocidente. Khol acena ao Leste, aceitando a opção «duplo zero» e mesmo a «triplo zero», abre mão do prolongamento do serviço militar obrigatório (Abril de 1989), recebe Gorbatchev (Junho de 1989) e abraça a ideia da «casa comum europeia». Quando se temia que a RFA, no seu esforço de reunifica-

ção, provocasse desequilíbrios no Leste, eis que é exactamente o contrário que se passa.

O desmoronamento do regime comunista da RDA e o resultado das eleições de 18 de Março de 1990 que deram a vitória aos partidos próximos de Kohl, tornaram possível a reunificação. A união monetária entre as duas Alemanhas entra em vigor a 1 de Julho de 1990. Os dois Estados alemães estão presentes durante as conversações entre as quatro potências garantes do estatuto da Alemanha (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, URSS). A União Soviética reconhece o carácter inelutável da unificação (Janeiro de 1990) mas, numa primeira fase (12 de Fevereiro) rejeita a permanência na NATO de uma Alemanha unida. A 16 de Julho, com a assinatura do «acordo histórico» do Cáucaso, a situação altera-se e M. Gorbachev aceita que a Alemanha continue na NATO, pondo como condição que o número máximo de efectivos do futuro exército alemão seja de 370 000 homens e que o financiamento para a retirada dos soldados soviéticos da ex-RDA seja feito antes do final de 1994. O tratado que «estabece a resolução definitiva da questão alemã» é assinado em Moscovo, a 12 de Setembro. Embora seja um Estado plenamente soberano, a Alemanha aceita o limite imposto aos seus efectivos militares e aceita renunciar às armas nucleares. Está aberto o caminho para a reunificação, que se dá a 3 de Outubro de 1990. Os últimos soldados russos saem de Berlim a 31 de Agosto de 1994 e as tropas ocidentais a 8 de Setembro. Surge uma nova grande potência, a Alemanha, com 80 milhões de habitantes e a sua situação central e o seu poder podem dar azo ao receio de uma «Europa alemã», apesar do custo da unificação ter sido superior ao que estava previsto. A questão alemã não é a única incógnita nesta nova situação europeia.

## O DESMORONAMENTO DO IMPÉRIO SOVIÉTICO

A queda do comunismo soviético leva ao desmembramento da União Soviética que se vê confrontada com uma tripla crise:

— *ideológica*, porque não só o papel dirigente do comunismo e do PCUS é posto em causa (13 de Março de 1990) como o PC russo fica proibido de ter qualquer actividade, depois do golpe falhado (19 de Agosto de 1991);

— *económica*, devido à desorganização da economia soviética (inflação, défice orçamental, endividamento externo);

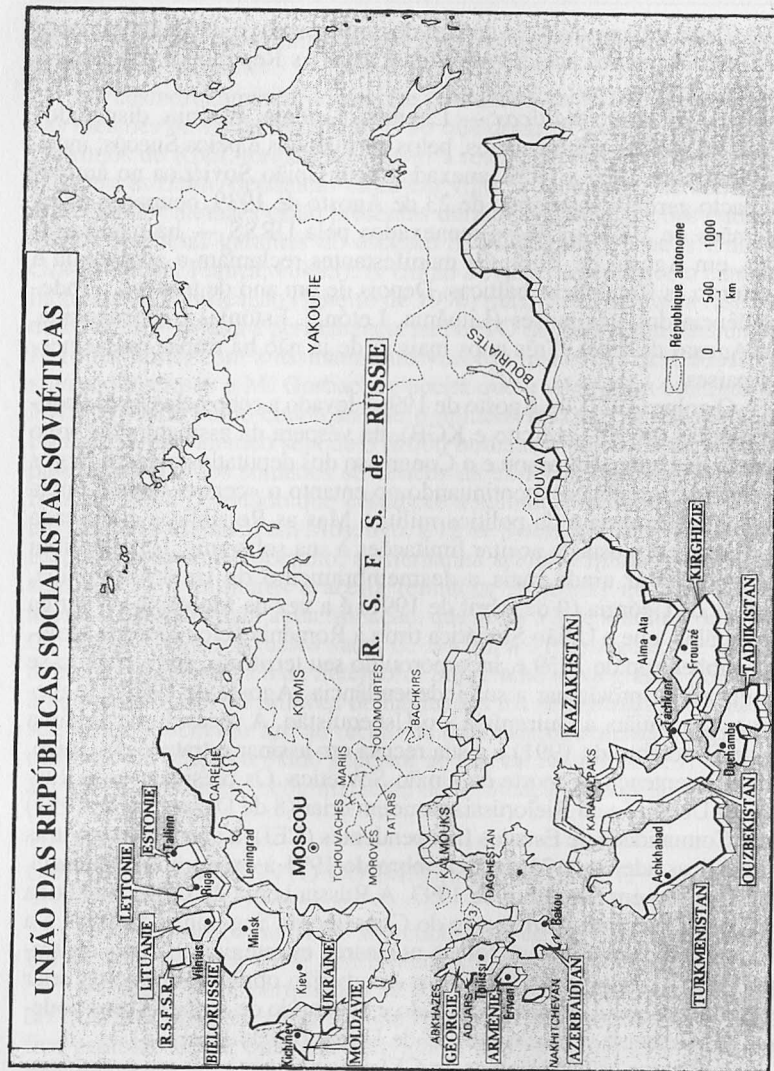
— *política*, porque a engrenagem das reformas democráticas desestabiliza o poder soviético e atesta a sua incapacidade de se reformar sem mudar radicalmente de sistema: Mikhail Gorbatchev, agora presidente da República, apreciado no estrangeiro (Prémio Nobel da Paz, 1990), tem dificuldades em arbitrar o confronto entre conservadores e adeptos das reformas e vê-se obrigado a abandonar o cargo de Secretário-Geral do PCUS (24 de Agosto de 1991).



Causa e consequência do fim do comunismo, o desmembramento da União Soviética acelera-se. Uma a uma, as Repúblicas proclamam a sua soberania.

• *Nos países bálticos* — Lituânia, Letónia, Estónia, disputados desde há séculos pelos eslavos, pelos germânicos e pelos Suecos, independentes de 1920 a 1939, anexados pela União Soviética no âmbito do pacto germano-soviético de 23 de Agosto de 1939, ocupados pelos Alemães de 1941 a 1944 e reanexados pela URSS — há manifestações, em Agosto de 1989. Os manifestantes reclamam a autonomia e o retorno às Repúblicas bálticas. Depois de um ano de tensões, a independência dos três países (Lituânia, Letónia, Estónia) é reconhecida, em Agosto de 1991. Três anos mais tarde já não há tropas russas nestes países.

O golpe (19-21 de Agosto de 1991), levado a cabo pelas forças conservadoras (PCUS, exército e KGB), na véspera da assinatura do novo tratado da União, fracassou e o Congresso dos deputados outorga largos poderes às Repúblicas, continuando no entanto o «centro» com a tutela da política externa e da política militar. Mas as Repúblicas estão cada vez menos dispostas a aceitar limitações à sua soberania. Isto contribui para precipitar ainda mais o desmembramento da União Soviética. Depois da Geórgia (9 de Abril de 1991) é a vez da Moldávia — antiga Bessarábia, que a União Soviética tirou à Roménia pelos acordos Molotov-Ribbentrop de 1939 e, incorporou no seu território, aproveitando-se da guerra — proclamar a sua independência (Agosto de 1991). Segue-se o Azerbaijão, a Quirguízia e o Usbequistão. A secessão da Ucrânia (1 de Dezembro de 1991) e a sua recusa em assinar o tratado da União, ditam a sentença de morte da União Soviética. Os presidentes da Rússia, da Ucrânia e da Bielorússia decidem criar (8 de Dezembro de 1991) uma Comunidade de Estados Independentes (CEI), a que todas as outras Repúblicas aderem a 21 de Dezembro de 1991 à excepção da Geórgia, que só adere em Setembro de 1993. A Rússia herda da União Soviética o lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e a responsabilidade sobre as forças nucleares estratégicas. Como contrapartida, a Ucrânia, a Moldávia e o Azerbaijão obtêm o direito de criar exércitos nacionais próprios. Isolado e destituído de todos os seus poderes, M. Gorbatchev demite-se (25 de Dezembro de 1991).

• *Dadas as deficiências da CEI, que não passa de um organismo de fachada, os Estados da ex-União Soviética* organizam-se entre eles. Os cinco países da Ásia Central (Cazaquistão, Turcomenistão, Usbequistão, Tajiquistão e Quirguízia) fazem uma tentativa de aproximação regional. A Rússia e a Ucrânia assinam um acordo de cooperação política e económica (Junho de 1992). Por todo o lado, as forças centrífugas estão em acção: na Geórgia, devido aos Abcases e às clivagens religiosas que opõem os Ossetas, cristãos, aos Inguchos, muçulmanos; no Azerbaijão, devido aos Arménios no Alto-Karabakh (enclave arménio, cristão, numa região muçulmana). A Rússia tem

1. KABARDINO-BALKARS 2. OSSETAS DO NORTE 3. CHECHENOS-INGUCHOS

relações difíceis com a Ucrânia (devido à frota do Mar do Norte), com a Bielorússia e com o Cazaquistão (por causa das armas nucleares).

A Rússia sofre uma transformação radical. Na verdade, é um país completamente novo. Abandonou toda e qualquer referência ao marxismo-leninismo e toda e qualquer ideia de missão histórica no mundo. As reformas políticas (instauração de um regime semipresidencial forte) e económicas (adopção da economia de mercado) criam um clima de



instabilidade, chegando mesmo a haver alguns confrontos (21 de Setembro-4 de Outubro de 1993). A nível externo, a Rússia quer fazer parte do «mundo civilizado» — participa em todas as instâncias internacionais, como o FMI e o Banco Mundial — e faz uma colagem à política americana, tendo no entanto o cuidado de evitar cuidadosamente ficar na situação de «brilhante segundo lugar» e fazendo tudo para se valorizar. Evidentemente que a Rússia segue esta política tão entusiasticamente virada para o Ocidente porque espera retirar disso grandes vantagens. Entretanto, é mesmo convidada a participar nas reuniões do G7 (Nápoles, Julho de 1994). A nível nacional, a Rússia está ameaçada pelo desmembramento interno. É verdade que a sua população é mais homogénea que a da ex-URSS, mas os Republicanos autónomos começam a movimentar-se. Invocando a protecção às minorias russas e russófonas, a Rússia impõe a sua lei. Em Dezembro de 1994, o exército russo intervém na Chechénia, (república muçulmana, membro da Federação da Rússia) que está mergulhada na guerra civil, onde desenvolve uma guerra dura para impedir o processo de decomposição em curso.

## O DESPERTAR DOS NACIONALISMOS E O QUESTIONAMENTO DAS FRONTEIRAS

Com a queda dos regimes da Europa de Leste, surgem os nacionalismos e os problemas com as fronteiras. No período da guerra-fria, a única fronteira de que se falava era a «cortina de ferro». E a doutrina do internacionalismo proletário tinha abafado todas as reivindicações nacionais ou territoriais. A resolução dos problemas dos nacionalismos tinha sido uma das prioridades dos regimes comunistas. Quando estes regimes desaparecem, regressam os velhos conflitos nacionais que tinham estado ocultos durante algum tempo. Este despertar dos nacionalismos ameaça directamente as fronteiras saídas da Segunda Guerra.

• *Os problemas das fronteira voltam a estar em primeiro plano.* Brutalmente, a Europa volta a encontrar os seus demónios de 1914 e apercebe-se de que o império dos Habsburgo, que abrangia todos os povos da Europa central, tinha as suas vantagens. As convulsões na Polónia deveram-se em grande parte ao reaparecimento da nação polaca, ligada à Igreja Católica. Na Hungria, houve manifestações nacionalistas a 14 de Março de 1989, por ocasião da morte da imperatriz Zita, última rainha da Hungria. Na Roménia, a minoria húngara (3 milhões de pessoas) que vive na Transilvânia, antiga província húngara, reivindica a sua autonomia. As minorias romenas agitam-se na Moldávia ex-soviética. Surgem tensões entre Húngaros e Eslovacos. O caso mais dramático é o da Jugoslávia.

• *Na Jugoslávia,* a lenta agonia do sistema comunista começa depois da morte de Tito, em 1980 e é acompanhada pela eclosão dos

nacionalismos e das paixões que a firmeza de Tito conseguira refrear criando, logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, um Estado federal constituído por seis Repúblicas (Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Macedónia) e duas províncias autónomas (Vojvodine, Kosovo). Na altura do pós-comunismo, a Jugoslávia é, por razões muito antigas, o território mais sensível do velho continente. Desde a morte do imperador romano Teodósio (365 d. C.) que a linha divisória entre Roma e Bizâncio, católicos e ortodoxos, Croatas e Sérvios, divide em dois o território jugoslavo. A conquista eslava não alterou em nada a situação, mas a conquista turca alterou porque a fronteira que separa o Império Otomano do Império dos Habsburgo passa pelo meio da Jugoslávia. Isto faz com que muitos Sérvios ortodoxos fujam e se instalem nos confins da Croácia católica. Sobre as ruínas dos impérios e no turbilhão das crises balcânicas que desencadearam o primeiro conflito mundial (atentado de Sarajevo, 28 de Junho de 1914), os vencedores inventam um reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, dividido em três grupos linguísticos (esloveno, servo--croata, macedónio) e religiosos (católicos, ortodoxos, muçulmanos), mistura obviamente condenada a explodir. Durante a Segunda Guerra Mundial, os antagonismos exarcebam-se, despedaçam o reino jugoslavo e deixam marcas na memória colectiva (o massacre dos Sérvios pelos Ustachis, nacionalistas croatas). Às rivalidades ancestrais que opõem os Sérvios aos Croatas e aos Eslovenos, junta-se a questão das minorias nacionais, porque nenhuma das Repúblicas tem uma população homogénea. Isto aplica-se particularmente à Bósnia-Herzegovina, onde o mosaico étnico é composto por 44% de muçulmanos, 31% de Sérvios e 17% de Croatas. A desagregação da Jugoslávia resulta da conjunção da crise do sistema comunista com a crise do Estado multinacional. O drama ocorre em Maio de 1991, por ocasião das eleições para a presidência colegial da Federação. Eslovenos e Croatas exigem a dissolução da Federação e a constituição de vários Estados soberanos. Há confrontos interétnicos. A Eslovénia e a Croácia proclamam a independência (Junho de 1991), em resposta à intervenção do exército federal (onde predominam os Sérvios) que entende que deve fazer respeitar os direitos dos Sérvios na Croácia. As diligências efectuadas pela Comunidade Europeia para tentar chegar a uma resolução negociada, não obtiveram grandes resultados.

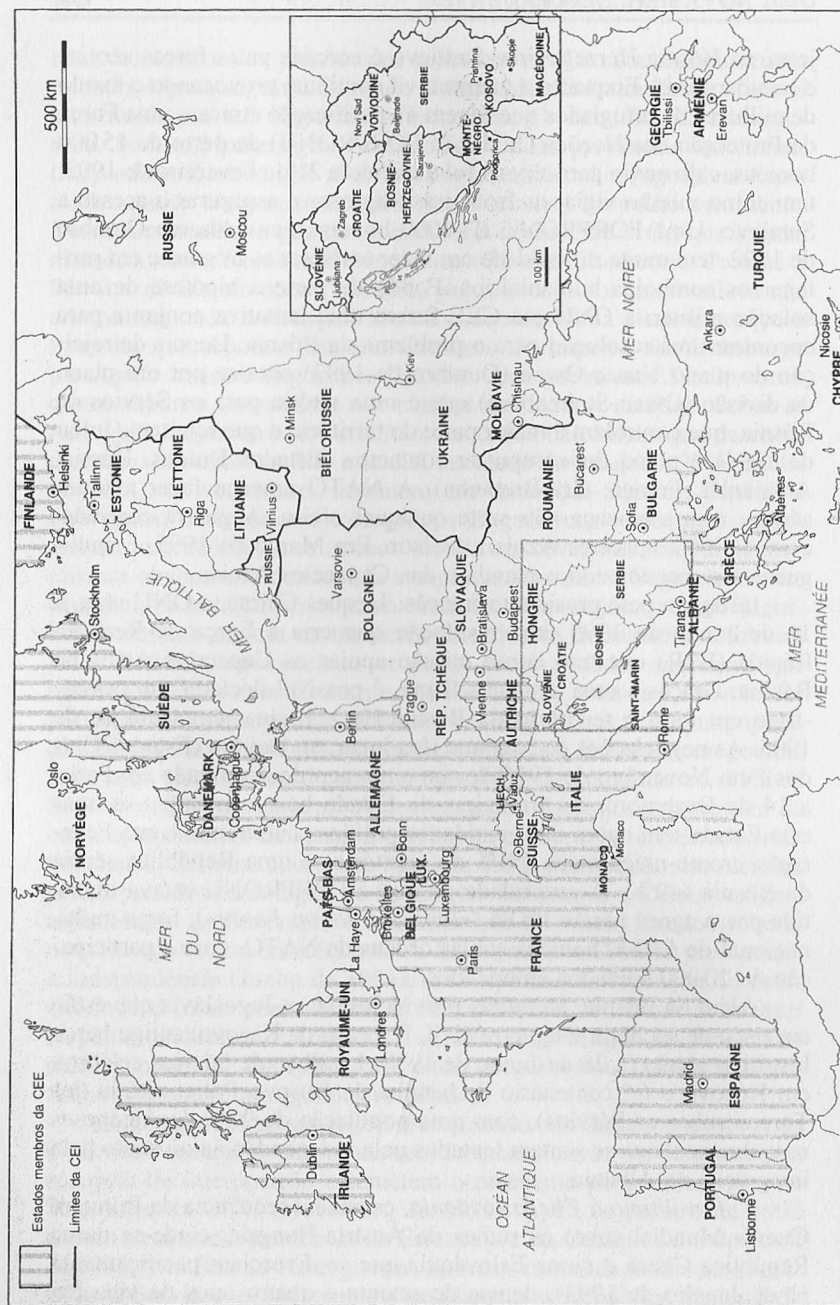
Nenhum dos cesssar-fogo foi respeitado. Os Estados membros da CEE não conseguem pôr-se de acordo quanto ao envio de uma força europeia de interposição e remetem o problema para o Conselho de Segurança da ONU (Novembro de 1991). A 15 de Janeiro de 1992 reconhecem a independência da Eslovénia e da Croácia e a 6 de Abril de 1992, a da Bósnia-Herzegovina. Sobre as ruínas da federação jugoslava, a Sérvia e o Montenegro proclamam a República Federal da Jugoslávia (27 de Abril de 1992), a que os Sérvios pretendem agregar os enclaves de população sérvia da Croácia e os que circundam Sarajevo, na Bósnia Herzegovina. Sarajevo é cercada pelas forças sérvias e bombardeada. Enquanto a guerra civil continua, provocando o êxodo de milhares de refugiados que fogem à «purificação étnica», uma Força de Protecção das Nações Unidas (a FORPRONU) de perto de 15 000 homens, cujo envio para a zona foi decidido a 21 de Fevereiro de 1992, tem como missão vigiar as fronteiras litigiosas e assegurar o acesso a Sarajevo. Uma FORPRONU II (6000 homens), enviada em Outubro de 1992, tem muita dificuldade em fazer respeitar as tréguas e em proteger os comboios humanitários. Pondo de parte a hipótese de uma solução militar, a ONU e a CEE fazem uma tentativa conjunta para encontrar uma resolução para o problema da Bósnia. Depois da rejeição do plano Vance-Owen (Outubro de 1992) opta-se por um plano de divisão (Owen-Stoltenberg) que é uma vitória para os Sérvios da Bósnia, que controlam a maior parte do território e que rejeitam (Julho de 1994) o plano do «grupo de contacto» (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França, Grã-Bretanha). A NATO ameaça fazer ataques aéreos, mas a ameaça não surte qualquer efeito. A guerra continua, com 44 000 Capacetes Azuis a assistir. Em Março de 1995, é ambiguamente reconduzido o mandato dos Capacetes Azuis.



Instigada pelo presidente francês, Jacques Chirac, a ONU vota, a 16 de Junho de 1995 uma resolução que cria a Força de Reacção Rápida (FRR) que tem como missão apoiar os Capacetes Azuis na Bósnia. Graças a uma actuação firme, é possível declarar um cessar--fogo em todo o território da Bósnia-Herzegovina, em Outubro de 1995. As negociações de paz, que têm lugar em Dayton (Estados Unidos), em Novembro de 1965, levam a um acordo, ratificado em Paris, a 14 de Dezembro. As fronteiras do Estado bósnio mantêm-se, mas este Estado tem agora duas entidades políticas autónomas: uma Federação croato-muçulmana (51% do território) e uma República sérvia da Bósnia (49%). A autoridade de que a FORPRONU estava investida passa agora para a IFOR (*«Implementation Force»*), força multinacional de 63 000 homens sob as ordens da NATO, com a participação de 20 000 soldados americanos.

Além da Bósnia, há outras províncias da ex-Jugoslávia que estão em risco de soçobrar na guerra civil. É o caso de Kosovo, antigo berço histórico sérvio (a 28 de Junho de 1989, 1 milhão de Sérvios celebrou em Kosovo o 6.º centenário da batalha de Kosovo Polje, vitória dos Turcos sobre os Sérvios), com uma população de 90% de Albaneses muçulmanos, que se sentem tentados pela independência ou então pela integração na Albânia.

• *Por último a Checoslováquia,* criada na sequência da Primeira Guerra Mundial sobre as ruínas da Áustria-Hungria, cinde-se numa República Checa e numa Eslováquia que se divorciam pacificamente (1 de Janeiro de 1993), depois de setenta e quatro anos de vida em comum. A balcanização, fruto dos nacionalismos, corrói o espaço europeu. Só a Europa dos Doze promove a estabilidade.

A NOVA EUROPA



## EM DIRECÇÃO À UNIÃO EUROPEIA

• *A decisão de liberalizar completamente os movimentos de capitais no seio da Comunidade, a partir de 1 de Julho de 1990, é tomada no Luxemburgo, a 13 de Junho de 1988, pelos ministros das Finanças* e tem consequências notáveis. É um passo decisivo para a constituição de um mercado de 345 milhões de consumidores com um elevado nível de vida. Pouco tempo antes da data prevista para a entrada em vigor desta decisão comunitária, sobem de tom os ataques de Washington e de Tóquio contra a «Europa-fortaleza», que acusam de estar a construir um mercado interno absolutamente impenetrável. Depois do enorme esforço de harmonização e de liberalização que foi feito, o advento do grande mercado sem fronteiras internas é uma data importante na construção europeia.

De facto, *as negociações do* GATT fizeram baixar substancialmente a tarifa externa comum e provocaram um crescimento notável do comércio mundial. Com as quatro primeiras negociações comerciais (1947, 1949, 1950, 1956), o *Dillon Round* (1960-1962), o *Kennedy Round* (1964-1967) e o o *Tokyo Round* (1973-1979) conseguiu-se um abaixamento considerável das tarifas alfandegárias industriais. A conferência, realizada em Punta del Este, em Setembro de 1986 e por isso conhecida como *Uruguay Round,* encalha nos produtos agrícolas, nos serviços e no audiovisual. Os Estados Unidos e o Canadá pedem aos europeus a supressão dos subsídios agrícolas, especialmente às oleaginosas (soja, girassol) e maiores facilidades de acesso ao mercado; os europeus contra-atacam com a agressividade comercial do Japão e o proteccionismo americano em matéria de aeronáutica. Pouco tempo depois da reforma da Política Agrícola Comum (que substitui o regime de preços sustentados por um sistema de ajudas directas à produção e impõe o pousio obrigatório de 15% das terras e um abaixamento de 29% no preço dos cereais), a Comissão Europeia e os Americanos assinam o acordo de Blair House (redução do montante das exportações subsidiadas e estabelecimento de limites para as superfícies plantadas com oleaginosas). O acordo é violentamente rejeitado pelos Franceses, principais produtores europeus. O compromisso assumido (14 de Dezembro de 1993) permite a assinatura da acta final do ciclo do Uruguai (15 de Abril de 1994) em Marraquexe, que vai obrigar 121 países a procederem a um derrube sem precedentes das suas barreiras alfandegárias. A ratificação dos acordos do GATT abre caminho à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), a 1 de Janeiro de 1995.

• *As negociações dos acordos de Maastrich são árduas, especialmente no repeitante à harmonização da fiscalidade e à União Monetária.* Apesar da libra esterlina ter entrado no Sistema Monetário Europeu, a 8 de Setembro de 1990, os Ingleses são contra a moeda única; na Alemanha, o *Bundesbank* e os meios empresariais mostram-

-se muito cautelosos. Em Estrasburgo (9 de Dezembro de 1989), o Conselho Europeu ultima os preparativos para a aplicação do plano de União Económica e Monetária (UEM) que será feita em três fases (a primeira tem início a 1 de Julho de 1990) e deverá culminar na adopção da moeda única. A concretizar-se, esta UEM implicará as mais importantes transferências de soberania jamais realizadas até então. O Conselho Europeu de Dublin (28 de Abril de 1990) chama a atenção para a necessidade urgente de acelerar a construção política da Europa. A inexistência de uma política comum de defesa fez com que a Europa estivesse ausente durante a crise do Golfo e fosse incapaz de resolver a crise jugoslava. A definição de uma política comum de defesa é pois uma necessidade imperiosa. Para sair do impasse, Franceses e Alemães propõem, a 14 de Outubro de 1991, que sejam reforçadas as responsabilidades das instituições europeias em matéria de defesa e anunciam a criação de um corpo armado franco-alemão, alargado à Bélgica, ao Luxemburgo e à Espanha: o *Eurocorps*, de 35 000 a 50 000 homens. Esta força tornar-se-ia operacional em Novembro de 1995 e poderia ser o núcleo de uma força europeia no seio da UEO, podendo também actuar sob controlo da NATO.

Os progressos das negociações permitem ao Conselho Europeu de Maastricht (9-10 de Dezembro de 1991) chegar a acordo sobre as questões económicas e monetárias e sobre as questões políticas. É aceite o princípio de uma política externa e de uma política de segurança comum, e é dado o direito de voto aos eurodeputados eleitos nas eleições realizadas nos respectivos países. O plano da União Económica e Monetária, cuja aplicação deverá processar-se em três etapas, prevê — se as políticas económicas forem suficientemente convergentes — a criação de uma moeda única, antes de 1 de Janeiro de 1999, o que implicará a perda de soberania, em matéria monetária, dos países membros. O tratado da União Europeia, assinado a 7 de Fevereiro de 1992, retoma o essencial das disposições dos tratados de Roma e propõe-se organizar uma vida comunitária na maior parte dos domínios e a criar uma União Europeia a nível supranacional, em sectores-chave como a moeda ou a política externa. De acordo com o princípio da subsidariedade, a Comunidade só intervém quando os objectivos da acção proposta não podem ser satisfatoriamente atingidos pelos Estados membros. A Grã-Bretanha, no entanto, consegue limitar a sua participação à UEM e às questões sociais. A ratificação do tratado não levanta problemas, salvo algumas excepções: numa primeira fase (2 de Junho de 1992), os Dinamarqueses rejeitam-no, mas aprovam-no posteriormente (18 de Maio de 1993); os Franceses aprovam-no timidamente (Setembro de 1992). Os Ingleses acabam por ratificá-lo (2 de Agosto de 1993). Surgem muitas interrogações sobre o Sistema Monetário Europeu, várias vezes testado. A lira e a libra esterlina saem do SME. A Espanha, Portugal e a Irlanda voltam a pôr em vigor o controle dos câmbios. A decisão, tomada a 1 e 2 de Agosto de 1993, de alargar as margens



de flutuação das moedas a 15% em relação à taxa *pivot* significa o desmoronamento do SME, o que é um mau ponto de partida para a União Monetária. E assim se caminha para uma Europa a várias velocidades. Em Janeiro de 1995, o luxemburguês Jacques Santer sucede a Jacques Delors na presidência da Comissão. A aplicação, sucessivamente adiada, do acordo de Schengen, sobre a livre circulação de pessoas entre os sete países da União Europeia entra em vigor a 26 de Março de 1995. A cimeira de Madrid (15-16 de Dezembro de 1995) aprova o calendário da passagem à moeda única, baptizada «Euro»; os critérios de convergência que é necessário adoptar para que a moeda única entre em vigor a 10 de Janeiro de 1999, levantam a questão da relação entre a Europa e o emprego. A conferência intergovernamental que deverá regulamentar a reforma das instituições da União Europeia, inicia-se em Turim, em Março de 1996.

Apesar destes problemas, a Europa ocidental tem um grande poder de atracção e é um pólo de influência no mundo. Depois das negociações para o quarto alargamento da Comunidade, esta passa (1 de Janeiro de 1995) de 12 para 15 membros, com a entrada de mais três Estados: a Áustria, a Finlândia e a Suécia. A Noruega mantém-se fora da Comunidade. A ajuda da CEE é fortemente solicitada pela Europa de Leste e pelo Terceiro Mundo. A 15 de Dezembro de 1989, celebra um acordo com 68 países ACP, que consagra um aumento da ajuda da Europa ao Terceiro Mundo: é o Lomé IV. É criado o Banco Europeu para a Reconstrução e para o Desenvolvimento (BERD), vocacionado para o auxílio financeiro aos países da Europa de Leste. Em suma, a Europa encontra-se numa situação paradoxal pois é um motor da estabilidade no mundo mas não tem possibilidade de exercer uma influência determinante no equilíbrio das forças mundiais. Hesita entre a vontade de responder ao apelo da mudança e a vontade de continuar a manter o seu estatuto.

## UMA EUROPA DE GEOGRAFIA VARIÁVEL

O desaparecimento do muro de Berlim e da cortina de ferro devolvem à Europa a sua plenitude geográfica. Por outro lado, o desaparecimento da hegemonia soviética contém em si o risco da balcanização, sendo portanto necessário criar uma estrutura sólida. Deverá a Europa dos Doze alargar-se, correndo o risco de se descaracterizar e perder a sua originalidade? A 22 de Outubro, os Doze da CEE e os sete membros da EFTA assinam um acordo que cria um Espaço Económico Europeu (EEE), que é um ensaio, antes da adesão à Comunidade. Mas a aproximação entre os países nem sempre é pacífica, como o prova a recusa do povo suíço em ratificar o EEE (6 de Dezembro de 1992). E que resposta dar aos países de Leste que anseiam conhecer a prosperidade e entrar na Comunidade? A Polónia, a Hungria, a República

## QUADRO 10. UMA EUROPA DE GEOGRAFIA VARIÁVEL (Setembro de 1996)

**OSCE**

- **NATO**
  - Estados Unidos
  - Canadá
  - Turquia
- **UEO**
  - Benelux
  - França
  - Itália
  - Reino Unido
  - Espanha
  - Portugal
  - Alemanha
  - Grécia
- **UE**
  - Dinamarca
  - Irlanda
  - Áustria
  - Finlândia
  - Suécia
- **EFTA**
  - Noruega
  - Islândia
  - Suíça
  - Liechtenstein
- **Conselho da Europa**
  - Albânia
  - Andorra
  - Croácia
  - Lituânia
  - Estónia
  - Roménia
  - Bulgária
  - Malta
  - Chipre
  - São Marino
  - Hungria
  - Letónia
  - Moldávia
  - Polónia
  - Rússia
  - República Checa
  - Eslováquia
  - Eslovénia
  - Macedónia
  - Ucrânia
- Tajiquistão
- Turcomenistão
- Usbequistão
- Bósnia-Hersegovina
- Geórgia
- Arménia
- Azerbaijão
- Bielorrússia
- Mónaco
- Santa Sé
- Bulgária
- Jugoslávia *
- Cazaquistão
- Quirguízia

* Suspensa a partir de Maio 1992.



Checa e a Eslováquia, que constituem o grupo de Visegrad, estão a dar os primeiros passos na aprendizagem da cooperação regional, condição prévia para a adesão. Para a regularização dos problemas das fronteiras e das minorias é celebrado, a 22 de Março de 1995, o Pacto de Estabilidade na Europa, que promove a diplomacia preventiva.

Única organização que inclui todos os Estados europeus, inclusivé a Albânia (Junho de 1991) e ainda os Estados Unidos e o Canadá, a *Conferência sobre a Segurança e a Cooperação da Europa* (CSCE) reivindica para si um papel cada vez mais importante. Na sequência da 2.ª conferência de cúpulas da CSCE (21 de Novembro de 1991) é assinada a Carta de Paris para uma nova Europa: os 34 países-membros celebram o fim da «era do confronto e da divisão», saúdam a «democracia como único sistema de governo», e decidem institucionalizar a CSCE. Apesar da adopção, em Berlim (19-20 de Junho de 1991) de um mecanismo de consulta, a CSCE parece agora condenada à ineficácia. Na conferência de cúpulas de Budapeste (5-6 de Dezembro de 1994), os 52 membros da CSCE, que passa a OSCE (Organização para a Segurança e para a Cooperação na Europa), divergem quanto às modalidades de organização da segurança europeia.

*A Aliança Atlântica* sofre uma profunda reconversão. Concebida quase exclusivamente para fazer face ao perigo que representava o Pacto de Varsóvia, tem agora que adaptar as suas estruturas militares a uma situação completamente diferente: o recuo do exército soviético e a retirada da Europa de grande parte dos GI que passam de 320 000 (1990) a 133 000 (1994). Tendo obtido a vitória sobre a organização rival, a Aliança Atlântica tem agora de responder às necessidades de segurança dos Estados da Europa central e da Europa oriental, preocupados por se encontrarem num «vazio estratégico». Tem também de ter em conta as tentativas da Europa dos Doze para dotar a União Europeia de uma política de segurança (6-7 de Junho de 1991), com os tribunais civis a ficar na dependência da UEO. As iniciativas multiplicam-se. A NATO reorganiza o seu dispositivo militar, cria uma força de «reacção rápida» (28-29 de Maio de 1991) e empenha-se na criação de corpos de exércitos multinacionais, em especial germano-americanos (Abril de 1993), paralelamente à decisão franco-alemã (Outubro de 1991) de criar um *Eurocorpo* que reúne todas as condições para ser o embrião de um exército europeu. Em Novembro de 1991, a Cimeira da NATO reconhece que outras instituições para além dela, especialmente a Comunidade Europeia, a UEO e a CSCE, têm um papel a desempenhar em matéria de defesa e de segurança. A decisão, tomada a 4 de Junho de 1992, de pôr as forças e as infraestruturas da Aliança ao serviço da CSE para as missões de manutenção de paz dá pela primeira vez a oportunidade à NATO de intervir fora da zona de aplicação do tratado. Mas garantir a segurança da FORPRONU na ex-Jugoslávia, é pouco. Para alargar a Aliança Atlântica aos países que eram membros do Pacto de Varsóvia e da URSS, é criada, a 20 de

Dezembro de 1991 (por iniciativa americana) uma superestrutura, o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN, NACC em inglês). A 10 de Janeiro de 1994, os 16 países membros da NATO assinam um documento político que propõe aos países ex-comunistas que participem na parceria para a paz. A assinatura deste documento é encarada como a primeira etapa para uma eventual adesão à Aliança, o que Moscovo vê sempre com desconfiança. Com a criação da Força de Intervenção Rápida e da IFOR, a NATO passa a ter um novo tipo de intervenção na Bósnia, cooperando com as forças dos seus ex--adversários ou com os neutros.

## O mundo do pós-guerra-fria

O fim da guerra-fria não põe termo às situações de conflito. O desanuviamento planetário a que se assiste desde 1985 deve-se em primeiro lugar ao desanuviamento entre as duas superpotências e em segundo lugar ao desinvestimento da URSS (atitude seguida pelas tropas de Cuba), ou melhor ao desmoronamento da URSS. As consequências deste desanuviamento manifestam-se sob várias formas: diminuição das tensões, fim de vários conflitos regionais, democratização. Mas também, no terreno propício do subdesenvolvimento, lutas de influência, tribalismos, nacionalismos e fanatismos religiosos

### UMA ÁSIA CHEIA DE CONTRASTES

Na Ásia regista-se uma acalmia dos conflitos, excepto no caso de Caxemira. Mas o fosso entre a próspera Ásia oriental (inclusivé a China costeira) e o subcontinente indiano, pobre como sempre, é cada vez maior.

• *O desinvestimento mais espectacular da União Soviética é a retirada do Afeganistão.* A URSS conduzia a sua intervenção militar no Afeganistão quase como se de uma guerra colonial se tratasse e isto estava a levá-la para um beco sem saída. Quando Gorbatchev se torna secretário-geral do PCUS, a guerra já dura há cinco anos e está cada vez mais parecida com a guerra do Vietname. Um exército com um número relativamente reduzido de efectivos, mas com bom armamento e poderoso material de guerra não consegue vencer a resistência de um povo rude que conta com a ajuda do Paquistão, dos Estados Unidos, da China e dos países do Golfo. Os combates endurecem. A resistência afegã dispõe de mísseis antiaéreos *Stinger* e, em 1987, os soviéticos perdem o domínio dos céus. As operações levadas a cabo pelo exército soviético para salvar os centros susceptíveis de cair nas mãos da resistência são suspensas. Tirar a União Soviética da «embrulhada» da guerra do Afeganistão era para Gorbatchev um objectivo prioritário, porque a ofensiva de paz soviética nunca seria credível com as tropas soviéticas a ocupar o Afeganistão. As negociações entabuladas em Genebra não demoraram a ganhar um rumo decisivo. O chefe do governo, Barbrak Karmal, que não deixa as negociações avançarem, é substituído, a 4 de Maio de 1986 pelo general Najibullah. Depois da cimeira entre Reagan e Gorbatchev de Dezembro de 1987, em Washington, os acontecimentos precipitam-se. A diplomacia soviética faz todos os possíveis para obter um cessar fogo e implantar um governo de coligação. A 14 de Abril de 1988 chega-se a acordo sobre a retirada das tropas soviéticas. Negoceiam o acordo, o governo de Kabul, o Paquistão, a URSS e os Estados Unidos. Apesar de haver dificuldades na aplicação do acordo, a retirada das tropas soviéticas está concluída a 15 de Fevereiro de 1989, dentro dos prazos previstos.



O regime comunista, que tem de enfrentar a oposição de uma insólita coligação formada pela resistência moderada (que não tinha aceite o cessar fogo) e pelas milícias islâmicas, desmorona-se (Abril de 1992). Os confrontos entre facções rivais continuam e em Setembro de 1996, os «talibano», religiosos pertencentes a uma facção apoiada pelos Estados Unidos, tomam Kabul.

• *Outros conflitos em que a URSS não está tão implicada como estava no Afeganistão, mas onde está envolvida política e financeiramente* terminam, basicamente pelas mesmas razões. É o caso da intervenção do Vietname no Cambodja. Em Novembro de 1987, o Vietname começa a repatriar algumas unidades e a 5 de Abril de 1989 anuncia a retirada total das tropas. Por iniciativa da França, realiza-se em Paris, em Agosto de 1989, uma conferência sobre o futuro do Cambodja, onde estão presentes todos os intervenientes, desde o antigo rei — o príncipe Norodom Sihanuk — ao primeiro-ministro em funções, Hun Sen. Mas não conseguem chegar a nenhuma conclusão. Depois da partida dos soldados vietnamitas, a guerra civil ganhou um novo fôlego. Uma tentativa para fazer da ONU o mediador para a resolução do problema cambodjano consegue juntar (Setembro de 1990) as quatro facções Kmeres sob a presidência do príncipe Sihanuk e deixa antever a hipótese de um cessar fogo. O acordo de paz, que é finalmente assinado por todos os participantes, a 23 de Outubro de 1991, coloca o país sob a tutela das Nações Unidas, até à realização de eleições livres. Pela Resolução 945 (28 de Fevereiro de 1992), o Conselho de Segurança pronuncia-se a favor do envio de 22 000 homens e cria a Autoridade Provisória da ONU (APRONUC), encarregue de encaminhar o Cambodja para uma situação de normalidade. Apesar das dificuldades levantadas pelos Kmeres vermelhos, a APRONUC, consegue organizar eleições gerais (Maio de 1993) e o balanço global da missão é positivo. A pacificação está em curso, sob a égide de Sihanuk.

É esta diminuição de tensão na península da Indochina que explica o êxito que obtiveram as tentativas de Gorbatchev para reatar

o diálogo com a China. Em Vladivostoque (28 de Julho de 1986), M. Gorbatchev declara que está pronto a criar condições para que haja um clima de boa vizinhança, e a sua visita oficial à China (16-18 de Maio de 1989) permite a normalização das relações sino-soviéticas, que são ainda reforçadas pela visita do Secretário-Geral do PC Chinês a Moscovo (Maio de 1991) e pela visita do Presidente chinês Jiang Zemin a Moscovo (Setembro de 1994).

• *A guerra Irão-Iraque acaba a 20 de Agosto de 1988, pondo fim a um conflito que causou a morte a um milhão de pessoas.* Apesar dos esforços do Iraque e da superioridade do seu exército, ele saiu a perder de praticamente todos os ataques contra as instalações petrolíferas iranianas, contra as cidades, contra as fronteiras e teve ainda de enfrentar algumas bem sucedidas acções do Irão que até contra-atacou tomando, em Fevereiro de 1986, a cidade de Fao que o Iraque só conseguiu reconquistar em Abril de 1988. Assistiu-se a uma intensificação dos combates, com utilização de mísseis e recurso a armas químicas. O mundo acomodou-se à situação e foi fornecendo armas aos protagonistas, até que o conflito atingiu a comunidade internacional que se começou a sentir insegura. Dois factores contribuiram para isso: as acções subversivas e terroristas do Irão, que está por detrás dos sequestros de reféns e dos atentados terroristas de Setembro de 1986, em Paris, que levaram ao corte de relações diplomáticas com a França, e os motins de Meca (31 de Julho de 1987), fomentados pelos chiitas contra a dinastia guardiã dos lugares santos do Islão.

O segundo factor de internacionalização tem a ver com o Golfo Pérsico, que se torna num potencial local de confronto devido aos ataques ao tráfego marítimo e às ameaças que pairam sobre o aprovisionamento petrolífero. Em Agosto de 1987, os Estados da Europa ocidental decidem enviar navios de guerra para o Golfo para tranquilizar os Estados produtores de petróleo do Golfo Pérsico, para impedir que os soviéticos venham eventualmente a explorar a crise e para garantir para si próprios o acesso ao petróleo.

Finalmente, em Julho de 1988, o cansaço dos combatentes, os revezes sofridos pelo exército iraniano e a pressão internacional fazem com que o Irão, cada vez mais isolado no mundo árabe, e depois o Iraque, aceitem o cessar-fogo proposto pela ONU, a 20 de Julho de 1987 e entrem em conversações. O acordo sobre o cessar-fogo é anunciado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, a 8 de Agosto de 1988 e entra em vigor a 20 de Agosto, depois da chegada de 350 observadores das Nações Unidas.

O fim da guerra Irão-Iraque, o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Irão e a França, a 16 de Junho de 1988, depois da libertação dos reféns e a morte do imã Khomeiny (3 de Junho de 1989) não põem um ponto final nas tensões internacionais no Golfo Pérsico.

## O PRÓXIMO ORIENTE

• *A crise do Golfo, originada pela invasão do Kuwait pelo Iraque, volta a mergulhar o mundo, durante sete meses, entre os quais seis semanas de conflito armado, numa atmosfera de guerra.* Por detrás do contencioso que opõe o Iraque ao Kuwait escondem-se, por um lado a vontade de Bagdade conseguir para si a liderança do mundo árabe e por outro a necessidade que o Ocidente industrializado tem de proteger o «celeiro de petróleo» que o Golfo Pérsico é. Ambicionando ter um verdadeiro porto, o Iraque cobiçava parte, ou a totalidade deste principado da famíla al-Sabah, antigo protectorado britânico, independente desde 1961, que possui imensos recursos e reservas petrolíferos. É uma presa tentadora para um Estado endividado. Além disso, Bagdad acusava o Kuwait de contribuir para a estagnação do preço do petróleo e a 27 de Julho de 1990 pressionou a OPEP, aliás com êxito,

para que o preço de referência do barril de petróleo passasse de 18 para 21 dólares.

Depois de várias semanas de tensão e de negociações vãs, o exército iraquiano, bem treinado, depois da guerra contra o Irão, e muitíssimo bem equipado com material de origem francesa e soviética, invade o Kuwait, a 2 de Agosto de 1990 e anexa-o, a 8 de Agosto de 1990.

Perante esta violação flagrante do direito internacional, a resposta dos Estados Unidos — seguidos por alguns Estados — não se faz esperar e instalam um importante dispositivo militar na Arábia Saudita, que se destina a proteger os Estados do Golfo, ameaçados pelo expansionismo iraquiano, e também a fazer pressão sobre o Iraque, através de um embargo que, a 25 de Agosto, tem o apoio total do Conselho de Segurança da ONU.

Tentando furar um pouco o cerco, o Iraque decide, a 15 de Agosto, renunciar às suas conquistas territoriais no Irão (que foram a causa de uma guerra de oito anos), voltar ao acordo de 1975 e manter prisioneiros no Kuwait e no Irão os estrangeiros que lá se encontravam. A crise do Golfo tem graves repercussões a nível da tensão internacional, do aprovisionamento em petróleo e do aumento do preço do petróleo, que provocou o marasmo dos mercados financeiros.

A comunidade internacional sobressalta-se com esta primeira grave crise do pós-guerra fria. Americanos e soviéticos estão de acordo na condenação da agressão. O Conselho de Segurança, que já está liberto da inibição do veto de um membro permanente, aprova resoluções sobre resoluções. E os Americanos colocam na Arábia uma força militar impressionante, tendo para isso retirado da Europa um terço das suas forças, o que nunca teria sido possível antes do fim da guerra-fria e sem a passividade do Kremlin, que assim abandona o seu principal protegido no Próximo Oriente.

Enquanto os reforços afluem ao Golfo, as ameaças e as afirmações de intransigência aumentam, tanto em Bagdade como em Washington. A coligação anti-iraquiana à volta dos Americanos (400 000 homens) tanto inclui ocidentais (29 000 britânicos, 12 000 Franceses) como árabes (Sauditas, Egipcíos, Sírios, Marroquinos). A operação arranca sob o nome de «Tempestade no Deserto» e processa-se em duas fases: bombardeamentos aéreos intensivos, a partir de 17 de Janeiro de 1991 e ofensiva terrestre de 24 a 28 de Fevereiro. Termina com a libertação do Kuwait e com a ocupação de uma parte do Iraque. Mas Saddam Hussein mantém-se no poder e ainda dispõe de meios suficientes para reprimir as revoltas internas (chiitas e curdos) onde, apesar da violência da repressão, os Estados Unidos preferem não interferir. Através da resolução 687 (Abril de 1991) o Conselho de Segurança estipula as condições para a regularização definitiva do cessar-fogo, obrigando o Iraque a pagar indemnizações e a proceder à eliminação das suas armas de destruição massiva, para que fique sem qualquer capacidade de agressão. Mas as dificuldades levantadas às missões dos



inspectores da ONU, encarregues de vigiar o desmantelamento do potencial militar iraquiano, e as fanfarronices de Saddam Hussein são um factor de crise permanente (bombardeamentos aéreos, em Janeiro de 1993).

• *As rivalidades territoriais e militares* parecem desaparecer graças à estabilidade política, ao crescimento do comércio intra-regional e à prosperidade económica. Assim, a China Popular e a India — que tinham cortado relações em 1962 — retomam o diálogo (Setembro de 1993) fazendo silêncio sobre o seu conflito territorial. Em Abril de 1966, Pequim e Moscovo esboçam uma aproximação para tentar deter a influência americana. Depois de vários meses de tensões, a Coreia do Norte compromete-se a congelar o seu programa nuclear (Agosto-Setembro de 1994). Mas o poderio militar da China e do Japão é cada vez maior e o Japão põe como condição para a normalização das relações com Moscovo, a devolução das Curilhas meridionais (relatório da visita prevista de Boris Ieltsine ao Japão, em Setembro de 1992). O facto de os Estados Unidos retirarem das Filipinas e continuarem na Coreia do Sul, explica-se pela necessidade de proteger a região do eventual reaparecimento de um Japão imperialista. O apagamento dos Americanos e o desmoronamento soviético deixam frente a frente a India e o Paquistão, ambos possuidores de armas nucleares, e trazem para o naipe das potências regionais a Indonésia, o Irão e a Turquia, que vêm juntar-se à China, ao Japão e aos países da ASEAN.

## A ÁFRICA AO ABANDONO

Poder-se-ia ser levado a pensar que com o fim da guerra-fria se tinham extinguido os principais conflitos em África. Nada disso: os confrontos tribais e a escalada do banditismo apoderaram-se deste continente deixado ao abandono, esmagado sob o peso da dívida externa e do subdesenvolvimento. Com o fim dos blocos, a África deixa de ser o alvo disputado pelos dois blocos e perde a importância estratégica e diplomática. Coexistem forças opostas: aumento do fundamentalismo muçulmano, presença activa do catolicismo (viagens de João Paulo II, em 1982, 1985, 1990, 1992, 1993, 1995), avanço da democracia em detrimento dos regimes ditatoriais.

• *A resolução da questão da Namíbia e a guerra civil em Angola.* Desde a sua independência, em 1975, Angola nunca conheceu a paz. O Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) é contestado por dois outros movimentos, a FNLA e a UNITA. Esta última é dirigida por Jonas Savimbi e em 1986 controlava, pelo menos, um terço do país. O governo angolano tem a ajuda soviética, cubana e leste-alemã, enquanto a UNITA conta com o apoio dos Estados Unidos e da África do Sul, que persegue os militantes nacionalistas namibianos.

Efectivamente, a Namíbia é administrada pela República da África do Sul que se aproveita de um mandato concedido pela SDN, em 1920. Mas a Assembleia Geral da ONU revogou-o em 1966 e em 1973 reconheceu como único e legítimo representante do povo namibiano a *South West Africa People's Organization* (SWAPO), que trava uma guerra de guerrilha no território. Em Angola, a UNITA consegue manter uma rebelião antimarxista contra o MPLA, que é apoiado por Moscovo e Havana, obrigando o Estado angolano a destinar metade do seu orçamento para as despesas militares. O conflito agrava-se em 1985, com o aumento da pressão americana, por um lado, e com o estreitamento dos laços com Moscovo (Maio de 1986), por outro. Em finais de 1987, princípios de 1988, ocorrem violentos combates sem que no entanto nenhum dos lados obtenha a vitória militar. Todas as tentativas para uma resolução negociada do conflito deparam com a oposição de Pretória, que se recusa a retirar as suas tropas da Namíbia e a reconhecer a independência do território enquanto as forças cubanas estiverem estacionadas em Angola e derem apoio armado à SWAPO. Na sequência de conversações entre Angola, Cuba, África do Sul e Estados Unidos é assinado um acordo que prevê o cessar-fogo a 8 de Agosto de 1988 e a retirada das tropas sul-africanas de Angola, a 22 de Novembro de 1989. Dois tratados assinados nas Nações Unidas a 22 de Dezembro de 1988 prevêem o acesso da Namíbia à independência, que é proclamada a 21 de Março de 1990 e a retirada progressiva das forças cubanas, até 1 de Julho de 1992. A retirada dos Cubanos, que tinham tornado possível a subida ao poder (em 1975) e a manutenção em Luanda de um governo pró-soviético, assinala o fim das ambições soviéticas em relação a África. Um acordo supervisionado pela ONU (Maio de 1991) traz a paz a Angola. Contestada pelo presidente da UNITA, a vitória do Presidente do MPLA, Eduardo dos Santos, nas eleições presidenciais (Setembro de 1992) dá origem a uma nova guerra civil que alastra a todo o país. Em Novembro de 1994, o governo de Luanda e a UNITA assinam um acordo de paz que, ao fim de vinte anos de guerra civil, traz consigo a esperança de paz para Angola. Quanto a Moçambique, realiza as suas primeiras eleições livres em Outubro de 1994.

• *No Sara ocidental,* apesar dos êxitos diplomáticos e militares da Frente Polisário, a posição de Marrocos é cada vez mais forte. A espectacular reconciliação com a Argélia, em Maio de 1988, depois de doze anos de ruptura, dá vantagem a Marrocos, pois priva a Frente Polisário do apoio incondicional do seu aliado argelino. A 30 de Agosto de 1988, a Frente Polisário aceita um cessar-fogo e a realização (adiada para 1996), de um referendo onde a população sarauí deverá escolher entre a independência e a integração em Marrocos. O referendo decorrerá sob o controlo da ONU e de uma força de manutenção da paz, criada em Abril de 1991.

• *No Chade,* o processo de paz iniciado com o cessar-fogo de 11 de Setembro de 1987, parece ser sólido. O Chade e a Líbia restabelecem relações diplomáticas a 3 de Outubro de 1988 e, a 31 de Agosto de 1989, assinam um acordo-quadro para a resolução do diferendo territorial. É reconhecida a soberania do Chade (Fevereiro de 1994) sobre a faixa fronteiriça de Auzu (114 000 km$^2$), ocupada pelo exército líbio desde 1973. Mas o país atravessa um período de instabilidade (Hissé Habré é expulso do poder a 1 de Dezembro de 1990 pelo seu antigo adjunto, Idriss Debi, a quem a Líbia fornece armas).



• *Os conflitos entre Estados multiplicam-se* na Libéria, no Sudão, na Somália e na Nigéria; a desordem reina no Togo e no Zaire. Um pouco por todo o lado, os movimentos autonomistas armados minam a autoridade de Estado e o dogma da inviolabilidade das fronteiras é posto em causa. A Etiópia desfaz-se aos poucos, com a guerrilha entre os Eritreus e os Tigrinos. Ao fim de 30 anos de guerra contra a Etiópia, os Eritreus acedem à independência (24 de Maio de 1993). Depois da partida (Janeiro de 1991) do general Syad Barré, expulso do poder (onde estava desde Outubro de 1969), a Somália, dividida em Norte e Sul, soçobra no caos e na fome. Em Dezembro de 1992, uma força militar internacional de urgência («Restaurar a esperança») com comando americano, intervém na região. A confusão que envolveu a acção destas forças, obriga a ONU a enviar 28 000 Capacetes Azuis (4 de Maio de 1993) numa operação «ONUSOM II», a mais importante força, tanto a nível do número de homens como a nível dos custos, jamais enviada numa missão da ONU. Devido à insegurança, a ONU decide (Novembro de 1994) pôr fim ao mandato da ONUSOM, que evacua em Março de 1995. No Ruanda, os confrontos étnicos que estalam entre Tutsis e Hutus (os Tutsis são massacrados pelos Hutus), depois do assassinato dos presidentes do Ruanda e do Burundi mergulham o país num banho de sangue. A França intervém (Junho, Agosto de 1994) no quadro de uma operação humanitária («Turquesa»), sob mandato da ONU. Quanto ao Burundi, também é palco de violentos confrontos (Primavera de 1996).

## UM PRÓXIMO ORIENTE INSTÁVEL

O Próximo Oriente continua a ser uma região instável e em permanente agitação, para o que contribuem vários factores: diminuição dos rendimentos, devido às flutuações do preço do petróleo, crescimento demográfico, fragilidade das estruturas do Estado, excesso de armamento, terrorismo e avanço do fundamentalismo islâmico.

• *Endémico desde os anos 60, o terrorismo agravou-se nos anos 80.* Atinge o Líbano, sobretudo em 1983, e outros países do Próximo Oriente, ataca os meios de transporte (desvio do Boeing da TWA, em Junho de 1985, do *Achille Lauro*, em Outubro de 1985, inúmeros actos de pirataria em 1986) e as capitais da Europa ocidental: Viena (Dezem-

bro de 1985), Berlim (Abril de 1986), Roma e Paris (Setembro de 1986). Os autores destes ataques são pequenos grupos teoricamente autónomos que, quando é caso disso, se metamorfoseiam em trabalhadores por conta de outrém e prestam serviços aos Estados — Líbia, Síria, Irão — que os utilizam como instrumentos políticos.

As grandes potências mostram-se bastante circunspectas em relação a esta nova situação. A União Soviética abandona a sua política de apoio a todos os extremismos e até se esforça por reatar o diálogo com Israel. Os Estados Unidos decidem romper o seu compromisso com o Líbano. Mas para eles é inadmissível não responder aos actos terroristas, como o prova a abordagem que os caças americanos fizeram ao avião que transportava os piratas do *Achille Lauro*, o *raid* sobre Tripoli e Benghazi, em Abril de 1986 e a destruição dos dois Migs 23 líbios (Janeiro de 1989).

• *No Líbano, após a partida da força de interposição em Fevereiro de 1984 e da retirada israelita do sul do país, assiste-se ao regresso em força (Julho de 1986) dos Sírios* que tinham sido obrigados a sair de Beirute, em Agosto de 1982. O Líbano enreda-se nas lutas confessionais entre sunitas e chiitas e transforma-se numa presa tentadora para a Síria e para o Iraque, que o disputam no terreno, infiltrando-se nas milícias. Quando expira o mandato de Amine Gmayel, em Setembro de 1988 e a situação se torna absolutamente inextricável, os Sírios, que querem impedir a reconstrução de um verdadeiro Estado libanês impõem-se, fazendo bombardeamentos intensivos no leste de Beirute. Depois de seis meses de combate, há um cessar-fogo (22 de Setembro de 1989). Através do acordo de Taef (22 de Outubro de 1989), a Síria vê reconhecidos pelos países árabes o seu papel e a sua presença no Líbano. Este acordo, sancionado pelas grandes potências, permite a eleição de um novo Presidente da República libanesa (Novembro de 1989), para grande confusão dos cristãos, que se dividem quanto à atitude a tomar. A assinatura de um tratado sírio-libanês (22 de Maio de 1991) consagra o papel preponderante da Síria no Líbano.

• *Esperança de paz no conflito israelo-árabe.* Até 1993, o problema palestiniano vai-se constantemente agravando, devido ao imobilismo da política israelita e à radicalização da oposição palestiniana. Em Dezembro de 1987, nasce uma revolta que se enraíza profundamente nos territórios ocupados: a *Intifada*. Devido à vaga de repressão que desencadeia, a *Intifada* vai causar profundas perturbações na sociedade israelita e contribuir para a internacionalização do problema palestiniano.

A OLP, que estava enfraquecida e a perder terreno, ganha uma nova projecção com a *Intifada* (cimeira da Liga Árabe em Argel, 7-9 de Maio de 1988) como o prova o convite dirigido a Yasser Arafat para ir ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo (13-14 de Setembro de 1988). A 15 de Novembro de 1988, o Conselho Nacional Palestiniano anuncia a criação de um Estado palestiniano, que respeita a Resolução 242 (aprovada depois da guerra dos Seis Dias) e reconhece implicitamente a existência de Israel. Registam-se alterações significativas no papel das grandes potências. Desde a chegada de M. Gorbatchev ao poder a URSS esforça-se por abrir o jogo com Israel. Em Julho de 1988 é recebida em Moscovo uma missão exploratória israelita e os Judeus soviéticos são autorizados a emigrar para Israel.



Quanto aos Americanos, anunciam a 14 de Dezembro de 1988 que estão prontos a iniciar um verdadeiro diálogo com a OLP. Decorrem conversações em Tunes. Mas a prolongada crise governamental de Israel e a intransigência do governo de Shamir impedem qualquer progresso, apesar dos esforços egípcios (plano Mubarak) e americanos (plano Baker). A multiplicação de sangrentos confrontos leva à intervenção do Conselho de Segurança, que aprova uma resolução sobre a protecção dos Palestinianos nos territórios ocupados (20 de Dezembro de 1990). Devido à Guerra do Golfo e à coligação anti-iraquiana, o secretário de Estado, James Baker, consegue que os principais protagonistas concordem com a realização de uma conferência internacional sobre o Próximo Oriente. Co-apadrinhada pelos Estados Unidos e pela União Soviética, a Conferência de Paz, que tem início em Madrid, a 30 de Outubro de 1991, reúne pela primeira vez Israel, os seus vizinhos árabes e os Palestinianos. Depois da vitória do Partido Trabalhista nas eleições legislativas (23 de Junho de 1993), o novo governo israelita relança o processo de paz no Próximo Oriente, ao mesmo tempo que admite a validade parcial da Resolução 242 e anuncia o congelamento parcial das implantações judias nos territórios ocupados, onde as tensões continuam.

Na sequência de conversações secretas entre Israel e a OLP, é oficialmente assinado em Washington, a 13 de Setembro de 1993, um acordo de reconhecimento mútuo. A «declaração de princípio sobre as disposições transitórias de autonomia» prevê a autonomia dos territórios ocupados e a retirada das forças israelitas da «faixa de Gaza e da zona de Jericó, em primeiro lugar». As autoridades palestinianas instalam-se na região, em Maio de 1994. Israel e a Jordânia assinam um tratado de paz (26-27 de Outubro de 1994) e estabelecem relações diplomáticas (Novembro de 1994). Mas o processo de paz mantém-se num estado de grande fragilidade devido à violência dos movimentos islâmicos, às reticências que a Síria põe às negociações e à chegada ao poder, em Israel, do governo de Netanyahu (Maio de 1996).

## A SITUAÇÃO NA AMÉRICA CENTRAL E NA AMÉRICA DO SUL

Na América Central, tão marcada pela guerra fria, a situação política está mais calma. Acabou a guerra civil da Nicarágua e em El Salvador festeja-se a reconciliação nacional. Um pouco por todo o lado,

realizam-se eleições livres que decorrem dentro da mais absoluta normalidade. Sob o impulso do FMI, as reformas estruturais começam a dar os seus frutos na saúde económica dos países, nomeadamente na Argentina e no Chile. E os esforços para a unificação económica regional (MERCOSUR) são coroados de êxito.

• *A União Soviética tem agora um papel completamente diferente, nesta região.* Ao que tudo indica, Gorbatchev não consegue, no decorrer da visita que faz a Cuba (Abril de 1989) que Fidel Castro se renda aos encantos da *Perestroika.* Moscovo distancia-se, evacua tropas (Verão de 1991) e deixa de prestar auxílio económico a Cuba. Quanto aos Estados Unidos, preocupados ao máximo com o seu «quintal das traseiras», oscilam entre o imobilismo (e o multilaterismo por intermédio da OEA) e o intervencionismo, cuja justificação deixou de ser a segurança nacional para passar a ser o combate ao flagelo da droga.

• *Quanto à Nicarágua,* o presidente Reagan quer auxiliar o movimento anti-sandinista, os *Contras,* e apesar do Congresso se opor, são-lhes enviados fundos, ilegalmente (*Irangate*). Por fim, a administração decide não prestar mais auxílio militar aos *Contras* (Março de 1989) mas em contrapartida exige que os soviéticos deixem de enviar armas aos sandinistas.

As medidas preconizadas pelos cinco chefes de Estado da América Central (7 de Agosto de 1987) indicam as vias a seguir: democratização, pacificação, cooperação e regionalização. É assinado um acordo de cessar-fogo entre Ortega e os *Contras* (Março de 1988). Realizam-se eleições livres em Fevereiro de 1990, com a presença dos Capacetes Azuis. Contra todas as expectativas, as eleições dão a vitória à candidata da União Nacional da Oposição, Violeta Chamorro, que ganha ao candidato sandinista, o Presidente cessante Ortega. Os Americanos levantam o embargo. Os *Contras* desmobilizam. A guerra civil da Nicarágua terá chegado ao fim ?

• *No Panamá,* depois de dois anos de pressões diplomáticas, os Estados Unidos lançam, a 20 de Dezembro de 1989, a operação militar «Justa Causa» que tem como objectivo oficial restabelecer o processo democrático. O que na realidade pretendem é expulsar do poder e prender o general Noriega que tinha falsificado o resultado das eleições, favorável à oposição (Maio de 1989). A recusa de Noriega em colaborar com os Estados Unidos contra os Sandinistas não explica tudo. O contencioso entre os dois países tem a ver com a zona do Canal do Panamá, concedida perpetuamente aos Estados Unidos pelo tratado de 1903 e onde os Estados Unidos mantêm 12 000 homens. Em Setembro de 1977, o Presidente Carter e o Presidente panamiano Omar Torrijos assinaram acordos que prevêm a restituição da zona à República do Panamá, antes de 31 de Dezembro de 1999.

• *Em El Salvador,* o governo e os rebeldes assinam (31 de Dezembro de 1991) um acordo de cessar-fogo que põe fim a uma guerra civil que matou à volta de 90 000 pessoas, em doze anos: é a reconciliação nacional, selada em Dezembro de 1992 e supervisionada por uma missão das Nações Unidas.



• *No Haiti,* o exílio de Jean-Claude Duvalier (1986) não foi o suficiente para que o país reencontrasse a estabilidade e a democracia, devido ao golpe de Estado dos militares, em Setembro de 1991. As sanções decretadas pela ONU e as pressões dos Estados Unidos acabaram por fazer ceder a Junta (Setembro de 1994); a presença de Capacetes Azuis, sobretudo americanos, permitiu a eleição pacífica do sucessor do Presidente Aristide.

## A AMÉRICA CENTRAL

Fonte: *Le Monde.*

# 6

# UMA PAISAGEM GEOPOLÍTICA NOVA E CONTRASTADA

De certo modo, o século XX já terminou. De facto, na maior parte dos casos, os pilares em que assentou esta segunda metade do século, e até mesmo todo o século, já desabaram, ou então perderam importância. Assistimos ao nascimento de um novo mundo, imprevisível e em constante mudança.

Enquanto a mundialização avança e o Sudeste asiático confirma a sua vitalidade económica, em África há um grande contraste entre os países que se tornaram democráticos e os Estados em que a miséria ameaça a democracia (golpes de estado militares na Nigéria, na Guiné, no Congo). A Europa não tem um papel de relevo neste mundo em plena expansão. O Clube dos sete países mais industrializados do mundo, o G7, tenta compreender a mundialização e debruça-se sobre os mais variados problemas, realizando reuniões sobre temas específicos (emprego, terrorismo), como aconteceu em Lyon, em Junho de 1996.

## O FIM DO SISTEMA LESTE-OCIDENTE

Já não faz sentido falar de Leste e de Ocidente. A ordem bipolar, surgida com o fim da Segunda Guerra Mundial, dá lugar a uma «reorganização do espaço político internacional». É certo que os Estados Unidos e a Rússia — herdeira das forças estratégicas soviéticas — continuam a ser, devido ao seu poderio militar, os dois Supergrandes. Mas a URSS — e depois a Rússia — vira-se para si própria e deixa de incrementar conflitos. Por todo o lado, o choque das hegemonias planetárias deu lugar à busca da pacificação e do compromisso. Isto deveu-se sobretudo às mudanças que Gorbatchev fez na política externa soviética, colocando-a nos antípodas da política seguida por Brejnev. As concessões são impressionantes e há uma espectacular

aproximação ao Ocidente. A União Soviética aceita a reunificação da Alemanha e a sua permanência na NATO. Levanta sem problemas a cortina que separava a Europa. Não se opõe à acção dos Estados Unidos contra o Iraque, cliente soviético por excelência. Participa nas reuniões das Nações Unidas e não faz uso do seu direito de veto. Em suma, a União Soviética não passa de «uma superpotência reduzida à mendicidade». M. Gorbatchev e os que lhe sucedem na chefia dos Estados Unidos da ex-União Soviética, reclamam a ajuda do Ocidente para garantir o êxito das reformas. Em Julho de 1991, a cimeira do G7 aprova a transição da URSS para a economia de mercado, mas não promete nenhuma ajuda imediata. Em Abril de 1992 e em Abril de 1993, o G7 elabora um plano de auxílio (subsídios, empréstimos, facilidades de crédito) à CEI e a cimeira do G7 faz uma redução na dívida externa da ex-URSS (Julho de 1992). Mas a passagem para a economia de mercado desencadeia a hiperinflacção e é um empreendimento arriscado. Nas cimeiras do G7 em Halifax (Junho de 1995) e Lyon (Junho de 1996), a Rússia é admitida nas discussões políticas; os ocidentais fazem os possíveis para que Ieltsine, que aposta na pacificação da Bósnia e da Chechénia, ganhe as eleições. Mas a reeleição de Ieltsine (Junho de 1996) não põe fim ao clima de agitação política.

Poderemos dizer que com o declínio da potência soviética e com a Rússia reduzida ao papel de comparsa dos Estados Unidos, a *pax americana* está instaurada? Alguns indícios apontam nesse sentido. O impressionante aparato militar e a actuação americana durante a Guerra do Golfo fortalecem o papel dos Estados Unidos como «polícias do mundo». Mas o poderio americano disfarça mal as realidades de uma nação sobreendividada (1000 biliões de dólares), que teve que recorrer aos Alemães, aos Japoneses e aos Sauditas para obter financiamento para a Guerra do Golfo. A derrota de George Bush nas eleições presidenciais de Novembro de 1992 é um modo de os Americanos dizerem que se querem preocupar, antes de tudo o mais, com os seus próprios problemas. Os Americanos hesitam entre uma actuação «discreta» e uma política de intervenção «em nome do direito». O apagamento do papel do seu adversário-parceiro soviético na cena política internacional causa mal-estar aos Estados Unidos que se vêem na situação inédita de terem de jogar sozinhos. Até ao Verão de 1995, a presidência de Clinton (1992-1996) caracteriza-se por uma curiosa inércia na política externa. No Verão de 1995, a Casa Branca debruça-se sobre o *dossier* da ex-Jugoslávia, intervém militarmente na Bósnia, decide renovar a NATO e envolve-se cada vez mais no processo de paz do Próximo Oriente. Isto é, assume a liderança mundial, coisa que os seus aliados nem sempre vêem com bons olhos (é o caso da lei Helms-Burton que penaliza as sociedades estrangeiras que estabeleçam relações comerciais com Havana). Fortalecida com o regresso da França ao comité militar da NATO (5 de Dezembro de 1995), a renovação da Aliança Atlântica aprovada pelo Conselho Atlântico de 3 e



4 de Junho de 1996, aponta para uma melhor adaptação da NATO às novas missões surgidas depois do fim da guerra-fria. O acordo refere também que a emergência de uma «identidade europeia de defesa» traduz o desejo que a Europa tem de desempenhar um papel autónomo no seio da NATO e que esse desejo deve ser tido em conta; nos termos deste acordo, os europeus podem, no seio de grupos das forças armadas internacionais (GFAI), fazer operações com os meios da NATO sem a participação dos Americanos.

*A multipolaridade triunfa sobre o antigo mundo bipolar.* Surgem novos pólos de desenvolvimento que alteram completamente as zonas de influência que se fraccionam e se multiplicam. Com a queda da cortina de ferro e do seu símbolo — o muro de Berlim — a Europa «reencontrou a sua história e a sua geografia». No G7, que é uma espécie de directório mundial, há quatro nações europeias.

A construção da Europa permitiu a constituição de um poderoso bloco económico que ainda procura as vias para a sua unidade política, ou seja, para a sua consolidação. O fiasco da intervenção da Europa na Bósnia mostra bem a necessidade da existência de uma política externa e de uma política de segurança comuns. Este é um dos objectivos da conferência intergovernamental (CIG) que se realiza em Turim, em Março de 1996. A aplicação dos critérios do tratado de Maastricht levanta muitos problemas aos Estados membros que apostam na união monetária (Junho de 1995), criam o «Euro», a futura moeda única, em Dezembro de 1995 e fazem um pacto de estabilidade orçamental (Setembro de 1996). A consolidação não é o único problema com que a União Europeia se debate: além das oposições internas (crise das «vacas loucas»), a Europa debate-se com o problema do alargamento aos Países da Europa central e oriental, onde se depara com identidades contraditórias: atlântica, comunitária, paneuropeia, nacional. Vários Estados europeus têm um estatuto e um papel desproporcionados, se atendermos à sua superfície e à sua população: as ambições do Reino Unido e da França não se confinam à Europa. Dispõem de uma força nuclear de dissuasão, de um magistério de influência no mundo (através da *Commonwealth* e da francofonia) e têm assento permanente no Conselho de Segurança, situação também pretendida pelo Japão e pela Alemanha.

Com a reunificação, a Alemanha acede à paz. E acede também à supremacia europeia, coisa que não tinha conseguido alcançar com a guerra. Fora da Europa, um outro vencido da guerra, o Japão, é um gigante económico e financeiro. Os Estados Unidos e a Europa vêem-no mesmo como uma ameaça porque tem uma capacidade de exportação que lhes pode arruinar a indústria. Houve já quem falasse de «vitória dos vencidos», a propósito destes países. Note-se no entanto que a sua influência diplomática não corresponde ao peso económico que têm, como se viu durante a Guerra do Golfo. Mas a multiplicação dos conflitos regionais faz com que a Alemanha autorize a participa-

ção da Bundeswehr em operações militares de manutenção de paz fora da zona da NATO (decisão do Tribunal de Kalsruhe de 12 de Julho de 1994) e com que o Japão aceite enviar tropas para o estrangeiro, no quadro das Nações Unidas. A potência alemã consolida-se, tanto na União Europeia como fora dela: com 4000 soldados na IFOR, a Alemanha intervém militarmente fora das fronteiras da NATO.

Aparecem novos centros de potência na Ásia, na América Latina, na África e na Oceania, que aspiram ao papel de «polícia regional», longe do controlo dos Grandes. A China mostra-se bastante activa no Mar da China e no Sudeste Asiático, onde há uma corrida às alianças (o Vietname entra para a ASEAN) e aos armamentos, e faz ouvir a sua voz na nova ordem internacional. O fim do sistema Leste-Ocidente tem repercussões directas no Terceiro Mundo. De facto, a maior parte das guerras que aí havia eram, em maior ou menor grau, confrontos indirectos entre as duas potências. Os países ou grupos envolvidos não passavam de peões, num jogo que os ultrapassava. Com o afastamento dos soviéticos, a concorrência americano-soviética no Terceiro Mundo desaparece e surge a possibilidade de compromissos, ou melhor, de cooperação, baseada na comunhão de interesses. No entanto os riscos de confronto não desapareceram e o Terceiro Mundo atravessa uma crise de identidade: a partir de agora é-se não-alinhado em relação a quê?

## MANTÉM-SE O CONFRONTO NORTE-SUL

Pairam sobre o Terceiro Mundo três ameaças gerais: o sobre armamento, o endividamento e o desafio demográfico. Estas ameaças atestam a continuação, e mesmo o agravamento, do conflito Norte-Sul que o fundamentalismo muçulmano explora habilmente, desde a Ásia ex-soviética até à África, apesar de haver situações económicas muito diferenciadas. Os Estados Unidos empreendem uma cruzada contra o terrorismo, que visa vários países do Próximo Oriente.

• *A nível militar,* os Estados Unidos e a União Soviética fizeram um esforço notável para acabar com a corrida ao armamento nuclear e também para proceder a um desarmamento efectivo: destruíram os euromísseis, desmantelaram parcialmente os arsenais nucleares estratégicos e reduziram o volume das armas nucleares tácticas. É certo que as potências que já possuíam armas nucleares continuam a tê-las em número considerável, sobretudo os Estados Unidos e a URSS, mas também o Reino Unido, a França e a China. Os dois últimos tinham aderido ao TNP em 1991. O fim da guerra-fria permite a redução geral das despesas com armamento (em 1992 houve uma quebra de 15% em relação a 1991) e uma certa desnuclearização. Mas provoca também a proliferação nuclear. Paradoxalmente, o desarmamento do Norte provoca uma atitude inversa no Terceiro Mundo, que se lança numa verdadeira corrida aos armamentos. Vendo-se com falta de divisas, os Estados que saíram da ex-União Soviética fazem propaganda dos produtos das suas indústrias militares. O risco de uma proliferação horizontal existe de facto. Aumenta o número de Estados com capacidade económica para adquirir a arma atómica: depois da India (1974) e da África do Sul (1979) vêm os «quase nucleares»: Israel, o Paquistão, o Iraque, o Irão, a Coreia do Norte. Outros Estados sentem-se tentados a recorrer às armas químicas para se desforrarem da sua inferioridade. As armas e as tecnologias modernas são susceptíveis de destruir a estabilidade regional e a segurança internacional. Isto ficou bem patente na Guerra do Golfo, com o Próximo Oriente transformado numa zona de forte densidade de engenhos balísticos, apesar da existência do protocolo MTCR (*Missile Technology Control Regime*) de 1987. O presidente Bush aproveitou a ocasião para propor um plano de eliminação das armas de destruição massiva no Próximo Oriente. A ideia foi aceite por cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU, que pela primeira vez chegam a uma concertação sobre o comércio de armas (8--9 de Julho de 1991) e tentam elaborar um código de boa conduta. Devido à existência de uma opinião pública muito sensibilizada para estes problemas, a questão nuclear passa a estar na primeira linha da actualidade. A conferência organizada pelas Nações Unidas (Abril Maio de 1995) acaba por prorrogar indefinidamente o tratado sobre a não proliferação nuclear (TNP), assinado em Julho de 1968 e que tinha entrado em vigor em 1970, por um período de 25 anos. A 11 de Abril de 1995, as cinco grandes potências possuidores de armas nucleares (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia, China) comprometem--se a não as utilizar contra os países não nucleares signatários do TNP de 1970. A moratória não é respeitada nem pela China nem pela França. Em Junho de 1995, a França decide realizar uma última série de experiências nucleares (Setembro de 1995-Janeiro de 1996), que tinha interrompido em 1992, o que dá origem a uma onda de violentos protestos no Pacífico Sul e a uma reserva hostil, até mesmo da parte dos aliados da França, à excepção da Grã-Bretanha. Em Março de 1996, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França aderem ao tratado de Rarotonga sobre a desnuclearização do Pacífico Sul, concluído em 1985. Dez países do Sudeste Asiático assinam, em Banguecoque (15 de Dezembro de 1995), um tratado que declara a região como zona livre de armas nucleares. A 11 de Abril de 1996, os países de África assinam o tratado de Pelindaba, sobre a desnuclearização da África, ao qual a França adere. A oposição da Índia lança uma nuvem negra sobre a assinatura do tratado de interdição de experiências nucleares CTBT (*Comprehensive Test Ban Treaty*), a 25 de Setembro de 1996.

• *O montante das dívidas do Terceiro Mundo* ascende, no início de 1995, a 2000 biliões de dólares, enquanto a ajuda pública ao desenvolvimento atinge o seu nível mais baixo, desde 1970. Desde o início dos anos 70 que há uns cinquenta países em estado de sobreendivida-

mento prolongado: vários países latino-americanos, a África — excepto a Líbia e a Argélia — as Filipinas, o Vietname e a Europa de Leste. Nalguns países da América Latina o crescimento estagnou, dando origem à inflacção e ao desemprego e criando vários condicionalismos económicos. A situação dramática em que vivem os países endividados obriga os governos a tomar medidas excepcionais. É o caso do México e da Venezuela que conseguem o reescalonamento das dívidas, e da Costa do Marfim que em 1987 informa os seus credores de que não pode reembolsá-los devido à queda dos preços do cacau e do café. Surgem greves e manifestações um pouco por todo o lado. O FMI tornou-se o pesadelo dos dirigentes dos países endividados. A redução da dívida é o ponto principal dos trabalhos da CNUCED (1987) e da cimeira mundial de Copenhague para o desenvolvimento social (1995). Apesar dos progressos realizados por alguns Estados latino americanos e dos esforços de alguns países ocidentais que perdoam parte da dívida aos trinta e cinco países africanos (Maio e Julho de 1989) ou reduzem as dívidas públicas, casos da Polónia e do Egipto (Janeiro de 1991), o mal-estar persiste. A desvalorição de 50% sofrida pelo franco CFA (12 de Janeiro de 1994) é um choque para os países que pertencem a esta comunidade financeira. A crise do peso mexicano obriga à intervenção dos Estados Unidos e do FMI (Janeiro de 1995). E os chamados países «emergentes», membros do G15, pedem aos países industrializados que procedam à abertura dos mercados. Na cimeira de Lyon, o G7 decide reduzir a dívida dos países mais pobres.

• *Finalmente, o desafio demográfico* tem a ver com uma dupla desproporção: crescimento da população superior ao crescimento dos recursos do planeta, por um lado; baixa taxa de crescimento demográfico nos países ricos e explosão demográfica nos países pobres, por outro. Esta desproporção não porá em perigo os equilíbrios do mundo, neste final do século XX? Em 1994, o número de habitantes do planeta era de 5,6 biliões. A população dos países desenvolvidos representa unicamente 1/4 da população mundial e dispõe de 3/4 das riquezas produzidas no mundo. A conferência do Cairo (Setembro de 1994) chama a atenção para a necessidade de diminuir o crescimento demográfico. Em trinta anos, o fosso entre os países ricos e os países pobres duplicou. As insuficientes ajudas públicas estão muito longe de corrigir as desigualdades entre o Norte e o Sul. «Bomba demográfica» e migrações de populações tornaram-se realidades das relações internacionais. A ajuda é portanto uma necessidade imperiosa e o problema é tanto mais delicado quanto o Terceiro Mundo não é uma realidade homogénea. O seu desenvolvimento processa-se a várias velocidades. Alguns países ganham claramente com a integração do Terceiro Mundo na economia mundial. Outros empobrecem. Daqui até ao final do século, o rendimento anual por habitante aumentará 0,5% em África contra perto de 4% na América Latina e mais de 5% na Ásia. Já não existe homogeneidade no Terceiro Mundo e a fronteira que o separa



dos países industrializados atingidos pelo marasmo económico e pela exclusão já não é muito nítida. O conflito Norte-Sul deixa de ser uma questão externa passando a ser uma questão interna, existente no interior de cada país.

## UM MUNDO SIMULTANEAMENTE UNIFICADO E BALCANIZADO

Neste final de século o mundo é atravessado por tendências contraditórias. O planeta está unificado, por um lado, mas, por outro está balcanizado. Depois de 1945, a sociedade internacional não se limitou a unificar-se. Homogeneizou-se também: relações teoricamente igualitárias foram aos poucos substituindo as relações de dominador e dominado, que eram a regra antes de 1939 e assim, em trinta anos, o número de actores internacionais triplicou. Assistiu-se ao nascimento e à diversificação crescente do Terceiro Mundo. Contrariamente aos países menos avançados, que se atolam no subdesenvolvimento e na guerra civil, os novos países industrializados — caso dos «quatro dragões» (Hong Kong, Taiwan, Singapura, Coreia do Sul) — estão a sair-se muito bem. Os problemas e as cisões que houve nas relações internacionais, na sequência da Revolução de Outubro de 1917 e da expansão comunista na China e na Europa de Leste, estão resolvidos. Os novos Estados da Europa de Leste, a China e a Europa oriental querem participar na vida internacional. O mundo evolui portanto para um sistema mais homogéneo e menos dependente da ideologia.

• *Outro aspecto desta nova composição da paisagem mundial é a renovação do papel da ONU.* Durante muito tempo, a organização internacional mostrou-se completamente incapaz de fazer respeitar a paz e de evitar os conflitos; os resultados obtidos a nível do desarmamento foram francamente desanimadores. O avanço que houve neste processo deveu-se às negociações bilaterais americano-soviéticas. A coexistência, no seio das Nações Unidas, de Estados enormes, em superfície e em população (China, India) e de microestados (Seychelles, São Tomé) deu origem a grandes disparidades, acentuadas pelo princípio da igualdade entre Estados cujas contribuições financeiras são completamente diferentes. Só à sua parte, os Estados Unidos contribuem com 25% do orçamento da organização.

É um forum universal composto por 185 Estados membros que reflecte as tensões de um mundo multipolar e que dá o enquadramento necessário às negociações e às iniciativas múltiplas. A ONU tornou-se um espaço de diálogo e a atribuição do prémio Nobel da Paz às forças da ONU, em 1988, é o reconhecimento do prestígio reconquistado. É significativo que a firmeza manifestada aquando da invasão do Kuwait pelo Iraque, revele sobretudo uma nova vontade de fazer res-

## Quadro 11

### OS ESTADOS MEMBROS DAS NAÇÕES UNIDAS

(185 Estados membros em 31 de Dezembro de 1994)

| País | Ano de admissão | País | Ano de admissão |
|---|---|---|---|
| Afeganistão | 1946 | Comores | 1975 |
| África do Sul | 1945 | Congo | 1960 |
| Albânia | 1955 | Coreia do Norte | 1991 |
| Alemanha | 1991 | Coreia do Sul | 1991 |
| Andorra | 1993 | Costa Rica | 1945 |
| Angola | 1976 | Costa do Marfim | 1960 |
| Antigua e Barbuda | 1981 | Croácia | 1992 |
| Arábia Saudita | 1945 | Cuba | 1945 |
| Argélia | 1962 | Dinamarca | 1945 |
| Argentina | 1945 | Dominicana (Rep.) | 1945 |
| Arménia | 1992 | Dominica | 1978 |
| Austrália | 1945 | Egipto | 1945 |
| Áustria | 1955 | El Salvador | 1945 |
| Azerbaijão | 1992 | Emiratos Árabes Unidos | 1971 |
| Bahamas | 1973 | Equador | 1945 |
| Bangladesh | 1974 | Eritreia | 1993 |
| Barbados | 1966 | Eslováquia | 1993 |
| Barém | 1971 | Eslovénia | 1992 |
| Bélgica | 1945 | Espanha | 1955 |
| Belize | 1981 | Estados Unidos da América | 1945 |
| Benim | 1960 | Estónia | 1991 |
| Bielorrússia | 1945 | Etiópia | 1945 |
| Bolívia | 1945 | Federação da Rússia | 1945 |
| Bósnia-Herzegovina | 1992 | Fiji | 1970 |
| Botsuana | 1966 | Filipinas | 1945 |
| Brasil | 1945 | Finlândia | 1955 |
| Brunei Darussalam | 1984 | França | 1945 |
| Bulgária | 1955 | Gabão | 1960 |
| Burquina Faso | 1960 | Gâmbia | 1965 |
| Burundi | 1962 | Gana | 1957 |
| Butão | 1971 | Geórgia | 1992 |
| Cabo Verde | 1975 | Granada | 1974 |
| Camarões | 1960 | Grécia | 1945 |
| Cambodja | 1955 | Guatemala | 1945 |
| Canadá | 1945 | Guiana | 1966 |
| Cazaquistão | 1992 | Guiné | 1958 |
| Chade | 1960 | Guiné-Bissau | 1974 |
| Checa (Rep.) | 1993 | Guiné Equatorial | 1968 |
| Chile | 1945 | Haiti | 1945 |
| China | 1945 | Honduras | 1955 |
| Chipre | 1960 | Hungria | 1955 |
| Colômbia | 1945 | Iémen | 1947 |

## Quadro 11 *(continuação)*

| País | Ano de admissão | País | Ano de admissão |
|---|---|---|---|
| Índia | 1945 | Panamá | 1945 |
| Indonésia | 1950 | Papuásia-Nova Guiné | 1947 |
| Iraque | 1945 | Paquistão | 1947 |
| Irão | 1945 | Paraguai | 1945 |
| Irlanda | 1955 | Perú | 1945 |
| Islândia | 1945 | Polónia | 1945 |
| Israel | 1949 | Portugal | 1955 |
| Itália | 1955 | Qatar | 1971 |
| Jamaica | 1962 | Quénia | 1963 |
| Japão | 1956 | Quirguízia | 1992 |
| Jibuti | 1977 | Reino Unido | 1945 |
| Jordânia | 1955 | República Centrafricana | 1960 |
| Jugoslávia | 1945 | Roménia | 1955 |
| Kuwait | 1963 | Ruanda | 1962 |
| Laos | 1955 | Salomão (ilhas) | 1978 |
| Lesoto | 1966 | Samoa | 1976 |
| Letónia | 1991 | Santa Lúcia | 1979 |
| Líbano | 1945 | São Marino | 1992 |
| Libéria | 1945 | São Tomé e Príncipe | 1975 |
| Líbia | 1955 | São Vicente e Granadinas | 1980 |
| Liechtenstein | 1990 | S. Cristóvão e Nevis | 1983 |
| Lituânia | 1991 | Senegal | 1960 |
| Luxemburgo | 1945 | Serra Leoa | 1961 |
| Macedónia | 1993 | Seychelles | 1976 |
| Madagáscar | 1960 | Singapura | 1965 |
| Malavi | 1964 | Síria | 1945 |
| Malásia | 1957 | Somália | 1960 |
| Maldivas | 1965 | Sri Lanka | 1955 |
| Mali | 1960 | Suazilândia | 1968 |
| Malta | 1964 | Sudão | 1956 |
| Marrocos | 1956 | Suécia | 1945 |
| Marshall (ilhas) | 1991 | Suriname | 1975 |
| Maurícia (ilha) | 1968 | Tajiquistão | 1992 |
| Mauritânia | 1961 | Tailândia | 1945 |
| México | 1945 | Tanzânia | 1961 |
| Mianmar (Birmânia) | 1948 | Togo | 1960 |
| Micronésia | 1991 | Trindade e Tobago | 1962 |
| Moçambique | 1975 | Tunísia | 1956 |
| Moldávia | 1992 | Turcomenistão | 1992 |
| Mónaco | 1993 | Turquia | 1945 |
| Mongólia | 1961 | Ucrânia | 1945 |
| Namíbia | 1990 | Uganda | 1962 |
| Nepal | 1955 | Uruguai | 1945 |
| Nicarágua | 1945 | Usbequistão | 1992 |
| Níger | 1960 | Vanuatu | 1981 |
| Nigéria | 1960 | Venezuela | 1945 |
| Noruega | 1945 | Vietname | 1977 |
| Nova Zelândia | 1945 | Zaire | 1960 |
| Omã | 1971 | Zâmbia | 1964 |
| Países Baixos | 1945 | Zimbabué | 1980 |

peitar uma certa concepção do direito internacional e de fazer prevalecer o papel das Nações Unidas. Mais do que no passado, as Nações Unidas são agora solicitadas para intervir em processos de resolução de conflitos regionais (acesso da Namíbia à independência, resolução da questão de Angola, Guerra do Golfo, administração do Cambodja pacificado, organização do referendo no Sara ocidental, questão do Curdistão, Somália, Jugoslávia). De 1988 a 1992, a ONU organizou tantas operações de paz como durante os quarenta anos precedentes. Aproximadamente 80 000 Boinas Azuis (observadores não armados) e Capacetes Azuis (armados) prestam serviço em todos os continentes. Face à multiplicação dos conflitos, a ONU é cada vez mais solicitada para missões cada vez mais complexas. Por vezes não consegue resolver os conflitos e revela-se impotente, como aconteceu no Cambodja e na Somália. Na Jugoslávia, a FORPRONU foi uma força de paz inadequada para um país em guerra, já que a sua missão consistia em manter-se «neutra». Mas não se pode avaliar a actuação da ONU nos conflitos do pós-guerra fria sem ter presente o momento histórico que se vive. O direito de veto tinha interferido com o funcionamento do Conselho de Segurança, retirando-lhe poder. O fim do confronto Leste-Oeste reduz os casos do recurso a este direito, e a ONU é o único local onde a URSS — e depois a Rússia — pode exercer controlo sobre a política americana. Mas na celebração do 50.º aniversário das Nações Unidas, em 1995, o que há a destacar é a sua quase falência financeira.

A percepção da terra como um todo não releva unicamente da análise político-ideológica. A economia está a mundializar-se, devido à integração dos países de economia colectivista e à sua adopção das leis do mercado. Explosão demográfica, redes mundiais de comunicação, problemas do meio ambiente, desperdício de recursos vitais, eliminação dos detritos, catástrofes naturais e tecnológicas (como a explosão, a 25 de Abril de 1986, do reactor número quatro da central de Tchernobyl) interferem com a vida quotidiana de cada habitante do planeta, relativizam todos os antagonismos e a sua importância ultrapassa todas as fronteiras.

• *Por um lado, o mundo está mais unido, por outro está mais fragmentado.* Para além da desigual repartição dos recursos económicos e do poder político, militar e demográfico, nota-se nesta nova composição da paisagem mundial uma tendência para a constituição de agrupamentos regionais. O multilateralismo, encabeçado e fomentado pelo GATT, tem como objectivo final a total imbricação das economias do planeta, mas este objectivo é contrariado pelos blocos regionais que criam associações para se defender da mundialização da economia: CEE, UMA (União do Magrebe Árabe), ASEAN, NAFTA (Acordo de Comércio Livre Norte-Americano) formado pelos Estados Unidos, o Canadá e o México, cuja aplicação se inicia a 1 de Janeiro de 1994), MERCOSUR, Mercado do Cone do Sul da América que



reúne, em Janeiro de 1995, a Argentina, o Paraguai, o Brasil, a que se juntam o Chile e a Bolívia (Junho de 1996) projecto de criação de uma zona de comércio livre das Américas (Dezembro de 1994), APEC (cooperação económica da Ásia Pacífico). Declarações de guerra opõem os blocos uns aos outros e reaparecem pulsões proteccionistas, devido à agressividade comercial dos produtores asiáticos e no interior da APEC, os países da Ásia fazem prevalecer os seus interesses face aos Estados Unidos, mas a União Europeia e a MERCOSUR chegam a um entendimento (Dezembro de 1995).

Por outro lado, a ordem internacional legada pela Segunda Guerra Mundial desfez-se com o fim da guerra-fria. À disciplina e às regras deste período sucede um sistema desestruturado e instável que vem fragilizar três pilares: o modelo de Estado, a inviolabilidade das fronteiras e o princípio da não-ingerência.

Posto em causa pelos fenómenos planetários e atingido por toda a espécie de golpes (mafias, tráficos, migrações clandestinas), o *modelo de estado* revela-se incapaz de funcionar num número cada vez maior de situações, como aconteceu na URSS e na Jugoslávia. Tudo se passa como se o desaparecimento da ditadura — e do medo que ela gerava — reavivasse por todo o lado os velhos ódios e as feridas que pareciam já ter cicatrizado. A ineficácia do *modelo de estado* revela-se também na Índia, na Turquia, no México e no Canadá, onde as instituições dificilmente resistem às diversidades étnicas, linguísticas e religiosas. Mesmo nas velhas nações da Europa, há manifestações separatistas, como acontece na Bélgica e na Itália. Em muitos países subdesenvolvidos, as estruturas do Estado enfraquecem. Para muitos micro-Estados, o acesso à soberania vem a revelar-se um logro; outros, como a Somália e o Cambodja, vêem a sua soberania ser tutelada pelas ingerências humanitárias e pelos mandatos internacionais.

A *inviolabilidade das fronteiras* — outro tabu — também vacila. Em África, onde a OUA a tinha elevado à categoria de dogma, as fronteiras são contestadas na Etiópia, no Sudão e na Somália. Na Europa, depois das regulamentações que se seguiram à Segunda Guerra Mundial — confirmadas por Helsínquia — o *satuo quo* territorial era uma regra de ouro da vida internacional. E a unificação alemã evitou a derrapagem dos limites territoriais; o tratado germano-polaco (17 de Junho de 1991) voltou aliás a confirmar a fronteira Oder-Neisse. Mas o emergir das nacionalidades e as exigências de identidade põem as fronteiras em causa e desagregam os Estados. A implosão da União Soviética, a desagregação da Jugoslávia, a divisão amigável da Checoslováquia em dois Estados, são acontecimentos significativos que alteram o mapa da Europa e a encaminham para uma balcanização cheia de perigos. Esta fragmentação vai inevitavelmente provocar conflitos em série.

Face às violências e aos riscos de implosão, há outro tabu que é posto em causa: o da não ingerência nos assuntos internos dos Esta-

dos. Pela Resolução 688 de 5 de Abril de 1991, o Conselho de Segurança admitiu a existência de um direito de ingerência, quando a violação dos Direitos do Homem no interior de um Estado constitua uma ameaça à paz e à segurança internacionais. O direito de assistência humanitária legitima as intervenções da ONU no Iraque e na Somália.

Neste novo mundo do pós-guerra fria, a segurança não é menor; está fragilizada: despertar de nacionalismos, êxodo de massas de emigrantes que fogem do desespero e da fome, multiplicação dos conflitos entre Estados, terrorismo, eventual recurso incontrolado às armas nucleares. A ameaça não é maior nem menor. É mutável, versátil, imprevisível. A utopia da paz perpétua que parecia estar ao nosso alcance na Primavera de 1990, deu lugar às incertezas de uma ordem internacional instável. A única certeza que podemos ter é que o nosso futuro é incerto e aleatório.

# BIBLIOGRAFIA


- **Atlas**

BONIFACE Pascal, *Atlas des relations internationales*, Dunod, 1993.
CHALIAND Gérard e RAGEAU Jean-Paul, *Atlas stratégique*, Complexe.
PREVOT Victor, *Géopolitique transparente*, Magnard, 1987.

- **Dicionários**

LACOSTE Yves, *Dictionnaire de Géopolitique*, Flammarion, 1993.
ZORGBIBE Charles, *Dictionnaire de politique internationale*, PUF, 1988.

- **Anuários**

L'État du Monde, *La Découverte*.
*Ramsés*, Dunod
*Universalia*, Encyclopaedia Universalis.

- **Revistas**

*Politique étrangère.*
*Politique internationale.*
*Relations internationales.*

- **Cronologias**

*L'Histoire au jour le jour* (1944-1991), le Monde, 1992.
ZORGBIBE Charles, *Chronologie des relations internationales depuis 1945*, PUF, 1990.

- **Obras de reflexão**

ARON Raymond, *Paix et guerre entre les nations*, Calmann-Lévy, 1984.
DUROSELLE Jean-Baptiste, *Tout empire périra*, «Une vision théorique des relations internationales», Armand Colin, 1991.
DUROSELLE Jean-Baptiste e RENOUVIN Pierre, *Introduction à l'Histoire des relations internationales*, Armand Collin, 1991.
MONTBRIAL Thierry de, *Mémoire de notre temps*, Flammarion, 1996.

• **Obras de base**

DUROSELLE Jean-Baptiste, *Histoire diplomatique de 1919 à nos jours*, Dalloz, 11.ª edição, 1993.

• **Obras genéricas**

BERG Eugène, *La Politique internationale de 1955 à 1988*, Economica, 1990.
BERSTEIN Serge e MILZA Pierre, *Histoire du xx^e siècle*, Hatier, volumes 2 e 3, 1988.
BONIFACE Pascal, *Manuel des relations Internationales*, Dunod, 1994.
BRETTON Philippe, *Relations internationales contemporaines*, Litec, 1993.
DUFOUR Jean-Louis, *Les Vraies Guerres*, La Manufacture, 1990.
DUFOUR Jean-Louis, *Les Crises internationales de Pékin (1900) à Sarajevo (1995)*, Complexe, 1996.
FONTAINE André, *Histoire de la guerre froide*, Seuil, «Points-Histoire», 2 vols. (1917-1953 e 1953-1962), 1983.
LEBRETON Jean-Marie, *Les Relations internationales depuis 1968*, Nathan, 1988.
MONTBRIAL Thierry de, *Que faire? Les grandes maneuvres du monde*, La Manufacture, 1990.
MOREAU-DEFARGES Philippe, *Les Relations internationales*, 2 vols., Seuil, 1992.
PACTEAU Séverine e MOUGEL François-Charles, *Histoire des relations internationales (1815-1987)*, «Que sais-je?», PUF, 1988.
SOULET Jean-François, GUINLE-LORNET Sylvaine, *Précis d'histoire immédiate, Le monde depuis la fin des annés 1960*, Armand Colin, 1989.
ZORGBIBE Charles, *Le monde depuis 1945*, PUF, «Que sais-je?», 1980.

• **Obras temáticas**

*Sobre a Ásia*

GRAVEREAU Jacques, *Le Japon, l'ère de Hiro-Hito*, Seuil, 1993.
JOYAUX François, *La Nouvelle Question d'Extrême-Orient*, Payot, 2 vols., 1985 e 1989.
JOYAUX François, *Géopolitique de l'Extrême-Orient*, 2 vols., Complexe, 1993.
JOYAUX François, *La politique extérieur du Japon*, PUF, 1994.
BERGERE Marie-Claire, *La République populaire de Chine de 1949 à nos jours*, Armand Colin, 1987.
DOMENACH Jean-Luc, RICHÉ Philippe, *La Chine de 1949 à nos jours*, Seuil, 1995.
JOYAUX François, *La tentation impériale. Politique extérieur de la Chine depuis 1949*, Impr. Nationale, 1994.

*Sobre o Próximo-Oriente*

BARNAVI Elie, *Une histoire moderne d'Israël*, Flammarion, 1988.
GRESH Alain e VIDAL Dominique, *Les Cent Portes du Proche-Orient*, Autrement, 1989.
LAURENS Henry, *Le Grand Jeu. Orient arabe et rivalités internationales depuis 1945*, Armand Colin, 1991.
ZORGBIBE Charles, *Terres trop promises*, La Manufacture, 1990.





*Sobre o mundo comunista*

CARRÈRE d'ENCAUSSE Hélène, *La Politique Soviétique au Moyen-Orient 1955-1975*, Presses de la FNSP, 1975.
CARRÈRE d'ENCAUSSE Hélène, *Le Grand Frère*, Flammarion, 1983.
CARRÈRE d'ENCAUSSE Hélène, *Ni paix ni guerre, le nouvel Empire Soviétique*, 1986.
FEJTÖ François, *Histoire des démocraties populaires*, Seuil, 2 volumes, 1972.
FETJÖ François, *Requiem pour un empire défunt*, Lieu Commun, 1988.
LEVESQUE Jacques, *L'URSS et sa politique internationale de Lénine à Gorbatchev*, Armand Colin, 1988.

*Sobre as relações Sino-Soviéticas*

BETATI Mario, *Le Conflit sino-soviétique*, Armand Colin, 2 volumes, 1971.

*Sobre as relações Este-Oeste*

TINGUY Anne de, *Les Relations soviéto-américaines*, PUF, «Que sais-je?» n.º 2348, 1987.

*Sobre o bloco ocidental*

ARTAUD Denise, *La Fin de l'innocence, les États-Unis de Wilson à Reagan*, Armand Colin, 1985.
BARIÉTY Jacques e POIDEVIN Raymond, *Les Relations franco-allemandes 1815-1975*, Armand Colin, 1977.
FRITSCH-BOURNAZEL Renata, *L'Union soviétique et les Allemagnes*, Presses de la FNSP, 1979.
FRITSCH-BOURNAZEL Renata, *L'Allemagne unie dans la nouvelle Europe*, Complexe, 1991.
GARDE Paul, *Vie et mort de la Yougoslavie*, Fayard, 1992.
GERBET Pierre, *La Construction de l'Europe*, Imprimerie Nationale, 1994.
GROSSER Alfred, *Les Occidentaux*, Seuil, «Points-Histoire», 1982.
GROSSER Alfred, *L'Allemagne de notre temps, 1945-1970*, Fayard, 1970.
GUILLEN Pierre, *La Question allemande de 1945 à nos jours*, Imprimerie Nationale, 1996.
KASPI André, *Les Américains, les États-Unis de 1945 à nos Jours*, Seuil, 1986.
MARX Roland, *La Grande-Bretagne et le monde au XX^e siècle*, Masson, 1987.
MELANDRI Pierre, *L'Alliance atlantique*, Gallimard, 1979.
MELANDRI Pierre, *La politique extérieure des États-Unis de 1945 à nos jours*, PUF, 1995.
POIDEVIN Raymond, *L'Allemagne et le Monde*, Masson, 1983.
ROLLET Henri, *La Pologne au XX^e siècle*, Pedone, 1985.
WAHL Alfred, *Histoire de la République fédérale d'Allemagne*, Armand Colin, 1995.

*Sobre a descolonização, o Terceiro Mundo e a ONU*

AGERON Charles-Robert, *La Décolonisation française*, Armand Colin, 1994.
BRAILLARD Philippe et REZA DJALILLI Mohammad, *Les Tiers Monde dans les relations internationales*, Masson, 1984.
JOUVE Edmond, *Les Tiers Monde dans la vie internationale*; Berger-Levraut, 1983.
GERBET Pierre, GHEBALI Victor-Yves e MOUTON Marie-Renée, *Le Rêve d'un ordre mondial de la SDN à l'ONU*, Imprimerie Nationale, 1996.

MICHEL Marc, *Décolonisations et émergence du Tiers Monde*, Hachette, 1993.

- **Por períodos**

*Sobre a guerra-fria*

FUNK Arthur, *1945, de Yalta à Potsdam*, Complexe, 1982.
GIRAULT René, FRANK Robert, THOBIE Jacques, *La Loi des géants 1941-1964*, Masson, 1993.
GROSSER Pierre, *Le Temps de la guerre froide*, Complexe, 1995.
MARCOU Lily, *1947, La guerre froide*, Complexe, 1987.
MILZA Pierre, *Les Relations internationales 1945-1973*, Hachette, 1996.
YERGIN Daniel, *La Paix saccagée, les Origines de la guerre froide et la division de l'Europe*, Ballant, France Adel, 1980.
ZORGBIBE Charles, *Histoire des relations internationales*, Hachette, t. 3, 1945-1962.

*Sobre a coexistência*

DELMAS Claude, *1961-1962, Crises á Cuba*, Complexe, 1983.
FERRO Marc, *1956, Suez, naissance d'un Tiers Monde*, Complexe, 1987.
GERBET Pierre, *1957, La Naissance du marché commum*, Complexe, 1987.
LE GLOANNEC Anne-Marie, *1961, Un mur à Berlin*, Complexe, 1985.

*Sobre o desanuviamento*

TINGUY Anne de, *1972, USA-URSS, la détente*, Complexe, 1985.
WAJSMAN Patrick, *L'Illusion de la détente*, PUF, 1977.

*Sobre o pós-desanuviamento*

MILZA Pierre, *Le nouveau désordre mondial*, Flammarion, 1983.

*Sobre os anos 80*

PUAUX François, *La politique internationale des années 80*, PUF, 1989.

*Sobre os anos 90*

EYRAUD Henri, *La Fin de la guerre froid*, Presses Universitaires de Lyon, 1992.
FONTAINE André, *L'Un sans l'Autre*, Fayard, 1991.
LAÏDI Zaki (organizador), *L'Ordre mondial relâché*, Paris, FNSP, 1992.
LAULAN Yves, *Le Monde balkanisé*, Economica, 1991.
LELLOUCHE Pierre, *Le Nouveau Monde*, Grasset, 1992.

# Índice remissivo de nomes e de países

(*os nomes de países figuram em itálico*)

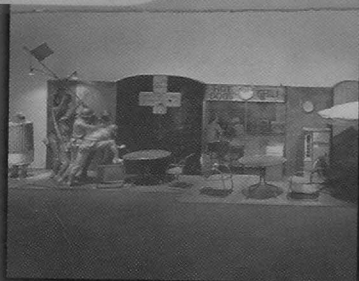
# Índice das siglas utilizadas

## Mapas (*)



(*) Tendo em conta a qualidade dos mapas reproduzidos, não foi possível aportuguesar neles os nomes das cidades e dos países, pelo que são, com excepção das legendas, a reprodução dos mapas da edição francesa.

# ÍNDICE

Paginação, impressão e acabamento
da
CASAGRAF - Artes Gráficas Unipessoal, Lda.
para
EDIÇÕES 70, LDA.
Junho de 2002

MA[illegible] AUTOR DE OBRAS SOBRE TEMAS DA ACTUALIDADE E PROFESSOR DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NA UNIVERSIDADE DE REIMS.
NESTE SEU LIVRO APRESENTA UMA SÍNTESE GLOBAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS INTERNACIONAIS DESDE 1945 ATÉ FINAIS DE 1996.
NUM PERÍODO DE CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA IMEDIATA SÃO ABORDADOS OS PRINCIPAIS EVENTOS QUE MARCAM O NOSSO TEMPO: O FIM DA 2ª GUERRA MUNDIAL E O INÍCIO DA "GUERRA FRIA"; A EMANCIPAÇÃO DOS POVOS COLONIZADOS DA ÁSIA, DA ÁFRICA E DA OCEÂNIA; A "GUERRA DAS ESTRELAS"; O CONTROLO DAS ARMAS NUCLEARES; A DESINTEGRAÇÃO DA URSS; A QUEDA DO MURO DE BERLIM E A UNIFICAÇÃO DA ALEMANHA; A UNIÃO DA EUROPA; ETC.,ETC.

9 789724 411378

edições 70